

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Direito
Programa de Pós-Graduação em Direito

João Paulo Rodrigues Barros

A ERA MERKEL E A HEGEMONIA EUROPEIA:
ensaio sobre a dinâmica de poder no Velho Mundo

Belo Horizonte
2023

João Paulo Rodrigues Barros

**A ERA MERKEL E A HEGEMONIA EUROPEIA:
ensaio sobre a dinâmica de poder no Velho Mundo**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. José Luiz Borges Horta

Belo Horizonte

2023

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Meire Queiroz - CRB-6/2233.

B277e Barros, João Paulo Rodrigues
A Era Merkel e a hegemonia europeia [manuscrito]: ensaio sobre a
dinâmica de poder no Velho Mundo / João Paulo Rodrigues Barros. - 2023.

Orientador: José Luiz Borges Horta
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Direito.

1. Direito - Teses. 2. Hegemonia - Alemanha - Teses. 3. Merkel, Angela
- Teses. 4. Poder (Ciências sociais) - Teses. I. Horta, José Luiz Borges.
II. Universidade Federal de Minas Gerais - Faculdade de Direito. III. Título.

CDU: 32(430)



ATA DA DEFESA DA DISSERTAÇÃO DO ALUNO JOÃO PAULO RODRIGUES BARROS

Realizou-se, no dia 14 de agosto de 2023, às 17:00 horas, Videoconferência, da Universidade Federal de Minas Gerais, a defesa de dissertação, intitulada *A ERA MERKEL E A HEGEMONIA EUROPEIA: Ensaio sobre a dinâmica de poder no Velho Mundo*, apresentada por JOÃO PAULO RODRIGUES BARROS, número de registro 2021668295, graduado no curso de CIÊNCIAS DO ESTADO, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em DIREITO, à seguinte Comissão Examinadora: Prof(a). Jose Luiz Borges Horta - Orientador (UFMG), Prof(a). Jamile Bergamaschine Mata Diz (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof(a). Paulo Roberto Cardoso (Universidade Federal de Minas Gerais).

A Comissão considerou a dissertação:

(✓) Aprovada, tendo obtido a nota 100 (cem).

() Reprovada

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 14 de agosto de 2023.

Prof(a). Jose Luiz Borges Horta (Doutor) Nota 100 (cem).

Prof(a). Jamile Bergamaschine Mata Diz (Doutora) Nota 100 (cem).

Prof(a). Paulo Roberto Cardoso (Doutor) Nota 100 (cem).

Aos meus amigos de todas as horas e
incentivadores de plantão que sempre me
lembram que “cada um pode, com a força que
tem... Na leveza e na doçura de [existir]”

AGRADECIMENTOS

A vida me parece uma viagem intensa na busca de superação de desafios. A história da Alemanha é marcada por períodos de grande conflito e superação. Desde as guerras mundiais até a divisão e reunificação do país, a Alemanha representa a resiliência de um povo e sua capacidade de superar desafios, buscar a paz e a (re)conciliação. Esse trabalho é um pequeno exercício de sobrepujar adversidades.

Agradeço inicialmente a minha Casa de formação, a Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, que me formou e me nutriu de forma incessante desde a minha graduação. Nada disso seria possível sem o incentivo do querido amigo e Professor Doutor Hugo Rezende Henriques, que me inspirou e encorajou a trilhar o caminho desafiador da Pós-Graduação. Seu apoio e zelo foram indispensáveis nessa jornada de crescimento intelectual e pessoal.

Ser orientado por um Catedrático é uma honra e privilégio que posso contar. Agradeço imensamente ao meu orientador, o Professor Catedrático José Luiz Borges Horta. Desde sua criação, a Cátedra de Teoria Geral do Estado da Faculdade de Direito da UFMG se destacou como berço de mentes admiráveis, não apenas compartilhando conhecimento de forma excepcional, mas também construindo uma verdadeira Escola de Pensamento. Aqui, o caráter transversal e interdisciplinar tem norteado nossas reflexões sobre o Estado, impulsionando o fomento à diversidade de perspectivas e a união em torno de projetos comuns. Uma tradição marcada pela busca incansável de elevar o Estado de Direito como pilar da Contemporaneidade, iniciada pelo visionário Orlando Magalhães Carvalho e continuada por José Alfredo de Oliveira Baracho. Por todo o esforço e dedicação, serei eternamente grato. Suas orientações e ensinamentos foram fundamentais para meu crescimento intelectual e amadurecimento como pesquisador e professor. Os caminhos percorridos sob seu olhar atento tornaram-se marcos significativos em minha formação acadêmica. Que, a partir deste momento, eu possa prosseguir com responsabilidade a tarefa hercúlea de contribuir para o aprimoramento do pensamento sobre o Estado e seus desafios contemporâneos. O legado deixado por V. Ex., seus antecessores e a Cátedra como um todo servirá como guia e inspiração em meu percurso. Muito obrigado, José Luiz, por compartilhar seus conhecimentos e experiência com generosidade e excelência.

Hoje compreendo o que é de fato essa orquestra que chamamos de “Sinfilosofia” e como ela funciona trilhando um caminho de diversidade e pluralidade que representa numa reunião de esforços intelectuais, se revela como uma vigorosa unidade. Quero agradecer especialmente aos queridos pesquisadores e parceiros nessa jornada, Pedro Luiz Rodrigues, Lucas Amaral, Lucas Antônio, João Gabriel, Gabriel Niquini, Daniel Parreiras, João Pedro Carvalho, todos membros dedicados do gabinete que foram essenciais para a condução deste trabalho. Vocês representam parte significativa para este trabalho e sou muito grato pelas contribuições generosas.

A minha jornada acadêmica não teria sido a mesma sem o apoio dos meus queridos amigos, em especial, Victoria Nicolielo, André Almeida, João Vitor Moura, Lavinia Garcia, Mariana Gonçalves, Vitor Santos, Laila Marmedi, Caio Perona, Fernando Gontijo, Gustavo Magalhães, André Carvalho, Daniel Cunha, Hugo Teixeira, Marcus Vinicius, Pedro Bessa e Jorge Prym. Vocês enriqueceram minha jornada e me deram forças nos momentos em que mais precisava.

Registro minha mais profunda estima e gratidão ao estimado Antônio Augusto Anastasia, cuja erudição incomparável e *ethos* público de alta estatura têm servido como um farol de inspiração em minha vida. O apoio contínuo e inabalável que ele generosamente me forneceu durante meu mestrado foi um pilar inestimável nesta emocionante travessia acadêmica.

Agradeço a minha família, em especial ao meu pai afetivo Leo Santos, meu pai Geraldo Magela (*in memoriam*), à minha mãe Betânia e às minhas irmãs, Isabela, Pamela e Sophia, o apoio e amor que foram fundamentais.

Este trabalho também foi inspirado pelas maravilhosas experiências que tive durante os anos de 2019 e 2020, em Portugal, onde pude conhecer parte da Europa e me apaixonei profundamente. Agradeço à UFMG, à FUMP e à Universidade de Lisboa por me proporcionarem essa oportunidade que guardo com afeto.

Também dedico este trabalho a todos que me apoiaram durante minha vida acadêmica e profissional, aos colegas da FENECAP, ENECAPS, da 8ª turma de Ciências do Estado, e a todos que compartilharam comigo os ambientes de trabalho. Meus sinceros agradecimentos à Assembleia Legislativa de Minas Gerais, à Companhia de Saneamento de Minas Gerais, ao Instituto de Planejamento e Gestão de Cidades e à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e a Tem Base Consultoria.

Registro meus sinceros agradecimentos à minha primeira orientadora, a professora Dra. Carla Volpini, o Professor Paulo Roberto pelos ensinamentos do pensamento geoestratégico e ao prestigioso Centro de Excelência Jean Monnet da UFMG, sob a direção da Professora Dra. Jamile Bergamaschine Mata Diz. O Centro de Excelência, como parte do programa Erasmus da Comissão Europeia, desempenha um papel fundamental na disseminação, debate e diálogo sobre diversos aspectos da União Europeia. O suporte da Cátedra foi essencial para este trabalho. Sou grato por fazer parte desse ambiente de excelência e aprendizado.

Ao olhar para trás e refletir sobre os últimos dois anos, sinto uma profunda gratidão por cada aluno que compartilhou essa jornada acadêmica comigo. Cada disciplina que colaborei, como estagiário docente, foi enriquecida pela presença inspiradora e dedicada de todos os estudantes que cruzaram o meu caminho. Suas mentes ávidas por conhecimento, suas perguntas instigantes e seus esforços incansáveis em busca do aprendizado tocaram meu coração de forma indelével. Vocês foram o motivo do meu compromisso constante em querer lecionar, e cada sala de aula se transformou em um espaço de troca mútua, crescimento coletivo e construção conjunta do saber. Nunca tive tanto prazer em pensar política, Europa, América Latina. Obrigado por terem sido uma parte tão significativa da minha jornada como mestrando; sou grato por todas as experiências compartilhadas e pelas lembranças preciosas que levarei para sempre.

Cada um de vocês desempenhou um papel fundamental na conclusão deste trabalho e na minha jornada pessoal e acadêmica. Muito Obrigado!

RESUMO

A reunificação da Alemanha após a derrubada do Muro de Berlim e a Era Merkel tiveram um papel fundamental na dinâmica de poder na Europa, com impactos significativos tanto na União Europeia quanto no âmbito global. A adoção do euro, a crise financeira internacional de 2008 e a formação de novas alianças e parcerias estratégicas foram fortemente influenciadas pela *hegemonia alemã*, moldando a configuração geopolítica global dos últimos anos. Durante a Era Merkel, que compreendeu o período de 2005 a 2021, a Alemanha assumiu um papel central no velho continente. A dissertação investiga a dinâmica de poder dentro do bloco e como a *Bundesrepublik Deutschland* exerceu sua influência na integração europeia. A análise das políticas e práticas alemãs revelou como o país moldou as decisões da UE e influenciou outros países, blocos e instituições. Essa nova hegemonia alemã trouxe desafios para a Europa, exigindo uma reflexão sobre seu futuro funcionamento e regimento. Diferentes visões foram exploradas: uma Europa dominada pela Alemanha, e as perspectivas de coesão e desenvolvimento político da comunidade europeia. Além disso, a influência do Atlântico Norte, particularmente dos Estados Unidos da América, também teve destaque nas questões continentais. Essa análise é fundamental para entender as implicações da Era Merkel que trouxe à tona a relevância da Alemanha no cenário europeu contemporâneo e ressaltou seu papel nas arquiteturas políticas e no exercício de poder, tanto dentro como fora da União Europeia.

PALAVRAS-CHAVES: Alemanha; União Europeia; Hegemonia; Merkel; Poder.

ABSTRACT

The reunification of Germany after the fall of the Berlin Wall and the Merkel Era played a crucial role in the power dynamics in Europe, with significant impacts both within the European Union and globally. The adoption of the euro, the global financial crisis of 2008, and the formation of new strategic alliances and partnerships were strongly influenced by German hegemony, shaping the global geopolitical landscape in recent years. During the Merkel Era, which spanned from 2005 to 2021, Germany assumed a central role on the continent. The dissertation investigates the power dynamics within the bloc and how the *Bundesrepublik Deutschland* exerted its influence on European integration. The analysis of German policies and practices revealed how the country shaped EU decisions and influenced other countries, blocs, and institutions. This new German hegemony brought challenges to Europe, necessitating reflection on its future functioning and structure. Different visions were explored: a Europe dominated by Germany, as well as perspectives on cohesion and political development within the European community. Additionally, the influence of the North Atlantic, particularly the United States, also played a prominent role in continental affairs. This analysis is essential to understand the implications of the Merkel Era, which highlighted the relevance of Germany in the contemporary European scenario and emphasized its role in political architectures and the exercise of power, both within and beyond the European Union.

KEYWORDS: Germany; European Union; Hegemony; Merkel; Power.

RESÚMEN

La reunificación de Alemania después de la caída del Muro de Berlín y la Era Merkel desempeñaron un papel fundamental en la dinámica de poder en Europa, con impactos significativos tanto dentro de la Unión Europea como a nivel global. La adopción del euro, la crisis financiera global de 2008 y la formación de nuevas alianzas y asociaciones estratégicas estuvieron fuertemente influenciadas por la hegemonía alemana, dando forma al paisaje geopolítico global en los últimos años. Durante la Era Merkel, que abarcó desde 2005 hasta 2021, Alemania asumió un papel central en el continente. La disertación investiga la dinámica de poder dentro del bloque y cómo la República Federal de Alemania ejerció su influencia en la integración europea. El análisis de las políticas y prácticas alemanas reveló cómo el país moldeó las decisiones de la UE e influyó en otros países, bloques e instituciones. Esta nueva hegemonía alemana trajo desafíos para Europa, lo que requiere reflexionar sobre su futuro funcionamiento y estructura. Se exploraron diferentes visiones: una Europa dominada por Alemania, así como perspectivas de cohesión y desarrollo político dentro de la comunidad europea. Además, la influencia del Atlántico Norte, particularmente de Estados Unidos, también desempeñó un papel destacado en los asuntos continentales. Este análisis es esencial para comprender las implicaciones de la Era Merkel, que resaltó la relevancia de Alemania en el escenario europeo contemporáneo y enfatizó su papel en las arquitecturas políticas y el ejercicio del poder, tanto dentro como fuera de la Unión Europea.

PALABRAS CLAVE: Alemania; Unión Europea; Hegemonía; Merkel; Poder.

“A Alemanha e Berlim sobrepunham-se a tudo; a Alemanha era, é claro, o equilíbrio histórico no centro da Europa, bem como nosso inimigo histórico, a causa de duas guerras mundiais e agora, o principal campo de batalha da Guerra Fria, com Berlim a ser, literalmente, a sua linha da frente.”

ANATOLY DOBRYNIN, Embaixador Soviético em Washington, 1962-86

“A Liberdade deve estar ligada ao senso de Responsabilidade.”

ANGELA MERKEL, 2009

”Mas não teremos de aceitar a batalha?, observou o príncipe Andrew. Se todos quiserem, não pode ser ajudado, mas acredite, meu querido menino, não há nada mais forte que estes dois: paciência e tempo, eles farão tudo”

TOLSTÓI, *Guerra e Paz*

LISTA DE SIGLAS

AfD — Alternativa para a Alemanha

BCE — Banco Central Europeu

CDU — União Democrata-Cristã

CDU — União Democrata-Cristã ou Christlich-Demokratische Union Deutschlands

CECA — Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE — Comunidade Económica Europeia

CSU — União Social Cristã

Die Linke — A Esquerda

NATO — North Atlantic Treaty Organization

OTAN — Organização do Tratado do Atlântico Norte

PESC — Política Externa e de Segurança Comum

RDA — República Democrática Alemã

RFA — República Federal da Alemanha

SPD — Partido Social-Democrata da Alemanha

Tratado Euratom — Tratado da Comunidade Europeia de Energia Atômica

UE — União Europeia

UME — União Monetária Europeia

URSS — União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 A HEGEMONIA ALEMÃ NA UNIÃO EUROPEIA	29
2.1 Política e poder: a concepção do conceito de hegemonia	32
2.2 O conceito de hegemonia	40
2.3 A União Europeia em retrospectiva: sua constituição e seus tratados	47
2.4 A crise financeira de 2008	68
3 A ERA MERKEL	76
3.1 A trajetória de Angela Merkel em perspectiva com a história recente alemã	81
3.2 A jornada política de Angela Merkel: da juventude à chancelaria	82
3.3 A ascensão de Angela Merkel	88
3.4 As eleições e governos de Merkel	92
4. A NOVA DINÂMICA DE PODER NA UNIÃO EUROPEIA	107
4.1 O sonho europeu, a dinâmica franco-alemã e o direito	116
4.2 A Europa da OTAN	122
4.3 A Europa alemã	131
4.4 A Europa francesa	141
4.5 A Europa de Bruxelas	144
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156

1 INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta dissertação é tratar da dinâmica de poder na Europa, através da União Europeia, durante a Era Merkel, com foco central na *hegemonia alemã* e seus desdobramentos para o futuro da integração europeia e suas consequências para a geopolítica global.¹ A partir de uma análise dos fatos, das políticas e das práticas do Estado alemão dentro do velho continente, bem como os desdobramentos de outros países, blocos e instituições, é esperado colaborar na construção de uma visão ampla do papel dos alemães no cenário europeu e suas arquiteturas para o desenvolvimento político e exercício de poder dentro e fora da União Europeia (EU), além das idiossincrasias relevantes para o papel desempenhado pela *Bundesrepublik Deutschland*² no bloco europeu.

Ainda assim, abordaremos outras questões relevantes como a adoção do euro e a formação de novas alianças e parcerias estratégicas no âmbito internacional, todas influenciadas pela hegemonia alemã, fenômenos que podem ser observados principalmente nos últimos acontecimentos globais e os desafios que isso impõe à Europa. Também serão investigadas visões alternativas para o futuro funcionamento e regimento da UE, como uma Europa em que a Alemanha predomina, outra com a França, seguido por Bruxelas, no que pode-se nomear uma pauta federalista com um governo europeu concreto e, por fim, uma Europa guiada pelos interesses do Atlântico Norte, sobretudo com forte presença estadunidense nos assuntos continentais. O entendimento dessas questões é essencial para refletir e construir cenários futuros, de modo a especialmente, definir estratégias a serem tomadas pelos países membros da EU.

¹ Essa dissertação é apresentada em sede do Programa de Pós-Graduação em Direito e Justiça da Universidade Federal de Minas Gerais, está alinhado à Linha de Pesquisa 4, Estado, Razão e História, se enquadra na Área de Estudos *European Studies* e está inserido no Projeto Coletivo *Democracy and development: the construction of political, cultural and social cohesion, from Europe to the world*. O foco central da pesquisa está na intersecção entre a democracia e o desenvolvimento, examinando os mecanismos pelos quais a construção da coesão política, cultural e social ocorre na Europa e como esses modelos podem ser aplicados internacionalmente. A dissertação aspira analisar a dinâmica histórica e o papel do Estado e da razão no estabelecimento destes paradigmas de coesão, buscando compreender as complexidades envolvidas na transposição dessas abordagens para diferentes contextos globais.

² Em português: República Federal da Alemanha.

Desta forma, propomos uma reflexão crítica e histórica que visa uma abordagem interdisciplinar da Política, do Direito e do Estado, explorando diferentes perspectivas político-filosóficas a nível internacional. Inserindo-se intelectualmente na presente Linha de Pesquisa, “A Era Merkel”, marcada pelo pragmatismo e liderança da chanceler Angela Merkel, teve um impacto significativo na política europeia e também mundial. A avaliação das suas posições, sua imagem, sua história e seu recente legado, que trouxeram problemáticas consequências para o futuro da União Europeia, contribui para um debate mais amplo sobre o papel da Europa no tabuleiro global e as possíveis mudanças na dinâmica de poder regional, considerando as posições estadunidense e russa.

A União Europeia é uma das organizações políticas mais robustas e complexas existentes, sendo a Alemanha um dos seus países membros que detém maior protagonismo no bloco. Sob a liderança da chanceler Angela Merkel, por um período de 16 anos, entre 2005 e 2021, referente a um período de 4 mandatos consecutivos, o país germânico, que sempre teve uma influência significativa no continente europeu, retomou a sua hegemonia e nítida liderança. Merkel, reconhecida como uma autoridade influente, habilidosa, prática e conciliadora, deixou uma marca histórica na União e na “alma europeia”³. Desta forma, observamos como a Alemanha emergiu - ou se reencontrou - como uma potência hegemônica no Velho Continente, exercendo um poder significativo sobre inúmeras questões, pela política, economia e comércio.

Semelhante ao modo como os termos “era Thatcher” ou “era Roosevelt” foram cunhados para refletir os períodos dominados por esses líderes no Reino Unido e nos Estados Unidos, a chave “Era Merkel” reconhece a contribuição única e profunda de Merkel em uma nova definição do valor da Alemanha e da Europa durante seus mandatos como chanceler. Porém, no caso de Merkel e da Alemanha, a singularidade deste período temporal se dá ao representar a espiral da história retornando para um momento no qual os alemães, reunificados, se tornam hegemônicos através da política e da economia, como uma potência civil, não mais como potência militar dos séculos passados. Angela Merkel representa a caricatura⁴ de uma Era - da estabilidade econômica, da ordem e exercício da

³A figura de Carlos Magno está associada ao início do período medieval na Europa e à preservação e disseminação de uma identidade cultural que mais tarde seria considerada parte da “alma europeia”.

⁴A palavra “caricatura”, cuja etimologia (1836) remete ao 'ato ou efeito de carregar', é definida nos dicionários como “Representação grotesca ou exagerada de pessoas ou acontecimentos”. Nesse contexto

política e da liderança equilibrada na União Europeia diante de inúmeras crises que ameaçam seu sonho original. Durante seus mandatos, Merkel conquistou a reputação de ser uma líder sóbria, pragmática, determinada, responsável e realista, que conseguia navegar pelas complexidades do cenário político europeu e mundial.

A chanceler foi símbolo da defesa do multilateralismo e da integração europeia, lidando com inúmeras crises, como a financeira de 2008 (a qual nos dedicamos em recorte específico), a crise dos refugiados de 2015, e a crise pandêmica da Covid-19. Assim, ela ilustra a Era em que a Alemanha consolidou-se como um pilar de poder na Europa e no mundo. Sua liderança tranquila e resiliente tornou-se um contraponto aos movimentos de populismo e nacionalismo que emergiram em outras partes do mundo durante seu tempo no poder.⁵ Esta é a razão pela qual Merkel é frequentemente considerada a figura de uma Era - uma representação fiel e emblemática da política, do Espírito e das tendências do tempo em que governou.

A partir da obra *Una Europa alemana*, do sociólogo alemão Ulrich Beck⁶, que elenca um conjunto de reflexões sobre a posição da Alemanha na União Europeia e as implicações dessa liderança para o futuro do Continente, é possível compreender como a crise financeira de 2008, que expôs as inúmeras contradições do modelo de integração europeia, revelou a hegemonia da Alemanha no bloco político-econômico europeu. Beck defende que a Alemanha, ao se tornar a maior economia da UE, assumiu um papel central no

simbólico, Angela Merkel pode ser vista como uma caricatura dos numerosos acontecimentos e fatos marcantes do início do século XXI. Para alguns, ela pode ser considerada uma representação modesta, enquanto para outros, uma representação exagerada que “carrega” o peso da política alemã e europeia durante esse período.

⁵ Uma imagem que ilustra bem essa afirmação é a que Angela Merkel com as mãos sobre a mesa confronta o presidente norte-americano Trump durante a cúpula do G7 em Quebec, Canadá. Uma imagem com as maiores lideranças globais e o presidente americano Donald Trump com braços cruzados capturada por Jesco Denze, fotógrafo oficial do gabinete alemão, tomou as redes sociais no dia 09 de junho de 2018. A foto, que documenta um momento tenso e espontâneo entre sessões de trabalho, mostra Merkel, Trump e outros líderes do G7 em meio à discordância gerada pela decisão dos EUA de taxar importações, o que levou a ameaças de retaliação por parte dos demais países. O incidente, que incluiu Trump criticando o primeiro-ministro canadense, Justin Trudeau, e cogitando dobrar as tarifas de importação para atingir a indústria automobilística, foi alvo de inúmeros memes. Esses variaram desde comparações com a arte renascentista, dada a composição da foto, até referências ao reality show “O Aprendiz”, anteriormente apresentado e co-produzido por Trump. *In: QUEM é quem na foto de Merkel ‘encarando’ Trump durante a cúpula do G7. BBC News Brasil, 11 jun. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44436613>. Acessado 26 de julho de 2023.*

⁶ BECK, Ulrich. *Una europa alemana*. Barcelona: Grupo Planeta Spain, 2012.

processo de integração e explica de que maneira isso influenciou a tomada de decisões na Europa. O autor também discute como, através da política econômica, especialmente pela narrativa da austeridade fiscal alemã, foram impostas várias medidas a outros países europeus em detrimento de políticas sociais e do modelo de um Estado de bem-estar social. Assim, o sociólogo explora o paradoxo de como a Alemanha, líder da UE, também é vista por muitos como a principal responsável pela erosão dos princípios de solidariedade e da coesão entre os países do bloco. Desta forma, argumenta-se que a crise financeira foi uma oportunidade perdida para reformular o projeto europeu e estabelecer uma união mais justa, coesa e solidária. Ao invés deste caminho, a Alemanha e outros países do “bloco norte” da Europa impuseram sua visão de austeridade, com especial relevância da unidade econômica e monetária, à união política e social. O livro, que foi inspiração para esse trabalho, apresenta reflexões sobre o paradoxo alemão diante das contradições das imposições da sua visão e exercício de poder, a união monetária sem união política, além das concepções sobre o futuro da Europa, a chamada “nova guerra dos trinta anos”⁷, as ameaças e oportunidades dentro do contexto do Velho Continente.

Estimulada por essas inúmeras questões recentes, mas também compreendendo o passado europeu, é evidente a consternação de que a Alemanha tem tido intenso protagonismo na história da civilização europeia, tanto em relação às mudanças ideológicas quanto aos conflitos e processos de expansão. A luta pelo domínio alemão revela-se uma constante na história europeia e tem influenciado tanto as mudanças internas quanto a geopolítica global. Neste sentido, Brendan Simms, em seu livro *Europa - a luta pela supremacia: de 1453 aos nossos dias* afirma categoricamente que:

Não é surpreendente, por conseguinte, que a luta pelo domínio da Alemanha também domine o processo de mudança interna na Europa. Os ingleses revoltaram-se contra Carlos I porque este não foi capaz de proteger os príncipes

⁷ Beck defende que a UE enfrenta uma série de desafios, incluindo a crise do euro, a migração em massa, a ascensão do nacionalismo e do populismo, e a incerteza geopolítica. Esses desafios, segundo ele, criaram uma situação de incerteza e conflito que se assemelha à Guerra dos Trinta Anos, que foi um conflito religioso e geoestratégico entre os países protestantes e católicos do continente europeu que marcou as relações europeias entre 1618 a 1648, e moldou o retorno aos princípios de tolerância religiosa que foram sumariamente excluídos durante a idade média. Isso se deve pela ocorrência entre as diferentes visões de integração europeia, entre os países do norte e do sul da UE e entre os defensores da soberania nacional e os defensores de uma maior integração europeia. A fim de compreender os motivos geopolíticos da Guerra dos Trinta Anos: Cf. KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. 1. Ed. São Paulo: Saraiva Uni., 2012, capítulo 3. E para enfatizar os motivos históricos e religiosos. Cf. WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. 78. Ed. Brasília: UnB., 2004, capítulos 16 e 17.

protestantes alemães, de quem dependiam as suas próprias liberdades; os franceses romperam com Luís XVI por causa da sua alegada subserviência à Áustria; e os russos desistiram do czar porque este não foi capaz de lidar com o II Reich. A Alemanha foi também o cadinho das mais importantes mudanças ideológicas da Europa: a Reforma, o marxismo e o nazismo foram todos lá incubados e conformaram a geopolítica global de maneiras decisivas. A busca de segurança e a demanda de predomínio também motivaram a expansão da Europa, das primeiras viagens de Colombo à “corrida a África”, o “Scramble for Africa”, do século XIX, e esteve também por trás do processo de descolonização. Isto nem sempre foi determinado, é certo, por considerações alemãs, mas a questão nunca esteve longe da superfície, como atestam as tentativas dos marinheiros ingleses dos séculos XVII e XVIII para manter o equilíbrio no Império interceptando o fornecimento de ouro do Novo Mundo aos seus rivais, as observações de William Pitt sobre “ganhar a América na Alemanha”, a demanda de uma expansão imperial pelos franceses em fins do século XIX para contrabalançar a Alemanha imperial e a tentativa de mobilizar os judeus do mundo inteiro contra o Kaiser por meio da Declaração Balfour, que culminou na criação do Estado de Israel depois da Segunda Guerra Mundial.⁸

Simms destaca o papel central da Alemanha na história europeia, especialmente no que diz respeito à luta pela supremacia na Europa. Uma questão clara sobre a liderança alemã na Europa é que “após a sua reunificação em 1990, [a Alemanha] tornou-se o maior país em termos demográficos e económicos da UE.”⁹ Condição que possibilita, assim, a compreensão de que a Alemanha tem tido influência significativa em eventos políticos, sociais, culturais e militares que afetaram todo o continente europeu desde a Idade Média até os dias atuais e, por conseguinte, influenciando a história do próprio Ocidente. Isso pode ser refletido em momentos cruciais em que a Alemanha foi extremamente relevante na história europeia, como a Reforma Protestante, a Revolução Industrial, as Grandes Guerras Civis do século XX¹⁰ e a Guerra Fria, além dos recentes acontecimentos como a reunificação alemã, a crise financeira da zona do euro, o deslocamento migratório, o “Brexit”¹¹ e a pandemia de Covid-19.

⁸ SIMMS, Brendan. *Europa: A Luta pela Supremacia - De 1453 aos Nossos dias*. Lisboa: Edições 70, 2018, p. 38.

⁹ CUNHA, Alberto. A Alemanha de Merkel durante e após a crise do euro: Hegemonia relutante?. *Relações Internacionais*, n. 70, p. 33-53, 2021.

¹⁰ Primeira e Segunda Guerra mundial. Em suas aulas e cursos, José Luis Borges Horta defende que as ditas guerras mundiais são na verdade uma Grande Guerra Civil.

¹¹ Brexit é um termo que combina as palavras “*Britain*” (Grã-Bretanha) e “*exit*” (saída), referindo-se à decisão do Reino Unido de se retirar da União Europeia em 2017. A liderança de Merkel mais uma vez foi relevante em manter a coesão do bloco na negociação da saída da ilha.

Desta forma, se discute, no Capítulo I, os princípios para entender a hegemonia alemã no Continente Europeu, chegando ao atual formato da União Europeia. De início, visa-se entender os conceitos básicos de política e poder, matéria prima básica para compreensão de qualquer dinâmica de um bloco político, econômico e cultural. Assim como compreender o histórico da União Europeia e as diversas fases pelas quais a organização passou é essencial para captar a posição do continente e da Alemanha atualmente. Com isso, pretende-se alcançar a assimilação da ascensão nos tempos da “terra dos alemães” como potência na UE, percebendo que o país se tornou uma das economias mais importantes da Europa e do mundo e passou a exercer uma influência e liderança significativa no continente europeu.

Além disso, a teoria da hegemonia é essencial para classificar o papel da Alemanha na UE. O conceito de hegemonia, desde suas raízes em Gramsci, cuja compreensão expressa que aquela não é apenas o resultado da força bruta, mas também da capacidade de persuasão e da construção de consenso, pode ser exemplificado da seguinte forma:

Por hegemonia política deve-se entender a liderança exercida por uma classe hegemônica sobre as classes subalternas, não apenas através da coerção ou do controle dos meios de produção, mas também pela difusão de valores culturais, crenças e ideologias que são internalizadas pelas classes subalternas e que servem para perpetuar a dominação da classe hegemônica.¹²

Buscando também por concepções mais modernas através de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe,¹³ que expandiram a ideia de hegemonia de Gramsci para incluir questões da dimensão do exercício do poder; e entendendo que hegemonia é construída por meio da articulação de demandas e identidades políticas em torno de um “ponto nodal”, que se traduz em uma ideia, demanda ou identidade capaz de unificar uma ampla variedade de demandas políticas e sociais — assim como no projeto europeu -, Laclau e Mouffe recordam a importância da construção de um discurso hegemônico, que será temática neste primeiro capítulo. Desta forma, tal entendimento é central para a compreensão da dinâmica de poder dentro das organizações, e de como a hegemonia alemã na UE levanta questões

¹² GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos [v. 1]*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p. 218.

¹³ ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.

importantes sobre o equilíbrio de poder e a capacidade da UE de atuar como um bloco unificado e coeso.

Por fim, a influência alemã nas decisões da UE é um tópico crucial para entender o funcionamento da organização. A Alemanha tem uma expressiva capacidade decisória junto às instituições e um peso significativo sobre questões importantes, como política monetária, migração e comércio, assim, compreender como a Alemanha molda as políticas e as decisões da UE é fundamental para interpretar as dinâmicas de poder e os desafios enfrentados pelo conjunto político dos Estados-nação - isso será trabalhado durante todo o texto e compreendido simbolicamente através do dilema financeiro de 2008.

Aliás, a crise financeira de 2008 catalisou a ascensão da Alemanha como uma força hegemônica dentro da União Europeia, solidificando a sua influência nas políticas econômicas e monetárias da região. Esta escalada foi impulsionada pela habilidade da Alemanha de resistir o colapso econômico de forma relativamente eficaz, graças à solidez da sua economia através da sua indústria que não parou e à prudência fiscal, traço do marcante valor de “responsabilidade” dos alemães, ao contrário de muitos dos seus vizinhos no velho continente. A Alemanha, sob a liderança de Angela Merkel e do União Democrata-Cristã (CDU), desempenhou um papel fundamental na coordenação de resgates financeiros para países em dificuldades, como a Grécia e Portugal. No entanto, as medidas de austeridade associadas a esses resgates, influenciadas pela posição de Berlim, geraram um ressentimento e cisões significativas. Esses fatores explicam de forma considerável a posição hegemônica da Alemanha na Europa - ainda mais pós-2008 - mas também levantam desafios futuros, como o euroceticismo crescente e a tensão entre a estabilidade do euro e a ascensão econômica.

Ou seja, em síntese, cabe ao capítulo I discutir inicialmente a hegemonia alemã na UE através de uma análise histórica, da teoria da hegemonia e da influência alemã nas decisões da UE. Destarte, torna-se preciso compreender a posição da Alemanha no bloco e os desafios enfrentados pela Organização na busca por uma integração mais sólida e equilibrada, dentro do projeto de desenvolvimento político e buscando a construção da narrativa da coesão política, cultural e social da Europa para o mundo.

Já no capítulo II, *A Era Merkel*, será retratado o período de 16 anos em que Angela Merkel governou a Alemanha, de 2005 a 2021. A trajetória de Merkel se coloca em

perspectiva com a história recente alemã, marcada por acontecimentos como a reunificação do país e o papel da Alemanha na União Europeia. A Primeira-Ministra liderou as eleições parlamentares alemãs em 2005, tornando-se a primeira mulher a ocupar o cargo de chanceler na história da Alemanha. Durante seu governo, ela liderou com vigor a política externa alemã e desempenhou um papel importante na crise financeira de 2008, bem como em outras crises. Angela também foi uma figura proeminente na União Europeia, sendo reconhecida como uma líder influente e habilidosa em negociações com outras potências globais.

A política externa alemã sob sua liderança foi inúmeras vezes acusada e taxada de ser excessivamente cautelosa e de não ter tomado posições firmes em questões importantes. Dentro da perspectiva do autor Ulrich Beck, a tradução do exercício de poder da Alemanha se encontra na carregada palavra “responsabilidade”,¹⁴ termo usado inúmeras vezes pela emblemática líder. Contrariamente, a liderança alemã na crise financeira foi controversa, e com perspectivas distintas sobre as ações tomadas.

Um dos pontos mais emblemáticos do governo Merkel foi seu protagonismo na crise da Grécia, quando a Alemanha demonstrou seu poder de impor condições inflexíveis para o resgate financeiro do país. Nesse contexto, Merkel foi a personagem principal, que, por meio de sua abordagem firme com os gregos, explicitou sua política de estabilidade econômica da UE acima dos interesses sociais e humanitários, atentando até mesmo contra a intitulada soberania dos Estados membros. O exercício da intensa negociação e da imposição de sua agenda é algo importante para compreender o simbolismo da Era Merkel.

Assim, o segundo capítulo trabalhará a Era Merkel como esse período representativo na história recente alemã e europeia, conectando a imagem da *Premier* com o perfil conciliador e uma imagem nítida de estabilidade que deixou uma marca histórica com prospecções geopolíticas e estratégicas (como é nítido em seu discurso no parlamento europeu em novembro de 2018).¹⁵ Também será apresentada de forma descritiva a ascensão da chanceler, assim como as eleições e governos da Alemanha pós-reunificação.

¹⁴ BECK, *Una europa alemana, cit.*

¹⁵ MERKEL, Angela. Debate on the Future of Europe. Sessão Plenária 2018/11, 13 nov. 2018. Em: Parlamento Europeu. Strasbourg: União Europeia, 2018.

Já no terceiro capítulo, *A dinâmica de poder na União Europeia*, abordaremos a complexidade do papel das principais instituições da UE, suas lideranças e relações com os Estados-membros europeus, as coalizões políticas, os desafios enfrentados pela Organização e a relação com outras potências mundiais, mas também o embate político e ideológico sobre os rumos que a Europa unida pode percorrer para se firmar no tabuleiro internacional. Além disso, discutimos suas alternativas que enxergam, por vezes no protagonismo das instituições de Bruxelas, ou nos Estados nacionais, como a Alemanha e França, a sua força para se estabelecer concretamente no sistema global. Não apenas isso, há também fortes interesses estadunidenses na Europa continental, vista como ponte para manutenção da hegemonia dos Estados Unidos. Destacamos que, durante a Era Merkel, a Alemanha exerceu uma influência significativa na UE, liderando esforços para gerenciar crises como a financeira de 2008. No entanto, as tensões entre a Alemanha e outros países europeus levantaram questões sobre a natureza da dinâmica de poder na UE, e a relação do bloco com outras potências mundiais, como a Rússia, a China e os Estados Unidos, tópico importante na dinâmica de poder da Organização. A partir da teoria da integração europeia, veremos indiretamente as principais correntes como: o funcionalismo, o neofuncionalismo e o intergovernamentalismo. Entendendo que o funcionalismo enfatiza a cooperação entre os Estados em áreas técnicas e econômicas específicas, aumentando a interdependência e promovendo a paz. Já no neofuncionalismo, se amplia essa visão ao destacar o papel das instituições supranacionais e dos atores não estatais, com a integração ocorrendo por meio de um efeito cascata chamado “*spillover*”¹⁶. Por fim, é exposto como o intergovernamentalismo atribuiu maior importância às decisões dos governos nacionais, que cooperam com base em seus interesses e preferências, mantendo as instituições supranacionais em um papel limitado.¹⁷ A compreensão dessas três perspectivas teóricas permite uma análise aprofundada das múltiplas forças que influenciam a integração europeia e suas dinâmicas de poder, com a centralidade na Alemanha. No terceiro capítulo

¹⁶ Spillover é um conceito criado na década de 1960 pela teoria neo-funcionalista para explicar a integração europeia. Ele descreve a dinâmica pela qual os membros de um bloco regional são encorajados a expandir o alcance ou aumentar o nível de seus compromissos mútuos, ou ambos. Cf. RAMOS, Cláudia; VILA MAIOR, Paulo. Perspectivas teóricas sobre a integração europeia. *Relações Internacionais*, v. 16, p. 103-116, 2007.

¹⁷ *Idem*.

também é trabalhado a origem do sonho europeu, passando pelos alinhamentos da UE com a *North Atlantic Treaty Organization* (NATO), a concepção dos franceses, dos burocratas e da exemplificação da hegemonia alemã de Beck.

Em resumo, a dinâmica de poder na UE é influenciada pela interação entre as principais instituições da UE, as coalizões políticas, os desafios enfrentados pela organização e a relação com outras potências mundiais. A liderança da Alemanha na UE durante a Era Merkel foi significativa, mas também levantou questões sobre a natureza da dinâmica de poder na organização.

Contudo, antes de adentrar na vida política da Europa, na Era Merkel e como a dinâmica do poder se situa, é importante introduzir o funcionamento e a estrutura do Estado Federal Alemão.

A Alemanha é uma República Parlamentar Federal de dezesseis estados subnacionais (*Länder*)¹⁸. O país, porém, não é uma federação de gigantesco território, como os EUA e a Rússia, mas nem por isso é menos federação que seus pares, pois, como bem aponta Daniel Cabaleiro:

“A formulação geral do programa federalista corresponde a uma necessidade de operacionalizar a gestão das funções de Estado em um território amplo. Não é, porém, um pressuposto fático do federalismo a grandeza das fronteiras, sendo exemplo de estado federal a Alemanha moderna.”¹⁹

Dentro desta federação em sua forma de Estado, Daniel Cabaleiro aponta que:

A Lei Fundamental alemã de 1949 (*Grundgesetz*) prevê, em seu art. 104 (b), a possibilidade de transferências do nível central de governo para cada estado-federado, objetivando a evitar distúrbios no equilíbrio econômico geral, equalizar diferentes capacidades econômicas e promover o crescimento econômico. Para além das transferências, o sistema federativo alemão contempla, bem assim, a participação direta dos entes subnacionais na arrecadação tributária do governo central, conforme disciplina do art. 106, itens 3, 4 e 7 da Lei Fundamental. O modelo misto alemão, que contempla tanto transferências, quanto a partilha direta do produto da arrecadação tributária, é espelhado, em grande medida, pelo modelo brasileiro, concebido em 1988, ambos visando a obter a redução das desigualdades regionais (ou a “uniformidade das condições de vida”, *Einheitlichkeit der Lebensverhältnisse*, no texto alemão). É interessante observar, outrossim, que a **Lei Fundamental alemã zela pela autonomia,**

¹⁸ São eles: Baden-Württemberg, Baviera, Berlim, Brandemburgo, Bremen, Hamburgo, Hesse, Mecklemburgo-Pomerânia Ocidental, Baixa Saxônia, Renânia do Norte-Vestfália, Renânia-Palatinado, Sarre, Saxônia, Saxônia-Anhalt, Schleswig-Holstein e Turíngia. Cada um desses Estados tem um grau significativo de autonomia e possui seu próprio governo e constituição.

¹⁹ SALDANHA, Daniel Cabaleiro. *Formação jurídica do Brasil: uma história do federalismo à brasileira*. 2017. 283f. Tese (Doutorado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010, p. 212.

contemplando um interessante mecanismo de salvaguarda dos orçamentos estaduais. Explica-se: o acréscimo de despesas (ou redução de receitas), imposto a um determinado ente subnacional, por norma nacional, deve ser compensado por repasses adicionais, com vistas a mitigar a sobrecarga, nos termos do que dispõe o art. 106.²⁰

Os Estados subnacionais têm sua representação no nível federal através do *Bundesrat*, que é uma das duas casas do parlamento alemão. Já o legislativo na Alemanha é centralizado no *Deutschen Bundestag*, sendo o *Bundestag* “a câmara baixa” e o *Bundesrat* - ou Conselho Federal -, “a câmara alta”. O *Bundestag* é a câmara principal do parlamento e seus membros são eleitos diretamente pelo povo a cada quatro anos, através de um sistema de representação misto, sendo a metade dos assentos ganhos por maioria simples em distritos eleitorais, enquanto a outra metade é preenchida por listas de partidos em cada um dos *Länder*. O *Bundesrat* representa os 16 *Länder* no nível federal. Ele não é eleito diretamente pelo povo, mas pelos governos estaduais. As leis que afetam os *Länder* devem ser aprovadas pelo *Bundesrat*.²¹

Sendo um parlamentarismo republicano, a Alemanha tem seu presidente como chefe de estado, exercendo um papel majoritariamente simbólico. O presidente é eleito a cada cinco anos pela Assembleia Federal (*Bundesversammlung*), um órgão eleitoral especial composto por membros do *Bundestag* e representantes dos *Länder*. Os membros da Assembleia Federal não são obrigados a votar de acordo com a orientação de seus partidos políticos e não estão sujeitos a mandatos imperativos - o que significa que são livres para votar de acordo com suas próprias convicções.²²

Já o chanceler (*Bundeskanzler*), que é o Chefe de Governo, exerce a maior parte do Poder Executivo. Uma vez eleito pelo *Bundestag*, ele propõe membros do gabinete²³, que são então nomeados pelo presidente. Sendo o líder do partido ou coalizão com a maioria dos assentos no *Bundestag*, o Chefe de Governo tem uma série de responsabilidades e poderes significativos, representando a Alemanha tanto no país como no exterior. Ele

²⁰ *Ibidem*, p. 213.

²¹ German Bundestag. *O Parlamento*. [s. n. t.]. Disponível em: <https://www.bundestag.de/pt/parlament>. Acesso em: 26 jun. 2023.

²² BUNDESVERSAMMLUNG. *Parlament Österreich*. [s. n. t.]. Disponível em: <https://www.parlament.gv.at/verstehen/das-hohe-haus/bundesversammlung/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

²³ São membros do gabinete, aqueles que exercem funções executivas ministeriais.

determina a direção geral da política do governo e tem a autoridade para estabelecer diretrizes políticas - funções estas que se aglutinam no princípio conhecido como “*Richtlinienkompetenz*”.²⁴

No judiciário, a mais alta corte na Alemanha é o Tribunal Constitucional Federal (*Bundesverfassungsgericht*), que é responsável pela interpretação da Lei Fundamental. Ele atua como uma corte de recurso final e também pode declarar leis inconstitucionais, exercendo o controle constitucional do país.²⁵

A Corte de Contas na Alemanha é conhecida como *Bundesrechnungshof* ou Tribunal Federal de Auditoria. É a autoridade federal suprema para questões de auditoria na República Federal da Alemanha e existem órgãos equivalentes a nível estadual. O estatuto do *Bundesrechnungshof*, seus membros e suas funções essenciais, assim como sua autonomia, são garantidos pela Lei Fundamental.²⁶

O sistema partidário e eleitoral da Alemanha é multipartidário e de representação proporcional. Os principais partidos do ponto de vista de número de assentos na Alemanha são o Partido Social Democrata da Alemanha, a União Democrata-Cristã, junto com a sua aliada bávara, a União Social-Cristã, o Partido Liberal Democrático, a Aliança 90/Os Verdes, e o partido de esquerda *Die Linke* (A esquerda). O sistema eleitoral é caracterizado pela chamada “representação proporcional mista”. No *Bundestag*, cada eleitor tem dois votos, o primeiro é para eleger diretamente um candidato no seu distrito eleitoral. Metade dos assentos no *Bundestag* são preenchidos desta maneira. Esses assentos são preenchidos pelo método de maioria simples, ou seja, o candidato que recebe a maioria dos votos em um distrito ganha o assento. Já o segundo voto é para um partido político em nível estadual. Esta votação determina a composição geral do *Bundestag*. Os assentos são distribuídos entre os partidos que obtêm pelo menos 5% dos votos em nível nacional ou ganham pelo menos três assentos por eleição direta. Esta cláusula de barreira de 5% é projetada para prevenir a

²⁴ DER BUNDESKANZLER DER BUNDESREPUBLIK DEUTSCHLAND. *Startseite*. [s. n. t.]. Disponível em: <https://www.bundestag.de/bk-de>. Acesso em: 26 jun. 2023.

²⁵ BUNDESVERFASSUNGSGERICHT. *Organisation*. [s. n. t.]. Disponível em: https://www.bundesverfassungsgericht.de/DE/Das-Gericht/Organisation/organisation_node.html. Acesso em: 26 jun. 2023.

²⁶ BUNDESRECHNUNGSHOF. *Startseite*. [s. n. t.]. Disponível em: https://www.bundesrechnungshof.de/DE/0_home/home_node.html. Acesso em: 26 jun. 2023.

fragmentação política e garantir a estabilidade governamental. No final, a distribuição dos assentos no *Bundestag* reflete a proporção dos votos recebidos pelos partidos. Isso cria um sistema de representação proporcional, garantindo que os partidos menores também tenham representação no *Bundestag*.²⁷

Nos *Länder*, os eleitores elegem os parlamentos estaduais, que, por sua vez, elegem o ministro-presidente do estado e também desempenham um papel na política federal através da sua representação no *Bundesrat*.

Na esfera econômica, o *Bundesbank* é responsável pela implementação da política monetária na Alemanha, que é estabelecida pelo Banco Central Europeu (BCE). Suas tarefas incluem a emissão e retirada de euro em circulação na Alemanha, a administração das reservas de moeda estrangeira do país, a supervisão dos bancos na Alemanha e a manutenção da estabilidade dos sistemas de pagamento. O *Bundesbank* é reconhecido por sua independência e seu foco na estabilidade de preços, sendo uma das instituições mais respeitadas na Alemanha, com forte influência sobre a política monetária na zona do euro.²⁸

Por fim, as forças militares, na Alemanha, são conhecidas como *Bundeswehr*, sendo responsáveis pela defesa nacional, operações de paz, e cooperação internacional em questões de segurança. Ela é uma força armada profissional composta por militares voluntários, bem como por um número limitado de militares conscritos. A *Bundeswehr* é subordinada ao Ministério da Defesa da Alemanha, que é responsável pela formulação da política de defesa e pelos assuntos relacionados à *Bundeswehr*. O Ministro da Defesa é o principal responsável pela supervisão em tempos de paz e o chanceler é o comandante das forças militares em tempos de guerra. Ela é organizada em Exército (*Heer*); Marinha (*Marine*); Aeronáutica (*Deutsche Luftwaffe*); Serviço Médico das Forças Armadas (*Sanitätsdienst der Bundeswehr*); o Serviço de Apoio Comum (*Streitkräftebasis*); e Comando do Espaço Cibernético e de Informação (*Kommando Cyber - und Informationsraum*).

A partir dessa compreensão geral sobre a *Deutschland*, avançaremos para a análise da liderança alemã na UE e de Angela Merkel, permitindo uma melhor compreensão das

²⁷ KRAUSE, Silvana; KESTLER, Thomas. Sistemas Eleitorais: um diálogo comparado com Brasil e Alemanha. *Cadernos Adenauer*, v. 4, p. 81-101, 2017.

²⁸ ORGANISATION. [s. n. t.]. Disponível em: <https://www.bundesbank.de/en/bundesbank/organisation>. Acesso em: 26 jun. 2023.

políticas internas e externas da União Europeia no período recente e de como os interesses nacionais e regionais se entrelaçam. Esse estudo é fundamental para entender as estruturas de poder, os processos de tomada de decisão e as motivações por trás das ações adotadas pelos países-membros, bem como a dinâmica política e a cooperação que ocorrem no contexto europeu.

Diante disso, o papel da União Europeia como ator geopolítico global sob a liderança alemã é fundamental para os *European Studies*, compreendendo as relações internacionais, a Política, o Direito e o Estado, assim como a nova ordem mundial e suas perspectivas. Pretende-se que o trabalho contribua para a discussão sobre os desafios e oportunidades enfrentados pela União Europeia e seus membros no contexto de um mundo em constante mudança.

2 A HEGEMONIA ALEMÃ NA UNIÃO EUROPEIA

“Nenhum espírito individual equivale a uma mentalidade coletiva.”

PERRY ANDERSON²⁹

A concepção de que a Alemanha assumiu uma posição de centralidade de poder na União Europeia (UE), fundamentada na sua forte economia e no exercício de sua liderança política, ressalta o seu papel de destaque dentro do bloco econômico-político, compreendendo sua capacidade institucional e estrutural, pelo que se faz nítido observar a existência da hegemonia regional, a *hegemonia alemã*. Desde a reunificação das duas Alemanhas em 1990 - a República Federal da Alemanha (RFA), a Alemanha Oriental, e a República Democrática Alemã (RDA), a Ocidental -, o Estado ressurgiu como um potente ator político do Velho Continente, assim como potência global.³⁰ A partir de sua reunificação a lógica de poder - o equilíbrio de forças dentro do bloco europeu e também no continente - deveria ser reorganizado, sobretudo com a França e Grã-Bretanha, que estavam com posições fortalecidas no cenário europeu com a divisão e ocupação da Alemanha.³¹

Inúmeras transformações aconteceram entre a reunificação do poderoso país germânico até o fim de 2021, passando pelas suas primeiras eleições como Estado unificado, a introdução do euro em 2002, a eleição da União Democrata-Cristã em 2005, (CDU) na figura de sua líder, Angela Merkel, como Chanceler da Alemanha, até a pandemia do Covid-19. Assim, partindo de uma observação crítica dos acontecimentos desde o nascimento da Federação, nota-se o papel influente desempenhado pelos alemães durante

²⁹ Perry Anderson é historiador e autor do ensaio *Le nouveau Vieux Monde. Sur le destin d'un auxiliaire de l'ordre américain* [O novo Velho Mundo. Sobre o destino de um auxiliar da ordem norte-americana], Agone, Marselha, 2011.

³⁰ ANDERSON, Perry. A Europa diante da hegemonia alemã. *Le Monde Diplomatique*. [S. l.], 4 dez. 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-europa-diante-da-hegemonia-alema/>. Acesso em: 22 mai. 2023.

³¹ Analogamente, a unificação dos Estados germânicos na Alemanha, em 1871, a tornou no Estado mais poderoso do continente europeu, enfraquecendo, principalmente, a França e, posteriormente, desafiando os britânicos até a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) com a luta generalizada entre as potências europeias.

a crise financeira europeia, em que a Alemanha, em virtude de sua estabilidade financeira, foi capaz de ditar políticas de austeridade que afetaram profundamente outros países-membros da UE. Esta capacidade da força econômica é um componente chave da noção de hegemonia alemã, assim como a importância e esforços despendidos pelo país para manter a estrutura do bloco firme aos choques econômicos e políticos oriundos da crise de 2008³².

No entanto, a percepção e interpretação do papel da Alemanha na UE, assim como de sua hegemonia, são complexas e multifacetadas. Nesse sentido, Alberto Cunha leciona que:

“A literatura resultante menciona não só a existência de tal dominação como se debruça sobre a caracterização de alguns dos aspectos do seu funcionamento, quer seja o seu caráter não militar, quer sua característica “civil/normativo”³³ ou “geoeconómico”.³⁴

O caráter não militar da Alemanha pós-1990 ganha contornos interessantes, tanto pela diminuição de suas capacidades militares - pelo menos até 2022³⁵ - quanto pela sua política orientada à resolução pacífica de conflitos e à cooperação internacional³⁶.

³² CUNHA, Alberto. Europe’s Hegemon? The Nature of German Power During Europe’s Crisis Decade. *E-International Relations*. 23 ago. 2021. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2021/08/23/europes-hegemon-the-nature-of-german-power-during-europes-crisis-decade/>. Acesso em: 22 mai. 2023.

³³ “Anteriormente ao Governo de Merkel, que subiu ao poder em novembro de 2005, outra linha da literatura concentra-se na posição interpretativa do poder da Alemanha como sendo uma potência civil (*Zivilmacht*), profundamente enraizada na ordem do pós-Segunda Guerra Mundial. A origem deste conceito provém de uma «reflexão [...] de François Duchêne sobre a Europa em 1973, tendo o conceito sido adotado posteriormente por académicos como Hanns Maull. Os autores que trabalham com essa literatura tendem a considerar a Alemanha como um ator normativo que tem focado amplamente a sua política externa em valores que considera não negociáveis, como evitar o uso da força militar, pacifismo, uma atitude reflexiva pró-regional de integração, uma orientação pró- -ocidental (herança do *Westbindung* de Konrad Adenauer) e uma atitude multilateral na abordagem de crises e disputas por meio de fóruns internacionais.” em CUNHA, A Alemanha de Merkel durante e após a crise do euro, *cit.*

³⁴ Tradução livre de CUNHA, Europe’s Hegemon?, *cit.* “The resulting literature mentions not only the existence of such a domination but focuses on characterizing some of the aspects of its functioning, whether its non-military nature or its “civil / normative” or “geoeconomic” character.”

³⁵ ORGAZ, Cristina J. Qual é o plano histórico de rearmamento da Alemanha (o maior desde a Segunda Guerra Mundial)? *BBC News Brasil*, [s. l.], 5 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61669507>. Acesso em: 25 mai. 2023.

³⁶ A Alemanha adotou através do artigo 26 uma “cláusula de não beligerância” ou “cláusula de defesa” em sua constituição (*Grundgesetz*) após a Segunda Guerra Mundial, que limita as capacidades militares do país e orienta a política externa alemã para a solução pacífica de conflitos. Afirmando que “atos que tendem a perturbar a coexistência pacífica dos povos, especialmente a preparação de uma guerra de agressão, são inconstitucionais. Eles devem ser criminalizados.”

Opostamente, a presença contínua de bases militares estadunidenses em solo alemão³⁷ constitui um elemento importante de reflexão acerca dessa histórica postura “não militar”. Nas últimas décadas, o Estado alemão esteve submetido à necessidade de equalizar suas próprias prioridades políticas e de segurança com as do seu proeminente aliado, os Estados Unidos da América. Ainda assim, o país apresenta uma “geoeconomia” extremamente relevante, caracterizada por uma economia robusta, industrializada e diversificada: sua localização estratégica, no coração da Europa, em conjunto com seu papel proeminente na União Europeia, amplifica sua influência econômica.³⁸

Diversamente, algumas vertentes de pensamento apresentam a Alemanha como uma “potência domesticada”³⁹, cuja influência é construída e limitada pelo contexto institucional europeu⁴⁰. Nesse sentido, observa-se que o país é visto desta forma devido ao

³⁷ Das 742 bases americanas conhecidas, pelo menos 118 estão na Alemanha. ROSSINI, Maria Clara. Quantas bases militares os Estados Unidos têm fora de seu território?. Super Interessante. 17 nov. 2021. Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/quantas-bases-militares-os-Estados-unidos-tem-fora-de-seu-territorio/>. Acesso em: 25 mai. 2023.

³⁸A Teoria Geopolítica Heartland, desenvolvida por Sir Halford Mackinder, um geógrafo e estrategista britânico do início do século XX, focaliza a relevância do coração ou núcleo do continente eurasiático, designado como “Heartland”, no contexto das relações internacionais e da estratégia geopolítica. Mackinder postulou que o Heartland engloba uma extensa região da Eurásia, abrangendo principalmente a Rússia, a Ásia Central e parte da China. Segundo sua visão, o controle do Heartland conferiria uma posição estratégica dominante no cenário mundial, em virtude de sua vasta extensão territorial, abundantes recursos naturais e posição central entre a Europa e a Ásia. A Teoria Geopolítica Heartland defende que o domínio sobre o Heartland é uma condição essencial para alcançar o controle global. Mackinder caracterizou o Heartland como o “Pivô Geográfico do Mundo” e argumentou que o poder político, militar e econômico emanado dessa região central poderia determinar o equilíbrio de poder entre países e continentes ao redor do globo. Ele introduziu o conceito de “Rimland” (Cinturão Periférico), que circunda o Heartland e engloba várias áreas-chave, como a Europa Ocidental, o Oriente Médio, o sul da Ásia e a costa leste da Ásia. Ele acreditava que o controle do Heartland pelo Rimland resultaria em uma situação altamente instável, sendo que o equilíbrio de poder global dependeria da relação entre essas duas regiões.

³⁹ A expressão “potência domesticada” é frequentemente usada para descrever a posição da Alemanha no contexto geopolítico europeu após a Segunda Guerra Mundial. Ela reflete a ideia de que, devido às lições aprendidas com as consequências do nacionalismo agressivo e expansionismo militar que caracterizaram a Alemanha durante a Segunda Guerra Mundial, o país adotou uma postura mais “pacífica” e “cooperativa”.

⁴⁰ Os britânicos Simon BULMER e William E. PATERSON são defensores da ideia de que a Alemanha pode ser vista como uma “potência domesticada” dentro do contexto institucional europeu. Em seu artigo “*Germany and the European Union: from ‘tamed power’ to normalized power?*”, eles afirmam que a Alemanha tradicionalmente desempenhou um papel fundamental na promoção de soluções da União Europeia para problemas de política doméstica. Os autores argumentam que a Alemanha se tornou um ator muito menos inclusivo na política europeia, buscando soluções políticas através de “grupos pioneiros” onde estas oferecem maior promessa do que a própria UE, e tornando-se cada vez mais atenta às restrições políticas domésticas. Cf. BULMER, Simon; PATERSON, William E. *Germany and the European Union: from ‘tamed power’ to normalized power?* *International Affairs*, [s. l.], v. 86, n. 5, p. 1051–1073, 2010. Disponível

seu esforço em promover soluções da União Europeia para desafios considerados internos. Inclusive, a tese da “potência domesticada” é construída a partir da análise dos esforços alemães em três campos: nas reformas normativas europeias, na política de Justiça e Assuntos Internos, e na gestão intensa da Eurozona⁴¹. Nos tratados constitutivos da União, a Alemanha desempenhou um papel decisivo na formação da estrutura legal e institucional. Já na política de Justiça e Assuntos Internos, o país germânico tem tido importante atuação na coordenação de políticas de segurança e justiça. E, por fim, na gestão da Eurozona, o papel da Federação tem sido fundamental na implementação de políticas econômicas, comerciais e fiscais. Entretanto, ser uma “potência domesticada” não implica que a Alemanha possua uma influência altamente dominante ou que imponha unilateralmente sua vontade.⁴² Nesta ótica, se argumenta ao fundo que o país germânico não tem autonomia para exercer liderança sem o consentimento coletivo dos membros da UE ou das grandes potências europeias.

Como consequência do exposto, resta claro que a noção de hegemonia alemã não é um conceito fixo e incontestável, mas sim um tópico de contínua análise e reflexões, propício ao debate. É evidente que, embora a Alemanha desempenhe um papel significativo na UE, a natureza e o alcance desse poder são questões sujeitas a diversas interpretações e perspectivas. Assim, a noção de hegemonia continua sendo objeto de intenso debate e apresenta uma natureza ambígua, adquirindo diferentes significados de acordo com o contexto em que é usada. Em suma, diante de cada situação, a interpretação desse conceito varia, de acordo com a escola acadêmica ou perspectiva política adotada pelo autor, como apontado pelo professor Perry Anderson⁴³.

2. 1 Política e poder: a concepção do conceito de hegemonia

“Você quer um nome para este mundo? Uma solução para todos os seus enigmas? Este mundo é a vontade de

em: <https://academic.oup.com/ia/article-lookup/doi/10.1111/j.1468-2346.2010.00928.x>. Acesso em: 25 mai. 2023.

⁴¹ BULMER; Paterson, Germany and the European Unions, *cit.*

⁴² *Idem.*

⁴³ ANDERSON, Perry. *The H-word: The peripeteia of hegemony*. Londres: Verso Books, 2022.

poder – e nada além disso! E vocês também são essa vontade de poder – e nada além disso!”

NIETZSCHE⁴⁴

As concepções são fenômenos históricos. Para compreensão do que é política, por exemplo, podemos buscar os autores clássicos, que carregam uma variedade de perspectivas importantes para o entendimento contemporâneo da matéria.

Na filosofia clássica, um dos pensadores mais influentes da história da civilização ocidental, o ateniense Platão, em sua profícua *República*, propõe uma organização política idealizada onde a cidade-Estado é governada por um grupo de guardiões.⁴⁵ Estes são selecionados e educados para serem sábios e justos. Assim, a política, para Platão, é uma tarefa que busca a justiça e o bem comum, constituindo-se, essencialmente, como uma busca incessante pela virtude.⁴⁶ A política, nesse sentido, é a arte do possível, um meio para alcançar a justiça⁴⁷ e a ordem na sociedade

Por sua vez, considerado o pai da ciência política, Aristóteles considera que a política é a ciência voltada para o bem-estar da *polis*, a cidade-estado. Segundo o filósofo, a política é a ciência do governo e deve buscar a eudaimonia⁴⁸, ou seja, a felicidade, e o bem-estar dos cidadãos.

⁴⁴ WESTACOTT, Emrys. Nietzsche's Concept of the Will to Power. *ThoughtCo*, 24 set. 2020, Disponível em: [thoughtco.com/nietzsches-concept-of-the-will-to-power-2670658](https://www.thoughtco.com/nietzsches-concept-of-the-will-to-power-2670658). Acesso em: 02 ago. 2023.

⁴⁵ PLATÃO. *A República*. 16. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2021.

⁴⁶ HORTA, José Luiz Borges. O Canto do Cisne. *Rev. Faculdade Direito Universidade Federal Minas Gerais*, v. 38, p. 183, 2000.

⁴⁷A filosofia política de Platão é motivada por uma preocupação com a justiça, que ele entende como uma pacificação social, onde cada segmento social - os produtores (artesãos, agricultores), os auxiliares (guerreiros), e os guardiões (reis-filósofos) - desempenha em conformidade seu papel na comunidade. Assim a justiça ocorre quando cada parte da sociedade realiza a função que lhe é adequada, e não interfere nas funções das outras partes.

⁴⁸ Segundo Aristóteles, a eudaimonia, palavra grega, significa o sentimento que transcende as emoções efêmeras ou prazeres momentâneos. Ela representa uma forma de felicidade que é derivada de uma vida vivida em conformidade com a virtude e a razão. Eudaimonia é um Estado de ser que engloba bem-estar, realização e prosperidade, alcançado ao longo de uma vida que serve à prática contínua da virtude e ao exercício da razão.

Chegando no Renascimento, o italiano Nicolau Maquiavel, em seu manual “O Príncipe”, apresentou uma visão pragmática de política.⁴⁹ Na obra, argumenta-se que um governante deve fazer o que for necessário, mesmo que moralmente questionável, para preservar o poder e a estabilidade do Estado. É nítido que a política é vista por Maquiavel⁵⁰ como uma arte de práticas, processos e estruturas que requer astúcia, sagacidade, pragmatismo e uma compreensão realista do poder.

“Teria sido ele [Maquiavel], segundo [Hannah] Arendt, o primeiro e único teórico moderno a despender esforços no intuito de resgatar a dignidade da política e a perceber a diferença entre as esferas pública e privada, bem como o tamanho da coragem necessária para ingressar no campo da política.”⁵¹

Na transição para a modernidade, o inglês Thomas Hobbes, em seu “Leviatã”, defendeu que a vida no estado de natureza seria “solitária, pobre, desagradável, brutal e curta”.⁵² Assim, a política, para Hobbes, surge com o contrato social, no qual as pessoas cedem parte de sua liberdade para garantir segurança e ordem. Esse enfoque, que requer uma definição clara de justiça, pode servir como base para entender todas as relações sociais e políticas. Assim, para o contratualista, “justiça é o cumprimento de um acordo feito voluntariamente, de forma pactuada. Essa definição permite determinar o que é justo (cumprir o acordo) e o que é injusto (não cumprir o acordo).”⁵³

Como ensinado por José Luiz Borges Horta: “Dentre os contratualistas, avulta o relevo da obra de John Locke, a mais ponderada e perene alma do liberalismo”⁵⁴ Assim o

⁴⁹ MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

⁵⁰ Sugestão interessante e instigante é o livro “Maquiavel entre repúblicas” do professor da Universidade Federal de Minas Gerais Dr. Gabriel Pancera, que analisa o discurso de Nicolau Maquiavel e sua proposta para a reforma política em Florença. Maquiavel, preocupado com a instabilidade política, favoreceu uma forma republicana de governo em vez de uma principesca, o que cria um novo paradigma, pelo menos filosófico. O livro de Pancera discute e destaca as crenças e valores republicanos do próprio Maquiavel. V. PANCERA, Gabriel. *Maquiavel entre Repúblicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

⁵¹ PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. Arendt e Maquiavel: fundação, violência e poder no pensamento republicano. *Argumentos Revista de Filosofia*, Fortaleza, ano 5, n. 9, p. 140-153, jan./jun. 2013.

⁵² HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 2. Ed. [S. l.]: Martin Claret, 2009.

⁵³ BRAGA, Arnin. A teoria política de Thomas Hobbes em “O Leviatã” — Parte I. Guia de Estudo da disciplina de História da Filosofia Moderna II, Tema 04. Faculdade Católica de Belém, 4 set. 2020. Disponível em: <http://facbel.edu.br/aula-para-o-4o-semester-de-filosofia-disciplina-historia-da-filosofia-moderna-ii-4/>. Acesso em: 02 ago. 2023.

⁵⁴ HORTA, José Luiz Borges. Uma Breve Introdução a Filosofia do Estado de John Locke. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 90, p. 239, 2004.

autor também adota a perspectiva do contrato social. Contudo, o - também inglês - Locke defende que as pessoas possuem direitos naturais inalienáveis, como o direito à vida, à liberdade e à propriedade.

“Em Locke, portanto, a existência do Estado não visa ultrapassar uma fase negra de barbarismo, como em Hobbes, ou sucede um paraíso idílico, como em Rousseau. A teleologia do Estado lockeano aponta, como reza o Segundo Tratado, no sentido de efetiva “salvaguarda mútua de suas vidas, liberdades e bens, o que designo pelo nome geral de propriedade”.⁵⁵

Nessa perspectiva, o autor em questão é reconhecido como uma referência do liberalismo e traz consigo inovações significativas para a discussão sobre poder, política e o papel do Estado. Suas ideias e contribuições são de extrema relevância, pois ajudaram a moldar os fundamentos do pensamento político moderno, como retrata o Catedrático de Teoria do Estado José Luiz Borges Horta:

O libelo de JOHN LOCKE, eloqüente defesa da democracia que então se construía, e da cidadania que o Ocidente forjaria a duras penas, permanece desafiando os tempos, como um sonho ainda utópico — que merece, por certo, inúmeras revisões — de renovada busca de uma sociedade e de um Estado verdadeiramente libertários, onde todos tenham clareza de que “O poder absoluto arbitrário, ou governo sem leis estabelecidas e permanentes, é absolutamente incompatível com as finalidades da sociedade e do governo”⁵⁶

Para completar a tríade de contratualistas, o suíço Jean-Jacques Rousseau, um dos mais influentes filósofos da Ilustração, propôs uma concepção de política centrada também na ideia do contrato social e diferente dos demais, na soberania popular. Para Rousseau, a política é uma expressão da vontade geral do povo. A vontade geral, no entanto, não é simplesmente a soma das vontades individuais, mas sim a vontade do corpo político como um todo, direcionada para o bem comum. Na concepção de Rousseau, os cidadãos pactuam em submeter suas vontades individuais à vontade geral. Esse contrato é a base da legitimidade política e do Estado. Para Rousseau, o Estado é um instrumento para a realização da vontade geral e para a proteção da liberdade e igualdade dos cidadãos. Como afirma o Catedrático de Teoria Geral do Estado, Professor Dr. José Luiz Borges Horta:

Em ROUSSEAU, mais tarde, retorna-se ao modelo hobbesiano, ainda que de modo matizado; ROUSSEAU constitui-se no outro vértice do triângulo contratualista, em que LOCKE inspira a democracia representativa, enquanto a HOBBS imputa-se a paternidade do autoritarismo, e ao Genebrês, a precessão das teses anti-representativistas — é o teórico radical da democracia, talvez mal interpretado como fator da “democracia totalitária”. (Ainda que

⁵⁵ *Idem*.

⁵⁶ *Ibidem*, p. 253.

cautelosamente, podemos dizer que HOBBS fornece a fórmula autoritária do dito Estado moderno, LOCKE a fórmula liberal e ROUSSEAU, digamos, a democrática).⁵⁷

Segundo Rousseau, o alemão Karl Marx apresentou uma visão da política profundamente enraizada no materialismo através da teoria da luta de classes. Para Marx, o plano de fundo da política é a disputa onde os interesses da classe trabalhadora estão em conflito com os da burguesia, a classe dominante. Com isso, Marx entendia a política como uma ferramenta para a revolução e a transformação social, através da qual a classe trabalhadora poderia confrontar a burguesia e estabelecer uma sociedade sem classes, alcançando, assim, seu ideal de sociedade justa.⁵⁸ Segundo Karl Marx, a política, por si só, não tem a capacidade de resolver os problemas que emergem da sociedade capitalista. No entanto, um desenvolvimento contraditório da mediação política dentro da sociedade capitalista, com a posição e busca pelo predomínio dos trabalhadores, poderia levar à supressão tanto da sociedade civil-burguesa quanto da própria política. Ou seja, Marx entendia a política como uma esfera que os trabalhadores poderiam utilizar para alcançar sua emancipação e superar as contradições do sistema capitalista.⁵⁹

Outro relevante alemão, Max Weber, um dos teóricos sociais mais influentes do século XX, concebeu a política em termos de poder. Segundo Weber, o Estado detém o monopólio do uso legítimo da força, e a política é a atividade através da qual esse poder é distribuído e exercido. Para Weber, a política envolve a busca pelo poder e a tentativa de influenciar a distribuição dessa capacidade dentro da sociedade.⁶⁰ Refinando, o autor define a política como uma dinâmica para a dominação, uma constante inevitável mesmo em democracias. O autor sustentava “que a preocupação primária da política é o estabelecimento de uma ordem dominação e sua gestão dentro de um determinado

⁵⁷ *Ibidem*, p. 256.

⁵⁸ MAYOS SOLSONA, Gonçal. “O Iluminismo frente ao romantismo no marco da subjetividade moderna”. *In: Ilustración y Romanticismo*. Introducción a la polémica entre Kant y Herder. Trad. de Karine Salgado. Barcelona: Herder, 2004.

⁵⁹ SARTORI, Vitor Bastoletti. Direito, política e reconhecimento: apontamentos sobre Karl Marx e a crítica ao direito. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, [s. l.], v. 61, n. 2, p. 203, 2016. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/43847>. Acesso em: 27 mai. 2023.

⁶⁰ WEBER, Max. *A política como vocação*. Trad. Maurício Tragtenberg. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

território, em vez da realização de objetivos morais pré ou extra políticos como justiça (Kant) ou liberdade (Hegel)”⁶¹

Quanto à dominação, afirma o professor William Gaston que “O conceito de dominação de Weber é tanto numeral quanto fenomenal. Nessa medida, não é de se admirar que seu nome figure não apenas de forma proeminente, mas também única no panteão dos realistas políticos.”⁶² Além da subordinação, Weber enfatiza em suas obras, a necessidade de justificação e interpretação na obediência, onde ordens são aceitas como normas legítimas, não apenas como respostas a ameaças ou promessas.⁶³

Dentro da perspectiva weberiana, propõe-se três tipos ideais de dominação legítima: a carismática, a tradicional e a racional, ou “burocrática”, legal⁶⁴. Enquanto a legitimidade do carisma reside na capacidade de persuasão dos líderes em exibir qualidades excepcionais, a tradição ganha legitimidade ao institucionalizar práticas e costumes para manter um padrão de controle e a racionalidade-legalidade, ao seu tempo, se legitima aderindo a regras impessoais, ordenamentos e princípios gerais por meio de um raciocínio jurídico-racional ou, de maneira mais sucinta, burocrática.⁶⁵ Enquanto a tradição e a racionalidade legal tendem a preservar *o status quo*, o carisma representa as forças inexplicáveis.⁶⁶ Weber definiu em 1921 o poder “como a capacidade de conseguir o que se quer e controlar o comportamento dos outros contra a oposição e os obstáculos”.

Max Weber foi alvo de críticas devido à sua aparente rejeição da moralidade universal na política, o que torna difícil uma avaliação objetiva e moral das reivindicações

⁶¹ KIM, Sung Ho. Max Weber. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Winter. Stanford: Metaphysics Research Lab, 2022. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2022/entries/weber/>. Acesso em: 27 mai. 2023. Tradução do fragmento: “In terms of contemporary political realism, Weber seemed to hold that the primary concern of politics is the establishment of an orderly domination and its management within a given territory rather than the realization of such pre- or extra-political moral goals as justice (Kant) or freedom (Hegel)”.

⁶² GALSTON, William A. Realism in political theory. *European Journal of Political Theory*, v. 9, n. 4, p. 385–411, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1474885110374001>. Acesso em: 02 ago. 2023.

⁶³ WEBER, *A política como vocação*, *cit.*

⁶⁴ O tipo ideal apresentado por Weber, “racional-legal”, sempre foi tratado pela professora Dra. Cláudia Feres Faria em suas aulas de “Política III”, as quais me lembro com afeto, como um tipo de dominação “burocrática”.

⁶⁵ WEBER, Max. *Economia e Sociedade (v.1)*. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Editora UnB, 1999.

⁶⁶ KIM, Max Weber, *cit.*

de legitimidade. Além disso, sua tipologia de dominação parece ter problemas para lidar com a democracia. É possível constatar que Weber compreendia a democracia tanto como uma forma de dominação ilegítima, no sentido do regime político que preconiza a busca da igualdade entre governantes e governados, em contraposição à teoria explicativa da autoridade que é legitimada pelo consenso voluntário dos cidadãos, através da dominação.⁶⁷

Saltando algumas décadas, chegando aos autores contemporâneos, a alemã Hannah Arendt define política como uma atividade coletiva que envolve a interação e a ação conjunta dos seres humanos:

A política, apesar de ser iniciada pela espontaneidade humana, surge como relação, ela existe entre homens, em outras palavras, não é da essência do homem, considerado isoladamente, ser um “animal político” como pensava Aristóteles, mas por viver num mundo plural, a presença, o olhar do “outro”, é uma marca indelével do fenômeno humano, só podendo ser “apagada” em momentos de “delírio”.⁶⁸

Para ela, a política é um espaço público onde as pessoas se encontram, se comunicam e tomam decisões coletivas dentro do espaço das relações. É um domínio plural, baseado na diversidade de opiniões, ângulos e perspectivas. Assim, a filósofa explica que a ação política:

[...] não é meio para atingir qualquer fim, sendo sinônimo de liberdade, o que faz com que a autora problematize a tradicional identificação da política com violência, a partir de uma crítica ao equacionamento, que remonta aos primórdios do pensamento filosófico sobre o tema, de liberdade e vontade, fazer o que se deseja, o que leva a pensadora em questão a trabalhar as duas dimensões da ação política, isto é, a dimensão agonística e a consensualista, significando esta última uma liberdade mutuamente garantida.⁶⁹

No que diz respeito ao poder, Arendt o concebe como a capacidade de agir em conjunto, de influenciar e afetar os outros. Ela faz uma distinção entre poder e violência, enfatizando que o poder se origina da cooperação voluntária e da liberdade dos indivíduos envolvidos. Para Arendt, o poder surge nas relações humanas e pode ser exercido tanto de maneira opressiva e autoritária quanto de forma emancipatória e democrática. Em seu enfoque sobre o poder, o Professor Dr. Hugo Rezende Henriques, apresenta que:

⁶⁷ WEBER, *A política como vocação*, cit.

⁶⁸ TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. *Trans/Form/Ação*, [s. l.], v. 30, p. 235–246, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/ZQCytkhg6JFhr5bhXKdXyS/?lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2023.

⁶⁹ *Ibidem*, p. 235.

o pensamento de Hannah Arendt que parece compreender facilmente a relação entre Cultura (momento abstrato do Poder) e Estado (momento concreto do Poder), ainda que sem enunciar com clareza a relação. Mas veja-se que, se tomarmos o Estado, enquanto universalidade concreta do Poder, como esse Poder que surge “onde quer que as pessoas se unam e atuem de comum acordo”, então o que a filósofa nos explicita é que sua legitimidade “não se baseia nas finalidades e nos objetivos que um grupo pleiteia em cada caso, mas surge da origem do Poder, que coincide com a fundamentação do grupo”, é dizer, a legitimidade do Poder (ao menos do Poder como liberdade, como propomos), no Estado de Direito, só pode ser encontrada na Cultura da nação a partir da qual aquele Estado se impôs no mundo, ao menos se tomarmos como verdadeira a asserção de Hegel sobre a origem do Estado, isto é, que: “No ser-á de um povo, o fim substancial é ser um Estado e, como tal, conservar-se; um povo sem formação-de-Estado (uma nação como tal) não tem propriamente história, assim como os povos existiram antes de sua formação-de-Estado, e outros que existem ainda agora como nações selvagens. O que acontece a um povo, e se passa no seu interior, tem, na sua relação ao Estado, sua significação essencial; as simples particularidades dos indivíduos são o mais distante que há desse objeto que pertence à história.”⁷⁰

Para Michel Foucault, filósofo francês, o poder não é algo que seja possuído por uma única entidade ou grupo. Pelo contrário, sua tese é que o poder está disperso e é exercido por meio de uma variedade de instituições e indivíduos em uma sociedade.⁷¹ Ele sustenta que o poder está enraizado em sistemas de “saber-poder” que operam em toda a sociedade. Esses sistemas de saber-poder, para Foucault, são mecanismos pelos quais o poder é exercido, visto que determinam o que é aceitável e o que não é, quem tem autoridade e quem não tem. Para ele, o poder é algo que está constantemente em dinâmica, e está presente em todas as relações sociais.⁷²

Além disso, Foucault propõe a noção de “biopolítica”, que é o controle do estado sobre os corpos individuais - um exemplo seria a regularização da saúde, da sexualidade, e de outros aspectos da vida individual por meio de políticas públicas e instituições.⁷³ O Francês também desenvolve o conceito de “governamentalidade”, que é a maneira como o

⁷⁰ HENRIQUES, Hugo Rezende. *Fenomenologia do Poder: o Estado de Direito e seu compromisso com o Poder como Liberdade*. 2020. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-graduação em Direito, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020, p. 102. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36531>. Acesso em: 27 mai. 2023.

⁷¹ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

⁷² CASTELO BRANCO, Guilherme. As resistências ao poder em Michel Foucault. *Trans/form/ação*, v. 24, p. 237-248, 2001.

⁷³ DANNER, Fernando. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. *Revista Estudos Filosóficos UFSJ*, [s. l], n. 4, 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/estudosfilosoficos/article/view/2357>. Acesso em: 2 ago. 2023. Na contemporaneidade podemos pensar em “psicopolítica” (Byung Chul Han)

Estado exerce controle sobre a população através de uma combinação de políticas institucionais que agem como um controle social.⁷⁴ Destarte, para Foucault, tanto a biopolítica quanto a governamentalidade são formas nas quais o poder é exercido na sociedade moderna, nas quais se destaca a natureza onipresente do poder.⁷⁵

2.2 O conceito de hegemonia

*“A unidade alemã e a unificação europeia são duas faces
da mesma moeda.”*

HELMUT KOHL⁷⁶

A compreensão das conceituações de política e poder é fundamental para se entender o conceito de hegemonia. Dentro dessas perspectivas o alemão, Karl Marx, na sua concepção ideológica clássica, deu condições do surgimento de vários autores e novas concepções históricas. “A noção de hegemonia foi criada no seio da tradição marxista para pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço.”⁷⁷ Para entender o conceito de hegemonia conforme estabelecido pelo italiano, Antonio Gramsci, é importante reconhecer que ele não se limita à manifestação de poder através da força bruta. Em vez disso, Gramsci argumenta que a hegemonia envolve também a capacidade de persuadir e construir um consenso, não é apenas o resultado da força.⁷⁸

Já no contexto do pensamento social-democrata russo, que predominou no final do século XIX e início do século XX, o conceito de hegemonia assumiu uma conotação

⁷⁴ CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. *Filosofia Unisinos*, v. 11, n. 1, 2010. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/4632>. Acesso em: 02 ago. 2023.

⁷⁵ FOUCAULT, *Microfísica do poder*, cit.

⁷⁶ Helmut Kohl, François Mitterrand — pioneiros. *União Europeia*. [s. n. t.]. https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/eu-pioneers/helmut-kohl-and-francois-mitterrand_pt. Acessado em 24 jul. 2023.

⁷⁷ ALVES, O conceito de hegemonia, cit., p. 71.

⁷⁸ GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

distintamente marxista.⁷⁹ Nesse contexto, a hegemonia, tal como interpretada indiretamente por Lenin⁸⁰, aludia à liderança exercida pelo proletariado⁸¹ sobre as demais classes. Para Lenin⁸², o caráter revolucionário do proletariado era o único consistente na sociedade da época, deveria assumir a vanguarda na luta por uma revolução genuinamente democrática. Ele defendia que essa classe trabalhadora deveria liderar a resistência contra a opressão e a exploração, buscando emancipar todas as pessoas trabalhadoras e exploradas⁸³. Assim, a hegemonia, nesse contexto, refere-se à capacidade do proletariado de guiar e influenciar outras classes sociais na luta contra a opressão e a exploração.⁸⁴ A professora Dra. Ana Rodrigues Cavalcanti Alves afirma que:

Apesar de ter suas origens na social-democracia russa e em Lênin, é Gramsci que apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição. A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. Nesse contexto, a sociedade civil adquire um papel central, bem como a ideologia, que aparece como constitutiva das relações sociais. Deste modo, uma possível tomada do poder e construção de um novo bloco histórico passa pela consideração da centralidade dessas categorias que, até então, eram ignoradas.⁸⁵

Gramsci defende que os mecanismos de poder na política internacional e sua crença na importância da hegemonia - seja cultural, econômica ou militar - na manutenção e projeção desse poder exige uma necessidade de “dispor de todos os elementos que, nos

⁷⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *Xadrez internacional e social-democracia*. São Paulo: Leya, 2012.

⁸⁰ Seu nome verdadeiro é Vladimir Ilyich Uliianov, porém tratado pelo pseudônimo Lenin.

⁸¹ No contexto marxista, “o proletariado” é visto como uma classe explorada pelo sistema capitalista, uma vez que os meios de produção e as riquezas são controlados pela classe dominante, conhecida como burguesia. Marx acreditava que o proletariado, devido à sua condição social e à exploração que sofria, seria o motor da revolução social e a principal força para a construção de uma sociedade sem classes, o comunismo.

⁸² Lênin já havia identificado o desafio significativo que representa a conquista do poder em sociedades capitalistas avançadas, embora ele nunca tenha discutido explicitamente o conceito de hegemonia.

⁸³ Tanto Gramsci quanto Lênin sustentam a ideia de que a classe operária não alcança uma consciência crítica de forma espontânea ou se torna independente sem organização. Esta organização, segundo eles, deve ser incentivada externamente, um ponto que leva diretamente à questão política do papel dos intelectuais. Na visão de Gramsci, a presença de intelectuais é essencial para qualquer processo de organização. Cf. ALVES, O conceito de hegemonia, *cit.*

⁸⁴ HEGEMONY in Gramsci. *postcolonial studies*. *Post Colonial Studys*. [s. n. t.]. Disponível em: <https://scholarblogs.emory.edu/postcolonialstudies/2014/06/20/hegemony-in-gramsci/>. Acesso em: 28 mai. 2023.

⁸⁵ ALVES, O conceito de hegemonia, *cit.*, p. 71.

limites do previsível, dão segurança de vitória, significa obter uma parte dos resultados de uma guerra vitoriosa sem a necessidade de combater”⁸⁶. Nesse sentido, o autor explora a ideia de “grande potência”, definindo-a como um Estado que tem a capacidade de conduzir suas próprias ações de forma independente, exercendo influência e impacto sobre outros Estados. Ele reforça que a grande potência atua como uma “força hegemônica”, assumindo a liderança e orientação de um conjunto de alianças. Assim como é observado na reunificação alemã se entrelaçando profundamente com a liderança de Merkel e do CDU à frente da potência europeia que retomou seu protagonismo através do poder econômico.⁸⁷ Na perspectiva de Gramsci, essa potência hegemônica é um reflexo do território, da população e da capacidade econômica de uma nação, todos unificados em sua capacidade militar. Assim é afirmado:

O modo através do qual se exprime o ser grande potência é dado pela possibilidade de imprimir à atividade estatal uma direção autônoma, que influa e repercute sobre outros Estados: a grande potência é potência hegemônica, chefe e guia de um sistema de alianças e de acordo com maior ou menor expressão. A força militar sintetiza o valor da extensão territorial (com população adequada, naturalmente) e do potencial econômico.⁸⁸

Apesar de que Lênin usou o conceito de hegemonia para descrever a cooptação da classe proletária sobre outras classes, é Gramsci que realmente amplia e aprofunda esse conceito. Ao invés de observar a estrutura como determinando a superestrutura⁸⁹, como na teoria marxista clássica, Gramsci enfatiza a importância da superestrutura na análise das sociedades modernas. Assim a transformação social não pode ser realizada apenas através da mudança nas relações de produção econômica [estrutura], mas deve também envolver a transformação da cultura, das ideias e das instituições [superestrutura].

Nessa linha, ensina Hugues Portelli que:

“Enquanto Lênin se refere apenas à ditadura do proletariado ao falar de hegemonia, enfatizando seu caráter coercitivo, Gramsci destaca a importância de

⁸⁶ GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 192.

⁸⁷ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real*. 3. ed. rev. e aumed. São Paulo: Editora Unesp. 2009.

⁸⁸ *Ibidem*, p. 191.

⁸⁹ Karl Marx e Friedrich Engels argumentavam que a superestrutura de uma sociedade é moldada e determinada pela sua estrutura econômica subjacente. Essa ideia é um componente central da teoria marxista do materialismo histórico, que postula que as relações de produção econômica - como a propriedade dos meios de produção e a divisão do trabalho - são a base fundamental sobre a qual a superestrutura da sociedade é constituída.

formar uma classe dirigente que se mantenha pelo consentimento das massas e não apenas pela força coercitiva⁹⁰

Também é necessário pontuar que Gramsci relembra a importância da direção cultural e ideológica, para além do conceito ser puramente de caráter político.⁹¹

Desta feita, por hegemonia política deve-se entender a liderança exercida por uma classe hegemônica sobre as classes subalternas, não apenas através da coerção ou do controle dos meios de produção, mas também pela difusão de valores⁹² culturais, intelectuais, crenças e ideologias que são internalizadas pelas classes subalternas e que servem para perpetuar a dominação da classe hegemônica.⁹³

Na necessidade de ampliar a visão de mundo para além da interação direta, radica a relevância de um fator externo para determinado grupo social.⁹⁴ No caso do trabalhador, para além da relação trabalhador-empregador. Esta orientação externa é crucial para incluir um aspecto que poderia entender como cidadania, nas relações entre todas as classes sociais e suas interações com o Estado, proporcionando uma compreensão mais abrangente da sociedade, em vez de se limitar à experiência imediata da classe operária.⁹⁵ Se tratando de contexto europeu, onde os sistemas parlamentaristas são constantes, é importante lembrar que Gramsci destaca o papel crucial dos partidos políticos na sociedade moderna. Para ele, é no centro dos partidos que os membros de um grupo social-econômico transcendem o

⁹⁰ ALVES, O conceito de hegemonia, *cit.* p. 73.

⁹¹ “O problema essencial para ele [Lênin] é a derrubada, pela violência, do aparelho de Estado: a sociedade política é o objetivo e, para atingi-lo, uma prévia hegemonia política é necessária: hegemonia política porque a sociedade política é mais importante, em suas preocupações estratégicas, do que a civil [...] Gramsci, ao contrário, situa o terreno essencial da luta contra a classe dirigente na sociedade civil: o grupo que a controla é hegemônico e a conquista da sociedade política coroa essa hegemonia, estendendo-a ao conjunto do Estado (sociedade civil mais sociedade política). A hegemonia gramscista é a primazia da sociedade civil sobre a sociedade política.” Cf. PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 65.

⁹² Gramsci conclui, portanto, que “não se pode destacar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos”. GRAMSCI, *Concepção dialética da história*, *cit.*

⁹³ De acordo com Gramsci, é bastante frequente que um grupo social subordinado adote a visão de mundo de um grupo dominante, mesmo quando essa perspectiva contradiz suas próprias experiências e atividades cotidianas.

⁹⁴ “O poder que se estabelece ou se consolida pelo hábito trabalha em um âmbito simbólico. [...] Fazendo uso de signos e estruturas de sentido. É preciso estabelecer uma determinada visão de mundo ou um determinado sistema de valor que legitime o domínio de um grupo” HAN, Byung-Chul. *O que é poder?*. São Paulo, Editora Vozes, 2019, p. 82.

⁹⁵ GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal. 1978.

estágio atual de seu desenvolvimento histórico e se tornam participantes de atividades de escopo nacional e internacional. O Italiano vê o partido político como a figura do “príncipe moderno”, à maneira de Maquiavel, encarregado de formar uma vontade coletiva. No entanto, diferentemente da proposta de Maquiavel, o “príncipe” do mundo moderno não pode ser um único indivíduo concreto, mas deve ser um elemento complexo da sociedade que expressa a realização de uma vontade coletiva reconhecida e, em parte, sustentada pela ação.⁹⁶ Assim, segundo Gramsci este organismo político já é determinado pelo desenvolvimento histórico e são os partidos⁹⁷ “a primeira célula na qual se aglomeram germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais”⁹⁸

Desta forma, para o relevante autor italiano, a questão da hegemonia não deve ser interpretada simplesmente como submissão a um grupo dominante ela deve implicar a consideração dos interesses dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, estabelecendo uma relação de pactos que pode envolver sacrifícios de natureza econômica ou corporativa. No entanto, Gramsci salienta que tais compromissos não abrangem os elementos fundamentais do grupo hegemônico, porque, se a hegemonia é ética e política, ela também é inerentemente econômica.⁹⁹

Byung-Chul Han¹⁰⁰, desenvolveu uma perspectiva única sobre o poder e a hegemonia em sua obra. Em relação à hegemonia, Han sugere que vivemos em uma era de “violência suave” ou “poder inteligente”, onde a hegemonia é mantida mais através do consentimento do que da coerção. Han persegue em sua obra, uma significativa missão de organizar a teoria corrente e frequentemente caótica em torno da ideia de poder.¹⁰¹

⁹⁶ ALVES, O conceito de hegemonia, *cit.*, p. 77.

⁹⁷ GRUPPI, *O conceito de hegemonia em Gramsci, cit.*

⁹⁸ GRAMSCI, *Concepção dialética da história, cit.*

⁹⁹ *Idem.*

¹⁰⁰ Byung-Chul Han é um filósofo sul-coreano-alemão nascido em 1959. Conhecido por suas contribuições no campo da filosofia social e cultural, especialmente em relação à sociedade contemporânea e aos desafios que ela apresenta. Han estudou na Universidade de Freiburg, na Alemanha, e obteve seu doutorado em Filosofia na mesma instituição. Ele foi professor de Filosofia e Estudos Culturais na Universidade das Artes de Berlim, onde lecionou até se aposentar em 2019.

¹⁰¹ HAN, Byung-Chul. *Sobre el poder*. Trad. Alberto Ciria. Barcelona: Herder Editorial, 2016.

O filósofo sul-coreano-alemão busca um conceito de poder que consiga harmonizar perspectivas diversas e até mesmo antagônicas sobre este fenômeno sociopolítico, como ele explicita em seu livro “*Sobre el poder*”.¹⁰²

A concepção de poder como simplesmente violência, coerção e restrição da liberdade do outro é prontamente refutada por Han. Ao longo de seus escritos, o filósofo reiteradamente demonstra que essa visão não faz jus à verdadeira complexidade inerente ao poder.¹⁰³

Em vez de se manifestar através da brutalidade, Han argumenta que “quanto mais poderoso é o poder, com mais sigilo opera”.¹⁰⁴ Este sigilo não se refere apenas à neutralização da vontade do sujeito, mas sobretudo, à construção dessa vontade. Afinal, dentre todas as manifestações de poder, a mais sublime consiste em fazer com que o sujeito deseje a vontade do soberano como se fosse a sua própria.¹⁰⁵

Nessa perspectiva implica que o poder é mais eficaz quando se oculta, operando de maneira indireta e insidiosa.¹⁰⁶ Com isso, Han nos convida a repensar e aprofundar nossas concepções sobre o poder e a hegemonia na sociedade contemporânea.

Trata-se, a hegemonia, um paradigma de poder que contrasta com o tradicional, onde um ator dominante (um Estado, uma classe, aqui no caso a Alemanha, na fase da chanceler Merkel) impõe sua vontade sobre os demais (ora Estados Europeus, ora demais atores). Na concepção de Han, o poder é extremamente amplo e abrangente, permeando todos os aspectos da vida cotidiana e da identidade pessoal.¹⁰⁷

O papel da liderança intelectual e moral também é importante traço na concepção de hegemonia, como pontua a Professora Ana Rodrigues Cavalcanti Alves, através do argentino Ernesto Laclau e da belga Chantal Mouffe:

¹⁰² *Idem.*

¹⁰³ *Ibidem*, p. 11.

¹⁰⁴ *Idem.*

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 13.

¹⁰⁶ Sobre o assunto, Joaquim Carlos Salgado diferencia violência branca e violência vermelha (semiótica transcendental). Nas palavras de Salgado, o poder é uma vontade que determina outra vontade (Estado Ético e Poético).

¹⁰⁷ Diferenciando-se de Foucault, Han trabalha a ideia de poder de forma abrangente, em aspectos psicopolíticos, diferente da fragmentação do poder pós-moderno, visualizado através da expressão do corpo.

De acordo com Laclau e Mouffe (2004, pp. 100-102), a concepção de hegemonia de Gramsci representou um verdadeiro divisor de águas no pensamento marxista, na medida em que amplia o terreno atribuído à recomposição política e à hegemonia para além da aliança de classes, afirmando **a necessidade de uma liderança intelectual e moral que permita aos grupos sociais se distanciar de uma postura corporativista e se unirem aos interesses de outros grupos.** Essa liderança intelectual e moral pressupõe o compartilhamento de ideias e valores por vários grupos sociais e é a base da formação de uma vontade coletiva que, através da ideologia, passa a ser o cimento orgânico unificador do bloco histórico.¹⁰⁸

Buscando também por concepções mais modernas através de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, que expandiram a ideia de hegemonia de Gramsci para incluir questões da dimensão do exercício do poder. E entendendo que hegemonia é construída por meio da articulação de demandas e identidades políticas em torno de um “ponto nodal”, que se traduz em uma ideia, busca ou individualidade capaz de unificar uma ampla variedade de demandas políticas e sociais, assim como no projeto europeu, Laclau e Mouffe recordam a importância da construção de um discurso hegemônico.

O conceito de antagonismo tem um papel crucial na nova interpretação da ideia de hegemonia. A existência de uma relação antagônica impossibilita a formação de identidades completas, pois a presença do “outro” interfere na constituição do “eu”. Paralelamente, a força que antagoniza também não tem uma presença completa, mas apenas se estabelece como um emblema do não-ser. Assim, o antagonismo demarca os limites de toda objetividade, representando a experiência das fronteiras do social e sua incapacidade de se realizar plenamente, visto que nunca consegue instituir completamente a sociedade.¹⁰⁹ “A democracia não tem lugar num terreno neutro”¹¹⁰ e “o estabelecimento de uma nova hegemonia requer a criação de novas fronteiras políticas e não a sua desapareção”¹¹¹

Por fim, a análise da política, do poder e da hegemonia clássica é crucial para compreender a dinâmica de poder nas organizações e na dinâmica política contemporânea. A posição hegemônica da Alemanha na União Europeia suscita questões pertinentes sobre o equilíbrio de poder e a habilidade da UE de funcionar como uma entidade unificada e coesa. Portanto, é essencial reconhecer, explorar, entender e ponderar sobre a União

¹⁰⁸ ALVES, O conceito de hegemonia, *cit.*, p. 86.

¹⁰⁹ LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista*. Madrid: Siglo XXI, 1987.

¹¹⁰ ALVES, O conceito de hegemonia, *cit.* p. 90, 2010.

¹¹¹ LACLAU; MOUFFE, *Hegemonía y estrategia socialista, cit.*, p. 16.

Europeia, um bloco político do qual a Alemanha é integrante e sobretudo após sua reunificação e potencializado na Era Merkel, onde Berlim se comporta explicitamente de forma hegemônica considerando as vertentes intelectuais que são exploradas no capítulo, de forma inerentemente econômica.

2.3 A União Europeia em retrospectiva: sua constituição e seus tratados

“In Vielfalt Geeint” ou Unidos na Diversidade.¹¹²

A história do velho continente europeu nos últimos séculos é ampla e extremamente interessante, abrangendo uma série de eventos e movimentos significativos.¹¹³ No século XVII foi marcado por conflitos religiosos e políticos, como a Guerra dos Trinta Anos¹¹⁴, que envolveu vários Estados europeus. Também foi o período do Absolutismo Monárquico, em que os Reis e Rainhas consolidaram seu poder em países como França, Espanha, e partes do Sacro Império Romano. O século XVIII e o início do século XIX na Europa foram marcados pelo Iluminismo e pelas Revoluções Industriais, que trouxeram mudanças significativas nos sistemas políticos, econômicos e sociais do continente. A Revolução Francesa, em especial, teve um profundo impacto, levando à disseminação de ideais republicanos e nacionalistas por toda a Europa. O século XIX, por sua vez, viu a formação de Estados-Nação modernos, como a Itália e a Alemanha, através de processos de unificação.

¹¹² Lema da União Europeia.

¹¹³ Nesta dissertação iremos tratar da União Europeia, entendendo também a ideia de uma unidade cultural europeia tem origens antigas na influência das civilizações clássicas da Grécia e Roma. Ao longo do tempo, diversas civilizações, religiões e impérios contribuíram para a diversidade cultural da região. A partir do século XIX, com o surgimento de movimentos nacionalistas e a formação de Estados-nação na Europa, a identidade cultural europeia ganhou destaque. Após as Guerras Mundiais do século XX, houve esforços para promover a cooperação, o diálogo e a integração entre os países europeus, evitando conflitos futuros. A UE exemplifica esse esforço, buscando promover a unidade cultural europeia através da colaboração política, econômica e social entre seus membros.

¹¹⁴A “Guerra dos Trinta Anos” foi um conflito devastador que ocorreu na Europa entre 1618 e 1648, envolvendo uma série de potências europeias e conduzido em grande parte por disputas políticas e religiosas. Ulrich Beck refere a uma “nova guerra dos trinta anos”, aludindo a um período prolongado de conflito e tensão impulsionado por desafios e riscos globais contemporâneos, primeira e segunda guerra, guerra fria...

Já no século XX, a Europa foi palco das impactantes Guerras Mundiais¹¹⁵. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) resultou no colapso de quatro impérios: o Alemão, o Austro-Húngaro, o Russo e o Otomano. Em 1914, a Alemanha havia ascendido ao status de “Grande Potência”, porém as demais potências estavam divididas quanto ao reconhecimento dessa nova posição que pode ser interpretada como hegemônica no velho continente. A França se opunha, enquanto a Inglaterra percebia a necessidade de acomodar essa nova força emergente. Este impasse não se devia apenas às mudanças potenciais de poder na Europa, mas também à expansão da Alemanha no Próximo Oriente e no norte da África, o que era um sinal do seu crescente poder. Berlim buscava um “lugar ao sol”, querendo se juntar ao círculo de Grandes Potências e garantir uma parcela maior dos ganhos em conflitos internacionais. Inescapavelmente, essa mudança no equilíbrio de poder afetaria a posição das outras potências europeias, começando pela Inglaterra.¹¹⁶

A localização geográfica central da Alemanha na Europa, sua cultura e tamanho demográfico e territorial tem historicamente representado o que é conhecido como a “questão alemã”. Esse dilema decorre da oscilação entre a extrema debilidade e a força excessiva do Estado alemão, o que dificulta o estabelecimento de um equilíbrio capaz de conter a tensão contínua.¹¹⁷

No primeiro cenário, a vulnerabilidade da Alemanha aumenta devido à sua fraqueza, tornando-a suscetível a pressões externas. Isso a coloca em posição de ser influenciada e afetada pelas ações de outros países vizinhos. Por outro lado, no segundo cenário, a Alemanha pode se tornar excessivamente poderosa, dificultando a manutenção de um equilíbrio europeu com fronteiras estáveis e uma política externa responsável. Isso pode gerar preocupações e desafios para os Estados próximos e para o continente como um todo.

¹¹⁵ No livro “Coerção, Capital e os Estados Europeus”, de Charles Tilly, o autor ressalta que, durante vários séculos, a Europa foi propulsionada pela violência, principalmente porque essa agressão é frequentemente efetiva. Isto é absolutamente compreensível. Em muitas situações, o recurso ao confronto e a guerra tendem a produzir resultados práticos. Em um cenário onde o domínio do confronto é avassalador e existe uma cultura intrínseca de agressão, é lógico aderir ao combate como estratégia principal.

¹¹⁶ DAEHNHARDT, Patrícia. As origens da Grande Guerra e o estatuto de Grande Potência. *R: I/Relações Internacionais*, n. 42, p. 79-93, 2014.

¹¹⁷ Sobre a questão alemã: MOURA, Vasco Graça. *A identidade cultural europeia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.

Adicionalmente, é importante considerar como os países vencedores lidaram com a Alemanha em 1919 após a Primeira Guerra Mundial, impondo pesadas reparações de guerra e marginalizando-a politicamente no cenário internacional, impuseram a fragilidade para a nascente democracia da República de Weimar¹¹⁸ e abriram caminho para o surgimento de uma Alemanha revisionista. A partir de 1933, a Alemanha passou a buscar mudar o *status quo* instável do período entre guerras através de uma política de expansão e germanização da Europa. Essas ações contribuíram para a eclosão da Segunda Guerra Mundial¹¹⁹ e acentuaram ainda mais as questões relacionadas à localização central da Alemanha no continente.¹²⁰

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi ainda mais destrutiva e culminou com a divisão da Europa em duas esferas de influência: a oriental, dominada pela União Soviética, e a ocidental, capitaneada pelos Estados Unidos. Este período da Guerra Fria durou até a queda do Muro de Berlim em 1989.

O continente europeu é rico, complexo e diverso, com cada Estado e região possuindo suas próprias idiossincrasias. Entretanto, a concepção de que o domínio da Europa Central é sinônimo de controle sobre o Continente, e por extensão, exerce um impacto significativo globalmente, tem sido um pilar constante nas observações estratégicas

¹¹⁸ A “República de Weimar” foi o período na história alemã de 1919 a 1933, quando a Alemanha teve uma forma de governo parlamentar. Foi estabelecida após o fim da Primeira Guerra Mundial e a abdicação do imperador alemão, Guilherme II, em novembro de 1918. O nome “República de Weimar” vem da cidade de Weimar, onde sua constituição foi promulgada em 11 de agosto de 1919. Durante esse período, a Alemanha enfrentou desafios consideráveis, incluindo a devastação econômica, a pressão para pagar reparações de guerra impostas pelo Tratado de Versalhes e conflitos internos. A democracia na República de Weimar enfrentou problemas como instabilidade política e polarização ideológica entre partidos de extrema direita e esquerda. A economia também sofreu com condições precárias e alta inflação, afetando a estabilidade e a confiança pública no sistema democrático. Apesar dos esforços para construir uma democracia funcional e promover reformas sociais, grupos extremistas, liderados por Adolf Hitler, como os nazistas, se opuseram crescentemente ao regime. Em 1933, após eventos tumultuados e a ascensão de Hitler ao poder, a democracia foi abolida e a Alemanha passou a ser governada pelo regime totalitário conhecido como o Terceiro Reich em seu período nazista.

¹¹⁹ Assistir “Oppenheimer”, um filme de Christopher Nolan, que segue a vida do físico J. Robert Oppenheimer (interpretado por Cillian Murphy), líder do Projeto Manhattan, responsável pelo desenvolvimento das primeiras bombas atômicas durante a Segunda Guerra Mundial. O elenco também conta com Emily Blunt, Matt Damon, Robert Downey Jr., e outros. O filme é baseado no livro vencedor do Prêmio Pulitzer de Kai Bird e Martin J. Sherwin.

¹²⁰ DAEHNHARDT, As origens da Grande Guerra e o estatuto de Grande Potência, *cit.*

geopolíticas, não apenas na zona europeia, mas também em um contexto internacional¹²¹. Essa visão mantém sua relevância nos dilemas globais atuais, moldando as decisões tomadas pelos líderes contemporâneos e influenciando as estratégias dos líderes futuros. Como afirma Brendan Simms:

Em suma, tem sido uma convicção inabalável dos líderes europeus ao longo dos passados 550 anos, mesmo daqueles que não tiveram eles próprios aspirações imperiais, que a luta pelo domínio seria decidida pelo Império ou no Império e nos Estados germânicos seus sucessores. A Rainha Isabel I sabia-o; Cromwell sabia-o; Marlborough sabia-o; os dois Pitt sabiam-no; Bismarck sabia-o; o Alto Comando aliado na Primeira Guerra Mundial sabia-o; Franklin Delano Roosevelt sabia-o; Estaline sabia-o; Gorbachev sabia-o; os russos que resistiram furiosamente à expansão da NATO para leste depois da queda do Muro sabem-no; e sabem-no as ditos que contam manter de pé a União Europeia por medo a deixar a Alemanha largar as suas amarras. Quem controlar a Europa Central pelo tempo que for controla a Europa e quem controlar a Europa controlará em última instância o mundo.¹²²

Assim, podemos perceber como essas disputas se situam dentro de uma verdadeira hegemonia, da conceituação clássica às mais modernas, entendendo que a “luta pelo domínio da Alemanha também domine o processo de mudança interna na Europa.”¹²³ Historicamente, o Velho Continente é marcado por intensos conflitos, crises e embates. Nesse sentido, aduz Simms que “Até hoje as relações entre os Estados no continente europeu ocorrem em parte nesse ambiente puramente político de equilíbrio de poder, guerra e disputa de fronteiras.”¹²⁴ Sendo um continente caracterizado pela sua diversidade cultural e proximidade geográfica entre Nações, os conflitos se tornaram naturais em sua trajetória¹²⁵. A coexistência de culturas distintas e nações geograficamente próximas gerou

¹²¹ A saber, o cardeal de Richelieu defendia que a fragmentação dos Estados europeus da Europa Central era de suma importância para a segurança da França e, por isso, apoiou e financiou os príncipes protestantes germânicos contra o Sacro Imperador Romano. A prática do cardeal perdura durante a guerra entre católicos e protestantes que se finda em com a paz de Vestfália, em 1648, e seus efeitos são colocados como o atraso na unificação alemã, tendo em vista que após a guerra o Sacro Império Romano foi retalhado entre mais de 300 Estados soberanos, cada um com uma política externa própria. KISSINGER, *Diplomacia*, *cit.*, p. 47-48.

¹²² SIMMS, *Europa*, *cit.*, p. 37-38.

¹²³ *Ibidem*, p. 38.

¹²⁴ MIDDELAR, Luuk Van. *Europa em transição: como um Continente de transformou em União*. Trad. Ramon Alex Gerrits. São Paulo: É Realizações Editora, 2017, p. 48.

¹²⁵ Constituinte também em breves e também extensos momentos de paz entre as nações europeias, como a partir do Congresso de Viena (1814-1815), em que a paz europeia foi assegurada por 100 anos e também a partir de 1951, com o estabelecimento da Comunidade Econômica do Carvão e do Aço e início da integração europeia.

inúmeras interações, algumas das quais se transformaram em tensões e desavenças persistentes. O nacionalismo, em particular, foi um fator determinante em muitas dessas disputas, especialmente nos séculos XIX e XX, com as tensões entre diferentes grupos nacionais dando origem a conflitos como as Guerras Mundiais e a Guerra dos Balcãs¹²⁶.

O imperialismo e o colonialismo europeus também desempenharam um papel crucial na incitação das guerras. A busca por expansão durante a “Grandes Navegações”¹²⁷ levou a uma competição acirrada entre as potências europeias por recursos e territórios globalmente, culminando em uma série de conflitos na civilização europeia. Simultaneamente, o processo de industrialização e o desenvolvimento econômico fomentaram a competição por recursos e mercados, alimentando ainda mais as tensões no Velho Continente¹²⁸.

¹²⁶ A Primeira Guerra dos Balcãs ocorreu entre 1912 e 1913, envolvendo a Liga Balcânica (formada por Bulgária, Sérvia, Grécia e Montenegro) e o Império Otomano. A Liga Balcânica lutou para conquistar territórios otomanos na região, com o objetivo de expandir suas fronteiras. Após uma série de campanhas militares, os países da Liga Balcânica conseguiram obter territórios significativos do Império Otomano. A Guerra dos Balcãs, ocorrida nas décadas de 1990 e 2000, foi outro exemplo de conflito relacionado ao nacionalismo na Europa. Com o colapso da Iugoslávia, diferentes grupos étnicos e nações dentro da região dos Balcãs lutaram pelo poder e pela independência. Essa guerra foi marcada por atrocidades étnicas e uma grande violência, mostrando mais uma vez como as tensões nacionalistas podem levar a conflitos sangrentos.

¹²⁷As “Grandes Navegações” ou “Era dos Descobrimientos”, que se estendeu principalmente entre os séculos XV e XVI na Europa, representa um período caracterizado por uma intensa exploração marítima e conquista de terras. Os países europeus, em especial Portugal, Espanha, Inglaterra e França, empreenderam expedições transoceânicas com o objetivo primordial de estabelecer rotas comerciais mais vantajosas, adquirir recursos valiosos e ampliar o seu conhecimento geográfico. Os esforços empreendidos pelos europeus durante esse período visavam, especialmente, estabelecer vias comerciais direcionadas às Índias Orientais, onde se encontravam cobiçadas especiarias. Da mesma maneira, almejava-se a aquisição de metais preciosos, como ouro e prata, assim como outros recursos naturais. Portugal, em particular, destacou-se nessa empreitada, ao explorar minuciosamente a costa africana e descobrir novas rotas marítimas em direção à Ásia. No âmbito espanhol, o financiamento das expedições lideradas por Cristóvão Colombo resultou na chegada à América, desencadeando, conseqüentemente, o processo de exploração e colonização do continente pelas potências europeias. Sob esse contexto, Espanha e Portugal procederam à partilha das terras colonizadas além-mar mediante a celebração do Tratado de Tordesilhas. Destaca-se ainda que as colonizações impulsionaram significativamente o desenvolvimento científico e cultural. Os colonizadores europeus lograram ao realizar descobertas de natureza geográfica, cartográfica, astronômica e botânica, de expressiva relevância. A disseminação de informações acerca de distintas culturas e povos contribuiu para o avanço do conhecimento europeu em diversos domínios do saber. Não obstante, é imprescindível mencionar que as grandes navegações acarretaram também conseqüências até hoje irreparáveis, como a instituição da escravidão, a exploração dos povos indígenas e a eclosão de conflitos violentos. Assim, a disseminação de doenças de origem europeia acarretou impactos devastadores nas populações nativas, dizimando-as em muitas regiões.

¹²⁸ Sobre o tema *cf.* HOBSBAWM, Eric. *A era dos impérios: (1875-1914)*. São Paulo: ed. Paz&Terra, 2016.

Compreendendo que, na civilização, “o desenvolvimento refere-se ao estágio e à configuração geral de uma sociedade, que abandona suas formas primitivas e tribais e assume modos mais elaborados e avançados de vida social”¹²⁹, constatamos que a “cultura” e a “civilização” refletem duas facetas do desenvolvimento humano e social, aspectos relevantes para contextualização da Europa. A primeira destaca a diversidade e a singularidade dos grupos sociais, enquanto a segunda aponta para um processo de progresso e desenvolvimento que é comum a toda a humanidade, ainda que muitas vezes impulsionado pelas realizações de grupos específicos. Desta forma constatamos mais uma vez a centralidade dos alemães no processo civilizacional europeu, como apontado pelos Professores José Luiz Borges Horta e Marcelo Maciel Ramos:

Conforme ensinam Kroeber e Kluckhohn, os alemães começaram efetivamente a contribuir criativamente para com a Civilização Européia, em pé de igualdade com ingleses e franceses, a partir de 1770. Nada obstante, eles ainda não haviam formado uma nação unificada e compensado seu débito político com suas conquistas artísticas e intelectuais. Nesse contexto, precisavam encontrar uma palavra que representasse suas contribuições culturais e fosse mais inclusiva que o termo *zivilisation*. Desse modo, eram levados a compreender a cultura como o conjunto de elementos característicos de um grupo humano, a despeito de seus avanços políticos.¹³⁰

Dentre os avanços políticos, a criação da União Europeia é um testemunho da mudança de paradigma, com a organização empenhada em fomentar a paz, a estabilidade e a cooperação econômica em toda a Europa. Nesse andar, seguindo a lição de Jamile Bergamaschine, “A integração regional, entendida como a formação de processos de associação interestatais com a finalidade de conformar um sistema comum mediante a convergência de interesses e valores”¹³¹ é um projeto inovador que acarreta inúmeras consequências. Portanto, enquanto a Europa tem uma longa história de conflitos, também tem uma história de esforços para superar esses conflitos e promover seus valores comuns. Desta maneira, Luuk van Middelaar apresenta que:

O objetivo principal de fundadores como Robert Schuman e Paul-Henri Spaak foi um rompimento radical com a política do poder, uma reviravolta na relação

¹²⁹ HORTA, José Luiz Borges; RAMOS, Marcelo Maciel. Entre as veredas da cultura e da civilização. *Revista Brasileira de Filosofia*, São Paulo, a. 58, n. 233, p. 275, 2009.

¹³⁰ HORTA, RAMOS, Entre as veredas da cultura e da civilização, *cit.*, p. 277.

¹³¹ DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; CARNEIRO, Caio de Castro e. (Re)visitando o primado das normas de direito europeu: a evolução histórica da primazia e seus primeiros desdobramentos jurisprudenciais. *Revista Jurídica*, [S.l.], v. 4, n. 49, 2017, p. 257. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/2294>. Acesso em: 02 ago. 2023.

entre os Estados europeus. Em primeiro lugar, tratava-se das relações entre a França e a Alemanha, os arquiinimigos que no período de uma vida humana haviam travado três guerras sangrentas. Foi assim que a ideia da paz europeia se vinculou à contenção da diplomacia. Dos cerca de trinta Estados que a Europa contava na época, seis participaram do primeiro plano nesse sentido, a Comunidade do Carvão e do Aço, que aplicava essas ideias numa área de atuação reduzida mas decisiva. O pacto de fundação (1951) foi diferente dos tratados tradicionais. Isso porque, além das costumeiras obrigações mútuas, previa duas instituições compostas de pessoas que não representavam seu governo nem seu parlamento nacional, tratava-se de uma Alta Autoridade (mais tarde: “Comissão”), que em nome de um interesse comum europeu tomaria as decisões, assim como de uma Corte, que fiscalizaria o cumprimento do tratado. Aqui se deu o rompimento. Enfatizando a visada diferença com a diplomacia, o iniciador Schumann escreveu por ocasião da assinatura do acordo: “Daqui para a frente, os tratados não deverão só criar obrigações, mas também instituições, ou seja, órgãos supranacionais independentes investidos de uma autoridade independente. Tais órgãos não serão conselhos ministeriais nem conselhos formados por deputados dos governos envolvidos. Nessas instituições, não haverá confrontos entre interesses nacionais que exijam ser arbitrados ou conciliados; as instituições estão a serviço de uma comunidade supranacional, tendo objetivos e interesses distintos dos países associados. Os interesses particulares dessas nações associadas dissolvem no interesse comum”.¹³²

A União Europeia é uma das mais notáveis realizações políticas, sociais e econômicas do século XX e XXI, simbolizando uma resposta robusta aos horrores da Segunda Guerra Mundial e uma abordagem cooperativa para o progresso econômico, social e político. Pode-se destacar que o projeto europeu representa, para o início do século XXI, um esforço de retomada do próprio Estado de Direito, como afirma o catedrático de Teoria Geral do Estado da UFMG, Professor José Luiz Borges Horta:

A deserção do Estado representaria o abandono de algo muitíssimo caro à nossa História e ao nosso ideário; é preciso reconhecer a vivência e a sobrevivência do Estado de Direito, renovado em seus marcos pela rica experiência de construção da União Européia e, mais recentemente, pela irrupção, no cenário internacional, de novos atores estatais outrora apartados, de formas diversas, do legado europeu. Na Europa, a experiência da vida em Estado transita de uma base nacional para uma perspectiva plurinacional, sem abandonar o legado do Estado; sabemos como é severa a crise econômica por que passa nosso Velho Mundo: ainda assim, o debate europeu é sempre marcado ou pela luta dos nacionalistas pela soberania de seus Estados-nação ou pelo empenho dos europeístas na construção de uma União Europeia cada vez mais forte e portanto em franco trânsito de uma confederação de Estados para uma vigorosa federação européia. Não há saída fora do Estado; nem mesmo para os neoliberais (que a ele acorrem em busca de recursos financeiros para manterem lucrativas suas empresas).¹³³

¹³² MIDDELAAR, *Europa em transição, cit.*, p. 48.

¹³³ HORTA, José Luiz Borges. A subversão do fim da História e a falácia do fim do Estado: notas para uma filosofia do tempo presente. In: CARVALHO, Marcelo; FIGUEIREDO, Vinicius (orgs.). *Filosofia alemã de Kant a Hegel*. São Paulo: ANPOF, 2013, p. 295.

Jean Monnet, personagem emblemático na história contemporânea europeia e considerado uma força unificadora nos bastidores da criação da União Europeia, assim articulou a sua visão de uma Europa que, unida, garantiria a paz: “Continuem, continuem, não há futuro para os povos da Europa que não passe pela união.”¹³⁴

A Segunda Guerra Mundial deixou a Europa em um estado de destruição. Com a perda de milhões de vidas e um número ainda maior de pessoas deslocadas, a região enfrentou um colapso econômico significativo. Logo, os desafios colocados eram:

Terminada a Segunda Guerra Mundial, os Estados europeus debruçam-se, fundamentalmente, sobre duas ordens de problemas, a saber: (a) a reconstrução do continente, assolado pelos terríveis conflitos bélicos; (b) a busca e o estabelecimento dos marcos necessários para obtenção de um estado de paz duradoura, a fim de que nunca mais se repetissem os horrores outrora verificados.¹³⁵

Além disso, uma vasta parcela da infraestrutura industrial europeia foi destruída, agravando ainda mais a situação.¹³⁶ O Reino Unido, sendo uma das potências centrais durante a guerra, enfrentou uma grave privação econômica após o conflito, com mais de um quarto de sua riqueza nacional consumida devido aos esforços do conflito¹³⁷. A surpreendente retirada do programa americano de empréstimos e arrendamentos, conhecido como *Lend-Lease*¹³⁸, em 2 de setembro de 1945, teve um impacto significativo nos planos do recém-estabelecido governo britânico. Esta situação forçou o país a adotar

¹³⁴ EUROPEIA, União. Jean Monnet: a força unificadora por trás do nascimento da União Europeia. [s. n. t.]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/system/files/2021-06/eu-pioneers-jean-monnet_pt.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

¹³⁵ DIZ, CARNEIRO, (Re)visitando o primado das normas de direito europeu, *cit.*, p. 257.

¹³⁶ ARNOLD-FORSTER, Mark. *The world at war*. London: Collins, 1973.

¹³⁷ Além disso, os anos após 1945 foi marcado pela progressiva independência das colônias europeias. Inspirados pela Carta do Atlântico (1941), os movimentos independentistas empurraram para as potências europeias, principalmente para o Reino Unido que entraria na Comunidade Econômica Europeia apenas em 1973, uma diversificação e entrelaçamento das suas economias que tem origem com a implementação do Plano Marshall para reconstrução dos países europeus destruídos pelo conflito global. Enquanto os países que se uniram em torno de uma Comunidade Econômica, o Reino Unido foi levado por um longo período de estagflação, isto é, alta inflacionária e baixíssimo crescimento econômico. Sobre o tema recomenda-se: HENRIQUES, Hugo Rezende. Para onde, Europa?: reflexões sobre a consciência-de-si europeia. In: *XXI Enabed*. (Anais de Congressos). Nitéro, 2022.

¹³⁸ O programa Lend-Lease foi uma iniciativa política e econômica, instituída pelos Estados Unidos em 1941, proporcionou assistência militar e econômica a países aliados durante a Segunda Guerra Mundial. Por meio de empréstimos ou arrendamentos, o programa permitiu o fornecimento de recursos que variavam de alimentos a equipamentos militares. Os principais beneficiários incluíram o Reino Unido, a União Soviética, a China e a França Livre. A política foi encerrada em setembro de 1945, com o fim da guerra.

medidas extremas, como a implementação do racionamento de alimentos, como o pão - uma ação que nem mesmo havia sido necessária durante o período de guerra.¹³⁹

A Leste, o impacto na União Soviética foi igualmente enorme, com imensas perdas na guerra contra a Alemanha. A população soviética diminuiu em cerca de 27 milhões durante a guerra, sendo 8,7 milhões de mortes em combate.¹⁴⁰ A economia também estava devastada, com cerca de um quarto dos recursos capitais da União Soviética destruídos. Nesse cenário, o programa soviético de reconstrução enfatizou a indústria de base em detrimento da agricultura e dos bens de consumo e, em 1953, a produção de aço era o dobro do nível de 1940, mas a produção de muitos bens de consumo e alimentos era menor do que havia sido no final dos anos 1920.¹⁴¹

A Europa do período pós-guerra foi dominada pela União Soviética, que anexou, ou converteu em Repúblicas Socialistas Soviéticas¹⁴², todos os países ocupados pelo Exército Vermelho¹⁴³, expulsando os alemães da Europa Central e Oriental. Novos estados

¹³⁹ A influência do embaixador norte-americano na União Soviética, George Kennan, que via na União Soviética como uma potência expansionista empenhada em destruir o capitalismo levou a uma perspectiva observada através do estudo conservador das políticas externas norte-americanas realizado por Robert Wesson: “Depois da II Guerra Mundial, ainda houve uma certa esperança de que a Grã-Bretanha pudesse encarregar-se de razoável parcela das responsabilidades pela manutenção da ordem mundial, e era geral a expectativa de que as Nações Unidas ajudassem a preservar a paz. Mas logo se viu que a retirada americana seria praticamente equivalente a consentir que a maior parte ou toda a Europa e o resto do mundo caíssem sob a hegemonia da União Soviética, uma potência antagônica e tirânica abertamente dedicada (de acordo com a sua ideologia oficial de luta de classes universal) à destruição da sociedade “burguesa” tradicional e da ordem internacional.” *In*: WESSON, Robert G. *A Nova Política Externa dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 28.

¹⁴⁰ HAYNES, Michael. Counting Soviet deaths in the Great Patriotic War: a note. *Europe-Asia Studies*, v. 55, n. 2, p. 303-309, 2003.

¹⁴¹ RUSSIA — RECONSTRUCTION AND COLD WAR. *Country Studies*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://countrystudies.us/russia/12.htm>. Acesso em: 30 mai. 2023.

¹⁴² Esses países adotaram sistemas políticos e econômicos baseados no modelo soviético de socialismo, o que significa que a economia era planejada e controlada pelo Estado, em um regime orquestrado pelo partido comunista.

¹⁴³ O Exército Vermelho, oficialmente conhecido como “Exército e Marinha Operários e Camponeses”, foi a força militar da União Soviética. Ele foi estabelecido durante a Guerra Civil Russa em 1918 por Leon Trotsky, que foi nomeado Comissário do Povo para a Guerra. O Exército Vermelho desempenhou um papel crucial na defesa do novo regime soviético contra as forças anticomunistas. Durante a Segunda Guerra Mundial, o Exército Vermelho foi o principal componente das forças armadas soviéticas que lutaram contra a Alemanha nazista e seus aliados. O Exército Vermelho desempenhou um papel decisivo na derrota da Alemanha, particularmente nas Batalhas de Stalingrado e de Kursk, que foram pontos emblemáticos da guerra.

satélites foram estabelecidos pelos soviéticos na Polônia, Bulgária, Hungria, Tchecoslováquia, Romênia, Albânia e Alemanha Oriental.

Na Alemanha, quase um quarto do território pré-guerra de 1939 foi anexado pelos Aliados (EUA, Reino Unido, França e União Soviética). Como se não bastasse, houve a ocorrência de cerca de 10 milhões de alemães sendo expulsos deste território ou não sendo autorizados a retornar a ele após a guerra. Além disso, Alemanha foi obrigada a pagar reparações ao Reino Unido, França e União Soviética, principalmente na forma de fábricas desmanteladas, trabalho forçado e carvão¹⁴⁴.

Assimilando a derrota da Alemanha na Segunda Guerra Mundial¹⁴⁵, houve o surgimento de novas alianças militares na Europa Ocidental. Em 1948, cinco países europeus assinaram o “Pacto de Bruxelas”, que visava à assistência mútua em casos de ataque. No entanto, a participação dos Estados Unidos da América era considerada essencial devido à sua posse de armas nucleares. Em 1949, foi estabelecido o Tratado do Atlântico Norte, envolvendo os EUA, o Canadá e outros países. A exclusão inicial da Alemanha Ocidental levantou questões sobre a sua proteção contra uma possível invasão do leste, o que resultou na presença contínua de soldados estadunidenses na região, como afirma Middelaar:

Após a rendição alemã, um novo sistema de alianças militares surgiu na Europa Ocidental. Em março de 1948, França, Grã-Bretanha, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo assinaram o “Pacto de Bruxelas”, que obrigava a uma assistência mútua em caso de ataque. O motivo imediato havia sido o golpe comunista em Praga, em fevereiro. Os cinco fundadores tinham em vista a Rússia, mas também a Alemanha, como agressores. Eles sabiam que seu pacto não valia muito sem a participação dos Estados Unidos, a única nação ocidental a possuir a bomba atômica. Com êxito, solicitaram uma garantia de segurança ao governo americano. Em abril de 1949, estabeleceu-se em Washington o Tratado para o

¹⁴⁴ As condições de vida na Alemanha foram reduzidas ao nível de 1932 como resultado das sanções pós-guerra. Nos dois anos seguintes à rendição alemã, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha lançaram um programa de “reparações intelectuais”, com o objetivo de absorver todo o conhecimento técnico e científico, bem como todas as patentes científicas alemãs. O custo dessas aquisições culturais alcançou bilhões de dólares em investimentos científicos. Além disso, segundo o Tratado de Paz de Paris de 1947, a Alemanha também teve de fazer reparações à Itália, Romênia, Hungria, Bulgária e Finlândia.

¹⁴⁵ A Segunda Guerra Mundial concluiu-se com a rendição incondicional da Alemanha nazista em 7 de maio de 1945, marcando o V-E Day (*Victory in Europe Day*). No entanto, o conflito continuou no Pacífico até que os EUA lançaram duas bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki em agosto daquele ano, levando o Japão a se render em 15 de agosto, o V-J Day (*Victory over Japan Day*), com a rendição formal ocorrendo em 2 de setembro de 1945. O conflito foi um dos mais destrutivos da história, resultando em um número estimado de 70 milhões de mortes.

Atlântico Norte, assinado por Estados Unidos, Canadá, pelos cinco de Bruxelas e mais cinco Estados europeus (Islândia, Noruega, Dinamarca, Portugal e Itália). Esses países se comprometeram a prestar assistência militar mútua em caso de ataque. A parte ocidental do antigo sistema de Estados europeus foi substituída por um sistema atlântico. A Alemanha Ocidental foi mantida fora desse pacto. Embora em meados de 1950 a jovem república de Bonn já dispusesse de uma constituição e de um governo, ela não tinha uma política externa, nem corpo diplomático, nem exército. A simples ideia de uniformes alemães, provocavam arrepios nos países vizinhos, principalmente na França.¹⁴⁶

Assim, nesse cenário de esfacelamento da Alemanha, surge a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), também conhecida pela sigla em inglês NATO - *North Atlantic Treaty Organization* - que foi estabelecida em 1949, em um período marcado pela conhecida Guerra Fria. Esta aliança defensiva foi formada por países da América do Norte e da Europa Ocidental, surgindo como um reflexo da crescente tensão entre as potências ocidentais, capitaneadas pelos Estados Unidos, e a União Soviética após a Segunda Guerra Mundial.¹⁴⁷

Seguindo a assinatura do Tratado em 4 de abril de 1949, a aliança foi ampliada com a adesão da Grécia e da Turquia em 1952, seguidas pela Alemanha Ocidental em 1955. O propósito primordial da OTAN era instituir um sistema coletivo de defesa e hegemonia para fazer frente a uma eventual incursão em território amigo por parte da União Soviética ou de seus aliados.¹⁴⁸ Nessa toada, o famoso artigo 5 do Tratado estipula que um ataque armado contra um ou mais membros da OTAN será interpretado como um ataque contra todos os membros, conferindo a cada um deles o direito de adotar medidas para restabelecer e manter a segurança na região do Atlântico Norte.¹⁴⁹¹⁵⁰

A adesão da Alemanha à OTAN, em 6 de maio de 1955, foi precedida por anos de discussões entre os líderes ocidentais e a Alemanha, cujos cidadãos se opunham ao rearmamento do país. A questão sobre a defesa do país ainda existia, pois

¹⁴⁶ MIDDELAAR, *Europa em transição, cit.*, p. 242.

¹⁴⁷ Este conflito ideológico, político e militar resultou na divisão do continente europeu entre os blocos ocidental e oriental, este último sob a influência soviética.

¹⁴⁸ CANÊDO, Sílvia Helena Guilherme. OTAN: evolução histórica. *Conjuntura Internacional*, PUC Minas, v. 8, 2006.

¹⁴⁹ ISBY, David C.; KAMPS, Charles Tustin. *Armies of NATO's Central Front*. Croydon: Jane's, 1985.

¹⁵⁰ DA COSTA, Rogério Santos. Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): histórico, características, objetivos. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, v. 1, n. 4, p. 129-151, 2006.

“em princípio, a ameaça atômica americana mantinha qualquer agressor a distância. A estratégia militar, contudo, exigia que, mesmo com a bomba, as tropas invasoras soviéticas pudessem ser contidas por algumas semanas o mais ao leste possível.”¹⁵¹

Middelaar explica de forma categórica a ocupação das forças militares americanas em território alemão e o embate sobre a criação de uma nova força dentro da disputa interna entre Alemães e Franceses no centro do velho continente:

De qualquer maneira, soldados americanos permaneceram na Alemanha Ocidental enquanto houvesse soldados russos na Alemanha Oriental, assim o ministro Byrnes já havia prometido, em 1946. Até a agressão norte-coreana, os analistas militares em Washington não haviam encontrado respaldo para sua tese de que a defesa da Europa Ocidental se beneficiaria com divisões alemãs. Três semanas antes do dia 25 de junho, o ministro Acheson ainda defendia categoricamente a desmilitarização alemã. Quatro semanas após o dia 25 de junho, o mais graduado comandante americano na Alemanha Ocidental comunicou à imprensa que se deveria dar uma chance aos alemães para se defenderem. Como, porém? “A verdadeira questão”, o ministro depois escreveu, “não era se a Alemanha podia ser inserida em um sistema defensivo europeu, mas se isso podia ser alcançado sem se dar a ela uma posição-chave no equilíbrio de poder na Europa.” Os americanos queriam um trato: mais tropas americanas para a defesa da Europa em troca de maiores gastos militares europeus, um comando integrado e a inclusão da Alemanha na Otan. Nenhum dos aliados europeus apreciou este último item; para a França isso permanecia inaceitável.¹⁵²

A história da Alemanha é marcada por um legado de agressões e conflitos, sobretudo durante as duas Guerras Mundiais, levantada a crise abordada na ocupação das forças militares no território alemão por Middelaar. Diante desse contexto complexo, naquele momento surgiram as indagações: como conciliar a busca pela segurança coletiva e a estabilidade na Europa, considerando os interesses e as preocupações das partes envolvidas? Como se desenvolveria uma Europa em um ataque do Oriente, sem um exército em um dos seus maiores países?

Entendendo o dilema da reintegração da República Federal da Alemanha, criada em 1949, nas estruturas de defesa da Europa Ocidental, sob a influência e guarda americana, tornou-se uma prioridade após o fim da Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, a proposta, na França, que defendia a criação de uma Comunidade Europeia de Defesa como resposta ao desafio alemão, foi rejeitada pelo Senado francês, deixando a adesão da Alemanha à

¹⁵¹ MIDDELAAR, *Europa em transição, cit.*, p. 242.

¹⁵² *Ibidem*, p. 243.

OTAN como uma alternativa mais próxima.¹⁵³ No entanto, pré-requisitos precisavam ser cumpridos antes que a Alemanha pudesse ingressar na OTAN: o fim da ocupação da República Federal da Alemanha pelos vencedores da guerra - França, Reino Unido, Estados Unidos da América e União Soviética. Em 23 de outubro de 1954, a Alemanha se juntou à União Ocidental, que em seguida foi renomeada como União da Europa Ocidental. Este passo, juntamente com o fim do estatuto de ocupação da República Federal da Alemanha com a entrada em vigor das convenções de Bonn-Paris em 5 de maio de 1955, preparou o ambiente para a entrada da Alemanha na OTAN, que o fez no dia seguinte, tornando-se o 15º membro da organização¹⁵⁴. A reunificação da Alemanha, em 3 de outubro de 1990, resultou na adesão dos Estados da antiga República Democrática Alemã à OTAN.¹⁵⁵

O ambiente pós-Segunda Guerra Mundial na Europa criou as condições propícias para a emergência da União Europeia nas décadas que se seguiram. Portanto, é essencial compreender não apenas o processo de formação da UE, mas também sua evolução ao longo do tempo através de seus vários tratados constitutivos.

A trajetória da UE teve início com a assinatura do *Tratado de Paris* em 1951, que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA)¹⁵⁶, a primeira de várias entidades supranacionais que, ao longo do tempo, culminaram na formação do bloco político-econômico. Diversos tratados subsequentes, incluindo o Tratado de Roma, o Ato Único Europeu, o Tratado de Maastricht e o Tratado de Lisboa, entre outros, foram implementados, cada um contribuindo de forma singular para a evolução da UE.

Nessa esteira de acontecimentos, em 1950, em resposta à preocupação crescente com o rearmamento alemão, foi desenvolvido o Plano Schuman, concebido por Monnet¹⁵⁷.

¹⁵³ “Em 24 de outubro de 1950, o ministro-presidente Pleven proferiu um discurso no Parlamento francês. O governo tinha a esperança, ele disse, de poder deixar os espíritos se acostumarem com a ideia de uma comunidade europeia antes de abordar a delicada questão de uma defesa conjunta. Porém, “devido aos acontecimentos mundiais, essa questão não admitia (...) protelação”. Dadas as circunstâncias, o rearmamento alemão era inevitável, e cedo ou tarde seu militarismo ressurgiria.” *In: Ibidem*, p. 244.

¹⁵⁴ NATO. Homepage. [s. n. t.]. Disponível em: <<https://www.nato.int/>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

¹⁵⁵ SESENTA anos da adesão à OTAN. *Deutschland.de*, [S. l], 2015. Disponível em: <https://www.deutschland.de/pt-br/topic/politica/alemanha-e-europa/sessenta-anos-da-adesao-a-otan>. Acesso em: 2 jun. 2023.

¹⁵⁶ O tratado foi assinado por Alemanha, França, Itália, Países Baixos, Bélgica e Luxemburgo. A Comunidade Europeia do Carvão e do Aço entrou em funções em 1952.

¹⁵⁷ O Plano Schuman foi uma proposta fundamental para a integração da Europa após a Segunda Guerra Mundial, apresentada pelo então Ministro das Relações Exteriores da França, Robert Schuman, em 9 de

De forma simplificada, o plano propunha que a produção de carvão e aço deveria ser supervisionada por uma autoridade supranacional, com o objetivo de assegurar que esses materiais fossem utilizados apenas para propósitos pacíficos.¹⁵⁸

As fontes de energia são estratégicas para o mundo por várias razões: o funcionamento da economia, o desenvolvimento econômico como componente da segurança dos países, e a influência na geopolítica. Desta maneira, no início do século XX e especialmente no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, o carvão e o aço surgiam como recursos fundamentais para a economia e o poder industrial da Europa.¹⁵⁹

No contexto do pós-guerra, o controle sobre a produção e distribuição de carvão e aço tornou-se essencial para a recuperação econômica e a reconstrução da Europa, assim como a manutenção da paz no continente, tendo em vista que, com o Tratado de Paris de 1951, tanto o carvão quanto o aço franco-alemão foram submetidos a uma alta autoridade comunitária, a fim de que fosse possível conter sua utilização para conflitos¹⁶⁰.

A questão do controle dessas indústrias não se restringia a fatores econômicos, mas também envolvia aspectos de segurança. A Alemanha, por exemplo, utilizou suas robustas indústrias de carvão e aço para sustentar seu aparato bélico nas Guerras. Assim, com a implementação do Tratado da CECA, que submetia essas indústrias a um controle

maio de 1950. O plano, embora levasse o nome de Schuman, foi na realidade elaborado por Jean Monnet. O idealizador era um alto funcionário francês e um fervoroso defensor da unidade europeia. Ele acreditava que a melhor maneira de evitar futuros conflitos na Europa, especialmente entre a França e a Alemanha, era unir suas economias de tal maneira que a guerra fosse não apenas improvável, mas materialmente complicada. Foi nesse contexto que Monnet concebeu a ideia de uma comunidade supranacional para o carvão e o aço, setores-chave da economia e da indústria de guerra. Ele propôs que a França, a Alemanha e outros países europeus interessados colocassem deveriam colocar suas indústrias de carvão e aço sob uma autoridade comum. Robert Schuman, percebendo o valor da proposta, apresentou-a ao público em um discurso famoso que agora leva seu nome - o Plano Schuman. A proposta de Monnet foi bem-sucedida e levou à criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1952, a primeira de uma série de comunidades supranacionais que se tornaram a União Europeia.

¹⁵⁸ DIZ, CARNEIRO, (Re)visitando o primado das normas de direito europeu, *cit.*

¹⁵⁹ Durante a primeira metade do século XX, o carvão assumiu o papel de principal fonte de energia na Europa, alimentando usinas de energia para a geração de eletricidade e servindo como elemento essencial para aquecimento e preparo de alimentos. Além disso, o carvão era empregado como combustível para altos-fornos na produção de aço, elemento vital para a recuperação econômica no período pós-guerra. O aço, por sua vez, consolidava-se como material crucial para a indústria e a construção, sendo utilizado em uma vasta gama de produtos e infraestruturas que abrangiam desde navios, trens e automóveis até pontes, edifícios e armamentos. A habilidade de produzir aço emergia, portanto, como um indicador chave do poder industrial de uma nação.

¹⁶⁰ Sobre o processo de busca pela paz com a manutenção da produção de carvão e aço, ver: MIDDELAAR, *A nova política da Europa, cit.*, cap. 4.

supranacional, os países europeus visavam prevenir futuros conflitos e incentivar a cooperação econômica. Portanto, em 1950, carvão e aço transcendem a condição de meras *commodities*, representando símbolos do poder industrial e da capacidade de fazer guerra. Exercer controle sobre eles significava, em última instância, controlar o destino e a supremacia da Europa.

Junto ao Tratado da CECA, também foi assinado, em 1957, o Tratado da Comunidade Europeia de Energia Atômica, também conhecido como *Tratado Euratom*, em paralelo ao *Tratado de Roma*¹⁶¹ que fundou a Comunidade Econômica Europeia (CEE), com o principal objetivo de criar um mercado comum e uma união aduaneira entre os países membros.¹⁶² Ambos os tratados entraram em vigor em 1º de janeiro de 1958. O Tratado Euratom surgiu como uma resposta aos avanços científicos e às complexidades políticas pós-Segunda Guerra Mundial, que destacaram o potencial ambíguo da energia atômica – tanto para fins bélicos quanto para a geração de energia elétrica. A comunidade internacional estava preocupada com a proliferação de armas nucleares e a necessidade de regulamentar o uso da energia nuclear para fins pacíficos.¹⁶³

Na esfera europeia, a motivação para o Tratado Euratom estava ligada ao desejo de promover a integração e cooperação entre os países do Continente, buscando fomentar a paz e a prosperidade após o conflito devastador da Segunda Guerra. Os objetivos do Tratado Euratom incluíam a formação de um mercado comum para equipamentos e materiais nucleares, incentivo à pesquisa nuclear e garantia de padrões elevados de segurança para a proteção da saúde dos trabalhadores e dos cidadãos. O Tratado Euratom mantém-se em vigor como parte integrante da União Europeia, desempenhando um papel na promoção do uso seguro e pacífico da energia nuclear na Europa.¹⁶⁴

Por força destes tratados, a década de 1960 foi marcada por um crescimento econômico significativo, impulsionado em grande parte pela eliminação de direitos

¹⁶¹ O Tratado de Roma passou por várias alterações e foi substituído pelo Tratado de Lisboa em 2009.

¹⁶² Foi assinado pelos seis países fundadores: Bélgica, Alemanha, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos.

¹⁶³ FONTAINE, Pascal. *A União Europeia*. Trad. Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1995.

¹⁶⁴ INSTITUIÇÕES, Direito, Orçamento. *União Europeia*. [s. n. t.]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget_pt. Acesso em: 2 jun. 2023.

aduaneiros entre os países membros da CEE.¹⁶⁵ Além disso, foi acordada uma supervisão conjunta da produção alimentar para assegurar a suficiência alimentar em todos os países membros.¹⁶⁶

Além dos já referidos tratados, cumpre lembrar o *Tratado de Fusão*, formalmente conhecido como *Tratado de Bruxelas*¹⁶⁷, que foi uma convenção relevante para a integração das estruturas administrativas da CECA, Euratom e a CEE.¹⁶⁸ Apesar da manutenção da independência jurídica de cada uma dessas comunidades, houve a unificação das instituições comuns que já compartilhavam, como a Assembleia Parlamentar e o Tribunal de Justiça, como explica a Professora Jamile Bergamaschine Mata Diz:

Por meio do Tratado de Bruxelas, firmado em 1965, formou-se aparato orgânico composto por quatro instituições seminais à fase ulterior de integração: o Parlamento, a Corte de Justiça, o Conselho e a Comissão únicos, que compunham o então nascente Mercado Comum Europeu. Todavia, o grande passo para a formação da vindoura União Europeia foi dado com a assinatura, em 1986, do Ato Único europeu. Tratava-se de acordo internacional sinalado entre os doze Estados-membros da Comunidade Europeia, visando ao aprofundamento da integração econômica e lançando as bases para a póstera integração política, que culminou no advento do Tratado de Maastricht (1992) e na consolidação definitiva da União Europeia.¹⁶⁹

Desta maneira, percebemos que o *Ato Único Europeu* fortaleceu as instituições da União Europeia, concedendo-lhes mais poder e influência na tomada de decisões. O

¹⁶⁵ HISTÓRIA DA UNIÃO EUROPEIA – 1960-69. *União Europeia*. [s. n. t.]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1960-69_pt. Acesso em: 2 jun. 2023.

¹⁶⁶ “Em agosto de 1961, o governo da Alemanha Oriental erigiu o que se tornaria um emblema da divisão entre a Europa Oriental e a Ocidental durante a Guerra Fria: o Muro de Berlim. Esta estrutura física serviu como um poderoso indicativo da separação geopolítica e ideológica da época. Já o contexto social ficou marcado pelos protestos estudantis de maio de 1968 em Paris, que simbolizaram uma transformação mais ampla na sociedade e nas atitudes comportamentais, protagonizadas pela, comumente referida, “geração de 68” A propagação do movimento por vários países é um indicativo da sociedade europeia e seus símbolos.”

¹⁶⁷ É importante destacar que o Tratado de Fusão foi posteriormente revogado pelo Tratado de Amsterdã, assinado em 1997. Este último tratado, ao mesmo tempo que revogou a Convenção de 25 de março de 1957 sobre instituições comuns às Comunidades Europeias e o Tratado de 8 de abril de 1965, manteve os princípios fundamentais dessas disposições. Desta forma, o Tratado de Amsterdã preservou as características essenciais desses acordos anteriores, enquanto estabelecia uma nova estrutura legal para a União Europeia.

¹⁶⁸ TRATADO de Fusão. 8 abr. 1965. Disponível em: <http://data.europa.eu/eli/treaty/fusion/sign/por>. Acesso em: 2 jun. 2023.

¹⁶⁹ DIZ, CARNEIRO, (Re)visitando o primado das normas de direito europeu, *cit.*, p. 259.

Tratado foi um marco importante na história da integração europeia, abrindo caminho para futuros tratados e aprofundamento da cooperação entre os Estados membros.

No campo das ciências e da educação, em um contexto onde a informática, robotização e as tecnologias já estavam impulsionando mudanças profundas na sociedade, permitindo avanços em eficiência, automação e comunicação, a Europa, já reconhecendo a importância dessas áreas, criou, em 1984, o programa “*Esprit*”, como o primeiro de uma série de programas de pesquisa e inovação a nível europeu. Ele tinha como objetivo promover a cooperação e o desenvolvimento de tecnologias avançadas, sendo um esforço conjunto de vários países membros da União Europeia, para incentivar a colaboração entre a indústria, a academia e os centros de pesquisa. Com esse fim, o programa financiou projetos de pesquisa e desenvolvimento, apoiando a inovação tecnológica e a transferência de conhecimento entre os participantes.¹⁷⁰

Em 1987, foi lançado o Programa Erasmus, uma iniciativa da União Europeia, que visava financiar estudantes universitários interessados em estudar em outros países europeus, fortalecendo, assim, os laços da União e constituindo, por isso, uma comunidade acadêmica europeia. E tudo isso por meio da promoção da mobilidade acadêmica, da cooperação e do intercâmbio cultural entre os países membros da União Europeia. Ele tem contribuído para o enriquecimento pessoal e acadêmico dos estudantes, promovendo a compreensão mútua, a diversidade cultural e a integração do Continente.¹⁷¹ Até os dias de hoje, o Erasmus é um dos programas mais emblemáticos da União Europeia e continua a desempenhar um papel fundamental na educação e na formação dos jovens europeus.¹⁷²

Em 9 de novembro de 1989, ocorreu a queda do Muro de Berlim, um marco histórico que simboliza o fim da divisão entre a Alemanha Oriental e a Ocidental. Depois de 28 anos de existência, o muro foi derrubado, permitindo a abertura da fronteira entre as duas partes do país, embora a ocupação por tropas estadunidenses não tenha cessado. A

¹⁷⁰ INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO – A INTERVENÇÃO DA EU. *União Europeia*. [s. n. t.]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/priorities-and-actions/actions-topic/research-and-innovation_pt. Acesso em: 2 jun. 2023.

¹⁷¹ O QUE É O ERASMUS+?. [s. n. t.]. Disponível em: <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/pt-pt/node/2515>. Acesso em: 2 jun. 2023.

¹⁷² Na experiência do autor deste trabalho, quando através da mobilidade internacional junto a Universidade de Lisboa ficou claro e explícito a importância das iniciativas da UE em relação à ciência e ao intercâmbio de conhecimento.

derrubada do Muro de Berlim ocorreu devido a uma série de eventos que refletiam a insatisfação com o regime socialista na Alemanha Oriental.

Retornando aos atos normativos, em 1992, foi assinado, em Maastricht, nos Países Baixos, o *Tratado da União Europeia* ou *Maastricht*. Este ato estabeleceu as bases legais e institucionais para a criação da União Europeia, que entrou em vigor em 1993. O Tratado de Maastricht definiu regras para a futura moeda única, política externa e de segurança comum, bem como fortaleceu a cooperação em assuntos internos e de justiça, marcando um momento histórico na integração europeia. Assim, o “Direito Comunitário inaugura novas formas de produção e aplicação normativas, corporificando uma inflexão em face do Direito Internacional clássico”¹⁷³, constituindo, assim, “processos integracionistas que, progressivamente, culminaram no estabelecimento de uma ordem política, econômica e jurídica supranacional.”¹⁷⁴

Em 1993, foi lançado o mercado único europeu, eliminando barreiras comerciais e promovendo a livre circulação de bens, serviços, capitais e pessoas entre os Estados-Membros da União Europeia. Em 1994, foi estabelecido o Espaço Econômico Europeu, ampliando a área de livre comércio para incluir os países da Associação Europeia de Livre Comércio. No ano seguinte, em 1995, sete países implementaram o *Acordo de Schengen*, permitindo viagens sem fronteiras dentro da área, marcando o início da livre circulação de pessoas. Esses marcos fortaleceram a integração econômica e a cooperação entre os países-membros da União Europeia.¹⁷⁵

Já o *Tratado de Amsterdã*, de 1997, que entrou em vigor em 1999, foi um marco interessante no processo contínuo de integração europeia, trazendo alterações significativas nos campos da política, justiça, segurança e meio ambiente. As normas do Tratado ampliaram os poderes do Parlamento Europeu, fortaleceram a cooperação em questões de justiça e assuntos internos e introduziram a possibilidade de uma política externa e de segurança comum mais coordenada. Além disso, o Tratado de Amsterdã inclui disposições

¹⁷³ DIZ, CARNEIRO, (Re)visitando o primado das normas de direito europeu, *cit.*, p. 260.

¹⁷⁴ *Idem.*

¹⁷⁵ HISTÓRIA da União Europeia – 1990-99. *União Europeia*. [s. n. t.]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1990-99_pt. Acesso em: 2 jun. 2023.

para promover a igualdade de gênero e proteção dos direitos fundamentais na União Europeia.¹⁷⁶

O nascimento do euro como moeda única, aconteceu em 1999. Inicialmente, o euro foi introduzido em 11 países da União Europeia, com o objetivo de facilitar as transações comerciais e financeiras. No entanto, as moedas e notas físicas do euro foram introduzidas posteriormente. Os primeiros países da Zona do Euro a adotarem a nova moeda foram: Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos e Portugal. Nesse momento, três países, Dinamarca, Reino Unido e Suécia, definiram por não aderir à zona euro e continuaram com suas respectivas moedas nacionais.¹⁷⁷

No *Tratado de Nice*, o primeiro do século XXI, significativo nas reformas institucionais da UE, o objetivo era promover uma maior eficiência e eficácia no funcionamento do Bloco, especialmente após a adesão de novos países membros. Uma das mudanças mais relevantes, das trazidas pelo Tratado de Nice, diz respeito ao sistema de votação no Conselho da UE. Foi realizada uma redefinição da distribuição de votos entre os Estados-Membros, buscando equilibrar a representatividade e garantir uma tomada de decisão mais equilibrada. Neste processo alguns Estados-Membros com populações menores ou economias menos desenvolvidas podem ter perdido parte da sua influência no processo de tomada de decisão. Isso ocorreu porque a redistribuição dos votos levou em consideração o princípio da proporcionalidade, onde os Estados com maior população ou economia obtiveram uma participação proporcionalmente maior nos votos. Além disso, o documento ampliou o escopo das áreas políticas em que as decisões poderiam ser tomadas por maioria qualificada, em vez de depender da unanimidade.

Essas reformas institucionais no sistema de votação e na ampliação de áreas políticas tinham como objetivo agilizar o processo de tomada de decisão na UE, tornando-o mais adaptável às necessidades em constante evolução do bloco, já com 25 membros. Em 11 de setembro de 2001, ocorreram os trágicos atentados terroristas nos Estados Unidos:

¹⁷⁶ SOKOLSKA, Ina. Los tratados de Maastricht y Ámsterdam. *Parlamento Europeo*. [s. n. t.]. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/es/sheet/3/los-tratados-de-maastricht-y-amsterdam>. Acesso em: 2 jun. 2023.

¹⁷⁷ HISTÓRIA Da União Europeia – 1990-99. *União Europeia*. [s. n. t.]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1990-99_pt. Acesso em: 2 jun. 2023.

aviões sequestrados foram deliberadamente direcionados às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova Iorque, e ao Pentágono, em Washington. Esses ataques resultaram na chamada “guerra ao terror” com um protagonismo imenso norte-americano.

Já em 2003, a União Europeia realizou operações nos Balcãs. Inicialmente, a UE enviou suas forças militares para a antiga República Iugoslava da Macedônia, que agora é conhecida como Macedônia do Norte.¹⁷⁸ Em seguida, também estendeu sua atuação para a Bósnia-Herzegovina.¹⁷⁹ Essas ações da UE tinham como justificativa trazer estabilidade e substituir as forças da OTAN que estavam lá anteriormente. Cabe a reflexão se as intervenções são condizentes com os valores estipulados pelo bloco político. Nesse exemplo de cooperação e esforços conjuntos para manter a paz e a segurança na região dos Balcãs, a Alemanha desempenhou um papel ativo e significativo, fornecendo tropas e recursos para apoiar os esforços de estabilização na região.¹⁸⁰

No ano de 2004, ocorreu a adesão de 10 novos países à União Europeia, marcando um momento histórico na Europa pós-Segunda Guerra Mundial. Chipre e Malta tornaram-se membros da UE juntamente com oito países da Europa Central e Oriental, quais sejam: República Tcheca, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Polônia, Eslováquia e Eslovênia. Essa ampliação da UE foi um marco significativo, encerrando simbolicamente a divisão da Europa e promovendo a integração de países anteriormente separados pelo contexto geopolítico da Guerra Fria.¹⁸¹

¹⁷⁸ O conflito na antiga República Iugoslava da Macedônia teve origem nas tensões étnicas e políticas após o desmembramento da Iugoslávia no início dos anos 1990. O país enfrentou disputas internas entre os grupos majoritários e minoritários, com a população albanesa buscando maior poder político. Em 2001, a situação escalou para confrontos armados entre as forças de segurança macedônias e insurgentes albaneses, que buscavam diversas reivindicações. A União Europeia, enviou forças militares como parte de uma missão de “paz e estabilização”. A missão da UE na Macedônia, conhecida como Operação Concórdia, foi lançada em março de 2003.

¹⁷⁹ Em 2003, a União Europeia criou a Missão de Polícia da União Europeia na Bósnia e Herzegovina - EUPM - com a finalidade de auxiliar na reforma do sistema de aplicação da lei no país. A EUPM concentrou-se na edificação de instituições policiais de natureza profissional e no fortalecimento do Estado de Direito.

¹⁸⁰ Na leitura do artigo “*The EU's Common Security and Defense Policy: The Role of Interventions*” é explorado a política de segurança e defesa da UE, incluindo intervenções militares, e discute os valores subjacentes a essas ações. Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/608866/IPOL_STU\(2019\)608866_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2019/608866/IPOL_STU(2019)608866_EN.pdf). Acessado em: 10 de mar. 2023

¹⁸¹ HISTÓRIA Da União Europeia – 2000-09. *União Europeia*. [s. n. t.]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/2000-09_pt. Acesso em: 2 jun. 2023.

Em 2005, os eleitores, na França e nos Países Baixos, rejeitaram o Tratado da Constituição, que estabelecia uma constituição para a Europa. No mesmo ano, houve a realização das eleições federais na Alemanha. Esse pleito marcou o fim do mandato do então chanceler, Gerhard Schröder, do Partido Social-Democrata. Angela Merkel, da União Democrata-Cristã, se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo de chanceler da Alemanha, iniciando um período de liderança política marcado pela sua longevidade e influência na cena política alemã e europeia.

O Tratado da Constituição da UE havia sido assinado pelos 25 Estados-Membros da UE em outubro de 2004. Portanto, a sua rejeição, por meio de referendos na França e nos Países Baixos, teve consequências substanciais. Essa rejeição levou a um impasse e desafios subsequentes no processo de integração europeia, já que a constituição proposta foi concebida para fornecer uma estrutura jurídica unificada para a União Europeia. Após essa rejeição, os líderes da UE buscaram alternativas, também dando origem ao *Tratado de Lisboa*, assinado em 2007, que trouxe as mais profundas modificações institucionais contemporâneas e reformas para a União Europeia.

O Tratado de Lisboa teve origem no projeto de uma constituição para a Europa e foi assinado em 2007, entrando em vigor em 2009. Ele trouxe mudanças significativas para a União Europeia, reforçando a governança e a eficiência do bloco. Uma das principais alterações foi a ampliação dos poderes do Parlamento Europeu, que passou a ter um papel mais influente nas decisões legislativas da UE. Além disso, o tratado estabeleceu o cargo de Presidente do Conselho Europeu, que representa o bloco político internacionalmente.

No aspecto da tomada de decisões, o Tratado de Lisboa introduziu a votação por maioria qualificada no Conselho da UE em várias áreas, tornando o processo de decisão mais ágil. Também fortaleceu a política externa e de segurança comum, com a criação do cargo de Vice-Presidente da Comissão/Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança. Outras mudanças incluem a elucidação dos poderes da União, a introdução de uma cláusula de defesa mútua e uma cláusula de solidariedade, a criação de uma cooperação reforçada entre os Estados-Membros e a atribuição de personalidade jurídica própria do bloco.

Apesar das mudanças significativas, o Tratado de Lisboa preservou muitas das realizações principais do projeto de constituição para a Europa. No entanto, ele não foi

diretamente incorporado na legislação da UE, mantendo a maioria das suas disposições como parte dos tratados existentes.¹⁸²

A história desses tratados, seus objetivos e repercussões são essenciais para compreensão da dinâmica de poder e configuração da União Europeia tal como a conhecemos hoje. No entanto, a Europa não está isolada do resto do mundo. Por conseguinte, o Continente sentiu quando, em setembro de 2008, uma crise econômica mundial de grande magnitude se desencadeou. Tudo começou com a crise dos empréstimos hipotecários nos Estados Unidos, que rapidamente se espalhou para outros setores financeiros e afetou vários países ao redor do mundo. Em pouco tempo, os problemas financeiros se intensificaram, resultando em dificuldades enfrentadas por bancos e instituições financeiras europeias. A crise levou os países da União Europeia a fortalecerem sua cooperação econômica, buscando medidas conjuntas para lidar com os desafios econômicos e financeiros em curso. Surge, aí, uma nova fase da relação Alemanha e Europa, a ERA MERKEL.

2.4 A crise financeira de 2008

“Se o euro fracassar, a Europa também fracassará”

ANGELA MERKEL¹⁸³

A apresentação da crise financeira global de 2008 é fundamental para compreensão da hegemonia alemã em seu contexto contemporâneo. O atentado ocorrido nos Estados Unidos da América, em 11 de setembro de 2001, teve um impacto profundo no Ocidente e provocou uma mudança geopolítica, econômica e social que se desdobrou nos primeiros anos do século XXI. O evento histórico desencadeou guerras, novas alianças estratégicas e políticas econômicas que moldaram uma nova realidade, afetando drasticamente as relações

¹⁸² TRATADO DE LISBOA – FICHAS TEMÁTICAS SOBRE A UNIÃO EUROPEIA. *Parlamento Europeu*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/5/o-tratado-de-lisboa>. Acesso em: 2 jun. 2023.

¹⁸³ Em um pronunciamento oficial em 19 de maio de 2010 sobre os planos de estabilização da moeda europeia.

entre os Estados-Nações. A globalização se tornou cada vez mais evidente e acelerada nesse contexto.¹⁸⁴

No entanto, uma das principais crises do século XXI surgiu de uma bolha imobiliária nos Estados Unidos, resultante do aumento nos valores dos imóveis que não foi acompanhado por um aumento correspondente na renda da população. As tensões geradas em torno do papel do Estado na era da globalização, levam a uma discussão sobre a racionalização, a privatização e os desafios à soberania estatal. José Luiz Borges Horta apresenta uma perspectiva crítica sobre as mudanças defendidas nesse desmantelamento estatal e afirma que o discurso em torno dessas transformações é enganoso, vejamos:

O Estado, se não perder sentido diante da supostamente inexorável globalização, precisa ser gerido de modo cada vez mais técnico, racionalizando-se as instituições políticas e jurídicas, esvaziando as possibilidades de contradição e produzindo o discurso falacioso do mito do Estado caro, da falência do Estado social, da ultrapassagem da soberania estatal (especialmente pelo mercado transnacional), da desestatização (criminosa), da privatização generalizada, da reengenharia do Estado, da superação do projeto do Estado de Direito pelo abominável Estado poético.¹⁸⁵

Explorando a relação entre a ideologia neoliberal e a desregulação dos sistemas financeiros, o controverso, Luiz Carlos Bresser-Pereira ilustra como as políticas neoliberais moldaram a economia global desde os anos 1970¹⁸⁶:

sabemos que tudo isto pode ocorrer porque os sistemas financeiros nacionais foram sistematicamente desregulados desde que, em meados dos anos 1970, começou a se formar a onda ideológica neoliberal ou fundamentalista de mercado. Para ela os mercados são sempre eficientes, ou, pelo menos, mais eficientes do que qualquer intervenção corretiva do Estado, e, portanto, podem perfeitamente ser auto-regulados. Para esta ideologia que, desde o governo Reagan, se transformou no instrumento do soft power americano, este era o sistema econômico mais eficiente – o único caminho para os demais países –

¹⁸⁴ A discussão a seguir foi trabalhada a partir de trechos do texto “A Geringonça Portuguesa: Entre a Ofensa e o Afeto, A Frente De Partidos Que Construiu Governabilidade Em Portugal. Apresentada em 2021. Como monografia do Curso de Ciências do Estado da UFMG, da mesma autoria da dissertação.

¹⁸⁵ HORTA, José Luiz Borges; FREIRE, Thales Monteiro; SIQUEIRA, Vinicius de. A era pós-ideologias e suas ameaças à política e ao Estado de direito. Confluências. *Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 14, n. 2, p. 120-133, 2012.

¹⁸⁶ Horta afirma de forma categórica que “O presente de nossa História revela, como testemunhamos, a surpreendente retomada da marcha do Estado e exige a superação das ilusões abstratas e a contemplação do real concreto. Recolocado o Estado em sua centralidade diante do fenômeno político, podemos superar a triste hora final do século XX, proclamar o ocaso do discurso neoliberal e concorrer para a efetiva realização da tarefa a que, desde a Revolução, nos foi confiada: o Estado de Direito.” lembrando e considerando que “Não há saída fora do Estado; nem mesmo para os neoliberais (que a ele acorrem em busca de recursos financeiros para manterem lucrativas suas empresas).” em HORTA, A subversão do fim da História e a falácia do fim do Estado, *cit.*, p. 93.

dados que as alternativas seriam formas de 'socialismo social democrata' europeu, de 'populismo' no Terceiro Mundo, e de 'estatismo disfarçado' na Rússia e na China que seriam muito inferiores. [...] sabemos que esta ideologia ultraliberal era legitimada nos Estados Unidos pela teoria econômica neoclássica – uma escola de pensamento que foi dominante entre 1870 e 1930, que entrou em crise e foi substituída pela teoria macroeconômica keynesiana, que se tornou dominante nas universidades até meados dos anos 1970, e voltou à condição dominante desde então por razões essencialmente ideológicas. Economistas como Milton Friedman, James Buchanan, Mancur Olson, Robert Lucas, Kydland e Prescott apontaram suas armas contra o Estado e se encarregaram de demonstrar matematicamente, 'cientificamente', com o auxílio dos pressupostos do homo economicus, das 'expectativas racionais' e da 'escolha racional' que o credo neoliberal era correto.¹⁸⁷

Embora a teoria econômica neoclássica¹⁸⁸ pressuponha mercados eficientes que se autorregulam, ela não foi amplamente adotada por formuladores de políticas econômicas e analistas macroeconômicos. Em vez disso, esses grupos tendiam a aplicar pragmaticamente os instrumentos Keynesianos.¹⁸⁹ No entanto, a adoção das práticas neoclássicas ocorreu predominantemente nos países em desenvolvimento¹⁹⁰. Paradoxalmente, a

¹⁸⁷ BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The 2008 financial crisis and neoclassical economics. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 30, n. 1, 2010, p. 134.

¹⁸⁸ A teoria econômica neoclássica, surgida na segunda metade do século XIX, é um arcabouço teórico que busca explicar os princípios fundamentais da economia com base na ideia de “equilíbrio”. Entendendo essa teoria, os indivíduos e empresas agem de acordo com o princípio da maximização de utilidade e lucro, respectivamente, e o mercado, como resultado dessas ações individuais, tende a alcançar um equilíbrio de oferta e demanda. Um aspecto central da teoria neoclássica é a noção de mercados eficientes. Isso implica que, na ausência de “fricções” (como impostos, regulação ou informações assimétricas), o mercado sempre chegará a um equilíbrio ótimo onde a alocação de recursos é ideal. Além disso, essa teoria defende que a intervenção do Estado na economia deve ser mínima, uma vez que o mercado é o melhor alocador de recursos. Além disso, a teoria neoclássica também introduziu o uso de modelos matemáticos para descrever fenômenos econômicos, tornando a economia uma disciplina mais rigorosa e analítica. Entre os conceitos introduzidos pela teoria neoclássica estão a teoria marginalista do valor e a teoria da distribuição, que trata da divisão da produção entre salários e lucros.

¹⁸⁹ Os instrumentos Keynesianos são ferramentas econômicas propostas por John Maynard Keynes, um influente economista britânico do século XX. A teoria keynesiana argumenta que a demanda agregada - a soma total de gastos de consumidores, empresas e governo - é o fator mais importante na condução da atividade econômica. Os instrumentos Keynesianos abrangem: a Política Fiscal, que consiste na manipulação do orçamento governamental para influenciar a economia; a Política Monetária, que envolve a regulação da oferta de dinheiro e das taxas de juros pela autoridade monetária; as Políticas de Emprego, que se baseiam em estratégias de criação de empregos ou de capacitação da força de trabalho; e a Política de Bem-Estar Social, que se caracteriza por uma rede de proteção social destinada a salvaguardar os indivíduos contra riscos econômicos e a fomentar a estabilidade econômica.

¹⁹⁰ Incentivados sobretudo pelo Consenso de Washington que previa a implementação de “boas políticas” e “boas instituições” para promoção do desenvolvimento das economias subdesenvolvidas ou emergentes, como mostra CHANG, Ha-Joo. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2002. cap. 1 e 3. Em que a liberalização, redução do déficit público, privatização, Banco Central independente devia ser as políticas adotadas pelos países capitalistas e pelas ex-repúblicas soviéticas, a partir de 1991.

desregulamentação prescrita por essa teoria também foi implementada em alguns países ricos, como os Estados Unidos, resultando em consequências contraproducentes. Mais recentemente, a visão neoliberal que sugere uma oposição entre mercado e Estado mostrou-se impraticável. Isso porque o Estado, que supera o mercado em escala e responsabilidade, tem a função essencial de garantir o sistema constitucional-legal, além de legítimo detentor do poder social, “é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação.”¹⁹¹ Além disso, ele desempenha o papel fundamental de regular o mercado e atuar como prestador de última instância.¹⁹²

Na crise de 2008, os governos

“usando instrumentos keynesianos e pragmáticos, não apenas o governo dos Estados Unidos, mas todos os governos relevantes financeiramente estão agindo imediatamente, e com força. E são governos que têm por trás de si Estados fortes, democráticos, dotados de legitimidade política e de recursos fiscais vultosos.”¹⁹³

No velho continente não foi diferente: o papel da Alemanha na coordenação do enfrentamento à crise foi incisivo e contrastante, uma das grandes marcas da Era Merkel¹⁹⁴.

A crise financeira, que ficou conhecida como crise de 2007-2008, teve consequências significativas em boa parte dos países desenvolvidos. Apesar dos esforços dos bancos centrais, que injetaram mais de um trilhão de dólares na economia global, a crise se espalhou nos anos seguintes, atingindo particularmente os países europeus, especialmente os da Zona do Euro.

O colapso não se restringiu apenas ao sistema bancário, mas refletiu uma insegurança generalizada em relação à economia dos Estados Unidos da América como um todo, em razão dessas políticas econômicas equivocadas que lograram, nos países em desenvolvimento e, em certa medida, nos países desenvolvidos, um aumento da

¹⁹¹ BRESSER-PEREIRA, The 2008 financial crisis and neoclassical economics, *cit.*, p. 135.

¹⁹² *Ibidem*, p. 136.

¹⁹³ *Ibidem*, p. 135.

¹⁹⁴ Apesar da postura adotada pela chanceler alemã, houve críticos que afirmavam haver no bloco europeu um “federalismo executivo”, como apontou Jürgen Habermas, em que as decisões tomadas durante a crise colocavam de fora o papel dos parlamentos nacionais e, por isso, não tinha como legítimo as decisões que contribuíram para o resgate da Grécia. MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, *cit.*, p. 426.

desigualdade e a concentração de renda¹⁹⁵. Na raiz da calamidade europeia, estava a enorme dívida pública causada por gastos excessivos que superavam as receitas e pela falta de reservas financeiras. A ausência de confiança nos mercados financeiros, juntamente com a insegurança e os problemas fiscais de alguns países europeus, culminaram em um impacto drástico em certos Estados. Países europeus financeiramente mais frágeis, como Grécia e Portugal, ou economias que eram consideradas mais fortes até então, como Itália e Espanha, estavam gastando mais do que podiam, sistematicamente, ao longo de muitos anos. Consequentemente, esses países passaram a financiar seus gastos por meio de empréstimos. No entanto, o Tratado de Maastricht, que estabeleceu a moeda única europeia, estipulou que a relação entre dívida pública e produto interno bruto (PIB) não poderia ultrapassar o limite de 60%, o que gerou fortes reações do Banco Europeu e do Fundo Monetário Internacional após a explosão da crise financeira de 2007-2008. Porém, a crise do euro, que colocou em risco uma das maiores realizações dos setenta anos de integração europeia, nesse contexto:

A eclosão da crise e a necessidade de uma resposta conjunta no sentido de assegurar a própria sobrevivência do projeto de integração europeia, proporcionou uma oportunidade para a Alemanha e para o Governo da chanceler Merkel afirmarem uma liderança clara na definição das políticas da UE e da sua evolução política seja nas áreas da UEM ou na relação com a Rússia, entre outras.¹⁹⁶

Entre os países da Zona do Euro, os chamados PIIGS (Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha) enfrentaram uma crise mais severa em 2011, como resultado da crise de 2008 e de seus déficits fiscais. Esses países, com exceção da Itália, que era mais industrializada, dependiam principalmente do turismo. Por exemplo, em Portugal, o setor do turismo representava a maior atividade econômica exportadora do país, sendo responsável por uma parcela significativa das exportações de serviços e do PIB nacional. No entanto, a crise afetou negativamente a mobilidade das pessoas nesses países, levando à implementação de uma agenda de políticas de austeridade, impostas pelos mecanismos financeiros internacionais e com uma liderança clara Alemã.

¹⁹⁵ Sobre a contradição das políticas econômicas promovidas após a guerra fria, insurge: CHESNAI, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.

¹⁹⁶ CUNHA, A Alemanha de Merkel durante e após a crise do euro, *cit.*

Um dos casos mais representativos e dramáticos foi o da Grécia, que teve que assinar um grande empréstimo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja contrapartida era medidas de austeridade controversas, incluindo redução de gastos, diminuição de direitos trabalhistas, cortes nos salários dos funcionários públicos e privatizações.¹⁹⁷

As medidas implementadas para superar a crise e buscar novos empréstimos para a recuperação financeira dos países europeus foram acompanhadas por numerosos protestos e manifestações por parte dos trabalhadores e da sociedade civil, que criticavam as medidas impostas pelo FMI, Banco Central Europeu e União Europeia. Essas críticas decorriam dos impactos negativos sobre as populações dos países em situação fiscal difícil, como aumento do desemprego, queda na renda, redução dos direitos dos trabalhadores e diminuição da renda de muitos aposentados, justo em um momento em que a população envelhecia. Os ajustes para a redução dos gastos públicos foram particularmente sentidos. O cooperativismo do setor público que detinham inúmeros benefícios para além dos regramentos sociais pressionaram as contas públicas de forma extraordinária.

Assim como ocorreu na profunda crise econômica que Portugal enfrentou em 1808, quando o comércio estava em declínio devido à ocupação francesa e à abertura dos portos da colônia brasileira, a crise econômica, que chegou em 2010, abalou o país, historicamente ligado ao Brasil.

Embora a crise financeira tenha eclodido em 2008, gerando um clima de insegurança, medo e desconfiança, diferentemente de outros países, como a Irlanda, Portugal não experimentou uma explosão de bolha financeira. O que ocorreu foi um processo gradual de perda de competitividade, com o aumento dos salários, dos custos públicos (já há muito sem controle) e a redução das tarifas das importações de baixo valor da Ásia para a Europa. Enfrentando um baixo crescimento econômico, o governo português encontrou dificuldades para obter a arrecadação necessária para cobrir os gastos públicos. Os principais gastos se deviam, em parte, a vários projetos caros, especialmente no setor de transporte, com o objetivo de aumentar a competitividade. Dessa forma,

¹⁹⁷ BARROS, João Paulo Rodrigues. *A geringonça portuguesa: entre a ofensa e o afeto, a frente de partidos que construiu governabilidade em Portugal*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), Bacharelado em Ciências do Estado — Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 62f, 2021.

quando a crise financeira global eclodiu, Portugal se viu confrontado com uma grande dívida pública, cada vez mais difícil de ser financiada, e uma expectativa de alto risco de *default*. Por fazer parte da zona do euro, Portugal não podia declarar moratória diretamente e enfrentou pressões diretas do Banco Central Europeu, que buscava contornar a crise. Premida por suas dívidas, Portugal seguiu o exemplo da Grécia e da Irlanda, solicitando ajuda financeira à União Europeia.¹⁹⁸

Durante a crise financeira global, a liderança de Angela Merkel foi fundamental para proteger a indústria alemã e enfrentar os desafios econômicos que surgiram naquele momento difícil. Sob sua orientação, foram adotadas medidas abrangentes e estratégicas para estimular a economia do país e apoiar setores cruciais, como a indústria automobilística. Merkel liderou a implementação de pacotes de estímulo econômico, que consistiam em investimentos públicos em infraestrutura e outros segmentos, com o intuito de impulsionar o crescimento econômico e gerar empregos. Essas ações foram cruciais para manter a atividade econômica em meio à recessão global.¹⁹⁹

A estabilidade do sistema financeiro também era uma prioridade para Merkel durante a crise. Com o intuito de evitar uma crise financeira mais profunda, a Chanceler liderou esforços para resgatar bancos em dificuldades, garantindo a continuidade das operações financeiras e restabelecendo a confiança dos mercados. Desta forma, Merkel reconheceu a natureza global da crise financeira e a importância da cooperação internacional. Trabalhando em conjunto com líderes de outros países, ela buscou coordenar esforços e encontrar soluções conjuntas. Essa cooperação internacional tinha o propósito de fortalecer a política econômica global e mitigar os efeitos negativos da crise.

Graças às estratégias implementadas sob a liderança de Angela Merkel, a Alemanha conseguiu enfrentar a crise financeira de 2008 de maneira relativamente bem-sucedida. A

¹⁹⁸ BARROS, *A geringonça portuguesa*, cit.

¹⁹⁹ MALAR, João Pedro. Economia dos 'anos Merkel' na Alemanha foi marcada por crises e crescimento. *CNN Brasil*, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/economia-dos-anos-merkel-foi-marcada-por-criises-e-crescimento/>. Acesso em: 22 de jul. de 2023.

economia alemã demonstrou resiliência e conseguiu manter a atividade econômica, minimizando os impactos negativos na indústria e no emprego.²⁰⁰

²⁰⁰ BLOOMBERG. Merkel aproveita oportunidade para revolucionar economia alemã. *Jornal de Negócios*. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/merkel-aproveita-oportunidade-para-revolucionar-economia-alema>. Acesso em: 22 de jul. de 2023.

3 A ERA MERKEL

“Del sacrificio de Grecia en la crisis del euro a la dignidad de la acogida a refugiados o la firmeza frente a la extrema derecha. La Europa del siglo XXI no se explica sin Angela Merkel.”

PEPA BUENO

Desde antes mesmo de Bismarck²⁰¹, a rivalidade França *versus* Alemanha se desenha e redesenha no caminhar histórico. Nesse contexto, a Guerra Franco-Prussiana marcou um ponto de virada importante na história europeia, realçando o surgimento da Alemanha como grande potência e preparando o palco para as tensões futuras entre a França e a Alemanha, que eventualmente levaram à Primeira Guerra Mundial²⁰². Embora as circunstâncias que cercam a Guerra Franco-Prussiana e a reunificação alemã em 1990 sejam muito diferentes, ambos os eventos são marcos na questão contínua da unidade alemã. A Guerra Franco-Prussiana levou à criação do primeiro Estado-nação alemão em 1871, enquanto a reunificação, em 1990, marcou o fim da divisão pós-Segunda Guerra Mundial da Alemanha. Em ambos os casos, questões de identidade e soberania alemã estavam em jogo, e esses eventos tiveram um impacto duradouro nas relações políticas e na história europeia.

No período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial, a França e a Alemanha desempenharam funções cruciais na construção da União Europeia e das instituições que a precederam, tais como a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço e a Comunidade Econômica Europeia.

²⁰¹ Otto von Bismarck foi um estadista alemão que atuou como Ministro-Presidente da Prússia de 1862 a 1890 e Chanceler do Império Alemão de 1871 a 1890. Ele desempenhou um papel fundamental na unificação da Alemanha, direcionando a Prússia em conflitos bem-sucedidos contra a Dinamarca, Áustria e França. Essas vitórias resultaram na consolidação dos Estados alemães em uma única nação sob liderança prussiana em 1871. Bismarck é conhecido por sua política de “sangue e ferro” e pela “Realpolitik”, um pragmático sistema de alianças e equilíbrios de poder. Além disso, ele introduziu várias reformas sociais na Alemanha, como o seguro saúde, de acidente e a aposentadoria pública. Sua carreira política terminou em 1890, quando foi demitido pelo Kaiser Wilhelm II. Faleceu em 1898.

²⁰² A Primeira Guerra Mundial, de 1914 a 1918, envolveu as principais potências mundiais divididas entre a Tríplice Entente (França, Rússia, Reino Unido) e as Potências Centrais (Alemanha, Áustria-Hungria, Império Otomano). Iniciada após o assassinato do arquiduque Franz Ferdinand da Áustria, a guerra se destacou pelo impasse nas trincheiras e pelo uso de novas tecnologias militares. A entrada dos EUA em 1917 ajudou a Entente a vencer. A guerra, que causou a morte de milhões e levou a importantes mudanças políticas, terminou com o armistício em 11 de novembro de 1918.

Com Charles de Gaulle e, posteriormente, Georges Pompidou na liderança, a França teve um papel relevante na moldagem das políticas europeias durante os primeiros anos da existência da Comunidade Europeia. De Gaulle destacou-se especialmente pela sua visão de uma “Europa das Nações”, o que, ocasionalmente, o colocava em rota de colisão com outros líderes no que se refere ao nível de integração e federalismo na Europa. Assim, a França se manteve na disputa pela liderança do continente por um período marcado pelo protagonismo narrativo e de ideias sobre a trajetória da UE.

Como bem aduz Alberto Cunha, “Historicamente, a relutância da Alemanha em atuar como líder regional por causa das suas dificuldades em superar o seu passado nazi significa que era um gigante europeu adormecido – Gulliver, na descrição de Sebastian Harnisch”.²⁰³ Porém, na virada do século, o gigante acordou, e a Alemanha se tornou o Estado-Membro indispensável da UE, ressuscitando as discussões pré-1945. Após a queda do muro de Berlim e a reunificação Alemã, o processo de protagonismo se expande institucionalmente, por meio, *e.g.*, das presidências alemãs do Conselho Europeu, que desempenharam um papel importante para a integração europeia e a retomada da liderança da Alemanha como uma potência, mesmo que civil, como lembra Minna Ålander, pesquisadora do Instituto Alemão para Assuntos Internacionais e de Segurança:

As duas presidências na década de 1990 contribuíram significativamente para o desenvolvimento da União: a Presidência de 1994 ficou marcada pela implementação do Tratado de Maastricht de 1992, que transformou a Comunidade Europeia na União Europeia. Referendos de adesão foram realizados na Finlândia, na Noruega e na Suécia, com resultados positivos na Finlândia e na Suécia. A Presidência de 1999 ficou também marcada por passos importantes no sentido de uma integração mais aprofundada: o Tratado de Amesterdão entrou em vigor, negociações de adesão foram realizadas com Estados da Europa Central e de Leste, e foram feitos preparativos para a introdução do euro. Além disso, a adoção da chamada Agenda 2000, um programa alargado de reformas que incluía os denominados «assuntos pendentes» de Amesterdão, foi uma grande prioridade para a Presidência alemã. Na sequência das guerras nos Balcãs Ocidentais, a UE estabeleceu em 1999 uma “Política Europeia de Segurança e Defesa” e criou as bases para as suas próprias operações militares.²⁰⁴

²⁰³ CUNHA, A Alemanha de Merkel durante e após a crise do euro, *cit.*

²⁰⁴ ÅLANDER, Minna. A Presidência alemã do conselho em 2020 e o fim da era Merkel. *Relações Internacionais*, n. 70, p. 79-93. 2021. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri70/RI_70_art05_MA.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.

Dessa forma, é possível observar a mudança na percepção e no status da Alemanha no cenário europeu, assim como a mudança na dinâmica do poder na UE, especialmente em relação à França após a reunificação do país. No final, a máxima da parceria da dependência Franco-Alemã se repete onde a França depende da Alemanha para camuflar suas debilidades, e a Alemanha, por sua vez, necessita da França para velar sua hegemonia. Nesse sentido é observado, por Alberto Cunha, que:

Na virada do século, a Alemanha não parecia mais um Estado na liderança do que a França, seu tradicional parceiro e colíder no contexto do chamado eixo franco-alemão. Mas essa percepção e as designações relativamente benignas (ou redutoras...) para o poder alemão na Europa mudariam durante o início do século XXI, e foi aí que o conceito de hegemonia ressuscitou na esfera pública quando se fala sobre a Alemanha. Este foi um retorno a um conceito que nunca mais fora usado desde 1945 para descrever qualquer uma das potências da Europa Ocidental, mas apenas os Estados Unidos, no contexto do mundo ocidental. Na década após 2009 e o início da crise do euro, o crescimento percebidos na influência e poder da Alemanha na que foi uma realidade sentida em detrimento de todos os outros Estados-Membros da que, e da França em particular.²⁰⁵

A emergência dessa Alemanha poderia ser lembrada através da figura do Chanceler da reunificação, Helmut Kohl, porém os desafios internos e o novo estilo de liderança e imposição de vontades do país, através principalmente do poder econômico, surge de fato da sua “afilhada política” ou da segunda grande liderança, advinda do CDU, após a reunificação, Angela Merkel. ²⁰⁶Ela emergiu como a figura dominante no projeto de integração europeia, embora essa ascendência fosse frequentemente desafiada por outros Estados-membros. Durante seu mandato, a Alemanha solidificou sua posição como um componente essencial da União Europeia, simultaneamente promovendo seus interesses nacionais e mantendo a coesão da UE. Esse equilíbrio foi evidenciado pela maneira como a Alemanha exercitou seu poder durante uma série de crises que impactaram a Europa, de forma consecutiva, após 2009.

Em resumo, a “Era Merkel” foi uma extensão do protagonismo que a Alemanha assumiu após a reunificação, com o país se tornando uma potência econômica e política dominante na Europa. Merkel, com seu estilo de liderança pragmático e cauteloso,

²⁰⁵ CUNHA, A Alemanha de Merkel durante e após a crise do euro, *cit.*

²⁰⁶ Merkel se desvinculou de seu padrinho político Kohl, depois de escândalos sobre ele, assumindo a liderança da CDU.

desempenhou um papel importante na modelagem dessa nova Alemanha, principalmente marcada pelo estabelecimento da sua liderança em um Estado reunificado e novamente forte.

A forma como a chanceler alemã Angela Merkel lidou com a crise da zona do euro reflete os princípios maquiavélicos do exercício do poder. Durante a crise, Merkel emergiu como uma figura central, exercendo uma influência considerável sobre as decisões tomadas para estabilizar a economia europeia. Em meio à crise, ela fez escolhas difíceis e por vezes impopulares, ecoando a noção maquiavélica de que um líder deve estar disposto a tomar decisões pragmáticas pelo bem do Estado, mesmo que estas possam parecer cruéis e injustas.²⁰⁷

De acordo com Maquiavel, a Fortuna desempenha um papel crucial em tempos de crise, com eventos imprevisíveis podendo moldar o curso dos acontecimentos. No entanto, uma líder eficaz, como Merkel, deve demonstrar “*Virtù*” para navegar nesses eventos incertos. Ela demonstrou sua habilidade ao manter o controle sobre a situação, adaptando-se às circunstâncias e respondendo a eventos imprevistos de uma maneira que beneficiou a posição da Alemanha dentro da União Europeia.²⁰⁸

Essas ações também estão alinhadas com a noção maquiavélica de que um líder hábil deve saber aproveitar as oportunidades (“*occasione*”) que surgem de situações adversas. Merkel soube como capitalizar a situação de crise para consolidar o poder e a influência da Alemanha na Europa, mesmo em face de considerável resistência e adversidade.

No livro “*Angela Merkel - Crônica de uma era*”, de Ana Carbajosa, é possível observar um retrato profundo de Angela Merkel, combinando a biografia política da líder com um retrato humano, aprofundando-se em sua personalidade multifacetada, seu percurso de vida, seu método de gestão da Alemanha e sua permanência no comando de seu partido, bem como sua forma particular de liderança. Desta forma, Ana Carbajosa²⁰⁹ afirma que Angela Merkel:

²⁰⁷ BECK, *Una europa alemana*, cit.

²⁰⁸ MAQUIAVEL, *O príncipe*, cit.

²⁰⁹ Ana Carbajosa é uma jornalista de El País que foi correspondente em Bruxelas e Jerusalém. É a autora do livro *Las tribus de Israel* (As tribos de Israel, ed. RBA Libros, 2011) e *Angela Merkel: Crónica de una era* (Spanish Edition, 2021).

Es la líder europea más relevante del siglo XXI, que se marcha tras dieciséis años en el poder sin perder una elección. Es mujer, del este, física y sin hijos. Toda una rareza en la política alemana y del continente, en el que nada se ha movido en los últimos tres lustros sin el visto bueno de Berlín. Conocerla es a la vez conocer la historia de la Alemania moderna y de Europa. Fuera Merkel ha adquirido la categoría de símbolo global. Representa una era, la del multilateralismo frente a la marea neonacionalista que avanza sin aparente freno. La de la defensa de la ciencia y los hechos frente al populismo y los hechos alternativos. Encarna además, la otra cara de la moneda frente a los líderes mercuriales y testosterónicos que aspiran a dominar el mundo. Los Trump, Putin o Bolsonaro han erigido a la canciller alemana en líder planetaria, según han reflejado las encuestas en los últimos años. En la recta final de su carrera, con la explosión de la pandemia, esta política-científica ha despertado la envidia internacional. Sus áridas pero eficaces explicaciones de la tasa de reproducción del virus o sus intervenciones implorando prudencia a los ciudadanos se viralizaron irremediabilmente. Eso, a pesar de que Merkel ni siquiera tiene cuenta de Twitter; toda una excentricidad a estas alturas. Más allá de sus errores y de sus aciertos, Merkel personifica otra forma de hacer política. Pausada, reflexionada, desde la razón. El mundo tiene sed de sentido común y Merkel lo ha proporcionado con cierta naturalidad desde que asumió el poder en 2005. Esa racionalidad, junto a la Fidelidad a los principios democráticos y a las instituciones, así como su obsesiva búsqueda del consenso, han contribuido a auparla a la canciller alemana en la escena global.^{210,211}

A autora também resgata e analisa os principais desafios enfrentados por Merkel: sua luta contra a extrema direita, que surgiu e cresceu durante seus mandatos; a entrada de mais de um milhão de refugiados; ea defesa da austeridade na Europa. Além disso, também são pauta: sua abordagem cartesiana à política, a gestão da crise do coronavírus e o vazio

²¹⁰ “Ela [Angela Merkel] é a líder europeia mais importante do século 21, saindo após dezesseis anos no poder sem perder uma eleição. Ela é uma mulher do Oriente, física e sem filhos. Uma raridade na política alemã e no continente, em que nada mudou nas últimas três décadas sem a aprovação de Berlim. Conhecê-la é ao mesmo tempo conhecer a história da Alemanha moderna e da Europa. Internacionalmente, Merkel adquiriu o status de símbolo global. Representa uma Era, a do multilateralismo diante da maré Neonacionalista que avança sem freio aparente. O de defender a ciência e os fatos contra o populismo e os fatos alternativos. Ele também representa o outro lado da moeda contra os líderes mercuriais e testosterônicos que aspiram a dominar o mundo. Os Trumps, Putin ou Bolsonaro fizeram da chanceler alemã um líder global, como mostraram as pesquisas nos últimos anos. Na reta final da carreira, com a explosão da pandemia, a cientista e política despertou inveja internacional. Suas explicações áridas, mas eficazes, sobre a taxa de reprodução do vírus ou suas intervenções implorando prudência aos cidadãos inevitavelmente se tornaram virais. Isso, apesar de Merkel nem ter uma conta no Twitter; bastante excêntrico neste ponto. Além de seus erros e acertos, Merkel pessoalmente, significa outra forma de fazer política. Pausado, refletido, da razão. O mundo tem sede de bom senso e Merkel deu a isso uma certa facilidade desde que assumiu o poder em 2005. Essa racionalidade, aliada à fidelidade aos princípios e instituições democráticas, bem como sua busca obsessiva por consensos, contribuíram para elevar o chanceler no cenário global.” Tradução nossa de CARBAJOSA, Ana. *Ángela Merkel, Crónica de Una Era*. Barcelona: Ediciones Península, 2021.

²¹¹ *Ibidem*, p. 11.

deixado na Alemanha e na Europa após sua saída do governo²¹². Uma liderança feminina em um mundo de homens, em uma época de ascensão do populismo e polarização, Merkel se destaca como um exemplo de racionalidade, com convicções morais firmes e uma busca incansável pelo consenso dentro e fora de seu país, onde teve muitos sucessos, bem como fracassos, durante seus dezesseis anos de mandato.

3.1 A trajetória de Angela Merkel em perspectiva com a história recente alemã

“Merkel seguía siendo un oasis de sentido común y responsabilidad. El legado de la canciller estaba a esas alturas consolidado y, para muchos, pese a los vaivenes, Merkel seguiría siendo la líder global que ejerció de ancla de estabilidad en el continente en tiempos de fuertes turbulencias.”

ANA CARBAJOSA

Angela Dorothea Merkel, cujo nascimento ocorreu em Hamburgo, Alemanha Ocidental, no dia 17 de julho de 1954, residiu na Alemanha Oriental parte da sua vida. Durante o período compreendido entre os seus 3 e os 19 anos de idade, Angela Merkel residiu em Templin, uma pequena cidade de origem medieval, próxima à fronteira com a Polônia, situado no distrito de Uckermark, no Estado de Brandemburgo.²¹³ Durante esse tempo, a jovem Merkel participou do Clube de Russo, uma atividade organizada por sua professora em seu apartamento, com o objetivo de aprimorar o idioma da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS - todos os domingos. Angela é filha de Horst Kasner, um pastor protestante, e Herlind Jentzsch, uma professora de inglês e latim, que

²¹² Com o intuito de tratar do modelo democrático alemão e seus embates internos, recomenda-se: HENRIQUES, Hugo Rezende; MENDES, Lucas Bruno Amaral. *A luta pela Democracia: o desenvolvimento dos modelos políticos francês e alemão e seus reflexos na União Europeia e no mundo*. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 1–24, 2022.

²¹³ REIS, Pedro Bastos. Templin. O refúgio da antiga RDA em que Merkel cresceu e onde “estarão sempre as suas raízes”. *Observador*. Templin, 2021. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/templin-o-refugio-da-antiga-rda-em-que-merkel-cresceu-e-onde-estarao-sempre-as-suas-raizes/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

foi filiada ao Partido Social-Democrata da Alemanha.²¹⁴ Enquanto muitos alemães orientais desejavam migrar para a Alemanha Ocidental, seu pai optou por fazer o percurso inverso, deixando a próspera cidade de Hamburgo para assumir a liderança de um seminário pastoral localizado em uma região rural da Alemanha Oriental.²¹⁵

Ainda durante a juventude, Merkel fez parte da Juventude Livre Alemã²¹⁶, um movimento juvenil oficial financiado pelo Partido Socialista Unificado da Alemanha²¹⁷, o único partido político na Alemanha Oriental na época. A participação no movimento ampliava a chance de acesso ao ensino superior. Ainda que integrante de um movimento político, Angela optou por não participar da *Jugendweihe*²¹⁸, cerimônia política de passagem para a idade adulta, muito comum na Alemanha Oriental. Em vez disso, ela foi confirmada na Igreja Luterana, assim se designando cristã. Seguiu carreira acadêmica, graduando-se em física e, posteriormente, obtendo um doutorado em física quântica na *Universidade de Leipzig* (1986), instituição da qual foi pesquisadora até 1989.

3.2 A jornada política de Angela Merkel: da juventude à chancelaria

“Os tempos dos excessos ficaram para trás, resta superar seus estragos, como devemos fazer com as marcas da divisão alemã”

²¹⁴ HECKEL, Margaret. Was an Angela Merkels Mutter vorbildlich ist. *WELT*. Ehrung. [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.welt.de/politik/article2496274/Was-an-Angela-Merkels-Mutter-vorbildlich-ist.html>. Acesso em: 26 jun. 2023.

²¹⁵ NETTO, André. Em Templin, segredos do favoritismo de Merkel. *Estadão*. Templin, 22 set. 2017. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/em-templin-segredos-do-favoritismo-de-merkel/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

²¹⁶ Em alemão: *Die deutsche Jugendbewegung*.

²¹⁷ Com orientação comunista, o partido governou a República Democrática Alemã, um Estado comunista, desde a sua criação em 7 de outubro de 1949 até as eleições realizadas em 18 de março de 1990. Após essa data, o partido transformou-se no Partido do Socialismo Democrático da Alemanha, que mais tarde passou a ser conhecido como Partido da Esquerda. Continua sendo uma força política significativa na Alemanha contemporânea, principalmente na região leste do país. Em alemão: *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands*.

²¹⁸ A *Jugendweihe*, uma tradição na Alemanha Oriental, marcava a transição dos jovens para a vida adulta por volta dos 14 anos. A cerimônia formal incluía discursos de líderes da comunidade e um juramento feito pelos jovens, comprometendo-se a defender os valores do socialismo e a contribuir para a sociedade. Após a cerimônia, geralmente ocorria uma celebração com a família e amigos. Embora semelhante a outras cerimônias de passagem, a *Jugendweihe* também tinha um forte componente político, servindo para reforçar os valores socialistas e o papel do indivíduo na sociedade.

No final de 1989, após a queda do Muro de Berlim e durante um período de turbulência política na Alemanha, Angela Merkel, uma jovem física, apareceu em um apartamento vazio no bairro de Prenzlauer Berg, em Berlim. Naquele momento, ela decidiu se envolver na política e deu seus primeiros passos no partido Despertar Democrático (*Demokratischer Aufbruch, DA*), fundado pelo pastor Rainer Eppelmann. Merkel, inicialmente, considerou ingressar no Partido Social Democrata da antiga Alemanha Oriental, mas depois decidiu se envolver com o DA devido à sua postura favorável à reunificação da Alemanha. Ela se tornou assessora de imprensa e formação geral de Eppelmann, após o escândalo envolvendo o presidente do partido, Wolfgang Schnur, que foi revelado como colaborador da *Stasi*²²⁰, a polícia secreta da Alemanha Oriental.²²¹

Merkel demonstrou sua vontade política, assim como sua convicção explicando que “depois da queda do Muro, três coisas ficaram claras para mim: eu queria entrar no Bundestag, queria a reunificação e uma economia de mercado”.²²² Esse período foi marcado por intensa atividade política e pela necessidade de lidar com os desafios da reunificação e da transição para uma economia de mercado. Merkel, com seu estilo de trabalho diligente, tomou notas em reuniões e assumiu responsabilidades de comunicação para o partido. Após a única eleição democrática na Alemanha Oriental, tornou-se a porta-voz adjunta do novo governo interino (pré-unificação) liderado por Lothar de Maizière.²²³

Assim, a transição de Merkel para o cenário político foi desencadeada junto às Revoluções de 1989²²⁴, evento que resultou em sua eleição para o *Bundestag*, no ano

²¹⁹ Disse Angela Merkel, a chanceler, que em 2005 se tornou a primeira mulher - e do leste - a chegar à chefia de um Governo federal alemão.

²²⁰ Era a principal organização de polícia secreta e inteligência da República Democrática Alemã (RDA), a Stasi forma curta de *Ministerium für Staatssicherheit*, “Ministério para a Segurança do Estado”.

²²¹ CARBAJOSA, *Ángela Merkel, cit.*, p. 50.

²²² ROLL, Evelyn, *Die Kanzlerin: Angela Merckels Weg zur Macht*. Berlin: Ullstein, 2009, p. 117.

²²³ LANGGUTH, Gerd. *Ángela Merkel*. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2005.

²²⁴ As Revoluções de 1989 na Alemanha foram uma série de eventos que levaram à queda do regime socialista na Alemanha Oriental, impulsionados principalmente pela queda do Muro de Berlim. As manifestações populares resultaram na renúncia do governo e na transição para um sistema democrático. A reunificação oficial da Alemanha ocorreu em 1990, marcando o fim da divisão do país e estabelecendo uma nova ordem política na região.

subsequente, representando o Estado de *Mecklenburg-Vorpommern* ou Meclemburgo-Pomerânia Ocidental, logo após a reunificação da Alemanha.

Mecklenburg-Vorpommern é um estado localizado no nordeste da Alemanha, com baixa densidade demográfica – cerca de 80 habitantes por km² – e caráter predominantemente agrícola, que apresenta um cenário político diversificado. Historicamente, na região, há uma tendência de apoio ao Partido Social-Democrata da Alemanha - SPD - e à União Democrata-Cristã - CDU. O SPD possui tradicionalmente um apoio mais forte em áreas urbanas, enquanto a CDU domina regiões rurais. Além disso, o partido A Esquerda - *Die Linke* - também possui uma influência significativa na dinâmica política do Estado.

Após a primeira eleição geral pós-reunificação, em dezembro de 1990, o Despertar Democrático, seu partido, se fundiu com o alemão ocidental CDU e ela se tornou a mais jovem ministra do governo, nomeada como Ministra da Mulher e da Juventude, no terceiro gabinete de Helmut Kohl²²⁵, em 1991.

No meio dos anos noventa, o Ministério do Meio Ambiente, na Alemanha, ficou vago quando o então ministro foi trabalhar para a Organização das Nações Unidas (ONU). Angela Merkel foi proposta para o cargo, que assumiu em 1994, mas enfrentou descrédito da opinião pública, por ser considerada inexperiente e por ser mulher. No entanto, essa experiência preparou Merkel para lutar de forma mais decisiva e fortalecer sua posição, como afirma a sua biógrafa Ana Carbajosa:

En la prensa empezaron a decir que el puesto le venía grande, que no tenía experiencia en medio ambiente. «Cuando eres relativamente nueva en el puesto de ministra de Medio Ambiente y encima eres una mujer, sientes que no creen que vayas a saber de esas cosas. Supone además una experiencia acerca de lo difícil que es competir con una voz masculina y una persona más alta», explicaría Merkel años más tarde. Aquella fue indiscutiblemente una escuela para lo que vendría después. «He aprendido a pelear de forma más decisiva, pero todavía tengo que mejorar. Cuando fui nombrada ministra de Medio Ambiente, me minimizaron tan duramente que me juré a mí misma que no lo volvería a tolerar. Ahora es divertido, es como la batalla naval. Cuando propinas un golpe es genial.»

²²⁵ Helmut Kohl foi um dos mais reconhecidos políticos alemães que serviu como chanceler da Alemanha Ocidental e depois da Alemanha unificada por um período recorde de 16 anos, de 1982 a 1998. Ele é amplamente considerado um dos líderes mais importantes da história alemã pós-Segunda Guerra Mundial. Nascido em 1930, na cidade de Ludwigshafen, Kohl iniciou sua carreira política no final dos anos 1940, juntando-se à União Democrata Cristã (CDU). Ele subiu nas fileiras do partido e se tornou líder da CDU em 1973.

Debido a su formación científica, se encontraba mucho más segura al frente de ese ministerio que en el de Mujer y Juventud.²²⁶

Angela presidiu a conferência do clima de Kyoto, um marco na luta contra as mudanças climáticas. A Alemanha assumiu a presidência da conferência da ONU em 1995, que contou com a participação de 130 países e marcou o primeiro compromisso conjunto da comunidade internacional em reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Merkel descreveu esse encontro como uma experiência multifacetada, abordando questões como meio ambiente, pobreza, riqueza, países em desenvolvimento e a União Europeia. Ao longo dos quinze dias da conferência, ela conquistou a confiança dos participantes, já demonstrando sua capacidade de escuta, temperamento e liderança²²⁷ - conquista esta considerada uma de suas maiores realizações.

Em 1998, o então chanceler, Kohl, perdeu a eleição, sendo sucedido pelo social-democrata Gerhard Schröder²²⁸. Essa mudança marcou um momento significativo na política alemã, após uma geração em que Kohl esteve no poder. Angela Merkel, na época, necessitava de apoio dentro de seu partido e encontrou-o em um grupo de jovens políticos,

²²⁶ “Na imprensa começaram a dizer que o cargo era muito grande para ela, que não tinha experiência em meio ambiente. “Quando você é relativamente nova no cargo de ministra do Meio Ambiente e ainda por cima é uma mulher, você sente que não acreditam que você vá saber dessas coisas. Isso também representa uma experiência sobre o quão difícil é competir com uma voz masculina e uma pessoa mais alta”, explicaria Merkel anos mais tarde. Aquilo foi, sem dúvida, uma escola para o que viria depois. “Aprendi a lutar de forma mais decidida, mas ainda tenho que melhorar. Quando fui nomeada ministra do Meio Ambiente, fui tão duramente minimizada que jurei a mim mesma que nunca mais toleraria isso. Agora é divertido, é como uma batalha naval. Quando você desfere um golpe, é ótimo.” Devido à sua formação científica, ela se sentia muito mais segura liderando aquele ministério do que o de Mulheres e Juventude.” Traduzido de CARBAJOSA, *Ángela Merkel, cit.*, p. 62.

²²⁷ Naquele período, Angela apoiava a energia nuclear como uma solução temporária até que as energias renováveis alcançassem pleno desenvolvimento. Entretanto, em 2009, a questão da energia nuclear tornou-se crucial durante uma eleição, na qual Merkel fez campanha contra a primeira tentativa de desligamento das usinas nucleares acordada anteriormente pelo governo de coalizão “vermelho-verde”. Meses mais tarde, Merkel passou a defender a prorrogação da energia nuclear na Alemanha. No entanto, em 2011, após o desastre de Fukushima, ela deu uma reviravolta completa ao anunciar o desligamento gradual das usinas nucleares até 2022. Essa decisão foi influenciada por uma opinião pública fortemente contrária à energia nuclear. Ela afirmou na época: “O que ocorreu no Japão nos ensinou que aquilo que todos os dados científicos sugeriam ser impossível pode se tornar realidade”. CARBAJOSA, *Ángela Merkel, cit.*

²²⁸ **Gerhard Schröder** foi Chanceler da Alemanha de 1998 a 2005. Ele nasceu em 7 de abril de 1944 em Mossenberg, na Alemanha. Schröder foi membro do Partido Social-Democrata da Alemanha e ocupou vários cargos políticos antes de se tornar Chanceler. Schröder ganhou destaque internacional por sua oposição à invasão liderada pelos Estados Unidos no Iraque em 2003, adotando uma posição contrária ao governo do então presidente norte-americano George W. Bush.

como Peter Altmaier²²⁹, que, posteriormente, ocuparam cargos importantes durante a Era Merkel. Altmaier se tornou um dos colaboradores mais próximos de Merkel e um aliado leal. Eles a apoiaram em troca de seu comprometimento com suas políticas de imigração. Ana Carbajosa relata que, de certa feita, que Merkel, em uma palestra com jornalistas, surpreendeu alguns ao afirmar que a abordagem rigorosa em relação aos imigrantes era coisa do passado e que ela até considerava a descriminalização das drogas leves. Quando questionada se houvera uma mudança de posição, ela respondeu que não, que essas eram as vontades e expectativas do povo alemão.²³⁰

Com o tempo, as pessoas, que a conhecem ou a observam há anos, constataram que Merkel aprendeu a não ir além do que os alemães desejam. Ela entende a importância de compreender e sentir o que o povo quer, em vez de antecipar ou impor suas próprias ideias. Assim, Merkel se destaca como uma líder capaz de ler o povo alemão como poucos. No entanto, essa forma pragmática de governar, sem dogmas, voltada para pesquisas de opinião e para o sentimento do cidadão, é também objeto de críticas. Alguns a acusam de seguir a opinião pública em vez de abraçar princípios e ideias estratégicas que deveriam guiar o país.²³¹

A derrota da União Democrática Cristã (CDU) e do governo de Kohl nas eleições federais de 1998 marcou a ascensão de Merkel à secretária-geral do partido, estabelecendo-a como a primeira mulher a liderar a CDU e, dois anos depois, a primeira líder feminina da oposição.

No cargo de secretária-geral, Angela orquestrou uma sequência de vitórias democrata-cristãs em seis das sete eleições estaduais ocorridas em 1999, rompendo a aliança

²²⁹ **Peter Altmaier** é membro da União Democrata-Cristã (CDU). Ele estudou direito na Universidade do Sarre, e também estudou em Georgetown, nos Estados Unidos. Altmaier entrou na CDU em 1976 e começou sua carreira política em 1994 como membro do Parlamento Europeu, cargo que ocupou até 2004. Em 2005, ele foi eleito para o Bundestag. Ele ocupou várias posições de destaque no governo alemão, principalmente durante a chancelaria de Angela Merkel. De 2012 a 2013, ele atuou como Ministro Federal do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear. Em 2013, foi nomeado Ministro Especial para Assuntos da União Europeia. Em 2013, ele se tornou Chefe do Gabinete Federal, posição que ocupou até 2018. Durante este tempo, ele também atuou como Ministro Federal de Assuntos Especiais. Em 2018, ele foi nomeado Ministro Federal da Economia e Energia, cargo que ocupa até hoje, em 2023. Altmaier é conhecido por sua habilidade em resolver problemas complexos e por sua lealdade à União Democrata-Cristã e à chanceler Angela Merkel.

²³⁰ CARBAJOSA, *Ángela Merkel, cit.*, p. 65.

²³¹ *Ibidem*, p. 66.

entre o SPD e o Partido Verde no Bundesrat, a casa legislativa que representa os Estados. No rescaldo de um escândalo de financiamento partidário, que comprometeu vários líderes do CDU, incluindo Kohl e seu sucessor Wolfgang Schäuble²³², Merkel ousou criticar seu antigo mentor Kohl e advogou por um novo começo para o partido sem sua presença.²³³ Ela foi subsequentemente eleita, em 10 de abril de 2000, para substituir Schäuble, tornando-se a primeira mulher a presidir o partido. Sua eleição surpreendeu muitos, uma vez que ela, sendo protestante e originária do norte da Alemanha, contrastava com o perfil do CDU, um partido socialmente conservador, predominantemente masculino e com fortes bases no oeste e sul da Alemanha.

Depois de se tornar líder da CDU, Merkel ganhou popularidade entre os alemães e muitos a viam como a candidata ideal para enfrentar o chanceler Gerhard Schröder nas eleições de 2002. No entanto, ela não obteve o apoio necessário de seu próprio partido e, especialmente, da CSU, o partido irmão da Baviera. Assim, ela acabou sendo politicamente suplantada por Edmund Stoiber²³⁴, líder da CSU, a quem cedeu a chance de concorrer contra Schröder. Stoiber, no entanto, perdeu a eleição por uma margem estreita, após uma grande queda em sua popularidade. Após a derrota de Stoiber em 2002, Merkel, além de

²³² Wolfgang Schäuble é membro da União Democrata Cristã (CDU). Schäuble serviu como Ministro do Interior da Alemanha de 1989 a 1991, durante o governo de Helmut Kohl, e foi conhecido por suas políticas de segurança e imigração. Ele também desempenhou um papel importante na reunificação alemã após a queda do Muro de Berlim. Posteriormente, Schäuble assumiu o cargo de Ministro das Finanças da Alemanha em 2009, durante a crise financeira global, e desempenhou um papel importante na gestão das finanças públicas do país. Ele foi considerado um defensor da austeridade e de políticas fiscais prudentes. Além disso, Schäuble também foi presidente do Bundestag, de 2017 a 2021. Ele é uma figura proeminente na política alemã e foi um membro de destaque do CDU por muitos anos.

²³³ Quando Merkel assumiu a liderança do CDU, ela desafiou a influência e as expectativas do então líder do partido, Helmut Kohl, que era uma figura proeminente e dominante. Ao criticar Kohl e advogar por um novo começo para o partido, Merkel mostrou sua disposição de se desprender da autoridade e das limitações impostas por ele. A autora Ana Carbajosa inclusive intitula um capítulo de sua obra como “una segunda vida en la CDU o cómo matar al padre” fazendo referência a Freud e esse momento emblemático.

²³⁴ Edmund Stoiber é membro da União Social Cristã (CSU). Ele foi líder da CSU de 1999 a 2007 e Ministro-Presidente da Baviera de 1993 a 2007. Em 2002, foi o candidato da CDU/CSU nas eleições gerais para chanceler, perdendo por uma margem estreita para Gerhard Schröder. Stoiber é conhecido por suas políticas conservadoras e foco em questões econômicas. Ele continua envolvido em atividades políticas e iniciativas relacionadas à economia e à integração europeia.

sua função como presidente do CDU, se tornou a líder da oposição conservadora no Bundestag, substituindo seu rival Friedrich Merz²³⁵.

Merkel ficou ainda mais conhecida por apoiar uma extensa pauta de reformas para o sistema social e econômico da Alemanha, sendo considerada mais liberal em relação ao mercado do que seu próprio partido, o CDU.²³⁶ Ela propôs alterações na legislação trabalhista alemã, visando eliminar obstáculos para a demissão de funcionários e aumentar o limite de horas de trabalho semanais permitidas.²³⁷ Merkel argumentava que as leis vigentes tornavam o país menos competitivo, pois as empresas tinham dificuldade em controlar os custos com mão-de-obra durante períodos de baixa demanda. Assim, podemos observar uma liderança que tinha como seu foco central a economia, competitividade e um liberalismo explícito, que se tornou hegemônico.

3.3 A ascensão de Angela Merkel

“Não repita as táticas que o fizeram vencer, deixe que seus métodos sejam regulados pela infinita variedade de circunstâncias.”

SUN TZU, *A Arte da Guerra*

²³⁵ Friedrich Merz é membro da União Democrata Cristã (CDU) e é conhecido por seu envolvimento em assuntos políticos e econômicos na Alemanha. Foi membro do Bundestag, de 1994 a 2009. Durante esse período, ele foi líder parlamentar da CDU/CSU de 2000 a 2002.

²³⁶ WIRTSCHAFTSKRISE: merkel fordert längere arbeitszeit. *Spiegel*, [s. l.], 18 maio 2003. Politik. Disponível em: <https://www.spiegel.de/politik/deutschland/wirtschaftskrise-merkel-fordert-laengere-arbeitszeit-a-249207.html>. Acesso em: 26 jun. 2023.

²³⁷ Merkel enfatizou a importância de uma parceria transatlântica sólida e da amizade entre Alemanha e Estados Unidos. Em 2003, mesmo enfrentando forte oposição pública, ela apoiou a invasão do Iraque pelos EUA, considerando-a “inevitável” e criticando o chanceler Gerhard Schröder por seu anti-americanismo. Merkel também questionou o apoio do governo à adesão da Turquia à União Europeia, preferindo uma “parceria privilegiada” em vez disso. Essas posições refletiam uma opinião pública crescentemente hostil em relação à entrada da Turquia na União Europeia.

Entre os anos 1998 e 2021²³⁸, a Alemanha realizou sete eleições federais, cada uma delas em cenários políticos diferentes, mas sempre turbulentos. Angela Merkel esteve envolvida em todos esses pleitos.

As eleições federais de 1998 ocorreram em 27 de setembro e resultaram em uma vitória para o SPD, capitaneado por Gerhard Schröder, que conquistou 40,9% dos votos e 298 deputados federais. Essas eleições marcaram uma mudança de governo, uma vez que o SPD derrotou a coalizão formada pelo FDP e a CDU. Essa vitória foi resultado de uma campanha centrada no slogan “*Das Neue Mitte*”²³⁹, atraindo votantes moderados apáticos quanto aos anos de governo da CDU/CSU-FDP. Com um programa centrista inspirado por Tony Blair e Bill Clinton, o SPD conseguiu superar os partidos de centro-direita pela primeira vez, desde 1972, na Alemanha Ocidental, em um contexto de reunificação.²⁴⁰ A queda da CDU/CSU, com seu pior resultado desde 1953, foi atribuída à alta taxa de desemprego, dificuldades econômicas pós-reunificação e desejo de mudança. A formação de uma coalizão entre o SPD e a Aliança 90/Os Verdes levou Schröder a se tornar o primeiro chanceler social-democrata desde 1982, marcando uma mudança significativa no cenário político alemão.²⁴¹

²³⁸ Entre 1998 e 2021, as eleições federais na Alemanha ocorreram nos seguintes anos: 1998, 2002, 2005, 2009, 2013, 2017 e de 2021. Essas eleições foram realizadas a cada quatro anos, seguindo o ciclo eleitoral regular na Alemanha.

²³⁹ O objetivo era retratar o SPD como um partido moderno e progressista, capaz de promover mudanças positivas na Alemanha. O slogan “*Das Neue Mitte*” ou em português “*Novo Centro*” destacava a visão do partido de buscar uma abordagem política centrada no centro, equilibrando políticas de livre mercado com compromisso social. A campanha enfatizava a modernização e reforma das instituições alemãs para enfrentar os desafios do século XXI.

²⁴⁰ Tony Blair, líder do Partido Trabalhista no Reino Unido, implementou a “Terceira Via” com o objetivo de modernizar o partido e combinar princípios trabalhistas com políticas de mercado. Seu programa de governo incluiu investimentos em educação e saúde, reformas trabalhistas e medidas para combater a criminalidade e promover a igualdade social, dentro de uma visão centrista. Já Bill Clinton, líder do Partido Democrata nos Estados Unidos, focou na economia, promovendo a criação de empregos, investimentos em infraestrutura e o livre comércio. Ele também defendeu direitos sociais. Ambos buscaram modernização e equilíbrio entre princípios de mercado e políticas sociais progressistas em uma perspectiva de centro, em uma agenda neoliberal.

²⁴¹ BUNDESTAGSWAHL 27.09.1998. *Die Bundeswahlleiterin*. [S. l.], 2016. Disponível em: https://web.archive.org/web/20160130082253/https://www.bundeswahlleiter.de/de/bundestagswahlen/fruehere_bundestagswahlen/btw1998.html. Acesso em: 28 jun. 2023.

Vale lembrar que, a partir de abril de 2000²⁴², Merkel foi presidente da CDU, sucedendo a Wolfgang Schäuble²⁴³. Assim que assumiu o posto, a recém-líder lidou com o problema alemão com a identidade, afirmando “é bom para a democracia quando a Alemanha encontra sua identidade e a assume”, assumindo, destarte, uma sobriedade racional com a história do seu país, “o não verbalizado, o ocultado, gera muita coisa prejudicial. Deveríamos devolver um sentimento natural em relação a toda a nossa história e depois dizer: Estamos também felizes de ser alemães. Eu já sou capaz de dizer isto.”. Tais palavras de Merkel, que evitaram o sentimento de “ufanismo”, mostra como ela se prospecta como uma fonte de segurança para um povo que experimentou o horror do nazismo.²⁴⁴

Já em 22 de setembro de 2002, as eleições federais foram extremamente competitivas e resultaram na escolha dos 603 membros do Bundestag.²⁴⁵ A disputa principal se deu entre o SPD e uma aliança de partidos de centro-direita, CDU e CSU. Ambos os lados tiveram uma porcentagem de votos muito semelhante, com 38,5% cada. Mesmo com essa igualdade, o SPD acabou saindo na frente por uma margem muito pequena, com cerca de mais 6.000 votos e 3 deputados a mais que o bloco de centro-direita, somando 251 contra 248, em um cenário de polarização.²⁴⁶

²⁴² Nesta época, como já foi lembrado, Angela Merkel serviu como Secretária-Geral da União Democrata-Cristã entre 7 de novembro de 1998 e permaneceu nessa posição até 10 de abril de 2000. Ela foi responsável por desempenhar um papel importante na administração interna e na organização do partido durante esse período.

²⁴³ Wolfgang Schäuble estudou Direito e Economia em Friburgo em Brisgóvia e Hamburgo, concluindo seus exames estaduais em Direito e obtendo um doutorado em 1971. Ele se juntou à organização de juventude da CDU em 1961 e ao partido em 1965. Schäuble foi membro do Bundestag desde 1972 e atuou como secretário-geral do grupo parlamentar da CDU/CSU de 1981 a 1984. Ele ocupou vários cargos, como Chefe do Gabinete da Chancelaria Federal da Alemanha durante o governo de Helmut Kohl, líder da bancada parlamentar da CDU, Ministro do Interior e Presidente do partido por um curto período. Schäuble também foi membro do Comitê Executivo Federal da CDU desde 1989. Ele ficou conhecido por sua atuação no tratado de unificação da Alemanha, desempenhando um papel importante como “tesoureiro da Europa”. Schäuble sobreviveu a uma tentativa de assassinato em 1990, mas ficou parcialmente paralisado.

²⁴⁴ KORNELIUS, Stefan. *Angela Merkel: a chanceler e seu mundo*. 1. ed. São Paulo: Versos, 2015, p. 105.

²⁴⁵ O número de parlamentares varia, como determina seu sistema eleitoral.

²⁴⁶ LOOKING back at the 2002 election. *DW*. [S. l.], 20 jul. 2005. Disponível em: <https://www.dw.com/en/looking-back-at-the-2002-election/a-1642902>. Acesso em: 28 jun. 2023.

No início da corrida eleitoral, o SPD estava em desvantagem nas pesquisas, mas conseguiu reverter o quadro graças à oposição veemente à possível Guerra do Iraque²⁴⁷ e à popularidade do seu líder, Gerhard Schröder, que estava em contraste com a impopularidade de Edmund Stoiber, líder da CSU e candidato a chanceler pela centro-direita, assim favorecendo o cenário para que Merkel se tornasse a liderança da oposição conservadora no Bundestag.²⁴⁸

A Aliança 90/Os Verdes, composta de parceiros do SPD, também teve um excelente desempenho, conseguindo seu melhor resultado eleitoral até então, com 8,6% dos votos e 55 deputados. Isso representou um aumento de 1,9% e 8 deputados em relação à eleição anterior, em 1998. Pela primeira vez, os Verdes conseguiram eleger um deputado

²⁴⁷ A Guerra do Iraque foi um conflito militar ocorrido entre 2003 e 2011, cujo objetivo principal era a derrubada do regime de Saddam Hussein, que governava o Iraque na época. Os Estados Unidos lideraram uma coalizão internacional, com apoio de países como o Reino Unido. A Alemanha desempenhou um papel importante ao se opor à intervenção militar liderada pelos Estados Unidos no Iraque. O então chanceler alemão, Gerhard Schröder, e seu partido, o Partido Social-Democrata (SPD), se opuseram fortemente à guerra e à participação militar alemã. Schröder adotou uma postura de não envolvimento, devido às preocupações com a falta de apoio da comunidade internacional e às questões relacionadas à legitimidade da guerra. A posição da Alemanha foi caracterizada pela política de não participação, recusando-se a enviar tropas e apoiar a invasão liderada pelos Estados Unidos. Essa decisão gerou tensões nas relações entre a Alemanha e os Estados Unidos naquela época.

²⁴⁸ HOUGH, Dan. *Fall and Rise of the PDS in Eastern Germany*. Londres: A&C Black, 2002.

pelo método preferencial²⁴⁹, em um distrito de Berlim²⁵⁰. Este resultado manteve a maioria parlamentar da coalizão SPD-B'90/GRÜ.²⁵¹

O Partido Democrático Liberal também teve um bom desempenho, aumentando sua participação de 6,2% e 43 deputados em 1998 para 7,4% dos votos e 47 deputados. Após as eleições, o governo de coalizão entre o SPD e os Verdes permaneceu no poder, com Gerhard Schröder continuando como Chanceler.²⁵²

3.4 As eleições e governos de Merkel

“O eleitor tem a incoercível necessidade de materializar seus sonhos e expectativas num único personagem, que, de repente, se alça acima dos outros. Esse princípio é válido desde a época de Alexandre, o Grande, e já passou por Luís XIV e Napoleão.”

JACQUES SÉGUÉLA²⁵³

²⁴⁹ O método preferencial de votação é um sistema eleitoral em que os eleitores classificam os candidatos em ordem de preferência. Os votos são contados e redistribuídos até que um candidato alcance a maioria absoluta e seja declarado vencedor. É uma forma mais inclusiva e representativa de votação.

²⁵⁰ A Alemanha usa um sistema misto para eleger os membros do *Bundestag*. Este método é frequentemente chamado de “voto misto” ou “sistema de representação mista”. O *Bundestag* geralmente é composto por pelo menos 598 membros. Metade desses assentos (299) são preenchidos através de eleições de maioria simples em distritos eleitorais individuais (voto direto ou *Erststimme* em alemão). Isto é, o candidato que recebe a maioria dos votos em um distrito é eleito para representar aquele distrito no *Bundestag*. A outra metade dos assentos é preenchida a partir de listas de partidos estaduais (voto de lista ou *Zweitstimme* em alemão), usando um método de representação proporcional. Os eleitores têm um segundo voto que usam para votar em uma lista de partidos em seu Estado. O número de assentos que um partido ganha desta parte da votação é proporcional ao número de votos que recebe. Além disso, a representação proporcional só é concedida aos partidos que recebem pelo menos 5% dos votos de lista em nível nacional ou ganham pelo menos três assentos de distrito. Essa regra visa evitar a fragmentação política e garantir a estabilidade do governo. Por causa desse sistema, o número total de membros no *Bundestag* pode variar. Se um partido ganha mais assentos de distrito em um Estado do que teria direito com base em seus votos de lista, ganha assentos adicionais. Esses “mandatos de superação” podem aumentar o tamanho do *Bundestag* para além de 598 membros.

²⁵¹ Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) e o Partido Verde Alemão (Bündnis 90/Die Grünen). Essa coalizão também é conhecida na Alemanha como “coalizão vermelho-verde” e tem sido formada em diferentes níveis de governo, incluindo o nível federal.

²⁵² DIE BUNDESWAHLLEITERIN. *Die Bundeswahlleiterin*. [s. n. t.]. Disponível em: <https://www.bundeswahlleiterin.de/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

²⁵³ SÉGUÉLA, Jacques. *A vertigem das Urnas*. São Paulo: Editora TagLine, 2006. p. 65.

As eleições federais de 2005, ocorridas em 18 de setembro, resultaram na vitória para a CDU/CSU, iniciando, assim, o que podemos chamar de “Era Merkel”. Em 30 de maio de 2005, Angela Merkel foi indicada pela coligação CDU/CSU para enfrentar o então chanceler Gerhard Schröder, do SPD, nas eleições federais da Alemanha. Apesar de começar a campanha com vantagem nas pesquisas de opinião, Merkel enfrentou inúmeros desafios, encontrou uma forte oposição interna em seu próprio partido antes de ser designada como candidata. Opositores argumentavam que ela não possuía as características que, de acordo com

“estereótipos difundidos no país, definem um líder político bem-sucedido: um longo período de aprendizado na juventude do partido, uma extensa rede de contatos, um poder incontestável dentro da legenda e, acima de tudo, elegância no trato com a mídia.”²⁵⁴

Sabendo da influência de Helmut Kohl na formação política de Merkel, que a nomeou para o Ministério da Família, Idosos, Mulheres e Juventude, e, posteriormente, para o Ministério do Meio Ambiente, de 1991 a 1998, a imprensa a rotulou de “menina de Kohl”, insinuando que ela obtivera esses cargos exclusivamente por causa do apoio do chanceler. Seu sucessor como presidente da CDU, Wolfgang Schäuble, a indicou para o cargo de secretária-geral do partido. Após o escândalo de doações, a opinião pública retratou que inúmeros membros do CDU acreditavam que “seria fácil se livrar dela depois que ela concluísse a tarefa de limpeza”. No entanto, Merkel se firmou no comando do Partido, sendo a primeira a se distanciar claramente dos casos controversos envolvendo Kohl e, mais tarde, até mesmo conseguindo reconciliar-se com o ex-líder democrata-cristão.²⁵⁵

Angela Merkel era uma líder política estratégica e assertiva, que trabalhava diligentemente para fortalecer as relações internacionais da Alemanha, em especial aparti do seu segundo governo e defender os interesses alemães no cenário global, já despontando como uma liderança europeia, como afirma Stefan Kornelius:

Quem olhasse mais de perto, porém, formaria outra opinião: essa mulher sabia muito bem o que estava fazendo. Merkel desenvolveu uma ampla atividade com o chefe da oposição, viajava pela Europa e criava laços com os governos dos países vizinhos da Alemanha. Seu programa de visitas compreendia também o

²⁵⁴ MERKEL é candidata à chancelaria alemã. *DW*. [S. l.], 30 mai. 2005. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/merkel-%C3%A9-candidata-%C3%A0-chancelaria-alem%C3%A3/a-1600745>. Acesso em: 28 jun. 2023.

²⁵⁵ MERKEL é candidata à chancelaria, *cit.*

presidente francês Jacques Chirac, e contra todos os ditos sapienciais de Helmut Kohl, Merkel não escondia sua irritação sobre a política do presidente. E quem olhava ainda mais de perto, percebia até mesmo: essa mulher retoma a situação em que Helmut Kohl a deixou. Merkel tinha uma idéia muito nítida do papel da Alemanha no mundo, de seus amigos e aliados.²⁵⁶

A Chanceler Emblemática foi casada com o professor de química Joachim Sauer²⁵⁷ e não teve filhos. Merkel defendeu suas raízes cristãs e sua visão da Europa com sua longa história de influência e presença do judaísmo e do cristianismo, que tiveram um impacto significativo na sociedade, na moralidade, nas leis e nas instituições europeias, afirmando que:

“Não devemos esconder o fato de que a Europa é profundamente influenciada pela tradição judaico-cristã. O iluminismo foi uma fase extremamente importante no desenvolvimento do cristianismo na Europa.”²⁵⁸

O iluminismo foi um movimento intelectual que floresceu durante o século XVIII e promoveu o uso da razão, a valorização da liberdade individual, a crítica às estruturas de poder e a defesa dos direitos fundamentais e que, por isso mesmo, apresenta-se como componente importante para compreender as posições desta figura.

O resultado da eleição antecipada de 2005²⁵⁹ foi extremamente próximo da eleição precedente, com o CDU/CSU de Merkel ganhando com 35,3% dos votos e o SPD de Schröder logo atrás, com 34,2%. Assim, nenhuma coligação conseguiu assentos suficientes para formar uma maioria no Bundestag, levando a três semanas de negociações. A grande coligação entre CDU/CSU e SPD foi formada, com Merkel se tornando chanceler e o SPD recebendo oito dos 16 assentos no gabinete. A coalizão pretendia cortar gastos públicos, aumentar o Imposto sobre Valor Agregado - IVA²⁶⁰, as contribuições para a seguridade social e a taxa máxima do imposto de renda.²⁶¹

²⁵⁶ KORNELIUS, Angela Merkel, *cit.*, p. 73.

²⁵⁷ Joachim Sauer, nascido em Hosena, Senftenberg, em 19 de abril de 1949, é um renomado químico quântico alemão. Ele ocupa o cargo de professor titular na Universidade Humboldt de Berlim. Além disso, Sauer foi o primeiro-cavalheiro da Alemanha de 2005 a 2021.

²⁵⁸ A CHANCELER Federal Angela Merkel. *ISTOÉ*. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/a-chanceler-federal-angela-merkel/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

²⁵⁹ Depois de perder nas eleições regionais da Renânia do Norte-Vestfália em 2005 para a CDU, partido que estava no poder na região desde 1966, Gerhard Schröder optou por solicitar a dissolução do parlamento e a convocação de eleições antecipadas.

²⁶⁰ É um tipo de imposto indireto sobre o consumo de bens e serviços aplicado na Europa.

²⁶¹ WAMBACH, Kim. Wahl Angela Merkels zur ersten Bundeskanzlerin der Bundesrepublik Deutschland. *Konrad Adenauer Stiftung*. Kalender. [S. l.], [S. d.]. Disponível em: <https://www.kas.de/de/web/geschichte->

Durante o primeiro gabinete de Angela Merkel como chanceler da Alemanha, que ocorreu de 2005 a 2009, uma série de acontecimentos importantes marcou sua gestão.²⁶² Um dos ápices significativos foi a implementação de reformas no mercado de trabalho alemão, visando aumentar a flexibilidade e reduzir o desemprego. No entanto, seu mandato também foi perpassado pela crise financeira global de 2008, que exigiu esforços conjuntos com outros líderes mundiais para evitar uma crise econômica ainda maior no país, onde a Chanceler demonstrou sua forma, marca e sua capacidade hegemônica através da economia.

O primeiro governo de Merkel se comprometeu a reduzir o desemprego, marcando este como o principal critério para julgar seu sucesso. No entanto, o governo liderado pelo SPD vinha de um histórico de altas taxas de desemprego e dificuldades econômicas. Essa situação levava o SPD a embarcar em um programa econômico que alterou profundamente o estado social alemão e flexibilizou as leis trabalhistas, o que gerou protestos e greves significativas.²⁶³

Além disso, Merkel introduziu o conceito de *Energiewende*, uma transição energética voltada para a redução das emissões de gases de efeito estufa e o aumento da participação de fontes de energia renovável na matriz energética alemã. Essa iniciativa refletiu o compromisso da Alemanha em lidar com as questões ambientais e promover uma economia mais sustentável.²⁶⁴

No campo da política externa, Merkel desempenhou um papel relevante, trabalhando para fortalecer as relações com parceiros europeus e desempenhando um papel de liderança em negociações cruciais, como a crise da dívida na Zona do Euro e o Tratado de Lisboa. Sua influência e habilidade diplomática foram reconhecidas tanto na Alemanha quanto internacionalmente.

der-cdu/kalender/kalender-detail/-/content/wahl-angela-merkels-zur-ersten-bundestanzlerin-der-bundesrepublik-deutschland. Acesso em: 28 jun. 2023.

²⁶² O Governo Merkel I correspondeu ao 16º período da legislatura do Bundestag, sendo realizado entre 22 de novembro de 2005 e 27 de outubro de 2009.

²⁶³ PARLAMENTO aprova Merkel como Chanceler da Alemanha. *Folha Online*. Mundo. 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u89782.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2023.

²⁶⁴ LANKOWSKI, Carl. The Merkel Era: Environmental Politics and the 'Energiewende' (Energy Transition). In: LARRES, Klaus; MOROFF, Holger; WITTLINGER, Ruth. *The Oxford Handbook of German Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2022.

Merkel sempre se manifestou com uma preferência clara pela política externa, reconhecendo que é nesse campo que os líderes têm maior poder, liberdade e possibilidade de moldar a situação, além de receberem mais protagonismo na geopolítica global:

É uma afirmação banal de grande impacto: Angela Merkel gosta mais da política externa do que da política interna. Foi o que ela disse pouco antes de sua primeira eleição como chanceler, e é o que diria hoje do mesmo jeito. “Minha praia é a política externa”, revelou a todos que o queriam ouvir. A alternativa: “Política externa é fácil”. Não é difícil encontrar motivos para esse abraço eufórico ao mundo. A maioria dos chefes de governo tem uma predileção pelos assuntos da política externa, porque aumentam sua importância: em nenhum espaço uma chanceler ou um primeiro-ministro tem mais poder de moldar a situação, mais liberdade, mais atenção da sociedade do que no âmbito entre os países.”²⁶⁵

Durante seu primeiro mandato como chanceler, Merkel não apresentou uma agenda ambiciosa em relação à política externa²⁶⁶, sendo suas ações caracterizadas por um trabalho objetivo, organizado, com seriedade e considerado pela maioria dos alemães como competente, porém rotineiro.²⁶⁷ Características essas que personificam a ideia do autor Ulrich Beck, que classifica a característica hegemônica dos alemães que acreditam que é mais adequado enfatizar o compromisso e o dever de assumir responsabilidades em vez de enfatizar o poder em si.

A la hora de hablar de sí mismos, los alemanes siguen considerando la palabra poder como una palabra «sucia» que conviene sustituir por la palabra responsabilidad. Los intereses nacionales permanecen discretamente enmascarados tras hermosas palabras como Europa, paz, colaboración o estabilidad económica. Pronunciar la fórmula de poder «una Europa alemana» equivale a romper ese tabú. Y sería aún más grave decir que Alemania asume el «liderazgo» (*Führung*) de Europa.* En cambio, sí es posible afirmar que Alemania asume la «responsabilidad» de Europa.²⁶⁸

²⁶⁵ KORNELIUS, *Angela Merkel, cit.*, p. 99.

²⁶⁶ Tamanho é o poder da Alemanha, que mesmo com uma política considerada simples, “no cenário internacional, Merkel foi reconhecida por sua liderança logo de início. Em agosto de 2006, a revista Forbes a escolheu como a mulher mais poderosa do mundo — escolha que a publicação repetiria, seguidamente, pelos próximos três anos. “Desde que tomou posse, Merkel conquistou respeito no cenário mundial e apelo popular na Alemanha por sua discreta diplomacia”, escreveu a Forbes no texto que acompanhava a lista das mais poderosas mulheres.”

²⁶⁷ ANGELA Merkel: a líder prática e conciliadora que marcou o início do século. *BBC News Brasil*. [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58643098>. Acesso em: 29 jun. 2023.

²⁶⁸ “Quando se trata de falar de si mesmos, os alemães continuam a considerar a palavra poder como uma palavra 'suja' que deveria ser substituída pela palavra responsabilidade. Os interesses nacionais permanecem discretamente mascarados por trás de belas palavras como Europa, paz, colaboração ou estabilidade econômica. Pronunciar a fórmula do poder “uma Europa alemã” equivale a quebrar esse tabu. E seria ainda mais grave dizer que a Alemanha assume a “liderança” (*Führung*) da Europa. Por outro lado, é possível

Os interesses nacionais alemães são cuidadosamente ocultados por meio de palavras de efeito unificador e sentimentos lacônicos. Essa ocultação pode ser vista na representação e nas ações de Merkel que, por meio de seu pragmatismo, demonstrou ser capaz de dialogar com adversários e se adaptar a situações adversas. Ela soube lidar com pressões e intermediar conflitos em sua coalizão, governando ao lado de adversários. Isso era o exercício metódico de uma cientista que praticava, e continua praticando, a *realpolitik*²⁶⁹. Isso já denota um sentimento sempre presente e ligado à Chanceler: a estabilidade. Ulrich Beck concluiu que afirmar “uma Europa alemã” seria considerado inapropriado e dizer que a Alemanha lidera a Europa seria ainda mais grave. No entanto, é aceitável dizer que a Alemanha assume a “responsabilidade” pela Europa, da mesma forma que Angela se projetava para os alemães, e posteriormente, para os europeus.

Embora tenha tido alguns momentos surpreendentes, como sua atuação no Oriente Médio e sua influência na cúpula do G-8 em Heiligendamm, foi a falência do Lehman Brothers que trouxe um elemento dramático às suas ações antes das eleições federais. Nesse sentido, Stefan Kornelius sintetiza:

Em seu primeiro mandato de Chanceler, Merkel não teve uma agenda ambicionada de política externa. Quando procuramos memórias, um rastro claro, não sobra muita coisa. Talvez a foto de Merkel no cadeirão de praia durante o encontro do G-8 em Heiligendamm? Talvez o encontro com o Dalai Lama? Talvez seu zelo pelo Tratado Constitucional europeu? Talvez seu discurso no Parlamento israelense? Tudo trabalho bem feito, tudo feito com grande rotina - talvez demasiadamente rotineiro. A primeira gestão de Merkel não foi marcada por crises na política externa. Merkel definiu posições, deslanchou processos, mediou. No Oriente Médio, encontrou-se repentinamente no papel de mediadora porque tinha construído excelentes relações com o Governo Olmert em Jerusalém e com o Governo Sinióra no Líbano, sem desconsiderar o lado palestino ou árabe. Depois da Guerra do Líbano, a coalizão enviou escâneres para o aeroporto e navios para a patrulha marítima - sem esse engajamento não teria sido possível elaborar uma trégua. Para a surpresa de muitos, a Europa e os países do G-8 levaram Merkel a um renovado compromisso declarado com a política climática. Na cúpula “na casa de Merkel” em Heiligendamm, o presidente

afirmar que a Alemanha assume a “responsabilidade” da Europa.” Tradução nossa de BECK, *Una europa alemana, cit.*, p. 17.

²⁶⁹ “Realpolitik”, uma palavra de origem alemã, se traduz diretamente como “política realista” ou “política pragmática”. Este termo representa uma estratégia de política externa que é principalmente governada por considerações pragmáticas, ao invés de orientações somente ideológicas, morais ou éticas. O termo “Realpolitik” surgiu durante o século XIX na Europa, especialmente na Prússia sob o comando de Otto von Bismarck. Ele é frequentemente citado como um arquétipo de um praticante de Realpolitik - alguém que implementa essa abordagem pragmática. Bismarck empregou a Realpolitik como um método para reforçar o poder da Prússia e eventualmente unificar os diversos Estados alemães em um único país - a Alemanha - sob a liderança prussiana.

George W. Bush reconheceu pela primeira vez que existia algo como um problema climático e que era preciso “considerar seriamente” reduzir as emissões pela metade, até 2050. Isso já foi um passo para frente. Mesmo assim, seu primeiro período legislativo teria terminado sem qualquer dramaticidade se a falência da investidora Lehman Brothers não a tivesse brindado com um último drama antes das eleições federais. Foi um ano em que o sistema financeiro global, seu controle e sua regulamentação passaram a ser o tema central em todos os foros de política externa, um ano em que o medo de uma ruína total na conjuntura financeira se sobrepôs a qualquer outra política. A crise dos mercados financeiros em setembro de 2008 foi a verdadeira censura na política externa de Merkel que, a partir daquele momento, quase não teria mais outro tema do que a conjuntura econômica, a estabilidade dos bancos, a luta pela sobrevivência da moeda e, assim, todo o leque de deslocamentos políticos que acompanharam a crise do Euro. Sem os Irmãos Lehman, a Europa não teria sofrido a crise das dívidas dos Estados em toda sua dureza. Logo, o drama do resgate no segundo semestre de 2008 foi apenas o prelúdio do desastre monetário que sobreveio na Europa dois anos mais tarde e que forneceria o tema para Merkel enquanto chanceler.²⁷⁰

Assim, o primeiro mandato de Merkel encerrou-se com as eleições gerais de 2009, nas quais ela continuou liderando a União Democrata-Cristã (CDU) para uma vitória expressiva, garantindo sua permanência como chanceler para um segundo mandato. Essa conquista política demonstrou o apoio significativo que Merkel conquistou ao longo de seu primeiro mandato e lançou as bases para os anos seguintes de seu governo.

Realizadas em 27 de setembro de 2009, às eleições federais levaram à vitória da CDU/CSU e à formação de uma coalizão com o Partido Democrático Liberal. Angela Merkel foi reeleita chanceler, marcando seu segundo mandato no cargo. Durante os quatro anos de governo conjunto entre CDU/CSU e SPD, conhecido como “Grande Coligação”, a campanha eleitoral foi um tanto monótona, já que os partidos optaram por destacar suas conquistas em vez de se criticarem mutuamente. No entanto, a opinião pública classificou os líderes da CDU/CSU e SPD como pouco atraentes, o que contribuiu para a falta de engajamento, mobilização e participação dos eleitores.²⁷¹

No ano de várias eleições - europeias, regionais, locais e presidenciais - os partidos centristas de direita, União Democrata-Cristã e União Social-Cristã, emergiram vitoriosos,

²⁷⁰ KORNELIUS, *Angela Merkel, cit.*, p. 108.

²⁷¹ MERKEL factor could decide german vote. *BBC News*. [S. l.], 17 set. 2009. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/8256413.stm>. Acesso em: 29 jun. 2023.

embora com uma margem reduzida em relação a 2005. Esta foi a eleição com uma das menores taxas de participação já constatadas na Alemanha.²⁷²

O Partido Social-Democrata sofreu uma grande derrota, registrando um dos seus piores desempenhos eleitorais, parcialmente atribuído à baixa popularidade do líder do SPD, Frank-Walter Steinmeier²⁷³, e à política do partido de reduzir os gastos públicos e liberalizar o mercado de trabalho.

Por outro lado, o Partido Democrático Liberal - FDP, teve um resultado eleitoral recorde, promovendo um programa de corte de impostos e liberalização da economia e do mercado de trabalho, atraindo eleitores insatisfeitos com a CDU/CSU. A Aliança 90/Os Verdes e A Esquerda também aumentaram sua participação eleitoral, capturando muitos eleitores descontentes com o SPD.²⁷⁴

Após as eleições, Angela Merkel manteve-se como chanceler, mas desta vez formou um pacto com os liberais do FDP. A Chanceler, sendo ex-cidadã da Alemanha Oriental, foi vista como inclinada para a esquerda, mas sua gestão de “direita-esquerda” provou ser eficaz em agradar a ampla gama do eleitorado alemão. Assim como prega Jacques Séguéla em sua cartilha eleitoral: “Depois da mobilização em seu campo, parte-se para a união do país... O ataque deixa de ser bem-visto. Agora é sobriedade, visão ampla e

²⁷² DER BUNDESWAHLLEITER. *Der Bundeswahlleiter*. [S. l.], 2016. Disponível em: https://web.archive.org/web/20160115225317/https://www.bundeswahlleiter.de/de/bundestagswahlen/BTW_BUND_09/. Acesso em: 29 jun. 2023.

²⁷³ Frank-Walter Steinmeier, é associado ao SPD. Ele é o presidente da Alemanha desde 2017, tendo sido reeleito para um segundo mandato em 2022. Antes disso, Steinmeier atuou como chefe da chancelaria de 1999 a 2005, ministro de Negócios Estrangeiros de 2005 a 2009, e vice-chanceler de 2007 a 2009. Após perder as eleições para chanceler em 2009, ele serviu como líder da oposição ao governo de Angela Merkel e presidente da bancada do SPD no Bundestag. Steinmeier retornou ao cargo de Ministro de Negócios Estrangeiros após as eleições de 2013 e uma subsequente coalizão governamental. Ele pertence à ala reformista e moderada do SPD. Steinmeier, doutor em direito, é casado e pai de uma filha. Em 2018, foi agraciado com o Grande-Colar da Ordem do Infante D. Henrique de Portugal. Interessante ressaltar que em 2023, a ex-chanceler Angela Merkel, recebeu a Grã-Cruz da Ordem do Mérito, a maior honraria do país, concedida pelo presidente Frank-Walter Steinmeier. A cerimônia de premiação aconteceu no Schloss Bellevue, em Berlim, e contou com a presença de figuras notáveis como o atual chanceler Olaf Scholz, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o ex-técnico de futebol Juergen Klinsmann. Esta honraria só havia sido concedida a dois ex-chanceleres alemães antes: Konrad Adenauer, primeiro líder do país no pós-guerra, e Helmut Kohl, conhecido por seu papel crucial na reunificação alemã.

²⁷⁴ APATHY in Germany: record low voter turnout expected in national election. *Spiegel*. International. [S. l.], 27 set. 2009. Disponível em: <https://www.spiegel.de/international/germany/apathy-in-germany-record-low-voter-turnout-expected-in-national-election-a-651614.html>. Acesso em: 29 jun. 2023.

fôlego: deixa-se o terreno do pragmatismo e parte-se para o da mobilização.”²⁷⁵ Desta forma, Angela evitou a imagem de uma conservadora neoliberal, sem perder o apoio de sua base partidária. Ela liderou a CDU rumo ao centro, preparando o terreno para as eleições de 2009.

Sua popularidade foi reforçada por sua habilidade de explicar temas complexos, com clareza e serenidade, e de se mostrar determinada em enfrentar grandes desafios, como o enfrentamento aos problemas da economia, sua principal fonte de poder ou exercício de responsabilidade, marca singular da Era Merkel. A Chanceler exalava confiança.²⁷⁶ A coalizão liderada por Merkel teve sucesso em lidar com os problemas econômicos do país, reduzindo o desemprego de 12% em 2006 para 9% em 2007.²⁷⁷

Apesar da crise financeira global iniciada com a falência do banco Lehman Brothers em 2008, a liderança de Merkel durante os primeiros dois anos foi bem avaliada pelos alemães. Mesmo com uma queda significativa no PIB em 2009, a taxa de desemprego permaneceu estável. Sua taxa de aprovação nas eleições parlamentares de 2009 chegou a 60%, o que se refletiu em votos. Com uma coalizão ideologicamente alinhada com CSU e FDP, Merkel pôde governar de acordo com suas crenças. A nova realidade política colocou em cheque planos anteriores, como o fechamento das usinas nucleares do país.²⁷⁸

Na crise econômica mundial, a chanceler foi obrigada a ocupar uma posição até então não completamente exercida: a de uma líder europeia. Merkel, conduzindo a maior economia do continente, tomou as rédeas das decisões no âmbito da União Europeia, como será visto no próximo capítulo.

Em 22 de setembro de 2013, as eleições federais resultaram novamente em uma vitória para a CDU/CSU e uma coalizão com o Partido Social-Democrata da Alemanha, liderada mais uma vez por Angela Merkel. Nesse momento, ela se tornou a primeira

²⁷⁵ SÉGUÉLA, *A vertigem das urnas*, *cit.*, p. 69.

²⁷⁶ “Em sua primeira análise após os resultados, a BBC News trouxe a avaliação de Detmar Doering, do Instituto Liberal. Ele destacava o pragmatismo de Merkel, que inspirava confiança no eleitorado. “Os eleitores alemães não são estúpidos — eles não querem uma Britney Spears como chanceler da Alemanha, eles querem uma líder séria em quem eles possam confiar. Merkel sabe o que ela está fazendo.” Trecho da reportagem “ANGELA Merkel: a líder prática e conciliadora que marcou o início do século, *cit.*”

²⁷⁷ *Idem.*

²⁷⁸ *Idem.*

chanceler alemã a ser reeleita por três mandatos consecutivos. As eleições definiram os 631 representantes para o Bundestag. O resultado consagrou a vitória expressiva dos partidos de centro-direita, União Democrata-Cristã e União Social-Cristã, com o melhor desempenho desde 1990: 41,5% dos votos e 311 cadeiras. Este triunfo, muito próximo da maioria absoluta, refletiu a popularidade da chanceler Merkel e a estabilidade econômica da Alemanha.²⁷⁹

O Partido Social-Democrata, apesar de ter sofrido um declínio em 2009, conseguiu aumentar a sua parcela de votos e deputados, alcançando 25,7% e 193 cadeiras, respectivamente. No entanto, a falta de um líder influente e uma alternativa sólida a Merkel contribuíram para um dos piores resultados da história do SPD. Apesar de uma queda em relação a 2009, o partido de esquerda conseguiu um feito notável, tornando-se a terceira força política mais votada na Alemanha. Por outro lado, o Aliança 90/Os Verdes, que tinha grandes expectativas, sofreu um revés, devido a um escândalo de pedofilia e à falta de confiança do eleitorado no programa econômico proposto.²⁸⁰

O Partido Democrático Liberal teve o pior desempenho eleitoral da sua história, com apenas 4,8% dos votos e, pela primeira vez, não ganhou representação parlamentar. Este resultado foi influenciado pela falta de renovação do FDP e pelo avanço eleitoral da CDU/CSU. O recém-formado partido anti-Euro, Alternativa para a Alemanha, não conseguiu representação parlamentar, apesar de obter 4,7% dos votos. O Partido Pirata²⁸¹ (*Piratenpartei Deutschland*) teve um desempenho decepcionante com apenas 2,2% dos votos. Após as eleições, CDU/CSU e SPD formaram o terceiro governo da “Grande Coligação”, com Angela Merkel mantendo-se como chanceler.

²⁷⁹ ELECCIONES en Alemania. *Deutschland.de*. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.deutschland.de/es/topic/politica/alemania-europa/elecciones-en-alemania>. Acesso em: 29 jun. 2023.

²⁸⁰ THIRD time's a charm. *DW*. [S. l.], 22 set. 2013. Disponível em: <https://www.dw.com/en/merkel-wins-a-third-term-as-chancellor/a-17103347>. Acesso em: 29 jun. 2023.

²⁸¹ O Partido Pirata alemão, cuja denominação em alemão é *Piratenpartei Deutschland*, é uma agremiação política estabelecida em 2006. Os fundamentos partidários são embasados nos princípios da liberdade de informação, privacidade, transparência e acesso desimpedido ao conhecimento. A missão primordial do partido alemão é abordar temáticas relacionadas à tecnologia, direitos digitais, liberdade na internet e salvaguarda de dados. Sustentam a necessidade de reforma dos direitos autorais, a promoção da privacidade online, a garantia da liberdade de expressão e o fomento da transparência governamental. Ao longo dos anos, o partido logrou êxito em conquistar cadeiras em algumas eleições estaduais na Alemanha, notadamente em Berlim.

Em meio à crise das dívidas europeias, Angela Merkel concorreu às eleições gerais e se manteve estática no poder, representando os símbolos de estabilidade, já com a fama de “mutti” dos alemães.²⁸² Dois anos antes, em 2011, o terrível desastre nuclear de Fukushima no Japão teve um impacto significativo na chanceler. Poucos dias após o incidente, Merkel ordenou o fechamento de 7 das 17 usinas nucleares da Alemanha, uma decisão que demonstrou sua habilidade para adaptar-se a novas circunstâncias e responder à pressão pública. O público alemão protestou contra a decisão anterior de Merkel, em 2010, de adiar o fechamento das usinas nucleares. Pesquisas da *Deutsche Welle*²⁸³ sugerem que grande parte da população era contrária à extensão da energia nuclear. Sem buscar o consenso partidário habitual, Merkel decidiu agir rapidamente e de forma autônoma, demonstrando uma importante habilidade de liderança e seu perfil junto ao centro, sempre tendendo à opinião pública.²⁸⁴

²⁸² “Mutti” é uma palavra alemã que significa “mãe”. Angela Merkel, a chanceler alemã, de 2005 a 2021, foi muitas vezes chamada de “Mutti” como um apelido carinhoso pelo povo alemão. O apelido é uma referência à sua imagem como uma figura materna estável e confiável na política alemã e europeia. É importante observar que o uso deste apelido pode ter conotações positivas e negativas, dependendo do contexto. Algumas pessoas podem usar “Mutti” para expressar respeito e carinho, enquanto outras podem usá-lo de maneira condescendente ou crítica.

²⁸³ A Deutsche Welle (DW) é uma empresa de mídia internacional da Alemanha, que oferece notícias, informações e programas de entretenimento em várias plataformas. Fundada em 1953, a Deutsche Welle é financiada pelo governo alemão e opera como um serviço de radiodifusão internacional. O canal desempenha um papel importante na disseminação de informações em todo o mundo. Vale lembrar que “A teoria da hegemonia de Gramsci permite-nos meditar sobre o lugar crucial dos meios de comunicação na contemporaneidade, a partir da condição privilegiada de distribuidores de conteúdos, como proposto por Karl Marx (MARX, ENGELS, 1977, p. 67): “transportam signos; garantem a circulação veloz das informações; movem as idéias; viajam pelos cenários onde as práticas sociais se fazem; recolhem, produzem e distribuem conhecimento e ideologia”. Os veículos ocupam posição distintiva no âmbito das relações sociais, visto que fixam os contornos ideológicos da ordem hegemônica, elevando o mercado e o consumo a instâncias máximas de representação de interesses.” em MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, v. 4, n. 1, p. 54-77, 2010.

²⁸⁴ A chanceler alemã Angela Merkel teve uma posição complexa em relação aos gasodutos e à Rússia. Embora a política externa da Alemanha sob Merkel tenha se caracterizado por um equilíbrio entre a cooperação e a crítica em relação à Rússia, a construção de gasodutos como o Nord Stream 2 tornou-se um ponto interessante a ser pensado. O Nord Stream 2 é um gasoduto que visa transportar gás natural da Rússia para a Alemanha através do Mar Báltico. Merkel e seu governo apoiaram firmemente o projeto, argumentando que é uma questão de segurança energética para a Alemanha e a Europa. A Alemanha depende fortemente do gás natural para a sua matriz energética, e o Nord Stream 2 ofereceria uma fonte direta e estável desse recurso. No entanto, o projeto foi condenado por aliados internacionais, principalmente os Estados Unidos. Os argumentos eram que o Nord Stream 2 aumentaria a dependência da Europa em relação ao gás russo, potencialmente dando a Moscou uma alavanca política significativa. Além disso, o projeto também contorna a Ucrânia, o que poderia privar o país das taxas de trânsito do gás, uma importante fonte de receita, para o país agora em guerra.

As eleições federais de 2017, realizadas em 24 de setembro, resultaram, novamente, em uma vitória para a CDU/CSU e, dessa vez, em uma coalizão com o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), com Merkel como chanceler. Essa eleição marcou seu quarto mandato no cargo. Angela mantinha um delicado equilíbrio em sua convivência com os adversários social-democratas no governo. Em abril de 2014, conseguiu cumprir um dos principais pontos do acordo de coalizão com o SPD ao aprovar o salário mínimo nacional de 8,50 euros por hora, reforçando a imagem de conciliação entre direita e esquerda que tanto a caracterizava.²⁸⁵

Em 2015, em meio à crise europeia de refugiados, a projeção de uma habilidade de lidar com problemas de forma humana ficou ainda mais aparente. A guerra civil na Síria deu origem a uma onda migratória sem precedentes, com milhões de sírios fugindo do conflito e centenas de milhares buscando refúgio na Europa. Como resposta a essa crise, Merkel fez uma promessa histórica: a Alemanha acolheria todos os refugiados sírios que desejassem entrar e viver no país. Colocando-se em uma posição de liderança do bloco político-econômico, Merkel tentou se impor e fez um apelo a outros países europeus para que fizessem o mesmo, argumentando que, se a Europa fracassasse na questão dos refugiados, sua ligação com os direitos civis universais seria destruída. A questão, abordada de inúmeras maneiras por diversos autores, é um episódio controverso envolvendo a Alemanha e Merkel.

A decisão sobre imigração não foi tomada sem seus paradoxos e contradições. A Alemanha recebeu cerca de 1 milhão de refugiados, um número acima do previsto inicialmente pelo governo, o que alimentou o temor de um aumento do apoio aos movimentos de extrema-direita nacionalista contrários à imigração. Esses temores se intensificaram no início de 2016, quando uma série de ataques sexuais ocorreram durante as comemorações de Ano Novo em várias cidades alemãs, incluindo Colônia, Frankfurt, Düsseldorf e Hamburgo. Os atacantes foram descritos como indivíduos de origem africana ou árabe, o que aumentou a preocupação de que os imigrantes não conseguiriam se integrar à sociedade alemã, gerando uma onda de comoção.²⁸⁶

²⁸⁵ ANGELA Merkel: a líder prática e conciliadora que marcou o início do século, *cit.*

²⁸⁶ ATAQUES sexuais em série no Réveillon geram medo e revolta na Alemanha. *BBC News*. [S. l.], 2016. Disponível em:

Em resposta a esses eventos, Merkel propôs leis mais duras para expulsar do país refugiados que cometessem crimes. No entanto, a confiança de muitos alemães na chanceler foi abalada. Uma pesquisa de opinião de 2016 mostrou que apenas 45% da população aprovava o trabalho de Merkel, o mais baixo número desde 2011, e que o partido de extrema-direita, Alternativa para a Alemanha (AfD)²⁸⁷, estava ganhando terreno.²⁸⁸

O ano de 2016 foi marcado por mais violência, incluindo um ataque de um militante do Estado Islâmico que dirigiu um caminhão contra um mercado de Natal em Berlim, matando 12 pessoas. Em 2019, o político Walter Lübke, do partido de Merkel, foi assassinado por um extremista de direita.²⁸⁹

No entanto, apesar desses desafios, Merkel nunca se arrependeu de sua decisão de acolher os refugiados. Uma pesquisa de 2020, do Instituto para o Mercado de Trabalho e Pesquisa Vocacional da Alemanha, mostrou que quase metade dos refugiados que chegaram ao país desde 2013 havia conseguido um emprego estável após cinco anos.²⁹⁰

Compreendendo esse cenário sócio-político, na eleição de 2017, Merkel conseguiu garantir mais uma vitória, embora seu bloco político formado por CDU e CSU tenha obtido o pior resultado nas urnas em 70 anos. A AfD, de extrema-direita, conseguiu chegar ao Parlamento pela primeira vez. Depois de cinco meses de negociações desafiadoras, Merkel formou uma coalizão com os social-democratas pela terceira vez.

O último mandato de Merkel foi marcado pelo surgimento de forças políticas anteriormente marginais, como o Partido Verde, à esquerda, e o AfD, à direita, e pelo

https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160105_abuso_sexual_ano_novo_alemanha_rb. Acesso em: 30 jun. 2023.

²⁸⁷ A *Alternative für Deutschland*, AfD é um partido político alemão de direita, fundado em 2013. A AfD emergiu como uma resposta à crise econômica e à crise migratória na Europa, com uma plataforma política anti-imigração, eurocética e populista. A principal agenda da AfD é a oposição à política de imigração da Alemanha e da União Europeia. Eles defendem restrições mais rígidas à imigração e à concessão de asilo, bem como a implementação de políticas de imigração seletiva com base em critérios econômicos e culturais. Além disso, a AfD se opõe à integração europeia e ao euro, defendendo uma maior soberania nacional.

²⁸⁸ ANGELA Merkel: a líder prática e conciliadora que marcou início do século, *cit.*

²⁸⁹ HÁ um ano, assassinato escancarava extremismo na Alemanha. *DW*. [S. l.], 02 jun. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-um-ano-morte-de-pol%C3%ADtico-escancarava-extremismo-de-direita-na-alemanha/a-53654967>. Acesso em: 30 jun. 2023.

²⁹⁰ PRESSE, France. Pesquisa diz que quase metade dos alemães tem medo dos refugiados. *G1*. Mundo. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/pesquisa-diz-que-quase-metade-dos-alemaes-tem-medo-dos-refugiados.html>. Acesso em: 30 jun. 2023.

enfraquecimento dos blocos políticos tradicionais. A imigração, que de 2014 a 2018 foi considerada pelos alemães como o maior problema do país, foi superada em 2019 pelas mudanças climáticas e, em 2020, pela Covid-19. Apesar das previsões de que Merkel pagaria um alto preço por sua política de imigração, a integração dos refugiados estava ocorrendo e Merkel mantinha-se firme no poder.

“O mais importante do espetáculo da vida é saber a hora de sair de cena”. A chanceler alemã, Angela Merkel, anunciou publicamente sua decisão de não buscar um quinto mandato como chefe de governo em 2018, além de sua intenção de deixar a liderança da União dos Democratas Cristãos (CDU) até o final de 2018. Em uma coletiva de imprensa, após uma reunião com correligionários, Merkel expressou a necessidade de iniciar um novo capítulo em sua carreira política, argumentando que essa mudança trazia consigo mais oportunidades do que riscos. Em suas declarações, Merkel afirmou, categoricamente, que não irá concorrer novamente à chancelaria em 2021, tampouco a qualquer cargo político.²⁹¹

Com o fim da Era Merkel, há a possibilidade de uma fundamental mudança do *Weiter so*²⁹² - continuemos assim - marca da continuidade política dos anos Merkel:

Os jovens que cresceram sem nenhuma nova figura de liderança política no país, exceto a de Merkel, nutrem esperanças por um governo de mudanças, que os represente em diversos aspectos, tanto econômicos, quanto sociais e ambientais [...] A crença, afinal, de que uma mudança no cenário político se converta em mudanças efetivas nas perspectivas hegemônicas (e não numa mera reafirmação por outras mãos e mentes de uma mesma ortodoxia) é um sinal da força democrática da institucionalidade alemã atual.²⁹³

Nisso, podemos notar a busca por mudanças, especialmente as que dizem respeito às mudanças climáticas, que fizeram com que o Partido Verde se tornasse em 2021 o

²⁹¹ MERKEL não buscará novo mandato como chanceler da Alemanha. *Folha Online*. [S. l.], 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/merkel-nao-buscar-novo-mandato-como-chanceler-da-alemanha.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2023.

²⁹² “*Weiter so*” é uma expressão em alemão que pode ser traduzida como “continuar assim” ou “seguir em frente”. É uma frase usada para expressar a ideia de manter as coisas como estão, sem mudanças significativas ou sem desviar do curso atual. Pode ser utilizada em diferentes contextos, como política, economia ou vida cotidiana, para indicar a continuidade de uma determinada situação ou abordagem. No entanto, o uso dessa expressão também pode ser interpretado como falta de vontade ou resistência à mudança, dependendo do contexto em que é empregada.

²⁹³ HENRIQUES, MENDES, *A luta pela Democracia*, cit. p. 15–16

terceiro partido mais votado da Alemanha, bem como fossem escolhidos pelo atual chanceler Olaf Scholz a fazerem parte do seu governo²⁹⁴.

A Era Merkel transcende o entendimento somente da figura de Angela Merkel, ou do CDU, porque representa, independente dos afetos, um contexto histórico para a Europa e para a geopolítica. A importância das instituições alemãs não deve ser subestimada, e a avaliação da Alemanha nas crises da última década necessita ser mais profunda, não bastando a análise da personalidade e do estilo político da chanceler, apesar do estilo da figura Merkel encarnar com facilidade o espírito desse tempo (*zeitgeist*).

²⁹⁴ *Ibidem*, p. 16.

4. A nova dinâmica de poder na União Europeia

*“As regras básicas da ordem mundial permanecem como sempre foram: o governo da lei para os fracos, o governo da força para os fortes; os princípios de ‘racionalidade econômica’ para os fracos, o poder e a intervenção de Estado para os fortes.”*²⁹⁵

“La diferencia de los reinos e imperios históricos, que tenían su origen en mitos o en victorias heroicas, la Unión Europea nació de la agonía de la guerra y como respuesta al horror del holocausto”²⁹⁶ No continente marcado pelos combates históricos, possivelmente é onde a política, em sua essência, mais floresce. Em razão desse florescimento, a construção do bloco político existente, que se iniciou com um acordo econômico sobre carvão e aço, desenvolveu-se sob contornos complexos e foi constantemente permeada por disputas e crises.²⁹⁷ A nova dinâmica de poder na União Europeia é sempre um retorno ao passado, um meio para conhecer o presente e imaginar o futuro. O horror da Segunda Guerra Mundial, combinado com a Guerra Fria e as consequentes alterações no mapa da Europa²⁹⁸, resultou em uma série de consequências, como explicado por Horta:

²⁹⁵ CHOMSKY, Noam. *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996, p. 335

²⁹⁶ “Ao contrário dos reinos e impérios históricos, que tinham sua origem em mitos ou em vitórias heroicas, a União Europeia nasceu da agonía da guerra e como resposta ao horror do Holocausto.” Tradução nossa do livro de BECK, *Una europa alemana, cit.*, p. 19.

²⁹⁷ Historicamente, uma das tentativas de manter a paz entre as nações europeias foi o Concerto Europeu pós-guerras napoleônicas. Sobre o Concerto Europeu elaborado no Congresso de Viena em 1814-1815 cf: KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. 1. Ed. São Paulo: Saraiva Uni., 2012, cap. 4. Ademais, daquela feita, intelectuais e políticos importantes defendiam, como foi o caso do romancista e político francês Victor Hugo, a federalização europeia, sob o lema: Estados Unidos da Europa, sobre esse tema, recomenda-se: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. Victor Hugo – O profeta dos Estados Unidos da Europa. In: MARTINS, Otilia Pires, (org). Portugal e o “Outro”: Imagens e Viagens. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004.

²⁹⁸ Sobretudo com o ingresso de novos membros na Comunidade Econômica Europeia a partir de 1973 (Dinamarca, Irlanda e Reino Unido) e, também, ao decorrer da década de 1980 (Grécia, Portugal e Espanha), todas no contexto da Guerra Fria, choque do petróleo e choque dos juros estadunidense; processos estes que abalaram as estruturas do que viria a ser anos mais tarde a União Europeia. (Cf. TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana”. *Brazilian Journal of Political Economy*, [S. l.], v. 5, n. 2, abr./jun. 1985.

Se, na primeira metade do século XX, havíamos descido tão baixo do ponto de vista ético, rapidamente identificaram-se os bodes expiatórios na radicalização política típica daqueles outros anos, que, de muitas formas reforçada no modelo simplório da bipolaridade característica da segunda metade do século XX, produziram uma espécie de trauma ideológico, de gradual horror ao político e portanto de medo de quaisquer radicalizações ideológicas. Por trás do festejado slogan hippie ‘faça amor, não faça a guerra’, tão representativo do que parecia ser uma verdadeira revolução dos costumes e uma ascensão de um pacifismo consequente, em verdade se escondia um medo alienante da política, da guerra, da ideologia, do conflito.²⁹⁹

A queda do muro de Berlim, em 1989, foi permeada por uma importância simbólica que alterou as dinâmicas do poder global.³⁰⁰ “Vivemos tempos sombrios. Tempos de incerteza, de crise de valores, de relativo abandono de muitas das conquistas e das obras que nos caracterizam como partícipes da civilização ocidental.”³⁰¹ À primeira vista, parecia que o concerto de nações iria descentralizar os níveis de influência política interna e não mais obrigar os países a se situarem em uma disputa bipolar. Com efeito, a sensação foi de que com a consequente queda da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas caminharemos para uma multipolaridade demoliberal, dolarizada e de idioma anglófono — fatores provindos do país vencedor da Guerra Fria³⁰². As mudanças foram tão significativas que muitos proclamavam, inclusive, que aquele momento era o *fim da história*, isto é, o ponto de chegada das disputas pela melhor forma de organização política que a humanidade poderia alcançar.³⁰³ Contudo, aquilo que tanto defendiam os ditos *finistas* provou-se falacioso.³⁰⁴

O fim da história, em Hegel, só pode ser o ponto de chegada em que estamos, momento dialético, e portanto jamais estático. A História termina aqui, mas continuará a terminar, se desdobrando dialeticamente, nos amanhãs: “A história, portanto, não acaba nunca, mas não porque tenha ainda acontecimentos

²⁹⁹ HORTA, A subversão do fim da História e a falácia do fim do Estado, *cit.*

³⁰⁰ Vale ressaltar que “o Muro de Berlim é o símbolo máximo da Guerra Fria: dividira a antiga capital germânica entre russos e ocidentais, remanescendo no imaginário coletivo como prova da inevitável separação entre pessoas, famílias, alemães, ideologias. Não é de se espantar que os acontecimentos que levaram à derrubada do muro de Berlim fossem tomados como libertadores e como provas de uma nova etapa na história humana.” em HORTA, A subversão do fim da História e a falácia do fim do Estado, *cit.* HORTA, José Luiz Borges; SALGADO, Karine. *História, Estado e Idealismo alemão*. Belo Horizonte, Editora UFMG, p. 83-96, 2017.

³⁰¹ HORTA, A subversão do fim da História e a falácia do fim do Estado, *cit.*

³⁰² Sobre a dolarização e a relevância dos mercados financeiros em detrimento do bem-estar social, surge: CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

³⁰³ FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. New York: Free Press, 1992.

³⁰⁴ HORTA, A subversão do fim da História e a falácia do fim do Estado, *cit.*

empíricos — já que poderia ter acabado como desenvolvimento lógico (que é o essencial) — senão porque o desenvolvimento do lógico histórico não acaba nunca.³⁰⁵

Assim como apresentado por Horta, a dialética é a própria realidade, justamente por estar sempre em movimento, girando e se transformando, assim como o mundo ao nosso redor. Ela é algo vibrante e dinâmico, diferente do modo estático que muitas metodologias³⁰⁶ propõem interpretar o real. Assim não se pode simplesmente definir a Dialética como uma técnica para observar a realidade, essa está sempre se dividindo e se reunindo, em um eterno processo de divisão e reconciliação.³⁰⁷ Nesse sentido, a dinâmica de poder na União Europeia é sempre nova, assim como resultado dessas complexidades e contradições que cercam a compreensão sobre a Alemanha. Horta lembra que “afirmar a racionalidade das contradições é aceitá-las como regra, estabelecendo a cisão como condição recorrente da e na Dialética”. A Dialética opera sempre no mesmo diapasão: uma cisão se reconcilia gerando uma nova cisão e assim nova reconciliação, em um processo que, vivo, orgânico, permanece em expansão ascendente-e-includente.³⁰⁸ Este mecanismo, marcado por sua dinamicidade e constante transformação, fundamenta a perspectiva hegeliana de que a história, embora “termine em um ciclo”, prossegue em sua conclusão, desenrolando-se dialeticamente nos dias vindouros.³⁰⁹ Assim, Hegel oferece um processo contínuo de desenvolvimento histórico, no qual o “fim” da história é, na verdade, uma

³⁰⁵ HORTA, A subversão do fim da História e a falácia do fim do Estado, *cit.* e MAYOS SOLSONA, Gonçal. *Entre Lógica i Empíria*; Claus de la Filosofia hegeliana de la historia. Barcelona: PPU, 1989, p. 238.

³⁰⁶ Quando pensamos em método, normalmente estamos pensando em algo que congela um momento específico para analisá-lo. Porém, esse ato de congelar um instante é justamente o que limita a nossa percepção da realidade. Por isso, esse momento congelado, por mais informativo que seja, não deve ser considerado como a totalidade da realidade. Ele é apenas uma pequena parte, um instantâneo da complexa dança que é a realidade em constante movimento.

³⁰⁷ Sugere-se a leitura do ótimo resumo de PASCOALINO, Thaylor. Notas sobre o drama constitucional brasileiro; resenha da defesa da Tese de Titularidade Dialética do Poder Moderador; Ensaio de uma Ontoteleologia do Estado do Brasil, de José Luiz Borges Horta. *Revista de Ciências do Estado*. Belo Horizonte: v. 6, n. 1, 2021.

³⁰⁸ HORTA, José Luiz Borges. *Dialética do Poder Moderador: ensaio de uma ontoteleologia do Estado do Brasil. Tese de Titularidade (Cátedra de Teoria do Estado)* — Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2020, p. 52.

³⁰⁹ Em Hegel “Dialética não é método, mas o modo de ser da realidade, na qual nada é conservado sem ser negado e nada é negado sem ser conservado, logo tudo é negado e tudo é conservado, mas em um momento mais elevado. A Dialética pode ser imaginada como uma espiral ascendente-e includente, que cresce para fora e para cima de forma que o ponto aparente em que estivermos assume todo o trajeto dialético (anterior e interior), em decorrência do trabalho do negativo” em HORTA, *Dialética do Poder Moderador, cit.* p. 77.

etapa de transição para um novo ciclo dialético, desta forma, observamos como uma eterna dinâmica cíclica a organização do poder no velho continente.

O triunfo estadunidense no final do breve século XX efetivou o início da unipolaridade³¹⁰, isto é, criou-se um império hegemônico que demonstrava e impunha sua força tanto no plano simbólico (*soft power*) quanto no plano da força (*hard power*)³¹¹. Em visão diametralmente contrária àqueles arautos do pensamento único,³¹² Samuel Huntington, em seu livro de 1996 intitulado *O Choque de Civilizações e a Reconstrução da Ordem Mundial*, nos desvelou a nova essência dos conflitos do século XXI, que deixaram de se limitar apenas aos campos econômico e territorial para se manifestar na seara da cultura e das religiões. Huntington nos traz a concepção acerca da existência de diferentes civilizações, as quais se revelam centros de influência baseada em valores comuns formadores de grandes identidades coletivas.³¹³ Nesse contexto civilizacional, a Europa estaria envolvida nos conflitos culturais e religiosos globais, ora em protagonismo da civilização ocidental, ora subjugada por outros atores internacionais. Assim se manifesta a discussão dos valores europeus, os quais estão, no momento atual, cada vez mais postos em cheque pelos choques axiológicos, tão danosos quanto aqueles do século anterior. Valores estes que outrora tinham sido o bem-estar da população e a convivência harmônica entre os diferentes povos da Europa, mas que, ao que nos parece, são combatidos pelas motivações financeiras e

³¹⁰ É também importante ressaltar o papel de países que até então tinham sido ofuscados pelo conflito ideológico da Guerra Fria, com destaque para o crescimento da China que viria a ser no século XXI um dos países que atualmente desafia a preponderância comercial estadunidense (Cf. PIRES, Marcos Cordeiro. A Iniciativa Cinturão e Rota: suas derivações políticas, econômicas e culturais e seus vínculos com o futuro da América Latina. *Mundo e Desenvolvimento, Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais*, v. 1, p. 81-102, 2019.), assim como a emergência de conflitos no leste europeu e no oriente médio.

³¹¹ Os Estados Unidos da América ainda buscaram a lapidação da sua força no que se nomeou por smart power, refere-se à combinação de estratégias que confiam em recursos de poder bruto com as de poder brando, numa perspectiva que destaca a necessidade de um aparato militar forte, mas investe também pesadamente em alianças, parcerias e instituições de todos os níveis a fim de expandir a influência norte-americana e estabelecer a legitimidade das ações dos EUA. Cf. DE JESUS, Diego Santos Vieira. Poder inteligente e acomodação: os EUA durante o governo Obama. *Conjuntura Internacional*, v. 11, n. 1, p. 9-17, 2014. Disponível em: <http://seer.pucminas.br/index.php/conjuntura/article/view/7604>. Acesso em: 03 ago. 2023.

³¹² HORTA, A subversão do fim da História e a falácia do fim do Estado, *cit.*

³¹³ CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética Cultural: Estado, Soberania e Defesa Cultural*. Tese (Doutorado em Direito) — Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 212f, 2016.

pelas pressões liberalizantes que os países-membros sofrem em decorrência da quase onipresença dos Estados Unidos da América nos interesses europeus.

Nesse sentido conflituoso, o cenário europeu, em 2007, era especialmente complexo, visto que o projeto de integração europeia atravessava uma crise profunda. Essa crise tornou-se especialmente manifesta pela recusa em reconhecer a cultura europeia no Tratado Constitucional Europeu em referendos realizados na França e na Holanda, ambos membros fundadores da UE:

No debate francês, a ideia central era que se queria “*outra* Constituição”, uma que dava menos liberdades econômicas, enquanto a conotação neerlandesa era que “*não* se queria uma Constituição” porque esta ameaçava a identidade nacional. Exagerando: a ênfase do *não* francês era “socialista” e do *não* neerlandês, “nacionalista”³¹⁴.

Assim como o debate sobre o nacionalismo, frequente pauta no cenário europeu, o recorte religioso na discussão política sempre esteve presente na comunidade europeia. Nesse sentido, o Papa Bento XVI expressou, em várias ocasiões, a importância da identidade cristã na Europa e sua contribuição para a formação dos valores ocidentais. Ele também destacou a necessidade de preservar as raízes cristãs do Continente e promover um diálogo construtivo entre a Igreja e as instituições políticas.³¹⁵ Em seu discurso aos participantes do congresso promovido pelo partido popular europeu, em 30 de março de 2006, ele ponderou:

Actualmente a Europa deve enfrentar questões complexas de grande importância, como o crescimento e o desenvolvimento da integração europeia, a definição cada vez mais completa da política de proximidade no seio da União e o debate do seu modelo social. Para alcançar estes objectivos, será importante inspirar-se, com fidelidade criativa, na herança cristã que contribuiu de modo particular para forjar a identidade deste continente. Valorizando as suas raízes cristãs, a Europa será capaz de oferecer uma orientação segura às opções dos seus cidadãos e das suas populações, fortalecendo a sua consciência de pertencer a uma civilização comum, e alimentará o compromisso de todos para enfrentar os desafios do presente para o bem e para um futuro melhor.³¹⁶

³¹⁴ MIDDELAAR, *A nova política da Europa, cit.*, p. 434.

³¹⁵ PAPA recebe líder do parlamento europeu e presidente da República da Irlanda. *G1. Mundo*. [S. l.], 2007. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1498073-5602,00-PAPA+RECEBE+LIDER+DO+PARLAMENTO+EUROPEU+E+PRESIDENTE+DA+REPUBLICA+DA+IRLAND.html>. Acesso em: 5 jul. 2023.

³¹⁶ BENTO XVI. Discurso do Papa Bento XVI aos participantes no congresso promovido pelo Partido Popular Europeu. [S. l.], 30 mar. 2006. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2006/march/documents/hf_ben-xvi_spe_20060330_eu-parliamentarians.html. Acesso em: 5 jul. 2023.

A igreja tem desempenhado um papel significativo na condução espiritual e ainda está envolvida em uma disputa pelo domínio de sua influência na Europa integrada³¹⁷. Isso afeta a preservação do componente cultural da religião e da crença não-científica na definição da identidade europeia, o que, por sua vez, influencia as pautas prioritárias e os costumes do continente, fornecendo legitimidade para as tomadas de decisão políticas. O crescente islamismo na Europa coloca em conflito os valores religiosos, especialmente em suas visões políticas, uma vez que os muçulmanos se baseiam nos ensinamentos do Islã, conforme registrados no Alcorão, e têm uma tradição ligada ao profeta Muhammad. As diferenças teológicas e práticas entre Islã, Cristianismo e Judaísmo são evidentes, e essa tensão de valores continua presente no contexto europeu, sendo expressa sobretudo com o fortalecimento do nacionalismo xenofóbico europeu e rejeição, por parte da sociedade, dos imigrantes árabes, negando o debate político (nós/eles - amigo/adversário) que Chantal Mouffe evidencia em sua obra e, por isso, colocando em risco a capacidade democrática de resolver conflitos³¹⁸. Inspirados na obra da escritora belga, Mendes e Henriques avaliam os bastiões da democracia no bloco europeu, a saber França e Alemanha, encontrando sintomas que podem ser um risco para a sustentação da democracia como o meio, ao nosso ver, mais viável para a integração europeia e evidenciando que, apesar de suas idiosincrasias, são os exemplos a serem seguidos pelos demais países-membros do bloco³¹⁹.

Neste contexto, a Alemanha, governada pela União Demócrata-Cristã, assumiu a presidência do Conselho Europeu no primeiro semestre de 2007, direcionou seus esforços para a revitalização do processo de integração, resgatando reformas críticas do Tratado Constitucional e recuperando a confiança dos cidadãos. Com a chanceler Angela assumindo um papel de protagonismo na política europeia de forma substancial, o Governo alemão conseguiu conduzir e finalizar as negociações do Tratado de Reforma durante seu mandato na presidência do bloco. O renovado ato normativo, assinado como Tratado de Lisboa em dezembro de 2007, foi concretizado durante a subsequente Presidência portuguesa da UE.³²⁰

³¹⁷ O atual Papa, Francisco, também busca participar da dinâmica política europeia e busca mais união para fins de paz dos membros do bloco: *cf.* NA HUNGRIA, Papa Francisco pede união da Europa pelo fim da guerra. *Veja*. Mundo. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/na-hungria-papa-francisco-pede-uniao-da-europa-pelo-fim-da-guerra>. Acesso em: 17 jul. 2023.

³¹⁸ MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

³¹⁹ No caso francês é mostrado, dentre outros, a elaboração de legislações anti-islâmicas e de intolerância religiosa com os imigrantes árabes; para a Alemanha o radicalismo custa vidas, com atiradores ceifando vítimas imigrantes por ufanismo nacional e a incitação - velada - do partido de extrema direita Afd que cresce cada vez mais no país. HENRIQUES; MENDES, A luta pela Democracia, *cit.*, p. 7-19.

³²⁰ ÅLANDER, a presidência alemã do conselho em 2020 e o fim da era Merkel, *cit.*

Ademais, a Declaração de Berlim, firmada em 25 de maio de 2007, no cinquentenário dos Tratados de Roma - os tratados fundadores da Comunidade Europeia - representa uma conquista significativa da Presidência alemã do Conselho. Embora não fosse legalmente vinculante, a declaração teve um forte impacto direcionador e reafirmou o compromisso dos Estados-membros com o projeto europeu após a rejeição do Tratado Constitucional, resultando em uma série de reformas bem-sucedidas. Nessa perspectiva, o reconhecido sucesso institucional na (re)integração europeia levanta diversas questões sobre como os interesses internos da Alemanha se alinham ou entram em conflito com os interesses gerais da União Europeia, por vezes o interesse europeu sendo similar ao interesse alemão e, por outro lado, os demais membros vendo a predominância dos interesses alemães em detrimento dos demais Estados europeus.

Além de Gramsci, o conceito de hegemonia é tradicionalmente utilizado para descrever uma situação de domínio ou controle de um grupo sobre outros. No contexto atual, que envolve a dinâmica dos Estados, a “hegemonia” é aplicada para caracterizar um Estado, neste caso, a Alemanha, que demonstra supremacia ou exerce controle sobre Estados menos poderosos, os demais membros da União Europeia. Esse cenário traz à tona uma das principais questões relativas à dinâmica de poder no bloco político. Como país hegemônico, quais interesses a Alemanha defende? Qual a visão do projeto europeu no cenário geopolítico global?

Hoje, a Europa se encontra entre três dilemas que atuam em dimensões intrínsecas, mesmo que paradoxalmente. O primeiro está profundamente ligado às interações europeias com os Estados Unidos da América, uma visão que considera o papel da Europa a partir principalmente de sua inserção nas estruturas da OTAN, em associação ao Reino Unido. O segundo, por sua vez, enxerga a Europa como um conjunto de nações soberanas fortes, que retêm grande parte de seu poder e autoridade a nível nacional, com alguma influência das instituições europeias. Já o terceiro visualiza a Europa como uma entidade na qual o poder e a autoridade estão centralizados em Bruxelas, implicando a transferência de parte da soberania dos governos nacionais para as instituições da UE. Essas perspectivas proporcionam um quadro de análise para entender as complexidades do bloco europeu.

Quando pensamos em soberania, referimo-nos à autoridade máxima, absoluta e legítima que um Estado detém dentro de suas fronteiras. É uma discussão complexa do ponto de vista

filosófico³²¹, na qual Jean Bodin classifica a soberania como sendo “o poder absoluto e perpétuo de uma república”³²² e José Alfredo de Oliveira Baracho:

Compreende, de conformidade com essa teoria, a independência total no domínio internacional. Entendem que o principal atributo da Soberania é a legislação. A lei é considerada como a maneira de comando do soberano, é por ela que a Soberania se faz conhecer. Entendida de conformidade com a legislação positiva, o soberano, tecnicamente, é *legibus solutus*. O poder não é arbitrário e sem freios, pois estaria contrariando a Soberania como poder “legal”³²³.

Entretanto, o conceito de soberania se baseia em vários elementos essenciais, como sua territorialidade, a autodeterminação dos seus povos, a autoridade política instituída através de governos, a capacidade de tomar suas próprias decisões sobre assuntos internos e externos e um dos elementos centrais que é o monopólio sobre o uso da força dentro de suas fronteiras e para sua defesa.

“Nenhuma ordem histórica ou etnológica permite ignorar a tecnologia e o seu máximo resultado, o instrumento estatal que reúne sociedades. A politécnica engendra a soberania e novas soberanias, conforme a sua expansão ou retração no jogo entre diferentes sociedades”³²⁴

Já Paulo Bonavides faz uma correlação importante sobre a importância da legitimidade, da Soberania e do Estado de Direito na Política, ao mesmo tempo em que critica os efeitos potencialmente negativos da globalização neoliberal sobre esses princípios e estruturas democráticas:

A Política, por conseguinte, repetimos, faz a lei, mas nem sempre faz o Direito, porque o Direito é a legitimidade, a doutrina, o valor verdade; não é apenas o fato nu que jaz debaixo da norma coercitiva. Se administradores, juízes e legisladores por seus atos e prescrições deixam de seguir a via legítima, apartando-se do princípio da legitimidade, todo o arcabouço do regime vem abaixo. São para a Política, portanto, convalidados os princípios da soberania e da

³²¹ Hugo Henriques e Raphael Machado indicam a complexidade da soberania quando são utilizados mecanismos velados que colocam em risco a soberania dos Estados, como é o que foi nomeado por “ideologênese”: “em primeiro lugar, a busca pela criação de inimigos internos ou externos ou, ainda, a imposição de aliados quase compulsórios, de forma a esvaziar a capacidade de auto-determinação dos povos e dos Estados; em segundo, busca-se criar cisões irreconciliáveis no tecido social, impedindo o livre debate de ideias e, em última instância, até mesmo o livre pensar; por fim [...] coloca-se em cheque a possibilidade da política como forma eficaz da resolução dos impasses e como única instância legítima (em uma democracia) para efetivar a Cultura do Direito”. HENRIQUES, Hugo Rezende; CASTRO, Raphael Machado. O titereito mundial: Guerras culturais, “ideologênese” e as ameaças ao Estado soberano. *ENABED*. São Paulo, 2018.

³²² BODIN, Jean. *Os Seis Livros da República - Livro Primeiro*. São Paulo: Ícone, 2017, p. 195.

³²³ Trecho coletado por CARVALHO, João Pedro Braga. Por uma soberania para o século XXI: Entre o digital e o cultural. *XII ENABED* (Anais de Congresso). 2022 de BARACHO, José Alfredo de Oliveira. Teoria Geral da Soberania. *In*: HORTA, José Luiz Borges. *Direito e política: ensaios selecionados*. Florianópolis: Conpendi, 2015, p. 98.

³²⁴ Dentro dessa perspectiva, uma discussão longeva da UE é a das suas forças militares.

legitimidade, que hão de volver-se, de necessidade, as nossas cogitações, a fim de discutir-lhe as propostas, as diretrizes, as fórmulas, os programas- e os ditames na medida em que interferem sobre a substância do regime e a natureza do Estado de Direito. E o faremos com a certeza de que ela coloca em risco na unidimensionalidade da globalização os fundamentos do sistema, as estruturas democráticas do poder, as bases constitucionais da organização do Estado. Os neoliberais da globalização só conjugam em sua gramática do poder cinco verbos. Com eles tentam levar a cabo, o mais cedo possível, a extinção das soberanias nacionais, tanto internas quanto externas. Os verbos conjugados são: desnacionalizar, desestatizar, desconstitucionalizar, desregionalizar e desarmar. Por obra simultânea dessa ação contumaz, impertinente e desagregadora, sujeita-se o país à pior crise de sua história. De tal sorte que breve na consciência do povo, nas tribunas, nos foros, na memória da cidadania, a lembrança das liberdades perdidas ou sacrificadas se apagará, já não havendo então lugar para tratar, por elementos constitutivos da identidade, a Nação, o Estado, a Constituição, a Região e as Forças Armadas.³²⁵

Quando refletimos sobre o contexto Alemão, nessa perspectiva, críticas surgem em relação à crescente integração europeia e a transferência de poder de decisão para instâncias supranacionais, assim como a ocupação militar norte-americana no país, presente desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945. Assim a desnacionalização é um processo presente nas discussões sobre a Alemanha. Chama mais atenção o desarmamento, considerando a redução das forças militares, atualmente em vias de se rearmar (ou não), como o atual Chanceler Olaf Scholz asseverou em 2022 com o aumento dos gastos em defesa em 100 bilhões de euros³²⁶

O conhecimento, uma reconhecida fonte de poder, sempre desempenhou um papel significativo na abordagem alemã para exercer sua influência global. Os alemães têm historicamente valorizado o mundo acadêmico como um campo vital para tal exercício, investindo de maneira estratégica no mundo intelectual para moldar e hegemonizar as mentes.³²⁷ No país, as universidades e a ciência são amplamente reconhecidas, tanto em termos da variedade de disciplinas oferecidas quanto em sua importância para o desenvolvimento contínuo e dinâmico do conhecimento em todas as áreas. A universidade

³²⁵ BONAVIDES, Paulo. A globalização e a soberania. Aspectos constitucionais. In: FIOCCA, Demian; GRAU, Eros Roberto. *Debates sobre a Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 127.

³²⁶ ALEMANHA investirá 100 bilhões de euros nas Forças Armadas. *Deutsche Welle*. [S. l.], 27 fev. 2022. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/alemanha-investirá-100-bilhões-de-euros-nas-forças-armadas/a-60937933>. Acesso em: 17 jul. 2023.

³²⁷ “Conhecimento é poder” é geralmente atribuída a Francis Bacon, filósofo, cientista e autor inglês do século XVI.

desempenha um papel fundamental no progresso da sociedade, contribuindo para a criação de um ambiente propício à inovação, ao avanço científico e ao desenvolvimento humano.³²⁸

Maria de Fátima Costa de Paula, ensina que dentre os

“modelos de universidade instituídos a partir do século XVIII na Europa, o que mais se assemelha a esta concepção de universidade como formadora de elites dirigentes com base na constituição de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como órgão central do ensino superior e com conseqüente ênfase na formação científica de cunho humanista, não-pragmático, é o modelo alemão.”³²⁹

Essa abordagem se assemelha ao ideal de uma universidade como formadora de líderes, pensadores e cidadãos críticos transformadores. Esse modelo “descrito estabeleceu-se a partir da fundação da Universidade de Berlim, em 1810, sob cujo padrão foram reformadas as demais universidades alemãs”.³³⁰

É nítido a importância do modelo alemão de Universidade na formação de elites dirigentes e na ênfase da formação científica de cunho humanista.³³¹ As universidades alemãs desempenham um papel crucial na busca por soluções e na resolução de problemas, impulsionando o avanço científico, tecnológico e o desenvolvimento de indivíduos críticos.

4.1 O sonho europeu, a dinâmica franco-alemã e o direito

“A Europa está a construir-se. É uma grande esperança, que só se concretizará se tiver em conta a História: uma Europa sem História seria órfã e pobre. Porque o hoje deriva do ontem, e o amanhã é fruto do passado”.

GOFF.

³²⁸ POR QUE a Alemanha decidiu investir mais 42 bilhões de euros em universidades. *G1*. Educação. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/06/01/por-que-a-alemanha-decidiu-investir-mais-42-bilhoes-de-euros-em-universidades.ghtml>. Acesso em: 6 jul. 2023.

³²⁹ PAULA, Maria de Fátima Costa de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. *Tempo social*, v. 14, p. 147-161, 2002.

³³⁰ *Idem*.

³³¹ Já o Modelo de Bolonha, iniciado em 1999 na cidade de Bolonha, Itália, é um processo de reforma do ensino superior na Europa. Sua implementação busca estabelecer uma maior conectividade e convergência entre os sistemas educacionais europeus. O principal objetivo desse modelo é facilitar a mobilidade acadêmica dos estudantes, bem como promover a qualidade e a competitividade das instituições de ensino superior em toda a Europa, contribuindo de forma substancial para o fortalecimento da identidade europeia.

Carlos Magno, que governou como rei dos francos e dos lombardos antes de ser coroado imperador dos romanos em 800 d.C., deixou uma marca indelével na história da Europa. Ele foi um visionário com grandes ambições de unificar a Europa, um feito que ele conseguiu em grande parte durante seu reinado. Magno também é conhecido por fomentar a Renascença Carolíngia, um período de ressurgimento cultural que realçou o valor das artes, da literatura e da educação, estabelecendo as bases para o que viria a ser a Europa Ocidental moderna. Embora o Império Carolíngio tenha se fragmentado após sua morte, o espírito de unidade, cooperação e valorização da cultura que ele promoveu possui ecos até a história mais recente da Europa, como a busca pela “união cada vez mais estreita entre os povos europeus” como reforçados pelo Tratado de Maastricht, em 1993, em que a Europa evoluiu de uma Comunidade de países e se torna uma União³³². A análise do historiador Fábio Antunes Vieira oferece uma perspectiva importante sobre o impacto do período carolíngio na formação da sociedade europeia ocidental. Segundo Vieira:

Em meio ao processo de invasões dos povos bárbaros germânicos ao Império Romano Ocidental no século V, os francos constituíram um reino cristão que muito contribuiu para o advento da sociedade europeia ocidental. Dentre seus principais governantes, o de maior destaque foi Carlos Magno, cujo nome marcou os demais membros da sua estirpe, dita carolíngia. Dentre seus principais feitos, Carlos Magno transformou o reino franco em um império e garantiu a hegemonia do cristianismo romano sobre o ocidente europeu. Para tanto, muito lhe valeu o empreendimento de um movimento cultural e intelectual, admitido por alguns historiadores como renascimento carolíngio.³³³

As nações da Alemanha e França, que eram partes integrantes do Império Carolíngio, têm frequentemente sido vistas como herdeiras das aspirações de Carlos Magno para uma Europa unificada - um conceito muitas vezes referido como o “sonho

³³² O novo concerto europeu, em seu primeiro momento de fundação com o ministro francês de negócios estrangeiros, Robert Schuman previa uma progressiva união entre Estados, como ficou claro na Declaração de Schuman: “O Governo francês propõe subordinar o conjunto da produção franco-alemã de carvão e de aço a uma Alta Autoridade comum, numa organização aberta à participação dos outros países da Europa. A congregação das produções de carvão e de aço garantirá imediatamente o estabelecimento de bases comuns de desenvolvimento económico, primeira etapa da federação europeia, e mudará o destino de regiões que há muito se dedicam ao fabrico de armas de guerra e delas têm sido as principais vítimas.” SCHUMAN, Robert. Declaração Schuman, maio de 1950. *União Europeia*. Princípios, países, história. [S. l.], [s. d]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1945-59/schuman-declaration-may-1950_pt.

³³³ VIEIRA, Fábio Antunes. O Império e o Renascimento Carolíngio: uma abordagem. *Revista Unimontes Científica*, v. 12, n. 1/2, p. 79-86, 2010.

européu”³³⁴. Este ideal é representado por uma Europa onde a paz é preservada por meio de laços econômicos e políticos estreitos entre nações independentes, e a colaboração é priorizada sobre a competição.³³⁵ Ambas as nações têm demonstrado seu compromisso com este ideal, desempenhando papéis fundamentais e diferentes na fundação e manutenção da UE, e continuam a advogar por maior integração europeia e uma visão compartilhada de um futuro europeu unificado.

No entanto, a relação do Reino Unido com a UE e o “sonho europeu” é mais complexa e às vezes contenciosa. Apesar de ter ingressado na Comunidade Econômica Europeia (a precursora da UE) em 1973, o Reino Unido sempre manteve uma postura cautelosa em relação à integração europeia, uma posição que se tornou mais evidente quando decidiu não adotar o euro como moeda nacional. Este ceticismo culminou na decisão do Brexit em 2016, um referendo onde a população britânica votou a favor da saída da UE.

A decisão do Brexit e as consequentes negociações complexas para a retirada do Reino Unido da UE foram interpretadas por muitos como um repúdio claro ao “sonho europeu”. Esta escolha simbolizou um entendimento alternativo de soberania e autonomia nacional, contrastando com a visão de integração e unificação supranacional defendida pela UE. Assim, a herança de Carlos Magno, a influência da Alemanha e da França na UE, e a

³³⁴ Sonho este em que Impérios buscaram alcançar, como os Habsburgos, que sob o controle do Sacro Império Romano Germânico, chegaram próximos de dominar a Europa. A sua tentativa foi contrabalançada por uma coalizão de países que financiava agitações nos Estados germânicos, desaguando numa sangrenta guerra de trinta anos que devastou a Europa e fragmentou o Sacro Império Romano Germânico e reconheceu a liberdade religiosa e política dos antigos reinos, bem como sua autonomia e independência. WATSON, *A evolução da sociedade internacional, cit.*, cap. 16.

³³⁵ O desenvolvimento político e o valor da “paz” na UE não é gratuito. Não podemos deixar de importar uma boa lembrança do professor americano Noam Chomsky: “[...] a história europeia é ainda mais horrenda que a norte-americana. Nós somos uma mera ramificação da Europa, basicamente. Há centenas de anos, a Europa vem corriqueiramente massacrando pessoas em todo o planeta. Foi assim que conquistaram o mundo, não oferecendo docinhos para bebês. Ao longo dos séculos, a Europa realmente passou por várias guerras mortíferas, mas essas guerras sempre envolveram matadores europeus matando outros europeus. Durante muito tempo, o principal esporte europeu foi massacrar-se uns aos outros. O motivo de isso ter chegado ao fim em 1945 não teve nada a ver com a democracia ou com o fato de a noção de guerrear entre si ter saído de moda. O único motivo foi todos terem compreendido que da próxima vez que quisessem entrar nesse jogo seria o fim do mundo. Pois, como nós, os europeus haviam desenvolvido armas de destruição tão terríveis que a brincadeira tinha de acabar. Seja como for, essa história remonta a centenas de anos. No século XVII, cerca de 40% da população da Alemanha foi provavelmente eliminada em guerras.” *In: CHOMSKY, Noam. A nova guerra contra o terror. Estudos Avançados*, v. 16, p. 5-33, 2002.

escolha do Reino Unido de abandonar a UE, compõem um mosaico diversificado de influências e movimentos que continuam a direcionar o curso da história europeia.

O sistema jurídico europeu contemporâneo é um produto da fusão de várias tradições jurídicas e culturais. De forma clara, a cultura latina, através do Direito Romano-Germânico, teve um papel formador essencial, que foi posteriormente refinado e desenvolvido, em parte, por contribuições alemãs, cultura onde se investiu nas humanidades.

O Direito Romano, originário da antiga República Romana e depois do Império Romano, teve um impacto profundo na formação do sistema jurídico europeu. Este sistema era baseado em conceitos latinos, como a divisão do direito em público e privado, o conceito de contrato, e o desenvolvimento do sistema jurídico civil. O *Corpus Juris Civilis*, compilação do reinado do imperador Justiniano, no século VI, aglutinou o Direito Romano e serviu como base para muitos sistemas jurídicos europeus.

Na Alta Idade Média, após a queda do Império Romano do Ocidente, o Direito Romano foi mantido e cultivado no Império Romano do Oriente (Bizantino). Contudo, na Europa Ocidental, o Direito Romano foi em grande parte substituído por sistemas jurídicos baseados no costume e na tradição local, como o *common law* presente na Inglaterra e posteriormente nos países anglo-saxões. No entanto, com a chegada da Baixa Idade Média e do Renascimento, houve um ressurgimento do interesse pelo Direito Romano na Europa Ocidental.

No século XIX, a Alemanha, através da elaboração do Código Civil Alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch*, ou BGB), trouxe inovações significativas para o Direito Civil. Nesse período, o país passou por transformações significativas em sua política interna e externa. Foi um momento de mudanças políticas, sociais e econômicas, como a industrial, que acabou moldando a Alemanha como uma potência europeia influente.

O Estado Alemão, como conhecemos hoje, não existia no início do século XIX. A região era uma coleção de pequenos Estados e territórios que compunham o que era conhecido como a Confederação Germânica, criada no Congresso de Viena em 1814 após a dissolução do Sacro Império Romano-Germânico em 1806, a qual ocorrera durante as guerras napoleônicas. Embora culturalmente semelhantes, esses estados eram politicamente autônomos, cada um com seu próprio sistema de leis e de governos.

No entanto, a segunda metade do século XIX viu a unificação da Alemanha sob a liderança da Prússia e de seu chanceler, Otto von Bismarck. A Guerra Franco-Prussiana, em particular, foi um ponto de virada importante que culminou na Proclamação do Império Alemão em 1871, assim como os benefícios econômicos para os diversos estados germânicos caso todos se unissem, como foi notado a partir da elaboração do *Zollverein* em 1834.³³⁶

O confronto armado entre o Segundo Império Francês, liderado por Napoleão III, e o Reino da Prússia, respaldado por seus aliados dos Estados alemães do norte, conhecido como Guerra Franco-Prussiana, se estendeu de 1870 a 1871, configurando-se como um marco significativo na história militar.³³⁷

A origem do embate foi ancorada em discordâncias relativas à sucessão ao trono da Espanha, um evento que ficou conhecido como a “Questão Hohenzollern”. Um príncipe da família real prussiana dos Hohenzollern foi indicado como candidato ao trono espanhol, então desocupado. Percebendo o perigo de um cerco de Hohenzollern a oeste (Espanha) e a leste (Prússia), a França expressou profunda oposição a essa indicação. Mesmo com a retirada da candidatura pelo príncipe Hohenzollern, a situação se deteriorou para uma hostilidade aberta após a divulgação do “Telegrama de Ems”, que era um resumo modificado de uma conversa entre o rei prussiano Guilherme I e o embaixador francês. A interpretação da versão editada do telegrama indicou um insulto de Guilherme I ao embaixador francês, levando a França a declarar guerra à Prússia.

O conflito foi caracterizado por numerosas batalhas fundamentais, nas quais a Prússia e seus aliados normalmente prevalecem sobre o exército francês. A Alemanha utilizou efetivamente suas ferrovias para mobilizar rapidamente suas forças e estava mais bem preparada com tecnologia bélica moderna. A captura de Napoleão III na Batalha de Sedan em setembro de 1870 marcou essencialmente o fim da guerra.

³³⁶O *Zollverein* foi uma aliança aduaneira na Alemanha do século XIX que eliminou taxas comerciais entre os Estados alemães e estabeleceu tarifas comuns para bens importados de fora do país. Isso facilitou o comércio interno e contribuiu para a unificação econômica da Alemanha.

³³⁷ CHAGAS, Manuel Pinheiro. *História da Guerra entre a França e a Prússia*. 2. Ed. Londres: A Biblioteca Britânica, 1872.

A Guerra Franco-Prussiana trouxe repercussões significativas.³³⁸ Na França, o resultado da guerra assinalou o término do Segundo Império Francês e a inauguração da Terceira República. Na Alemanha, o conflito acelerou a unificação dos estados alemães sob a hegemonia prussiana. Com a vitória, os germânicos proclamaram-se um Império em 18 de janeiro de 1871, no Salão dos Espelhos do Palácio de Versalhes, em um gesto simbólico de humilhação à França e de consolidação da Alemanha como uma potência europeia relevante, mostrando sua potência hegemônica.³³⁹

A amargura e derrota dos franceses pela perda da Alsácia-Lorena para a Alemanha e o vexame de seu mau êxito contribuíram para a instigação de tensões franco-alemãs que posteriormente desembocaram na eclosão da Primeira Guerra Mundial.

Nesse contexto, a Alemanha, agora unificada, estava em uma posição para exercer uma influência hegemônica na Europa. Economicamente, com sua indústria forte, tornando-se uma das economias mais poderosas da Europa. Esse rápido crescimento econômico, combinado com a unificação política, aumentou a influência e poder do país na Europa.³⁴⁰

Foi alguns anos depois que o Código Civil Alemão (Bürgerliches Gesetzbuch, ou BGB) foi elaborado. Embora só tenha entrado em vigor em 1900, sua formulação foi uma tarefa monumental que refletiu o desejo da Alemanha de modernizar e padronizar seu sistema jurídico após a unificação.³⁴¹ O BGB introduziu uma abordagem metódica e sistemática para a codificação do direito civil, que teve uma profunda influência na legislação civil de outros países europeus e do mundo. Essa influência jurídica alemã, no

³³⁸ PINTO, Tales dos Santos. Guerra Franco-Prussiana e a unificação alemã. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/guerra-francoprussiana.htm>. Acesso em 23 jul. 2023.

³³⁹ CROMPTON, Samuel Willard. *100 guerras que mudaram a História do mundo*. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2005.

³⁴⁰ MIDDELAAR, Luuk Van; PARIJS, Philippe Van. *Depois da tempestade: como salvar a democracia na Europa*. Trad. Pedro Sette-Câmara. São Paulo: É Realizações. 2018.

³⁴¹ Sugere-se: SANTOS, Isadora Beatriz Magalhães. *A eficácia horizontal dos direitos fundamentais frente a mitigação do princípio da autonomia privada*. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 139f, 2019.

século XIX, é um exemplo notável de como a Alemanha, unificada e economicamente próspera, ajudou a moldar a cultura e o sistema jurídico do Ocidente.³⁴²

O BGB introduziu uma abordagem sistemática e científica para a codificação do direito, baseada na tradição do Pandectismo, que foi uma tentativa de criar um sistema completo de direito privado baseado no Direito Romano.

O Código Civil Alemão influenciou a formulação de muitos outros códigos civis na Europa e em todo o mundo, trazendo uma abordagem metódica e uma profundidade conceitual para a aplicação e a interpretação do direito.³⁴³ Desta forma, a Alemanha trabalhou e qualificou o sistema jurídico europeu ao trazer uma abordagem mais sistemática e analítica para a legislação e a interpretação do direito, compreendendo assim uma das características importantes na forma preponderante do seu poder predominante. Assim, esta evolução jurídica é um dos testemunhos poderosos do papel de liderança que a Alemanha assumiu no cenário europeu historicamente.³⁴⁴

4. 2 A Europa da OTAN

*“A democracia recusa-se a pensar estrategicamente a não ser quando é obrigada a fazê-lo para fins de defesa”.*³⁴⁵

A Guerra Fria³⁴⁶ é um grande marco entre a divisão do imaginário das culturas oriental e o ocidental. Em várias partes do mundo, este embate resultou em confrontos

³⁴² DA COSTA, Dilvanir José. Trajetória da Codificação Civil. *Rev. Faculdade Direito Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 44, p. 71, 2004.

³⁴³ A INFLUÊNCIA do Código Civil alemão de 1900 (parte 1). *Consultor Jurídico*. [S. l.], 26 de junho de 2013, <http://www.conjur.com.br/2013-jun-26/direito-comparado-influencia-codigo-civil-alemao-1900-parte>.

³⁴⁴ VASCONCELOS, Jonnas Esmeraldo Marques de. Direito: da forma jurídica à hegemonia. Tese (Doutorado) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 177 f, 2014.

³⁴⁵ MACKINDER, Halford John. *Democratic ideals and reality: a study in the politics of reconstruction*. Londres: Cossimo Classics, 2020 [1919], p. 23.

³⁴⁶ “A “Guerra Fria” (imaginário que envolveu as duas guerras) foi um exemplo literal dessa “construção”, pois resulta da materialização de um magma de significações imaginárias sociais ligados aos problemas políticos do pós-Segunda Guerra Mundial. O termo tornou-se perfeito para se entender o momento político internacional, pois havia mesmo uma “guerra” entre as superpotências, mas não militarmente direta entre elas, o que justificava a utilização da expressão complementar “fria”. Logo, o termo difundiu-se, tanto na imprensa mundial quanto entre os analistas de política internacional, civis ou militares. Mais do que as implicações do termo, foi a criação de um novo problema, de um novo referencial para as sociedades dessa segunda metade do século, de uma nova condição que justificaria muitas políticas e níveis de atuação - a Guerra Fria era uma “realidade” a ser discutida e vivida pois havia sido criada, inventada, instituída, - um imaginário radical, no sentido que lhe atribuiu Castoriadis” *In*: BIAGI, Orivaldo Leme. O imaginário da

militares diretos e marcantes. Nesse contexto, a organização do poder se tornou bipolar, de acordo com Henry Kissinger. Analisando sob a ótica norte-americana:

Em nenhum outro período da sua história a América participou de um sistema de equilíbrio de poder. Antes das duas guerras mundiais, a América se beneficiará da operação de equilíbrio de poder sem estar envolvida em suas manobras e enquanto desfrutava do luxo de criticá-lo severamente ao seu bel-prazer. Durante a Guerra Fria, a América encontrava-se imersa em uma luta ideológica, política e estratégica com a União Soviética, na qual um mundo de duas potências funcionava de acordo com princípios bastante diferentes daqueles de um sistema de equilíbrio de poder. Em um mundo de duas potências, não pode haver nenhuma pretensão de que o conflito conduza ao bem comum; qualquer ganho para uma das partes representa uma perda para a outra.³⁴⁷

Assim, os Estados Unidos da América engajaram-se em duas guerras no Leste Asiático, lutando contra aliados soviéticos na Coreia e no fracasso constatado no Vietnã e quase a beira de um conflito nuclear em virtude da crise dos mísseis em Cuba, em 1962.³⁴⁸ No livro “Novas e Velhas Ordens Mundiais” de Noam Chomsky, é defendida a ideia de que a Guerra Fria foi uma construção dos Estados Unidos³⁴⁹. Segundo o autor, os governos norte-americanos necessitavam de um inimigo para justificar suas ações repressivas tanto no âmbito externo quanto interno, e assim criaram o “inimigo soviético e comunista”³⁵⁰. Chomsky explica que, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos da América procuraram assumir o papel das antigas potências europeias, como da Alemanha e França, e mais distante do continente, o Reino Unido, mas com o objetivo de evitar o surgimento de países que adotassem um modelo político e econômico independente.³⁵¹ Para alcançar

Guerra Fria. *Revista de História Regional*, v. 6, n. 1, 2007, p. 89 Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2119>. Acesso em: 3 ago. 2023.

³⁴⁷ KISSINGER, *Diplomacia*, cit., p. 17.

³⁴⁸ SIMMS, *Europa*, cit., p. 540.

³⁴⁹ Nota-se que a política externa estadunidense seria lapidada sob a influência do diplomata George Frost Kennan que indicava como os Estados Unidos deveriam lidar com seu inimigo ideológico: “[...] as diretrizes enunciadas por Kennan orientaram a elaboração da política externa dos EUA e passaram a ser designadas como “Doutrina da Contenção”, de modo que, com celeridade, vieram a se tornar eixo fulcral da estratégia política estadunidense durante a Guerra Fria.” MUNHOZ, Sidnei. George Frost Kennan e a arquitetura da política externa dos EUA na gênese da Guerra Fria. *Diálogos*, v. 22, n.1, p. 26-43, 2018.

³⁵⁰ Ainda segundo o autor, ele exemplificaria o uso estratégico da mídia para controle de pensamento da população, de modo que fosse possível que os Estados Unidos se lançassem em conflitos e assuntos internacionais sem que os cidadãos tomassem consciência do risco para a paz que isso significava. Acerca do assunto, recomenda-se: CHOMSKY, Noam. *Mídia Propaganda política e manipulação*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

³⁵¹ CHOMSKY, *Novas e velhas ordens mundiais*, cit.

esse objetivo, a Guerra Fria se tornou necessária. Ao apresentar o comunismo como um inimigo expansionista, os Estados Unidos da América justificaram suas intervenções em todo o mundo, não apenas para conter o comunismo, mas principalmente para impedir o desenvolvimento de economias que não se encaixassem no capitalismo e na dominância Norte Americana.³⁵² Nota-se, para o presente trabalho, a contribuição estadunidense para que os países da Europa ocidental se unissem economicamente. Para que isso fosse possível, os Estados Unidos, através de bilhões de dólares do Plano Marshall, ajudaram a reconstruir os países europeus, mantendo-os sob sua influência política, militar e, principalmente, ideológica³⁵³.

As ideias de “segurança” e “defesa” passaram a ser frequentemente mencionadas pelos líderes norte-americanos, para justificar as ações que se desdobraram pelo mundo, lastreado principalmente na visão de parte da política estadunidense que acreditavam no papel - contraditório - de “xerife global” que os Estados Unidos da América deveria desempenhar para preservar a paz. Chomsky observa que isso ocorreu de forma recorrente “o apelo à segurança era em grande parte fraudulento, a estrutura da Guerra Fria tendo sido empregada como um artifício para justificar a supressão do nacionalismo independente - seja na Europa e no Japão, seja no Terceiro Mundo.”³⁵⁴ A União Soviética, como “inimigo” comum, foi usada como pretexto para desestabilizar iniciativas político-econômicas que tinham um caráter nacionalista, protecionista ou eram simplesmente ameaçadoras para os Americanos. Desta forma, “sem a necessidade inoportuna de consideração e evidência crível, apologistas em ambos os lados puderam explicar reflexivamente que, mesmo lamentáveis, os atos foram empreendidos por razões de “segurança nacional” em resposta à ameaça do super poder”.³⁵⁵ Nesse cenário é possível observar a convergência da política

³⁵² BIAGI, O imaginário da Guerra Fria, *cit.* 66.

³⁵³ Dos vinte e dois países europeus que discutiram a resposta [sobre a ajuda americana] foram excluídos a Espanha (por estar isolada na ditadura franquista) e a União Soviética (ideologicamente contrária ao Plano). Já no que diz respeito aos dezesseis países que discutiram e foram beneficiados pelo Plano Marshall, são eles: Grã -Bretanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Dinamarca, Noruega, Suécia, Suíça, Grécia, Turquia, Irlanda, Islândia, Áustria e Portugal. JUDT, Tony. *Pós-Guerra: história da Europa desde 1945*. São Paulo: Edições 70, 2017, p. 127. Vale mencionar que nenhum país soviético recebeu dólares do Plano Marshall.

³⁵⁴ CHOMSKY, *Novas e Velhas Ordens Mundiais, cit.*, p. 13

³⁵⁵ *Ibidem*, p. 12.

militar com o predomínio econômico e como ambos estão interligados como em um cordão umbilical.

Entretanto, diante do contexto da Guerra Fria, o grande espaço de relevância no velho continente a ser ocupado e usado pelos americanos sempre foi a Alemanha. Foi especialmente na capital, Berlim, que a ameaça de uma tragédia nuclear foi mais iminente e seria o primeiro palco de uma guerra convencional. A posse deste território e de seus recursos determinaria o resultado da disputa geopolítica, econômica e pela liderança das superpotências; portanto, todas as outras frentes foram vistas em relação a este contexto centrado na Alemanha.

A França e o Reino Unido, apesar de terem perdido a maior parte de seus impérios ultramarinos e muito de sua influência na Europa e no mundo, ainda detinham poder nuclear, essencial para defesa da sua soberania, seus exércitos institucionalizados, e possuíam assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU, mantendo seu papel como fiadores do continente do acordo alemão. A Alemanha Ocidental tinha avançado consideravelmente desde o fim da guerra, e os acordos no Leste sinalizavam seu retorno ao cenário internacional, mas o país ainda estava desmembrado e não estava mais próximo de alcançar a reunificação com o lado oriental. Já os Estados Unidos da América e a União Soviética predominavam em seus respectivos blocos, ainda que de formas distintas, mas ainda era incerto qual dos dois sistemas iria captar a Europa.³⁵⁶ A preocupação norte-americana era que o vácuo sócio-econômico presente nos países europeus abrisse caminho para os comunistas ocuparem lugares importantes na política, de modo que os interesses de um importante aliado estadunidense fosse alinhado com os interesses soviético, desta forma, os estadunidenses tomaram a iniciativa para fixar seus interesses na Europa ocidental³⁵⁷. O projeto da União Europeia surge em meio a esse contexto, inicialmente

³⁵⁶ SIMMS, *Europa, cit.*, p. 542

³⁵⁷ Um dos mecanismos usado foi o que se nomeou como “missões de produtividade”, que financiaram a viagem de europeus para estudarem nos Estados Unidos o seu modelo econômico e aplicasse em seus respectivos países. (Cf. JUDT, *Pós-Guerra, cit.*)

idealizado e influenciado pelos franceses, através de Jean Monnet, Louise Weiss³⁵⁸ e Robert Schuman³⁵⁹.

Na obra “A Segunda Guerra Fria: Geopolítica e Dimensão Estratégica dos Estados Unidos”, o professor Luiz Alberto Moniz Bandeira explora a ideia de continuidade da tensão global, permanecendo o clima vivido durante a Guerra Fria. Bandeira sustenta que a sequência de ações adotadas pelos Estados Unidos, após a dissolução da União Soviética, precipitou um novo ciclo de estresse geopolítico. Entre essas ações, a extensão da OTAN em direção ao leste europeu, a invasão do Iraque em 2003, a consequente guerra no Afeganistão e os confrontos emergentes com a Rússia e a China são fundamentais nessa compreensão. Moniz Bandeira enfatiza que essas decisões e medidas intensificaram as disputas geopolíticas, reafirmando o período de polarização global remanescente da vivida no momento da Guerra Fria.³⁶⁰

A região da Europa Ocidental se depara atualmente com uma variedade de questões associadas à segurança e à fusão econômica. Em meio a isso, a Aliança do Tratado do Atlântico Norte - OTAN - vem buscando uma nova definição de sua identidade desde a queda do muro de Berlim, para muitos o fim da Guerra Fria. A questão da ampliação da OTAN gera controvérsias e tensões, com países ocidentais europeus apoiando a expansão para a Europa Central, enquanto outros expressam preocupações em relação à Rússia e resistência em expandir para os Bálcãs e Estados do Mar Báltico.³⁶¹

³⁵⁸ Louise Weiss foi uma figura influente na França e além de suas fronteiras desde a década de 1920. Ela dedicou sua vida à promoção da paz, inicialmente através de seu trabalho em diversos jornais e, posteriormente, graças ao seu engajamento na luta pelo direito de voto das mulheres. Durante a Segunda Guerra Mundial, teve um papel crucial ao salvar milhares de crianças judias dos nazistas e uniu-se à resistência francesa.

³⁵⁹ Robert Schuman apesar de nascer em Luxemburgo, se tornou francês, participou ativamente da resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial, um período em que acabou sendo capturado e preso pelos nazistas. Antes desse conflito, ele já se encontrava engajado na política como representante no Parlamento francês. Quando o conflito terminou, Schuman ocupou diversos postos importantes no governo da França. Como parte de seus esforços para a unificação da Europa e a prevenção de futuras guerras, ele foi o autor da “Declaração Schuman”. Citava que “A Europa não se fará de uma só vez, nem de acordo com um plano único. Será construída através de realizações concretas que comecem por criar uma solidariedade de facto.”

³⁶⁰ BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. São Paulo: Editora José Olympio, 2015.

³⁶¹ Em 5 de julho de 2023, um evento emblemático aconteceu na sede da OTAN, localizada em Bruxelas na Bélgica. Representantes da OTAN e delegados da Finlândia e Suécia firmaram acordos que marcam o início da jornada de adesão dessas nações à instituição militar. Este avanço foi possibilitado após a

Nessa busca de nova identidade é possível compreender como a aliança é alinhada de forma automática aos interesses Norte Americanos. Em junho de 2021, a Organização do Tratado do Atlântico Norte divulgou um plano estratégico para orientar suas operações. Este documento atualizado substitui um anterior que estava em vigor desde 2010. O novo texto ressalta o papel da OTAN como uma aliança comprometida com a manutenção da “paz e da estabilidade”, embora este posicionamento possa levantar questionamentos. O conceito estratégico atual identifica em especial a China e a Rússia como potenciais ou efetivas ameaças, na sua interpretação do panorama internacional.³⁶²

Além disso, o documento propõe uma série de medidas destinadas a fortalecer a Aliança. Entre elas estão a continuação da expansão da OTAN, o incremento dos orçamentos militares dos países membros, o aumento do contingente de forças de pronta-resposta e a ampliação do número de bases militares estadunidenses situadas fora dos Estados Unidos. Essas propostas ressaltam o objetivo da OTAN de fortalecer sua presença e prontidão, tanto em termos de pessoal quanto de infraestrutura, para lidar com as possíveis ameaças que se prospectam no atual cenário geopolítico global. Diante disso, dúvidas surgem: como os europeus, que detêm relações econômicas, sociais, culturais com esses países, defendem esse cenário de forma estratégica? A posição geográfica do velho continente e o alinhamento automático a essa estratégia não levaria ou já leva a UE num palco de guerra, onde os interesses em disputa são dos norte-americanos contra Rússia e China?

Dentro deste cenário, as opiniões divergem consideravelmente. Alguns enxergam o resguardo oferecido pelos Estados Unidos, enquanto parceiro estratégico, como uma

revogação, por parte da Turquia, do bloqueio anteriormente imposto à entrada desses dois países. Os acordos assinados funcionam como um protocolo que abre o caminho para que a Finlândia e a Suécia se tornem membros efetivos da OTAN em um futuro próximo. A integração destas nações do norte europeu à *NATO* sinaliza a expansão mais expressiva da organização desde os anos 90. *In*: COELHO, Renato. Adesão de Finlândia e Suécia a OTAN evidencia contradições e equívocos da aliança militar, explica professor da Unesp. *Jornal da UNESP*. São Paulo, 7 jul. 2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/07/07/adesao-de-finlandia-e-suecia-a-otan-evidencia-contradicoes-e-equivocos-da-alianca-militar-explica-professor-da-unesp/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

³⁶² COSTA, TC Gustavo Monteiro Muniz. Organização do Tratado Do Atlântico Norte (OTAN): uma perspectiva da sua evolução e da sua conjuntura político-estratégica. *Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica*, v. 24, n. 2, p. 57-78, 2022.

vantagem significativa para o desenvolvimento da Europa.³⁶³ Por outro lado, há aqueles que expressam inquietações sobre as possíveis turbulências que uma expansão da OTAN - especialmente em direção às fronteiras russas - poderia provocar em países europeus, para além das consequências econômicas e riscos que isso pode gerar.³⁶⁴ Essas discordâncias encontram eco nos Estados Unidos, onde essas questões são discutidas sob o âmbito do Conselho de Associação Euro-Atlântico e da reunião de cúpula da OTAN, realizada em Madri. Nestes fóruns, uma variedade de táticas são propostas para o alargamento gradual da Organização do Tratado do Atlântico Norte.³⁶⁵

Dentro da União Europeia, também existem dificuldades e tensões relacionadas à Política Externa e de Segurança Comum - PESC - e à União Económica e Monetária - UEM - entendendo os debates sobre um possível embate nas relações atlânticas, tendo em vista maiores competências e autonomia que o bloco político poderia conseguir e, por isso, a provável diminuição dos interesses e da influência norte-americana no continente europeu. A crise na província de Kosovo agrava ainda mais essa situação.³⁶⁶

³⁶³ Estar sob guarda dos norte-americanos se torna uma posição confortável para o continente europeu, que pode conter seus gastos militares por hora e investir em outras áreas.

³⁶⁴ Como o Vladimir Putin já indicava por diversas vezes desde a incorporação dos países bálticos na OTAN: “A Rússia se viu numa posição da qual não podia recuar. Se você comprime uma mola até o limite máximo, ela voltará com força na direção contrária. É preciso sempre se lembrar disso”. Trecho do discurso de Vladimir Putin sobre a anexação da Crimeia, coletado por MARSHALL, Tim. *Prisioneiros da Geografia*. 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global. Trad. Maria Luiza de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

³⁶⁵ Embora podemos notar o esforço despendido pela política estadunidense em fazer a manutenção dos seus interesses e reavaliando possíveis membros-estratégicos que em virtude do conflito acreditaram que entrar na OTAN garantir sua segurança contra um “inimigo externo”. Deste cenário, países - historicamente neutros - como Finlândia e Suécia ingressaram em 2023 na aliança atlântica. Cf. COELHO, Adesão de Finlândia e Suécia a OTAN evidencia contradições e equívocos da aliança militar, explica professor da Unesp, *cit.*

³⁶⁶ A crise em Kosovo, o Estado formado após a intervenção militar da OTAN contra a antiga Iugoslávia em 1999, tem se intensificado, atraindo o conflito entre a Rússia e a aliança militar do Ocidente para o âmbito da União Europeia. O símbolo “Z”, representando a invasão russa na Ucrânia, surgiu nos Bálcãs enquanto soldados da OTAN se feriram em inéditos conflitos com a minoria sérvia étnica do norte de Kosovo. Este sinal foi gravado em veículos da aliança e em barricadas sérvias. A situação favorece Vladimir Putin, expondo as falhas do Ocidente na região dos Bálcãs desde o desmembramento da Iugoslávia na década de 1990, um período turbulento que incluiu a crise em Kosovo. A crise atual em 2023, que tem se intensificado há meses, atingiu um pico quando oficiais da maioria albanesa ocuparam prefeituras na região norte de Kosovo, habitada por uma minoria sérvia. Isso gerou violentos protestos, resultando em cerca de 30 feridos entre os contingentes húngaro e italiano da OTAN e vítimas do lado sérvio. Como resposta, o presidente da Sérvia, Aleksandar Vucic, colocou suas Forças Armadas em alerta máximo, exigindo que o governo de Pristina implementasse um acordo mediado pela União Europeia em 2013, que prevê um status diferenciado para os sérvios locais no norte de Kosovo. Embora a posição de Vucic em relação ao Ocidente

A implementação da UEM também é afetada pelo desemprego em vários países europeus. O papel proeminente da Alemanha na consolidação da UEM é algo singular, sendo impulsionado por sua economia robusta, a maior entre as nações da União Europeia, e por sua marcante influência política, como uma potência civil. O Bundesbank, banco central alemão, é um paradigma de rigor e solidez, com grande impacto nas diretrizes do Banco Central Europeu, que tem sede em Frankfurt. Além disso, a vivência singular da Alemanha em unificar sua própria economia após a reunificação oferece um precioso modelo de integração econômica à UEM. Angela Merkel, líder alemã durante uma parte significativa deste período, desempenhou um papel determinante nesse processo, em particular durante a crise da dívida soberana europeia, promovendo austeridade fiscal e reformas estruturais profundas.

A busca pela estabilidade dos preços, as finanças públicas saudáveis e sustentáveis, a estabilidade da taxa de câmbio e a unificação legal ligada ao sistema bancário e financeiro, são fundamentais como critérios estabelecidos no Tratado de Maastricht que devem ser cumpridos para que um país possa aderir à UEM.³⁶⁷ Além disso, a relação entre o Banco Central Europeu e os governos nacionais suscita preocupações. A reforma institucional e a admissão de novos membros na UE enfrentam desafios, como a questão do “déficit democrático” e questões comerciais, principalmente em decorrência da crise do Euro em 2010-2011:

A partir de 2010, um coro de economistas de Londres, Nova York e Washington explicava por que a unidade monetária europeia precisava cair [...] eles

tenha oscilado, ele é amplamente considerado um aliado de Putin, que expressou seu apoio incondicional aos sérvios. Voltando a 1999, a OTAN interveio nos conflitos entre Belgrado e a maioria albanesa de Kosovo, lançando um ataque sem precedentes contra a Iugoslávia. Isso levou à ocupação da então província de Kosovo pela OTAN e, posteriormente, à sua independência em 2008. A Rússia, sofrendo com os anos de Boris Yeltsin e a crise de 1998, não pôde auxiliar seus aliados em Belgrado. A relação entre os dois países, marcada por laços culturais, linguísticos e religiosos, permanece forte. *In: ANÁLISE: Crise em Kosovo se agrava, expõe erros do Ocidente e favorece Putin. Folha de S. Paulo. São Paulo, 31 mai. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/05/crise-em-kosovo-se-agrava-expoe-erros-do-ocidente-e-favorece-putin.shtml>. Acesso em: 03 ago. 2023.*

³⁶⁷ Os critérios de convergência do Tratado de Maastricht, que devem ser cumpridos para que um país possa aderir à União Econômica e Monetária, englobam a estabilidade dos preços, com uma taxa de inflação não superior a 1,5 pontos percentuais acima da média dos três países da UE com melhores desempenhos; finanças públicas sustentáveis, com um déficit público abaixo de 3% do PIB e dívida total abaixo de 60% do PIB; estabilidade cambial, evidenciada por participação sem desvalorizações significativas no Mecanismo de Taxas de Câmbio por ao menos dois anos; taxas de juros de longo prazo não excedendo em 2 pontos percentuais a média dos três melhores desempenhos da UE; e, finalmente, a compatibilidade legal, ou seja, a adequação das legislações nacionais aos tratados e estatutos da UE.

provavelmente estavam certos de que a união monetária como projeto econômico é “subótima”. Mas esqueceram que o euro, então, fora criado sobretudo por motivos políticos – na esteira da queda do Muro de Berlim [...]”³⁶⁸.

Apesar desses desafios, tanto a OTAN quanto a UE desempenham papéis fundamentais na segurança e na economia da Europa. A expansão gradual do tratado e a bem-sucedida implementação da UEM são delimitados hoje como objetivos ainda em andamento. A capacidade da Europa de contribuir para a paz e a economia mundial é de grande importância.³⁶⁹

No âmbito das discussões sobre segurança, é comum reduzir a política de segurança à sua dimensão militar, enfatizando o fortalecimento das prerrogativas soberanas do Estado para lidar com os desafios da anarquia internacional. Isso reflete uma concepção de segurança como uma liberdade negativa, isto é, a ausência de ameaças. Arnold Wolfers afirmou que segurança é simplesmente a ausência do mal representado pela insegurança.³⁷⁰

No entanto, desde o fim da Guerra Fria, houve uma evolução no discurso sobre segurança, que envolve questionar e expandir o escopo da segurança e seus referentes. Isso inclui contestar a qualidade negativa atribuída à segurança na abordagem realista. Em contraposição, é possível apresentar uma visão positiva da segurança, na qual ela se torna uma propriedade intrínseca a cada relacionamento, garantindo mutuamente a proteção dos sujeitos envolvidos.

Essa mudança não implica na irrelevância da percepção das ameaças ou na desvalorização total da dimensão militar na formulação de políticas de segurança. Pelo contrário, como destacado por Krause e Williams, é necessário examinar como as ameaças e os interesses são construídos, como os atores envolvidos são definidos e como esses processos podem mudar ao longo do tempo.³⁷¹

É verdade que o fim da Guerra Fria evidenciou a mudança na narrativa de segurança, a qual teve um impacto significativo na produção do discurso de segurança na

³⁶⁸ MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit. p. 26.

³⁶⁹ MEYER, Arthur V. Corrêa. A Europa atual: questões de segurança coletiva e integração econômica. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 42, p. 183-192, 1999.

³⁷⁰ WOLFERS, Arnold. *Discord and Collaboration: Essays on International Politics*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1962.

³⁷¹ KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. (orgs.), *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Londres: UCL Press, 1977.

Europa. Essa influência pode ser observada na adoção da Estratégia Europeia de Segurança no Conselho Europeu de dezembro de 2003, na Doutrina de Segurança Humana para a Europa (Relatório de Barcelona, 2004) e no lançamento da Política Europeia de Vizinhança pela Comissão Europeia.³⁷²

Entretanto, esse processo é caracterizado pela ambivalência. Conforme observado por de Villepin, desde a Segunda Guerra Mundial, a Europa vive no paradoxo entre a busca pelo poder (*puissance*) e a aspiração pela paz, o paradoxo de um ideal político transformado em um imperativo econômico.³⁷³

Enfim, a posição da Europa no cenário global e, de fato, a sua própria identidade dentro da OTAN, são moldadas em grande medida por suas relações com os Estados Unidos. A percepção predominante é a de que há uma conexão intrínseca e vital entre os interesses e valores dos europeus e dos norte-americanos. Isso explica por que a parceria transatlântica é vista como o pilar mais relevante da política e diplomacia europeia.

Aqueles que compartilham dessa perspectiva consideram Washington, no contexto da OTAN, como o garantidor supremo da segurança e estabilidade na Europa. Nessa visão, a aliança com os EUA é fundamental para manter o equilíbrio e a paz no continente europeu.

4.3 A Europa alemã

“O Império [alemão] é o membro principal, a Alemanha é o centro da Europa (...) A Alemanha é a bola que [as potências] atiram umas às outras (...) A Alemanha é o campo de batalha em que se trava o combate pelo domínio da Europa.”

GOTTFRIED WILHELM LEIBNIZ, 1670.

³⁷² COMISSÃO Europeia. Communication to the Council and the European Parliament: European Neighbourhood Policy. Bruxelas, 2004. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=celex%3A52004DC0373>. Acessado em: 14 de maio de 2023.

³⁷³ SEMPRÚN, Jorge; VILLEPIN, Dominique. *L'homme Européen*, Paris: Plon, 2005.

“Os alemães têm de ter cuidado porque se tornaram relativamente mais fortes no curso dos últimos dez ou quinze anos. Temos de ter cuidado em evitar o perigo de que um dia outros considerem que o nosso país se tornou grande demais e importante demais.”³⁷⁴ A Europa está atualmente em meio a um emaranhado de desafios que se inter-relacionam, refletindo a noção de Ulrich Beck em seu livro “*Una Europa Alemana*” de uma Alemanha preponderante em qualquer contexto, ou seja, novamente hegemônica.³⁷⁵ Mesmo após períodos de instabilidade e transformação, a grande nação germânica demonstrou uma resiliência notável e manteve seu status de poderoso Estado econômico, como ilustrado pela seguinte análise do historiador Brendan Simms:

A resolução da “Questão Alemã” através da *détente* não durou muito. Passados poucos anos a Europa foi abalada por uma tentativa soviética de se servir dos seus ganhos globais como alavanca para obter vantagem na Europa. A Alemanha, em particular, tornou-se a arena de uma virulenta “Segunda Guerra Fria”. A luta foi decidida por uma nova geopolítica democrática transatlântica que acabou por fazer vir abaixo o Pacto de Varsóvia, estilhaçou a União Soviética e levou à unificação da Alemanha. Ao contrário de previsões muito espalhadas, esta revolução territorial no coração da Europa não perturbou o equilíbrio de poder, em parte porque os próprios alemães não demonstraram ambições hegemônicas e em parte porque o processo de integração europeia foi acelerado a fim de tolher o novo gigante. Foi só com o ressurgimento do poder russo no Leste, a intrusão da crise da dívida soberana do euro e a Primavera árabe que a Alemanha começou a exercitar as suas forças.³⁷⁶

Uma das questões é a relação entre a Europa, os Estados Unidos da América e, em particular, a OTAN e o Reino Unido. Principalmente compreendendo a ocupação de forças militares³⁷⁷ em quase todo solo do velho continente, com exceção de poucos países como

³⁷⁴ Frase atribuída ao ex-chanceler alemão Helmut Schmidt em reunião partidária em 1979. MCADAMS, A. James. *The New Diplomacy of West German ‘Ostpolitik’*. In: *The Diplomats, 1939–1979*. Princeton: Princeton University Press, p. 559.

³⁷⁵ Quando pensamos em uma Europa alemã, percebemos o continente europeu contemporâneo transformado em uma extensão do poder germânico, principalmente financeiramente e no poderio econômico. Ulrich Beck, neste contexto, organiza sua obra ofertando uma visão singular acerca da crise financeira de 2008, por meio de uma análise crítica e aprofundada das informações veiculadas nos meios de comunicação, questionando-as e contextualizando-as, com o intuito de evidenciar as metamorfoses e a reestruturação do poder em meio à crise, identificando de forma concisa o papel de Merkel e da Alemanha.

³⁷⁶ SIMMS, *Europa, cit.*, p. 542

³⁷⁷ Existe uma presença notável de militares norte-americanos na Europa, com a Alemanha sendo o país que hospeda a maior concentração deles, seguida por Itália e Reino Unido. Ao longo dos anos, entretanto, tem se observado uma diminuição progressiva do contingente militar dos EUA estacionado na Alemanha. Na Alemanha, a Base Aérea de Ramstein se destaca como o principal posto militar norte-americano no continente europeu. Adjacente a ela, situa-se o Landstuhl Regional Medical Center, reconhecido como o maior hospital militar norte-americano fora dos EUA, que teve papel crucial durante os conflitos militares no Afeganistão e no Iraque. Ramstein, como a maioria das instalações militares americanas, conta com uma

por exemplo a França³⁷⁸, Suíça, Áustria, Suécia e Finlândia.³⁷⁹ Essa dimensão leva-nos a questionar qual é, e qual deve ser, o papel da Europa nestas alianças? Ao refletir sobre as alianças da União Europeia, é fundamental constatar que a maior cosmopolitização do continente, desafia os valores, ideais e práticas dos seus cidadãos. Esta transformação pode implicar a superação do nacionalismo, ou no seu fortalecimento, como exemplo através dos partidos de extrema direita.³⁸⁰ Já o fortalecimento e a consolidação de uma identidade europeia coesa, apta a lidar coletivamente com os desafios globais e as interdependências que são características que aparentam surgir lentamente com o tempo e o sucesso do “sonho europeu”, e dentro de uma liderança clara, através de mecanismos econômicos de

estrutura robusta, composta por hospitais, escolas, usinas de energia e conjuntos habitacionais. Além disso, oferece uma variedade de serviços e facilidades para os militares e suas famílias, como restaurantes de fast-food e pistas de boliche, operando quase como um microcosmo urbano independente. *In: INFOGRÁFICOS: presença militar dos Estados Unidos em todo o mundo. Forças Terrestres.* [S. l.], 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2022/02/15/infograficos-presenca-militar-dos-estados-unidos-em-todo-o-mundo/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

³⁷⁸ A partir de 1966, a França, sob a liderança do presidente Charles de Gaulle, optou por se afastar do comando militar integrado da OTAN, levando à remoção de todas as instalações e pessoal militar estrangeiros, incluindo os americanos, de seu território. No entanto, mesmo sem a presença de bases militares estabelecidas, ainda existe a possibilidade de os militares americanos estarem na França de forma temporária. Isso pode ocorrer durante operações de treinamento conjunto, exercícios militares ou missões coordenadas com a OTAN e as forças armadas francesas. NATO. Homepage. [s. n. t.]. Disponível em: <https://www.nato.int/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

³⁷⁹ THE MILITARY Balance 2023. *IISS.* [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.iiss.org/publications/the-military-balance/>. Acesso em: 19 jul. 2023.

³⁸⁰ Em 2023, um significativo marco de poder ocorreu na Alemanha quando um prefeito do *Alternative für Deutschland* (AfD), um partido de extrema direita, foi eleito para administrador distrital em Sonneberg, localizado no Estado da Turíngia. O fato de a Turíngia ser o único Estado alemão governado por um membro do *Die Linke*, partido de esquerda, aumenta a complexidade dessa dinâmica de poder e ilustra as significativas tensões políticas que permeiam a atual paisagem política europeia. Essa escolha dos eleitores também é um reflexo da crescente presença e influência dos partidos extremistas na política europeia. Governos controlados por partidos de extrema direita estão estabelecidos na Itália, Polônia e Hungria, enquanto na Finlândia e na Suécia, esses grupos têm um papel crucial na manutenção dos governos atuais, compondo as coalizões parlamentares. Na França, que tem sido palco de crescente instabilidade, Marine Le Pen, da extrema direita, vem ganhando cada vez mais apoio a cada eleição de que participa, tendo votações expressivas, com o apoio das regiões agrícolas do país. Os partidos de extrema direita continuam comprometidos com uma ideologia nacionalista nostálgica e xenofóbica, visando sobretudo o ataque aos imigrantes e refugiados não europeus. Porém, observa-se uma sutileza nas suas posições tradicionais, com a troca do discurso de “sair” da União Europeia por um de “reformá-la”. Ou seja, aparentemente o euroceticismo tem perdido força. Da mesma forma, têm adotado um silêncio respeitoso quanto à moeda única, o euro. No que diz respeito à Rússia, esses partidos, anteriormente simpáticos ao presidente Putin, vêm se distanciando dele devido ao conflito na Ucrânia. Isso representa uma importante mudança na dinâmica de poder, refletindo talvez uma reavaliação de suas alianças estratégicas ou mesmo eleitorais. *In: PARTIDOS de extrema direita crescem na Europa com versões atualizadas do nacionalismo. G1. Mundo.* [S. l.], 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/07/10/partidos-de-extrema-direita-crescem-na-europa-com-versoes-atualizadas-do-nacionalismo.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2023.

uma Alemanha reunificada, como historicamente sempre se mostrou altamente potencializadora.

Neste contexto, a Europa não estaria mais em uma posição somente reativa, mas sim ativa e altiva, nas suas alianças internacionais, incluindo necessariamente suas relações com os Estados Unidos da América e a OTAN. Buscando uma parceria mais equilibrada, com menos dependência de seu parceiro transatlântico, o Velho Continente seria capaz de contribuir de forma significativa para a formação da agenda global estratégica, ao invés de simplesmente aderir ou se alinhar automaticamente à política externa comandada pelos Estados Unidos da América.

Além disso, uma nova postura europeia abriria caminho para uma compreensão mais profunda sob seu poder e possivelmente para a formação de relações mais frutíferas e estratégicas com outros atores globais de importância crescente, como a Rússia, a China e os países emergentes como por exemplo o Brasil, Índia e África do Sul. Desta forma, a Europa poderia efetivamente contribuir para uma ordem global mais equilibrada e inclusiva, construindo um desenvolvimento político possivelmente mais promissor.

É corrente na literatura uma vívida defesa da Europa como uma comunidade de nações independentes e poderosas, em que cada país mantém uma considerável parcela de seu poder, soberania e autoridade a nível nacional, embora sofram uma expressiva influência das instituições europeias. Ulrich Beck em seu livro apresenta a Alemanha diante do dilema existencial da Europa, através de uma questão importante para meditar sobre a soberania dos membros do bloco político. Um dos paradoxos europeus: o que representa uma democracia determinando o futuro de outra democracia? Essa é a realidade constatada e que tem se desdobrado na Europa, especialmente no caso da Grécia³⁸¹, que ao depender do apoio financeiro alemão, encontra-se compelida a aceitar as imposições do governo alemão, através da “troika”.³⁸² Assim, é o parlamento alemão, não o grego, que traça o

³⁸¹ Os cortes salariais e reduções nas pensões do setor público, as medidas para promover a liberalização de setores específicos da economia e o aumento de determinados impostos para ampliar a arrecadação governamental foram alguns dos dispositivos impositivos aplicados. Essas medidas, contudo, foram recebidas com grande controvérsia na Grécia, resultando em um expressivo descontentamento social. Já nos anos que se seguiram à implementação dessas ações de austeridade, a economia grega sofreu uma contração significativa, o que culminou em um acréscimo nos índices de pobreza e desemprego. As intervenções nos “PIIGS” tiveram trajetórias distintas com custos políticos elevados e resultados diversos.

³⁸² “Troika” - uma combinação do Fundo Monetário Internacional (FMI), da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu (BCE).

destino dos gregos. Esta cooptação da soberania nacional gera uma série de novas questões com base em que direito a Alemanha pode fazer isso? Qual é a legitimidade democrática dessa interferência? As questões econômicas devem prevalecer sobre as políticas? A gravidade da dívida financeira justificaria a Grécia, berço da democracia, perder seu direito à autodeterminação democrática? Por que a supressão de uma democracia por outra não tem despertado a atenção pública?³⁸³

É vital reconhecer a interconectividade como projeto, dentro da União Europeia, que se tornou tão integrada que a visão e o interesse coletivo dos Estados-membros podem às vezes prevalecer sobre o interesse nacional particular de um Estado-membro específico. Este aspecto de prevalência de interesses coletivos foi particularmente visível durante episódios como a crise financeira na Grécia, em que as decisões tomadas refletiram principalmente o consenso, (coordenado e liderado pela Alemanha) dos países da União Europeia, em detrimento, por vezes, das preferências nacionais da Grécia. Middelaar exemplifica o conflito gerado pelo euro e o pacto para construção da UE:

[...] à beira da bancarrota do Estado [...] para conseguir condições mais favoráveis do pacote de ajuda junto aos outros euro países, Tsipras pediu aos eleitores gregos que rejeitassem a proposta apresentada nas negociações [...] apesar de seu desejo político, mesmo que revestido com toda a autoridade emanada diretamente da voz do povo, invariavelmente ele se chocava com o desejo de dezoito outros euro-governos que falam em nome de suas populações e não estavam dispostos a ceder a Atenas à custa de seus pagadores de impostos.”³⁸⁴

A adoção do euro trouxe desafios e restrições para os países integrantes da União Monetária Europeia - UME - da mesma forma que concedeu mais poder aos Alemães do ponto de vista econômico.³⁸⁵ Ao adotarem a moeda única, o euro, os Estados abriram mão do controle direto sobre sua política monetária, transferindo essa responsabilidade para o Banco Central Europeu - BCE - instituição fortemente influenciada pela Alemanha, devido

³⁸³ É possível encarar essas questões de vários ângulos. No entanto, a questão da autodeterminação democrática vai além da economia, isso é fato e não pode ser esquecido. O caso da intervenção alemã na Grécia, pode demonstrar o êxito do projeto coletivo europeu e da capacidade política de firmar pactos rumo a um desenvolvimento político. Porém fica constatado como a Era Merkel, é uma nova fase de liderança alemã no xadrez político do velho continente. Uma potência industrial, civil, econômica e política.

³⁸⁴ MIDDELAAR, *A nova política da Europa*, cit., p. 4

³⁸⁵ Estabelecida pelos países participantes da União Europeia no Tratado de Maastricht de 1991, a Área do Euro é o produto de décadas de esforços conjuntos para fortalecer a unidade europeia e diminuir as disparidades regionais como projeto político e econômico.

sua postura ligada à “responsabilidade” e com sua forte economia industrial.³⁸⁶ Isso implica que os países membros da UME não possuem mais autonomia para ajustar suas taxas de juros ou desvalorizar sua moeda, a fim de enfrentar choques econômicos específicos, perdendo parte da sua soberania monetária.³⁸⁷

Essa perda de autonomia macroeconômica pode ser especialmente problemática durante os períodos de crise. Sem a capacidade de implementar políticas anticíclicas, como alterar as taxas de juros ou desvalorizar a moeda, os países da UME têm opções limitadas para responder a desafios econômicos, como recessões e crises financeiras. Isso pode dificultar a recuperação econômica e prolongar os efeitos negativos dessas crises.³⁸⁸

Além disso, a crise financeira de 2008 e a subsequente crise da dívida soberana evidenciaram as diferenças estruturais persistentes entre os países da Área do Euro. As

³⁸⁶ A Alemanha exerce uma influência sobre o Banco Central Europeu por meio de sua postura singular em relação à política econômica e monetária. A Alemanha é conhecida por uma tradição histórica que valoriza a estabilidade dos preços e a disciplina fiscal. Tais princípios encontram-se profundamente enraizados em seu ethos econômico e foram efetivamente incorporados ao mandato do BCE. O principal objetivo do BCE, que é manter a estabilidade dos preços, reflete, assim, a influência dos preceitos econômicos alemães, na Era Merkel isso se potencializou com a participação ativa da Chanceler nas discussões da zona euro.

³⁸⁷ “O processo decisório da União Monetária Europeia enfrenta um déficit democrático devido à ausência de uma autoridade central para resolver os problemas dos déficits fiscais. Sem uma autoridade suprema central, as regras comuns não podem ser efetivamente implementadas, o que anula os benefícios da cooperação. Os desacordos entre os governos nacionais e a diminuição do apoio popular apontam para um déficit democrático. As dificuldades econômicas demonstram que a UME não conseguiu promover a estabilidade e manter o bem-estar em muitos Estados membros. O não cumprimento das regras acordadas, como o Pacto de Estabilidade e Crescimento, é uma das principais razões para a crise na zona do euro e representa um sério obstáculo para uma integração duradoura. É necessário complementar a governança da UME para resolver essas questões. Enquanto o Banco Central Europeu é exclusivamente responsável pela política monetária da zona do euro, as políticas fiscais e orçamentárias são gerenciadas pelos governos nacionais de forma descentralizada. A falta de ação conjunta criou disparidades econômicas significativas entre os países da zona do euro, aprofundando ainda mais a crise atual.” *In*: CARVALHO, Patrícia Nasser de. Da união monetária europeia à crise do euro: um debate a partir da teoria cartalista da moeda. *Seminário sobre Economia Mineira* (Artigo de Evento), 2016.

³⁸⁸ Durante períodos de recessão econômica, as políticas anticíclicas visam impulsionar a demanda total e a atividade econômica, evitando uma queda significativa nos níveis de produção, emprego e investimento. Para alcançar esse objetivo, o governo pode implementar medidas e implementar programas de estímulo econômico, incentivos fiscais, ajustes nas políticas monetárias e outras ações. Por outro lado, durante as fases de expansão econômica, as políticas anticíclicas têm o propósito de evitar um crescimento excessivo da economia e o aumento da inflação. Nesses momentos, o governo pode adotar medidas restritivas, como elevar as taxas de juros, reduzir os gastos públicos e implementar políticas fiscais mais cautelosas. Assim, as políticas anticíclicas têm como objetivo suavizar as flutuações econômicas, promover a estabilidade e contribuir para um crescimento econômico mais equilibrado ao longo do tempo. São ferramentas importantes para enfrentar os impactos negativos dos ciclos econômicos e auxiliar na manutenção de uma trajetória sustentável para a economia. AMARAL, Presley Vasconcelos. As políticas anticíclicas na Crise Financeira de 2008. Monografia — Departamento de Ciências Econômicas e Exatas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Três Rios, 52f, 2016.

nações como Grécia, Portugal, Espanha e Irlanda, enfrentaram dificuldades econômicas mais severas durante a crise, em comparação com os países do centro da Europa. Essas diferenças estruturais incluíam níveis elevados de endividamento público, problemas no setor bancário e falta de competitividade.

Essa assimetria na resposta à crise revelou as limitações da UME e a necessidade de uma maior coordenação das políticas econômicas entre os países membros. Foram adotadas medidas para fortalecer a política econômica da UME, como a criação do Mecanismo Europeu de Estabilidade, e a implementação de regras mais rigorosas de supervisão e coordenação fiscal. Desempenhando um papel central na criação e na definição da orientação política do Mecanismo Europeu de Estabilidade, a Alemanha, com seu poderio e já hegemonicamente, reafirmava o seu status como a maior economia da Zona do Euro e o seu compromisso com uma agenda de austeridade e inversão fiscal e econômica em nome da estabilidade.³⁸⁹

A União Europeia, que engloba 27 países-membros, com seus respectivos governos e parlamentos, possui um Parlamento, uma Comissão, um Tribunal de Justiça, e uma alta representante para Negócios Externos, dentre outras importantes instituições. Contudo, a crise financeira e do euro propeliu a Alemanha para a posição de potência decisiva, a única com capacidade econômica e política para assumir a “responsabilidade” pela Europa. O dilema alemão reside em reviver a utopia de uma Europa política contra todas as resistências ou perpetuar a política de procrastinação. Segundo Beck, o momento crucial se apresenta, o dilema está presente: se a Alemanha adotar uma política financeira que conduza o euro ao colapso, será a responsável; por outro lado, somente a Alemanha

³⁸⁹ Além disso, a chanceler Angela Merkel atuou como protagonista na instituição das condições que regiam a assistência financeira proporcionada pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade. Isto englobava a imposição de requisitos estritos voltados à implementação de reformas fiscais e econômicas pelos países solicitantes de auxílio financeiro. Essas condições eram amplamente reflexo da abordagem alemã para a gestão fiscal e econômica, uma filosofia que preconiza uma austeridade rigorosa e a realização de reformas estruturais. Inúmeros críticos acusaram a Alemanha de impor um regime de austeridade demasiadamente severo aos países em dificuldades, situação que, segundo eles, contribuiria para o agravamento de suas crises econômicas. Entretanto, os defensores da posição alemã argumentavam que a imposição de tais condições rigorosas era indispensável para assegurar a estabilidade financeira a longo prazo da zona euro. Afirmavam, ainda, que tais medidas eram necessárias para encorajar a prudência fiscal e as reformas estruturais, e para evitar a repetição de crises financeiras no futuro. Esse caso em específico, demonstra claramente a nova hegemonia Alemã na Era Merkel, definindo os futuros e a condução dos Estados do velho continente.

pode assumir a responsabilidade pela Europa. É aí que Beck cunha o conceito emblemático de uma “Europa Alemã”, o retrato claro da nova hegemonia europeia.³⁹⁰

Essa conjuntura contemporânea na Europa, marcada pela grave crise econômica, desencadeou uma série de transformações sociopolíticas. Os efeitos desta crise foram sentidos pelos jovens, que enfrentam altas taxas de desemprego e contratos de trabalho temporários, especialmente em países do sul da Europa. A situação provocou uma onda de protestos por justiça social, liderada, em grande parte, pela “geração facebook”, já com a demarcação das redes sociais. Assim, nas adversidades, a Europa revela-se uma região fragmentada e não tão coesa, como prega os tratados de união, dividida entre nações do norte e do sul, entre países credores e devedores, liderados mais uma vez pela Alemanha e França.

Ao procurar preservar a Zona do Euro, muitas vezes são implementadas medidas sem a consulta dos mais diretamente afetados, provocando assim uma brecha democrática, gerando fissuras. Isso cria um paradoxo intrigante: como agir quando os 'salvadores' se deparam com resistência daqueles que precisam ser resgatados? E mais, como lidar com essa resistência quando as soluções propostas são apresentadas pelos governos como a 'única alternativa'?³⁹¹ Essas questões ressaltam a complexidade da gestão econômica em tempos de crise e a necessidade de inclusão e diálogo nas decisões de política econômica.

O sociólogo Ulrich Beck prevê a existência de várias “Europas” no futuro do velho continente. Uma delas, denominada “Europa de baixo”, é composta por cidadãos inundados por sentimentos de medo, insegurança e indignação, mas que, frequentemente, carecem de uma linguagem mais clara para expressar esses sentimentos. Essa ignorância difundida e reafirmada é parte integrante da nova dinâmica a que as sociedades ocidentais

³⁹⁰ BECK, *Una europa alemana*, *cit.*

³⁹¹ O conceito de “discurso único” ou “pensamento único” sugere que existe apenas uma forma “correta” ou aceitável de entender ou abordar determinadas questões. No fim se apresenta como uma forma de dominação ou de exercício de hegemonia. Esse pensamento limita o debate e a diversidade de opiniões, promovendo uma única perspectiva ou narrativa, aniquilando a política, assim se demonstrando um perigo. Vários autores abordaram esse tema. George Orwell, que em seu livro “1984” descreve um regime totalitário que impõe um único discurso oficial, marginalizando todas as outras perspectivas. Já Chomsky, já citado anteriormente, tem discutido extensivamente o papel dos meios de comunicação na formação do discurso público e na perpetuação do que ele chama de “fabricação do consenso”, onde uma visão de mundo é apresentada como a única aceitável ou possível. O escritor nigeriano Chimamanda Ngozi Adichie, em seu famoso discurso TED “O perigo de uma única história”, discute como a prevalência de uma única narrativa sobre pessoas ou lugares pode levar a estereótipos.

estão submetidas, uma condição que Beck chama de “sociedade de risco”, onde tudo é possível que houve uma transformação profunda nos meios de comunicação.

Há muitas conquistas ao longo dos seus mais de 60 anos de existência, incluindo a dissolução de rivalidades históricas entre países vizinhos, evitando guerras e a expansão da liberdade política e um padrão de vida superior em comparação com outras partes do mundo, desta forma reafirmando o Estado de bem-estar social. Entretanto, para Beck, a Europa vive um dos seus piores momentos. Apesar de todo o medo e frustração, há um anseio por transformação que não pode ser ignorado. Mas as visões economicistas que dominam o debate muitas vezes negligenciam as implicações sociopolíticas mais amplas e complexas. A crise não é apenas econômica, mas também uma crise de valores, como já abordado, onde por exemplo a xenofobia e a violência tornam-se riscos reais. Isto é evidenciado no caso da Grécia, berço da cultura ocidental, hoje muitas vezes estigmatizada como uma nação de indivíduos “preguiçosos” e “indisciplinados” devido à narrativa da crise financeira. Com a guerra da Ucrânia, temos mais desafios colocados nesse emaranhado de questões.

Ulrich Beck discute em sua teoria da sociedade de risco nos eventos excepcionais, como o desastre de Chernobyl ou o ataque ao World Trade Center, que expõem sociedade e política a cenários antes inimagináveis e requerem novas categorias de pensamento e ação. O autor afirma que o medo de possíveis catástrofes futuras, como o suposto colapso da União Europeia, pode gerar paralisia e obscurecer as potencialidades inerentes a uma sociedade de risco. Essas potencialidades surgem porque o risco afasta as pessoas do cotidiano e da complacência, abrindo espaço para novas esperanças e possibilidades.

A União Europeia, neste cenário de crise, confronta-se com um dilema: caminhar em direção à cooperação democrática ou sucumbir à derrocada. A concepção de uma “união bancária”, uma entidade de política transnacional, emerge como uma possível solução. No entanto, a implementação de mais uma instituição implicaria em mais renúncia parcial das soberanias nacionais, o que inevitavelmente conduziria a tensões com os sistemas jurídicos locais e fortaleceria ainda mais a hegemonia alemã.³⁹²

³⁹² “El nuevo poder alemán en Europa no se basa, por tanto, en la violencia como razón última, como en otros tiempos. Ya no necesita armas para someter a otras naciones a su voluntad. Por lo tanto, hablar del Cuarto Reich parece absurdo. El poder basado en la economía es mucho más versátil. No tienes que invadir un país, pero aun así, él es omnipresente. Su potencial extorsivo no nace de la lógica de la guerra, sino de la

Neste contexto, a figura de Angela Merkel desponta com protagonismo. Sendo comparada ao Príncipe de Maquiavel, o qual navegava nas oportunidades que emergiram de crises iminentes. Merkel, de forma similar, soube aproveitar a crise para reestruturar as relações de poder na Europa, configurando uma nova dinâmica. Ulrich aponta com a designação de “Merkiavel”, para representar como ela, em meio à crise da zona do euro, conseguiu consolidar seu papel central tanto na política interna alemã quanto na esfera europeia, enfrentando e superando todas as resistências.

Beck pontua também que existe uma “sociedade europeia dos indivíduos”, uma coletividade composta por diversas sociedades constituídas democraticamente. Isso é exemplificado pelas gerações mais jovens, que inclusive se formaram com políticas como “Erasmus”³⁹³. Os jovens europeus, que se identificam primeiramente com a sua nação e posteriormente como habitantes da Europa, têm a habilidade de se mover livremente pela Europa, experienciando suas variadas facetas. Fundando assim uma cidadania europeia, onde se navegam por diferentes fronteiras, imergindo em múltiplas línguas, culturas, costumes e sistemas legais, em um universo plural.

Assim a Europa precisa de um “novo contrato social” que possa assegurar essa liberdade cosmopolita, plural e bastante diversa contra o avanço do nacionalismo rígido e do capitalismo de risco. Esse novo contrato deve imaginar uma utopia tangível, evitando cair na visão reformista neoliberal.

Assim é vital encorajar os indivíduos a se desvincularem de sua realidade nacional específica e a vivenciarem os desafios e expectativas dos europeus residentes em outros países. Isso poderia dar origem a uma consciência europeia que, combinada com uma mudança institucional, poderia lançar as bases para uma nova sociedade europeia transnacional, protegendo direitos individuais e democráticos.³⁹⁴

A tarefa de avaliar a qualidade e a direção dessa nova hegemonia alemã assemelha-se mais a um exercício de futurologia ou misticismo, principalmente considerando que,

lógica del riesgo, más precisamente: la lógica de la amenaza del colapso económico” BECK, *Una Europa Alemana*, cit.

³⁹³ O Programa Erasmus é uma iniciativa da União Europeia que oferece oportunidades de estudo, formação, experiência de trabalho e voluntariado no exterior para estudantes, professores e organizações.

³⁹⁴ Para aqueles que possam considerar essa solução simplista e idealista, Beck faz eco à afirmação de Friedrich Hölderlin: “Onde há perigo, aí também cresce o que salva”.

neste momento, estamos testemunhando um conflito entre Ucrânia e Rússia que pode estar longe de seu desfecho. Sugerir que uma Europa liderada pela Alemanha seja o caminho para um continente unido e soberano parece uma conjectura intrigante. No entanto, as complexidades trazidas pelos alinhamentos geopolíticos de uma nação ainda “ocupada” tropas americanas e com um poder militar moderado, apresentam um desafio considerável.

A diversidade e pluralidade das nações europeias são grandes obstáculos para uma Europa unificada, forte e dominante no palco internacional, mesmo com a liderança incontestável da importante Alemanha. Contudo, é justamente essa diversidade que representa a sua maior força, proporcionando uma capacidade imensa para a transformação do destino da humanidade.

4.4 A Europa francesa

“A França é a nossa pátria, a Europa é o nosso futuro.”

FRANÇOIS MITTERRAND³⁹⁵

A França, após a Segunda Guerra Mundial, assumiu um papel fundamental na criação e fortalecimento do que mais tarde se tornaria a União Europeia. Desde o estabelecimento da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, com a assinatura do Tratado de Paris, em 1951, até a reunificação da Alemanha em 1990, a liderança e proatividade francesa foram cruciais para o progresso da integração *cada vez mais estreita* entre os Estados europeus. Sendo seu poder deslocado com a nova ascensão da Alemanha após a reunificação e potencializado na Era Merkel.

Contudo, a concepção de Europa entre os franceses é algo complexo e que detém várias camadas de compreensão tanto culturalmente como em sua visão de Estado. Historicamente, a população e a elite política francesa se encontram em pontos de vista divergentes, particularmente em relação a temas como soberania, globalização e imigração.³⁹⁶ As questões que se apresentam diante a concepção de Europa como um bloco

³⁹⁵ HELMUT Kohl e François Mitterrand, artesãos da reconciliação. *União Europeia*. Pioneiros da UE. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/eu-pioneers/helmut-kohl-and-francois-mitterrand_pt. Acesso em 24 jul. 2023.

³⁹⁶ No contexto da soberania, os franceses têm receios de que a cessão de parte da soberania nacional para instituições supranacionais possa restringir a autonomia do país na tomada de decisões em áreas como

político que é um agregado de nações soberanas que preservam, em sua maioria, o poder e autoridade no plano nacional, apenas compartilhando parcialmente com as instituições europeias é algo presente no imaginário francês. Essa concepção é considerada um “dilema”, pois contrapõe-se ao ideal de uma Europa Federal, na qual haveria uma transferência mais profunda de poder para as instituições supranacionais, desejo daqueles que buscam pelos Estados Unidos da Europa.

Essa dicotomia entre o comprometimento histórico da França com a integração europeia e a tradição francesa de valorização da soberania nacional pode ser observado através do eurocentrismo e o etnocentrismo que exercem influências consideráveis na estrutura política francesa. A visão eurocêntrica pode ser claramente identificada na postura pró-União Europeia de numerosos políticos e partidos da França, os quais advogam a integração europeia como um meio de fortalecer o poder e o impacto da França e da Europa no panorama global, atualmente um de seus representantes, o presidente Emmanuel Macron, afirma que a Europa deve “tomar o seu destino em suas mãos”. Tal postura é, igualmente, um reflexo do papel histórico desempenhado pela França na fundação e desenvolvimento da União Europeia.

Em contraste, o etnocentrismo é manifestado no discurso de determinados líderes políticos, em especial aqueles posicionados mais à direita do espectro político, como a candidata Marine Le Pen, que lidera a oposição de extrema-direita no país. Frequentemente, tais entidades apelam para sensações de identidade nacional e cultural, rejeitam a imigração e criticam a União Europeia por supostamente colocar em risco a soberania e a identidade francesas.

Adicionalmente, no âmbito das políticas internas, o etnocentrismo pode também influenciar discussões acerca da integração de comunidades de imigrantes e de minorias

economia, segurança e legislação. Em relação à globalização, há diferentes percepções entre os franceses. Algumas parcelas da sociedade vêem-na como uma oportunidade para promover o crescimento econômico e a cooperação internacional. Por outro lado, existem setores que a consideram uma ameaça à identidade cultural e aos empregos locais. Temores surgem em relação à possibilidade de perda de indústrias nacionais diante da concorrência estrangeira, bem como o enfraquecimento das tradições e valores franceses em face da influência cultural global. No que diz respeito à imigração. Alguns franceses acreditam que a entrada de imigrantes pode sobrecarregar os serviços públicos, criar tensões culturais e ameaçar a segurança nacional. Esse ponto de vista é motivo de preocupação para uma parte da sociedade francesa, enquanto outros defendem uma política de imigração mais acolhedora, enxergando os imigrantes como uma contribuição para a diversidade e o crescimento do país.

étnicas, assim como o debate sobre o secularismo (“*laïcité*”) no país. Esta é uma questão particularmente delicada na França, onde a distinção entre religião e estado é um princípio central de um sistema político democrático.

Já em contraponto os eurocéticos franceses geralmente argumentam que a UE ameaça a soberania nacional da França, impondo regulamentos e políticas que não levam em conta os interesses específicos do país, sobretudo seu protecionismo agrícola. Se expressam com a preocupações sobre a perda da identidade cultural francesa em um contexto de crescente integração e globalização, associando a UE ao aumento da imigração e à diluição das tradições e valores franceses.

Algumas críticas eurocéticas também se concentram na estrutura, instituições e política interna da UE, argumentando que o bloco é burocrático, ineficiente e não democrático. Em termos econômicos, os eurocéticos apontam as dificuldades enfrentadas por economias mais fracas na zona do euro e questionam se a UE traz benefícios econômicos reais para a França, em uma clara frustração com a liderança alemã.

A França, ao longo do tempo, tem procurado um equilíbrio entre a manutenção de sua soberania e a necessidade de cooperação e integração europeia³⁹⁷. A busca por esse equilíbrio evidencia-se em debates políticos acerca de assuntos como política agrícola, onde os interesses nacionais da França por vezes entram em conflito com as políticas uniformes da UE. Esta dinâmica ilustra o contínuo ajustamento entre a busca por unidade europeia e a preservação da autonomia nacional na França.³⁹⁸

³⁹⁷ Vale ressaltar as singularidades da França em comparação com os demais membros da União Europeia, sendo ela o único Estado-membro da UE que possui assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.

³⁹⁸ É possível observar dois grupos em disputa na França: os Internacionalistas, liderados por Macron na França, que defendem a integração e relevância das organizações internacionais na redução de conflitos e no crescimento econômico global; e os Nacionalistas, representados por Le Pen, que veem a União Europeia como uma ameaça à independência nacional, especialmente em questões cruciais como a migração. A ascensão da extrema-direita em diferentes partes do mundo se baseia nessa percepção, reivindicando exclusivamente o patriotismo e o nacionalismo. No entanto, ao longo dos últimos 75 anos, as organizações internacionais têm demonstrado sua capacidade de adaptação e sobrevivência diante de crises. Superar as divisões no debate sobre a legitimidade dessas organizações é o desafio atual para aqueles que consideram a integração europeia fundamental para o desenvolvimento político. *In*: CARDOSO, Paulo César. *Macron, Le Pen e a União Europeia: Como o segundo turno francês representa tendências do tempo presente. ODEC-USP*. São Paulo, 2022. Disponível em: <http://odec.iri.usp.br/analises/macron-le-pen-e-a-uniao-europeia-como-o-segundo-turno-frances-representa-tendencias-do-tempo-presente/>. Acesso em 24 jul. 2023.

Neste sentido, um dos pontos fulcrais dessa divergência é a tensão entre os ideais de uma “Europa das nações” e uma “Europa federal”. A ideia de uma “Europa das nações” defende a soberania dos países membros e um grau menor de integração, ao passo que o conceito de uma “Europa federal” apoia uma maior integração política e econômica, similar a uma federação de estados – uma confederação. Se por um lado a Europa das nações afirma que os Estados devem continuar sendo o centro da União, por outro a Europa federal afirma que os membros devem transferir competências nacionais concretas a um governo europeu.

Os protestos de 1968 na França, uma clara reação contra a elite política e a demanda por maior autonomia e direitos civis, exemplificam a importância histórica que a questão da soberania possui na sociedade francesa. Da mesma forma, a resistência a políticas de globalização e expansão do comércio promovidas pela UE, especialmente por aqueles mais vulneráveis à concorrência externa como os agricultores, demonstra a tensão entre os defensores da “Europa das nações” e da “Europa federal”.³⁹⁹

No contexto da imigração, enquanto a elite política francesa tende a defender políticas mais inclusivas, em conformidade com os princípios da UE, uma parcela significativa da população tem se mostrado preocupada com questões de integração cultural e segurança. Esse fenômeno tem alimentado o crescimento de partidos políticos com retórica anti-imigração e de nacionalismo exacerbado, muito incitado pela eleição do presidente Trump, em 2016.

Portanto, mesmo com a França sendo um dos esteios da UE, a percepção francesa acerca da União Europeia é repleta de contradições e desafios, sendo influenciada por diversos fatores sociais, econômicos e políticos, e caracterizada pela contínua tensão entre os ideais de uma “Europa das nações” e uma “Europa federal”.

4.5 A europa de Bruxelas

“A Europa só poderá recuperar a sua antiga estatura quando reacender os faróis da consciência, da vida e do direito.”

³⁹⁹ SILVA, Daniel Neves. Maio de 1968. *História do Mundo*. [S. l.], [s. d]. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/maio-de-1968.htm>. Acesso em: 24 jul. 2023.

Finalmente, a perspectiva considera a Europa como uma entidade unitária onde o poder e a autoridade são centralizados nas instituições sediadas em Bruxelas. Isso implicaria a transferência de parte da soberania dos governos nacionais para as instituições da UE. Embora essas perspectivas possam parecer contraditórias, todas convergem para um denominador comum: o papel central e dominante da Alemanha na paisagem europeia. Assim, embora as visões possam divergir, todas nos ajudam a compreender a complexa tapeçaria política e econômica da Europa, destacando a posição crucial da Alemanha.

A visão que enxerga a Europa como uma entidade coesa e unitária, na qual o poder e a autoridade estão concentrados em Bruxelas, no coração das instituições da União Europeia, revela aspectos fundamentais tanto para a sociologia proposta por Max Weber quanto para a teoria institucionalista. Esses elementos, embora distintos, são enriquecidos quando considerados em conjunto e oferecem uma compreensão mais profunda da complexidade do cenário europeu.

Max Weber, na sua análise sociológica sobre autoridade e poder, propôs a noção de dominação legítima. Esta concepção se baseia em três tipos ideais de autoridade: carisma, tradição e legalidade racional. Especificamente no contexto da UE, o último tipo de autoridade é particularmente relevante. As instituições da UE, estabelecidas em Bruxelas, são governadas por um intrincado emaranhado de leis e regulamentos que lhes conferem a legitimidade da sua autoridade. A burocracia da UE, com suas regras formais e estruturas hierárquicas, é semelhante ao tipo ideal weberiano de uma burocracia racional-legal. Nesse sistema, a cedência de parte da soberania dos governos nacionais para as instituições da UE é encarada como um mecanismo estratégico para garantir a eficácia e a eficiência da governança em uma escala supranacional.⁴⁰¹

Simultaneamente, a teoria institucionalista proporciona valiosas contribuições. Essa abordagem considera que as instituições moldam a ação social por meio de normas,

⁴⁰⁰ LOUISE Weiss: defensora dos valores europeus e dos direitos das mulheres ao longo de toda a sua vida. *União Europeia*. Pioneiros da EU. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/eu-pioneers/louise-weiss_pt. Acesso em 24 jul. 2023.

⁴⁰¹ WEBER, *Economia e Sociedade*, cit.

regras e rotinas estabelecidas, que são incorporadas pelas práticas dos atores sociais. No contexto da UE, essas instituições desempenham um papel fundamental na formulação das políticas europeias e na mediação das relações entre os Estados membros, embora ainda seja embrionária a política externa comum entre seus membros.

No entanto, é crucial salientar o papel preponderante da Alemanha nesse cenário. A Alemanha ocupa uma posição central na paisagem política e econômica europeia, e sua influência sobre as instituições e políticas da UE é inigualável, principalmente no aspecto econômico. Embora Weber e a teoria institucionalista não ofereçam uma análise específica do poder hegemônico exercido por certos atores dentro de sistemas complexos como a UE, o papel central da Alemanha ilustra de forma emblemática a maneira como o poder é distribuído e exercido dentro destas instituições.

A discussão sobre o papel do Estado nos tempos modernos, especialmente considerando as constantes mudanças geopolíticas e socioeconômicas, é de extrema importância, principalmente sob os impulsos financeiros e lucrativos que podem ser concebidos em função da redução do papel do Estado como garante do bem-estar social na Europa e também no mundo⁴⁰². Na Europa, por exemplo, estamos presenciando uma mudança da ideia de nações independentes para uma comunidade de nações unidas sob a égide da UE, com a crença do poder e autoridade centralizados em Bruxelas para muitos.

Também nessa perspectiva essa transição não está isenta de desafios. A crise econômica que afeta muitos países europeus colocou em evidência tensões entre forças nacionalistas, que buscam manter a soberania de seus Estados-nação, e os “europeístas”, que trabalham para uma União Europeia mais forte e integrada, tendendo para uma forma de federação europeia.⁴⁰³

Horta reflete sobre essa complexidade e o papel do Estado no cenário contemporâneo:

A deserção do Estado representaria o abandono de algo muitíssimo caro à nossa História e ao nosso ideário; é preciso reconhecer a vivência e a sobrevivência do Estado de Direito, renovado em seus marcos pela rica experiência de construção da União Européia e, mais recentemente, pela irrupção, no cenário internacional, de novos atores estatais outrora apartados, de formas diversas, do legado

⁴⁰² Sob o tema do papel do Estado e sua redução, recomenda-se: KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

⁴⁰³ HORTA, José Luiz Borges. Federalismo e Democracia. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 1-18, 2021.

européu. Na Europa, a experiência da vida em Estado transita de uma base nacional para uma perspectiva plurinacional, sem abandonar o legado do Estado; sabemos como é severa a crise econômica por que passa nosso Velho Mundo: ainda assim, o debate europeu é sempre marcado ou pela luta dos nacionalistas pela soberania de seus Estados-nação ou pelo empenho dos europeístas na construção de uma União Europeia cada vez mais forte e portanto em franco trânsito de uma confederação de Estados para uma vigorosa federação européia. Não há saída fora do Estado; nem mesmo para os neoliberais (que a ele acorrem em busca de recursos financeiros para manterem lucrativas suas empresas). Os países de protagonismo emergente na ordem mundial — Brasil, Rússia, China, Índia —, por sua vez, reafirmam recorrentemente suas especificidades no plano internacional, reconquistando sua soberania, outrora julgada perdida nas miragens da globalização e do fim da história dos anos 1990. O presente de nossa História revela, como testemunhamos, a surpreendente retomada da marcha do Estado e exige a superação das ilusões abstratas e a contemplação do real concreto. Recolocado o Estado em sua centralidade diante do fenômeno político, podemos superar a triste hora final do século XX, proclamar o ocaso do discurso neoliberal e concorrer para a efetiva realização da tarefa a que, desde a Revolução, nos foi confiada: o Estado de Direito.⁴⁰⁴

Mesmo em um contexto de neoliberalismo, do discurso de austeridade e globalização, não há uma fuga do Estado, afinal “o Estado é a realização da liberdade concreta. Fora dele é o mundo selvagem, próximo da natureza ou mesmo nela situado”⁴⁰⁵. Nem mesmo Merkel e sua Era representam essa fuga, pelo contrário, reforçam o protagonismo do Estado Alemão, assim como do velho continente. Podemos ver isso não apenas na Europa, mas também em países emergentes como Brasil, Rússia, China e Índia. Esses países estão constantemente reafirmando sua soberania e identidade única no cenário global, contrariando a ideia de uma homogeneização mundial, asseverando a posição de Miguel Reale: “O Estado surge quando um povo, alcançando certo grau de evolução ou certo estágio de integração social, se declara livre, afirma perante os outros povos a sua personalidade, e se provê de meios capazes de traduzir essa afirmação no domínio concreto dos fatos”⁴⁰⁶

Assim é possível analisar a importância vital do Estado⁴⁰⁷, mesmo na era de globalização e integração regional. Portanto, reconhecer e compreender o papel do Estado

⁴⁰⁴ HORTA, A subversão do fim da História e a falácia do fim do Estado, *cit.*, p. 94.

⁴⁰⁵ SALGADO, Joaquim Carlos. *A ideia de justiça em Hegel*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 412.

⁴⁰⁶ REALE, Miguel. *Teoria do Direito e do Estado*. 3. Ed. Belo Horizonte: Martins Editora, 1972, p. 136.

⁴⁰⁷ Contraditoriamente ao papel do Estado como o defensor dos interesses do povo, Henriques afirma: “A ética protestante, ascética e unilateral [...] em tudo se opunha à dialeticidade própria do Ocidente. Suas principais características, que viriam a ser gradualmente percebidas como superiores às do Ocidente, colidiam frontalmente com algumas das notas mais essenciais de nossa Cultura e, portanto, de nosso Estado de Direito. O seu pendor anti-político, a valorização do trabalho sobre o ócio, a empresa individual como

é essencial para navegar na complexa paisagem política e social da contemporaneidade, assim como elemento pulsante independente das complexidades e óticas sobre o desenvolvimento político europeu.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Terminar um trabalho como esse é um grande desafio. É só o início de inúmeras pesquisas. A liderança da Alemanha, e especialmente de Angela Merkel, moldou de forma significativa a paisagem política, econômica e social da Europa. Sua abordagem pragmática, embasada na estabilidade e na negociação, propiciou um novo entendimento da posição da Alemanha e do seu papel na União Europeia.

No velho continente, assim como na Alemanha, a direção, guiada pela austera mão de Angela Merkel, evoca tanto admiração quanto questionamentos no cenário internacional. Como maestrina de uma grande sinfonia, Merkel tocou os acordes da diplomacia e da política externa com uma certeza serena, entrelaçando laços com uma precisão hábil. Exercendo a política como arte. No concerto das organizações internacionais, seu compasso regulava a batida, solidificando a presença da Alemanha como uma força poderosa e hegemônica.

Dentro das fronteiras de seu próprio país, Merkel se constituiu como a arquiteta da nação, esculpindo políticas em setores como economia, saúde e educação. Foi considerada uma grande *mutti* (mãe) ou mesmo “*Merkievelli*”. No entanto, suas decisões, como a adoção rigorosa da austeridade em resposta à crise financeira de 2008 e a sua relação com a Rússia levaram-a a ser apelidada por alguns de “A Coveira da Europa”.⁴⁰⁸

algo de superior ao esforço coletivo, o rechaço de toda autoridade, a desconfiança à coisa pública, e mesmo a valorização do econômico (que sequer é um valor) sobre os valores de dignidade, inteligência, beleza, sabedoria, vitalidade, astúcia (todos valores que em algum momento estiveram no topo da tábua de valores do dialético ocidente); enfim, tudo o que o pensamento anglo-saxão, mormente sua expressão norte-americana representava e valorizava, e que subitamente ganhava proeminência pela via do Império, confrontava-se diretamente com tudo aquilo que o Ocidente, e a Europa continental em particular, haviam construído para si.” HENRIQUES, *Fenomenologia do Poder*, cit. p. 241-242.

⁴⁰⁸ DEZ momentos marcantes no percurso político de Angela Merkel. *Dinheiro Vivo*. [S. l.], 20 nov. 2015. Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/dez-momentos-marcantes-no-percurso-politico-de-angela-merkel-12862024.html>. Acesso em: 03 ago. 2023.

Durante tempos de incerteza e desafios, Merkel emergiu como um farol nas crises. Seu brilho foi questionado, seu calor ou a falta dele sempre foi analisado. Muitos se perguntaram: ela era realmente o farol que orientava a nave da Alemanha? Ou seria ela a força tempestuosa que estava levando a embarcação a águas desconhecidas?

Todavia, em face do escrutínio e das críticas, Merkel permaneceu resoluta. Mesmo com as dúvidas pairando sobre ela, como nuvens cinzentas no horizonte, Merkel nunca se omitiu em suas responsabilidades e buscou na política a solução dos problemas políticos.

Angela Merkel não foi apenas uma líder, ela se tornou o reflexo da Alemanha na era contemporânea, como um símbolo. Ela personificou a força e a resiliência da nação, de seu partido o CDU, mas também suas contradições e dúvidas. Em sua história de liderança, encontramos as perguntas não respondidas sobre o que significa liderar na complexidade do século XXI. Em meio à névoa das incertezas e às correntes de críticas, a Alemanha sob Merkel forjou um caminho, cujas consequências só conheceremos com o passar do tempo, com o benefício da distância para se fazer ciência.

A figura dessa liderança alemã é uma tapeçaria intrincada de luz e sombra - um farol que ilumina, mas também uma figura que instiga questões, duras críticas e denota uma complexidade. Como deve ser com os políticos. O período de Merkel como chanceler foi marcado por crises, mas também por oportunidades para Alemanha e para UE. Ficou evidente que a Alemanha, sob sua liderança, buscou se posicionar não apenas como uma potência econômica, mas também como um ator relevante no cenário político e na política global. A união através do euro, a formação de alianças estratégicas e a projeção do país em questões globais demonstram a assertividade de Angela e da Alemanha em suas ambições e no retrato da atual hegemonia a partir da Era Merkel.

Porém, essa hegemonia alemã na Europa e o exercício de seu poder, por vezes, levaram a tensões e questionamentos, especialmente em torno do compromisso da Alemanha com a solidariedade europeia e da coerência das políticas austeras com o ideal de um Estado de bem-estar social europeu. A crise financeira de 2008 revelou as fissuras existentes dentro da União Europeia e o papel central da Alemanha na definição da resposta da UE à crise, assim como ressuscitou os ideais franceses.

A “Era Merkel”, portanto, apresenta uma Alemanha que ascendeu ao papel de uma potência hegemônica na Europa, mas que também enfrentou questões sobre seu

compromisso com o projeto europeu e a equidade de sua liderança. Fica claro, contudo, que a influência da Alemanha e o legado de Merkel serão sentidos no continente europeu por muitos anos, assim como serão alvos de inúmeros enfrentamentos.

Assim, encaramos o futuro da União Europeia com o desafio de equilibrar as demandas e expectativas de seus diversos membros, ao mesmo tempo em que busca manter a relevância e a coesão no contexto global cada vez mais complexo. Será crucial, portanto, avaliar os cenários futuros de liderança dentro da UE, seja uma Europa liderada pela Alemanha, França, Bruxelas ou Norte Americanos.

No entanto, é indiscutível que a “Era Merkel” deixou uma marca indelével na história da Alemanha e da Europa. À medida em que avançamos para um futuro ainda incerto, as lições dessa era serão vitais para a compreensão e a construção do caminho que a União Europeia irá seguir. A Alemanha, como sempre, terá um papel crucial neste processo, como já demonstrado historicamente e seu compromisso com a unidade e a prosperidade europeia será determinante para o destino do continente.

Quando pensamos na nova dinâmica de poder no velho continente, podemos caminhar para inúmeras questões. Uma das mais instigantes é o discurso quase proibido que é a criação das forças armadas europeias. Em 13 de novembro de 2018, Merkel em seu pronunciamento sobre o “*Debate on the Future of Europe*” na Sessão Plenária do Parlamento Europeu em Strasbourg na França, defendeu a criação de forças armadas próprias para a União Europeia. Esse é um tema controverso e complexo que envolve vários aspectos políticos, militares e econômicos, além de uma disputa interna histórica. Muitos argumentam que uma força militar europeia poderia ajudar a garantir a segurança e a defesa da união econômica e política, além de promover uma maior cooperação entre os países membros. Já outra visão contrapõe que a criação desta força poderá prejudicar a cooperação com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e levar a conflitos de interesses entre os países da UE⁴⁰⁹.

⁴⁰⁹ As discussões aqui apresentadas surgiram do desenvolvimento do trabalho apresentado no IV COPRI – Congresso de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, intitulado “A Criação das Forças Armadas Próprias Para a União Europeia: Prospecções e Implicações” em co-autoria com o discente Lucas Bruno Amaral Mendes, que merece reconhecimento pela generosidade, inteligência e colaboração nos meus últimos trabalhos. V. BARROS, João Paulo Rodrigues; MENDES, Lucas Bruno Amaral. A Criação das Forças Armadas Próprias Para a União Europeia: Prospecções e Implicações.

A constituição de forças armadas para proteger a soberania é uma necessidade fundamental dos Estados nacionais, sendo um baluarte contra ameaças externas e garantindo sua posição no tabuleiro geopolítico. No entanto, após séculos de conflitos e expansões territoriais, a Europa, traumatizada pelas Guerras, mudou sua postura em relação ao poderio militar. Com a influência dos EUA e sob a liderança de visionários como Jean Monnet e Robert Schuman, os países fundadores da União Europeia abaixaram as armas em prol da paz e unificação, abandonando a expansão militar como foco de seu poder. Diante dos atuais conflitos vividos, como a guerra da Ucrânia, se retorna a uma grande questão, não seria o próximo passo, para o desenvolvimento político da UE, a constituição de forças armadas próprias?

No presente, a União Europeia possui uma infraestrutura militar coletiva estabelecida pela Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), que promove uma maior colaboração e coordenação em questões de segurança e defesa entre os países membros. Ao mesmo tempo, desde 1949, os países europeus conseguiram se organizar efetivamente através da aliança do Atlântico Norte, evitando ou abstendo-se de discussões sobre a formação e manutenção de um exército europeu independente, assegurando a hegemonia militar contínua de uma única potência na Europa Ocidental.

Em *Um diálogo sobre política*, Leopold von Ranke, afirma que “a posição no mundo de um Estado depende do grau de independência que alcance. É obrigatório, por conseguinte, que o Estado organize todos os seus recursos internos num propósito de autopreservação. É esta a suprema lei do Estado.”⁴¹⁰ Historicamente, a abordagem europeia à política levou os países a estabelecerem acordos de defesa e ataque mútuos entre si. Quando acionados, esses acordos exigiam que os Estados enviassem forças limitadas para o combate, a fim de evitar um compromisso total. Desta forma, o Velho Mundo desenvolveu politicamente através de estratégias de autoproteção, empregando a diplomacia, acordos e pactos como ferramentas primordiais.

Apresentação oral. IV COPRI – Congresso de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. *Apresentação Oral*. Uberlândia, 2023.

⁴¹⁰ *Apud* SIMMS, Europa, *cit.* cap. 7.

Desde então, os Estados Unidos da América tornaram-se a potência militar dominante do mundo ocidental. Com a fundação e expansão da OTAN, que assegurou a existência de uma única força dominante na Europa Ocidental responsável pela defesa da soberania dos países europeus, deu-se início a uma crescente integração entre as nações europeias, marcado pelo Tratado de Paris (1951). Recentemente com a solicitação da adesão de Finlândia e Suécia, em resposta à guerra da Ucrânia, a organização tornou-se ainda mais poderosa.

No entanto, esse sistema atlântico emergente deixou a Alemanha à margem, compreendendo a problemática da Alemanha apartada deveria ou não ser reintegrada à OTAN e ter sua soberania militar restaurada, após os eventos como o nazismo, tornou-se um impasse entre os países europeus e os Estados Unidos da América no início da década de 1950. As ramificações dessas decisões políticas foram especialmente percebidas pelos franceses, em particular por Monnet, que buscou defender a criação de um exército europeu alinhado com o Plano Schuman.⁴¹¹

Esse passo rumo à autodefesa europeia foi promovido pelo primeiro-ministro René Pleven, que propôs no parlamento francês a “criação, para nossa segurança mútua, de um exército europeu coordenado pelas instituições políticas da Europa unida”.⁴¹² O apoio para o que se tornou conhecido como Plano Pleven foi buscado entre os países da Europa Ocidental, resultando na assinatura do tratado para a formação da Comunidade Europeia de Defesa em maio de 1952. A ratificação foi realizada em quatro dos seis parlamentos nacionais, com Roma a favor da proposta, mas com a França dividida. Em agosto de 1954, o parlamento francês votou contra a proposta, negando assim o tratado de defesa.

Essa primeira tentativa dos europeus de autodefesa encontrou sua primeira negativa. No mesmo ano, a Alemanha ingressou no Pacto de Bruxelas e na OTAN. A partir

⁴¹¹ Houve esforços para que isso não ocorresse, o mais emblemático talvez seja o de Schuman durante a conferência sobre o exército europeu: “Embora o sistema atlântico possa suprir as exigências ao mesmo tempo urgentes e temporárias, não oferece solução para o problema Europa. Acreditamos que a Europa deve se organizar, deve se libertar de uma fragmentação que se tornou anacrônica e absurda, e que precisa fazê-lo de qualquer maneira, não importando quais soluções intercontinentais ou mundiais venham a ser adotadas”. SCHUMAN, Robert. 15 fev. 1951. *In: SIMMS, Europa, cit.*, p. 528 *apud* MIDDELAAR, *Europa em transição, cit.*, p. 246.

⁴¹² PLEVEN, René, 24 out. 1950. *In: Chronique de Politique Étrangère*, 1952, 5/6, p. 589. *apud* MIDDELAAR, *Europa em transição, cit.*, p. 245.

de então, a defesa da soberania europeia seria “assegurada” pelos Estados Unidos, até a criação de instituições de defesa comum na Europa.

No entanto, uma das implicações políticas de todas essas manobras é a falsa defesa de uma soberania (inexistente) a partir dos anos 50, que deveria ser um princípio inalienável e não compartilhado com outro país, neste caso, com os Estados Unidos. A submissão da defesa europeia a uma potência externa, aparentemente, levou as nações europeias a se acomodarem na busca ilusória pela paz sem esforço, ou seja, sem suas próprias forças armadas, delegando essa tarefa a uma potência estrangeira, não familiarizada com suas doutrinas e culturas políticas, e que poderia se envolver em conflitos que não estão alinhados com os interesses europeus. Em síntese, a decisão dos países europeus de ceder parte de sua soberania em nome da preservação da paz, segurança e defesa, equivale à sugestão de que a Europa pode desfrutar de todos os benefícios da paz sem fazer qualquer sacrifício.

As visões largamente contrastantes e as consequências para a Europa e o mundo, principalmente em vista das mudanças recentes no velho continente - incluindo os ataques terroristas recorrentes desde novembro de 2015, a crise migratória causada pelos conflitos na Síria, o Brexit, e acima de tudo a Guerra Russo-Ucraniana - geram várias implicações, envolvendo a OTAN e mais uma vez a posição central da Alemanha como um “elo” que une as várias partes do equilíbrio europeu e os desdobramentos do conflito atual.⁴¹³

Por um lado, o estabelecimento de um exército europeu pode potencializar a defesa do continente e contribuir para a tão ansiada paz e segurança global. Também pode promover uma maior coordenação e cooperação entre os Estados membros da UE e melhorar a eficiência das missões de segurança e defesa. Como a história europeia está profundamente entrelaçada e é complexa se vista meramente como eventos locais, encarar os problemas da UE é também lidar com questões globais. A formação de tropas unificadas por esse ator global levanta questões complicadas para o bloco, incluindo sua própria formação e identidade.

⁴¹³ RENK: A maior parte do financiamento para militares alemães vai para empresas americanas. *Forças Terrestres*. [S. l.], 9 de jul. 2023. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2023/07/09/renk-a-maior-parte-do-financiamento-para-militares-alemaes-vai-para-empresas-americanas/>. Acesso em: 03 ago. 2023.

Por outro lado, existem desafios que precisam ser considerados. A formação de um exército europeu pode desafiar a soberania dos Estados membros e ser fonte de tensão com outros atores globais, como os Estados Unidos, Rússia, China, e principalmente a OTAN. Alterar a ordem militar atual, que remonta à bipolaridade da Guerra Fria, pode causar desconforto em uma geração habituada a uma linha de pensamento única e à redução contínua de opções políticas. A exclusão do debate sobre a criação de um exército único da UE favorece interesses hegemônicos que desafiam o status quo geopolítico global, tornando essa discussão extremamente necessária. Considerar diferentes cenários é uma necessidade primordial em meio ao caos da supressão do pensamento político.⁴¹⁴

São inúmeras implicações e prospecções que são geradas pela possibilidade da criação das forças armadas próprias para a União Europeia, vários questionamentos surgem dessa possibilidade, no fim é preciso lembrar que a real busca são por maiores perguntas, como lembrado pelo grande poeta e diplomata mineiro Guimarães Rosa: “Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas”.

Machado de Assis, que é a maior expressão da literatura brasileira de todos os tempos, revela, através da arte do escrever ficção, o enfrentamento a questões complexas de perspectiva e relatividade. Assim como as problemáticas apresentadas nesse trabalho, passando pela história dos germânicos, a busca pela supremacia no velho continente, a nova hegemonia europeia, a caricatura Merkel que simboliza uma Era, a ocupação militar americana no continente europeu, os tensionamentos não resolvidos desde a guerra fria e por aí se segue... Nesse sentido macro de compreensão, Machado de Assis sintetiza em passagem simbólica a essência do realismo literário, que valoriza a representação da vida e da sociedade como elas são, com todas as suas complexidades e contradições. No livro de crônicas “Bons Dias!”⁴¹⁵, o autor faz uma reflexão sobre a natureza relativa da verdade e a subjetividade da experiência humana, através da seguinte narrativa:

⁴¹⁴ BARROS, MENDES, A Criação das Forças Armadas Próprias Para a União Europeia, *cit.*

⁴¹⁵ “Bons Dias!” compila as crônicas publicadas na Gazeta de Notícias entre 1888 e 1889, assinadas pelo pseudônimo de Boas Noites, obra de Machado de Assis. A coleção abrange crônicas de natureza narrativa e argumentativa, abordando uma gama diversificada de tópicos políticos, sociais e culturais. Caracterizados por um realismo mordaz e irônico, os textos apresentam um retrato do Brasil à beira do século XX, período marcante onde a monarquia e a escravidão ruíam para dar espaço à emergente república. Com reflexões atemporais, Machado de Assis analisa esse contexto através de uma perspectiva racional e crítica, sem jamais perder de vista as nuances da sociedade brasileira da época.

Eu sou um pobre relojoeiro que, cansado de ver que os relógios deste mundo não marcam a mesma hora, desisti do ofício. A única explicação dos relógios era serem iguaizinhos, sem discrepância; desde que discrepam, fica-se sem saber nada, porque tão certo pode ser o meu relógio, como o do meu barbeiro⁴¹⁶

Assim, um “pobre relojoeiro” que desiste do seu ofício devido à constatação de que “os relógios do mundo não marcam a mesma hora” é a representação da busca ao enfrentamento às complexidades da realidade. A metáfora do relojoeiro é uma maneira de abordar a questão da subjetividade da verdade e da realidade, questões extremamente caras à geopolítica global. Na passagem, o “relojoeiro” é um indivíduo que tenta medir e controlar o tempo, mas se vê frustrado porque cada relógio - um símbolo de diferentes perspectivas individuais ou visões de mundo - indica uma hora diferente. Não sendo muito distante do que ocorre quando pensamos nos fenômenos sociais, políticos e de Estado, isso reflete a discrepância ou pluralidade entre as percepções individuais das pessoas e a dificuldade de se chegar a uma única “verdade” ou realidade objetiva, se é que ela existe. A frase “tão certo pode ser o meu relógio, como o do meu barbeiro” enfatiza ainda mais essa ideia. O relojoeiro está reconhecendo que sua própria perspectiva (ou “hora”) pode ser tão válida quanto a de outra pessoa - neste caso, seu barbeiro. Assim refletindo o respeito de Machado de Assis pela multiplicidade de perspectivas e a necessidade de se questionar a própria compreensão da realidade. Nesse mesmo sentido, quando se propõe a busca pela intersecção entre a democracia e o desenvolvimento, examinando os mecanismos pelos quais a construção da coesão política, cultural e social que ocorre na Europa e como esses modelos podem ser replicados é fundamental que estejamos sempre atentos a diversidade de visões e a filosofia como necessidade para conduzir qualquer análise.

⁴¹⁶ ASSIS, Machado de. *Bons dias*. Introdução e notas John Gledson. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 79.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A CHANCELER Federal Angela Merkel. *ISTOÉ*. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://istoe.com.br/a-chanceler-federal-angela-merkel/>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- ÅLANDER, Minna. A Presidência alemã do conselho em 2020 e o fim da era Merkel. *Relações Internacionais*, n. 70, p. 79-93. 2021. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri70/RI_70_art05_MA.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 80, p. 71-96, 2010.
- AMARAL, Presley Vasconcellos. As políticas anticíclicas na Crise Financeira de 2008. Monografia — Departamento de Ciências Econômicas e Exatas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Três Rios, 52f, 2016.
- ANÁLISE: Crise em Kosovo se agrava, expõe erros do Ocidente e favorece Putin. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 31 mai. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/05/crise-em-kosovo-se-agrava-expoe-erros-do-ocidente-e-favorece-putin.shtml>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- ANDERSON, Perry. A Europa diante da hegemonia alemã. *Le Monde Diplomatique*. [S. l.], 4 dez. 2012. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-europa-diante-da-hegemonia-alema/>. Acesso em: 22 mai. 2023.
- ANDERSON, Perry. *The H-word: The peripeteia of hegemony*. Londres: Verso Books, 2022.
- ANDRADE, Francisca Rejane Bezerra. Nova organização do trabalho e tendências para a formação profissional na Alemanha e no Brasil. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.
- ANGELA Merkel: a líder prática e conciliadora que marcou o início do século. *BBC News Brasil*. [s. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58643098>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- APARECIDO, Julia Mori; AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. A Guerra entre a Rússia e a Ucrânia. *Série Conflitos Internacionais* (Online), v. 9, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/v.-9-n.-1fev.-2022.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- APATHY in Germany: record low voter turnout expected in national election. *Spiegel International*. [S. l.], 27 set. 2009. Disponível em: <https://www.spiegel.de/international/germany/apathy-in-germany-record-low-voter-turnout-expected-in-national-election-a-651614.html>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- ARNOLD-FORSTER, Mark. *The world at war*. London: Collins, 1973.

- ASSIS, Machado de. *Bons dias*. Introdução e notas John Gledson. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.
- ATAQUES sexuais em série no Réveillon geram medo e revolta na Alemanha. *BBC News*. [S. l.], 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160105_abuso_sexual_ano_novo_alemanha_rb. Acesso em: 30 jun. 2023.
- AVRITZER, Leonardo; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. *Dados*, v. 47, p. 703-728, 2004.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A reunificação da Alemanha: do ideal socialista ao socialismo real*. 3. ed. rev. e aumed. São Paulo: Editora Unesp. 2009.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A segunda guerra fria: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio*. São Paulo: Editora José Olympio, 2015.
- BARROS, João Paulo Rodrigues. *A geringonça portuguesa: entre a ofensa e o afeto, a frente de partidos que construiu governabilidade em Portugal*. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), Bacharelado em Ciências do Estado — Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 62f, 2021.
- BARROS, João Paulo Rodrigues; MENDES, Lucas Bruno Amaral. A Criação das Forças Armadas Próprias Para a União Europeia: Prospecções e Implicações. Apresentação oral. IV COPRI – Congresso de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia. *Apresentação Oral*. Uberlândia, 2023.
- BECK, Ulrich. *Una europa alemana*. Barcelona: Grupo Planeta Spain, 2012.
- BLOOMBERG. Merkel aproveita oportunidade para revolucionar economia alemã. *Jornal de Negócios*. [S. l.] 2020. Disponível em: <https://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/merkel-aproveita-oportunidade-para-revolucionar-economia-alema>. Acesso em: 22 de jul. de 2023.
- BONAVIDES, Paulo. A globalização e a soberania. Aspectos constitucionais. In: FIOCCA, Demian; GRAU, Eros Roberto. *Debates sobre a Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- BRAGA, Arnin. A teoria política de Thomas Hobbes em “O Leviatã” — Parte I. Guia de Estudo da disciplina de História da Filosofia Moderna II, Tema 04. Faculdade Católica de Belém, 4 set. 2020. Disponível em: <http://facbel.edu.br/aula-para-o-4o-semester-de-filosofia-disciplina-historia-da-filosofia-moderna-ii-4/>. Acesso em: 02 ago. 2023.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The 2008 financial crisis and neoclassical economics. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 30, n. 1, 2010.
- BULMER, Simon; PATERSON, William. E. Germany and the European Union: from ‘tamed power’ to normalized power? *International Affairs*, [s. l.], v. 86, n. 5, p. 1051–1073, 2010. Disponível em: <https://academic.oup.com/ia/article-lookup/doi/10.1111/j.1468-2346.2010.00928.x>. Acesso em: 25 mai. 2023.

- BUNDESRECHNUNGSHOF. *Startseite*. [s. n. t.]. Disponível em: https://www.bundesrechnungshof.de/DE/0_home/home_node.html. Acesso em: 26 jun. 2023.
- BUNDESTAGSWAHL 27.09.1998. *Die Bundeswahlleiterin*. [S. 1.], 2016. Disponível em: https://web.archive.org/web/20160130082253/https://www.bundeswahlleiter.de/de/bundestagswahlen/fruehere_bundestagswahlen/btw1998.html. Acesso em: 28 jun. 2023.
- BUNDESVERFASSUNGSGERICHT. *Organisation*. [s. n. t.]. Disponível em: https://www.bundesverfassungsgericht.de/DE/Das-Gericht/Organisation/organisation_node.html. Acesso em: 26 jun. 2023.
- BUNDESVERSAMMLUNG. *Parlament Österreich*. [s. n. t.]. Disponível em: <https://www.parlament.gv.at/verstehen/das-hohe-haus/bundesversammlung/>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- CANDIOTTO, Cesar. A governamentalidade política no pensamento de Foucault. *Filosofia Unisinos*, v. 11, n. 1, 2010.
- CANÊDO, Sílvia Helena Guilherme. OTAN: evolução histórica. *Conjuntura Internacional*, PUC Minas, v. 8, 2006.
- CARBAJOSA, Ana. *Ángela Merkel*, Crónica de Una Era. Barcelona: Ediciones Península, 2021.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Xadrez internacional e social-democracia*. São Paulo: Leya, 2012.
- CARDOSO, Paulo César. Macron, Le Pen e a União Europeia: Como o segundo turno francês representa tendências do tempo presente. *ODEC-USP*. São Paulo, 2022. Disponível em: <http://odec.iri.usp.br/analises/macron-le-pen-e-a-uniao-europeia-como-o-segundo-turno-frances-representa-tendencias-do-tempo-presente/>. Acesso em 24 jul. 2023.
- CARDOSO, Paulo Roberto. *Diatética Cultural: Estado, Soberania e Defesa Cultural*. Tese (Doutorado em Direito) — Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 212f, 2016.
- CARVALHO, Patrícia Nasser de. Da união monetária europeia à crise do euro: um debate a partir da teoria cartalista da moeda. *Seminário sobre Economia Mineira (Artigo de Evento)*, 2016.
- CARVALHO, Patrícia Nasser de. Uma análise teórico-crítica da crise do euro à partir da teoria cartalista da moeda. *OIKOS-Revista de Economia Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51979>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- CASTELO BRANCO, Guilherme. As resistências ao poder em Michel Foucault. *Trans/formação*, v. 24, p. 237-248, 2001.
- CHANG, Ha-Joo. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP, 2002.

- CHESSNAI, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Ed. Xamã, 1996.
- CHOMSKY, Noam. *Mídia Propaganda política e manipulação*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- CHOMSKY, Noam. *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.
- CHRIST, Mariele Laís. *A política externa alemã do governo Merkel: um balanço dos dois primeiros mandatos (2005-2013)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 87 f, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140605>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- COELHO, Renato. Adesão de Finlândia e Suécia a OTAN evidencia contradições e equívocos da aliança militar, explica professor da Unesp. *Jornal da UNESP*. São Paulo, 7 jul. 2022. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2022/07/07/adesao-de-finlandia-e-suecia-a-otan-evidencia-contradicoes-e-equivocos-da-alianca-militar-explica-professor-da-unesp/>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- COMISSÃO EUROPEIA, Communication to the Council and the European Parliament. *União Europeia*. Bruxelas, 2003. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/ALL/?uri=CELEX%3A52003DC0336>. Acesso em: 06 jul. 2023.
- COMISSÃO EUROPEIA, Communication to the Council and the European Parliament. *União Europeia*. Bruxelas, 2004. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2004:0552:FIN:PT:PDF>. Acesso em: 06 ago. 2023.
- CONSELHO Europe. *A More Secure Europe in a Better World: European Security Strategy*. Bruxelas, 2003.
- COSTA, TC Gustavo Monteiro Muniz. Organização do Tratado Do Atlântico Norte (OTAN): uma perspectiva da sua evolução e da sua conjuntura político-estratégica. *Centro de Estudos Estratégicos do Exército: Análise Estratégica*, v. 24, n. 2, p. 57-78, 2022.
- COUTINHO, Carlos Nelson. O conceito de vontade coletiva em Gramsci. *Revista katálysis*. Florianópolis, v. 12, p. 32-40, Jan./Jun. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1796/179613969005.pdf>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- CUNHA, Alberto. A Alemanha de Merkel durante e após a crise do euro: Hegemonia relutante?. *Relações Internacionais*, n. 70, p. 33-53, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/360808693_A_Alemanha_de_Merkel_durante_e_apos_a_crise_do_euro_Hegemonia_relutante Acesso em: 16 mai. 2023.
- DA COSTA, Dilvanir José. Trajetória da Codificação Civil. *Rev. Faculdade Direito Universidade Federal de Minas Gerais*, v. 44, p. 71, 2004.
- DA COSTA, Rogério Santos. Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN): histórico, características, objetivos. *Relações Internacionais no Mundo Atual*, v. 1, n. 4, p. 129-151, 2006.
- DAEHNHARDT, Patrícia. As origens da Grande Guerra e o estatuto de Grande Potência. R: *I/Relações Internacionais*, n. 42, p. 79-93, 2014.

- DAEHNHARDT, Patricia; MEYER RESENDE, Madalena. Angela Merkel e a política externa da Alemanha: as relações com a Europa, os Estados Unidos, a Rússia e a China. *Relações Internacionais*, n. 70, 2021. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri70/RI_70_art02_PDMMR.pdf. Acesso em: 16 mai. 2023.
- DANNER, Fernando. O sentido da biopolítica em Michel Foucault. *Revista Estudos Filosóficos UFSJ*, [s. l.], n. 4, 2017.
- DER BUNDESKANZLER DER BUNDESREPUBLIK DEUTSCHLAND. *Startseite*. [s. n. t.]. Disponível em: <https://www.bundestkanzler.de/bk-de>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- DER BUNDESWAHLLEITER. *Der Bundeswahlleiter*. [S. l.], 2016. Disponível em: https://web.archive.org/web/20160115225317/https://www.bundeswahlleiter.de/de/bundestagswahlen/BTW_BUND_09/. Acesso em: 29 jun. 2023.
- DEZ MOMENTOS MARCANTES NO PERCURSO POLÍTICO DE ANGELA Merkel. *Dinheiro Vivo*. [S. l.], 20 nov. 2015. Disponível em: <https://www.dinheirovivo.pt/economia/dez-momentos-marcantes-no-percurso-politico-de-angela-merkel-12862024.html>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- DIE BUNDESWAHLLEITERIN. *Die Bundeswahlleiterin*. [s. n. t.]. Disponível em: <https://www.bundeswahlleiterin.de/>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- DIZ, Jamile Bergamaschine Mata; CARNEIRO, Caio de Castro e. (Re)visitando o primado das normas de direito europeu: a evolução histórica da primazia e seus primeiros desdobramentos jurisprudenciais. *Revista Jurídica*, [S.l.], v. 4, n. 49, 2017, p. 257. Disponível em: <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/2294>. Acesso em: 02 ago. 2023.
- ELECCIONES en Alemania. *Deutschland.de*. [S. l.], 2013. Disponível em: <https://www.deutschland.de/es/topic/politica/alemania-europa/elecciones-en-alemania>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- EM TEMPLIN, segredos do favoritismo de Merkel. [s. n. t.]. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/em-templin-segredos-do-favoritismo-de-merkel/>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- EUROPEIA, União. Jean Monnet: a força unificadora por trás do nascimento da União Europeia. 2013. Disponível em: https://european-union.europa.eu/system/files/2021-06/eu-pioneers-jean-monnet_pt.pdf. Acesso em: 02 ago. 2023.
- FENERICH, Leticia de Freitas. *O papel da reestruturação da economia alemã na construção da posição hegemônica europeia no pós-Segunda Guerra*. Dissertação (Mestrado em Economia Política) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 110f. 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22076>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- FONSECA, Ana Mónica. A sucessão de Angela Merkel. *Janus*, Lisboa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/handle/11144/4917>. Acesso em: 16 mai. 2023.

- FONTAINE, Pascal. *A União Europeia*. Trad. Ana Moura. Lisboa: Estampa, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- FUKUYAMA, Francis. *The end of history and the last man*. New York: Free Press, 1992.
- GALSTON, William A. Realism in political theory. *European Journal of Political Theory*, v. 9, n. 4, p. 385–411, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1474885110374001>. Acesso em: 02 ago. 2023.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere (v. 03): Maquiavel, notas sobre o Estado e a política*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- GRAMSCI, Antonio. *Escritos Políticos [v. 1]*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 192.
- GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del cárcere [v. II, Quaderni 6-11]*. Torino: Einaudi, 1975.
- GROFF, Paulo Vargas. Modelos de parlamentarismo: inglês, alemão e francês. *Revista de Informação Legislativa*, v. 40, n. 160, p. 137-146, 2003.
- GRUPPI, Luciano. *O conceito de hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Graal. 1978.
- HÁ UM ANO, ASSASSINATO ESCANCARAVA EXTREMISMO NA ALEMANHA. *DW*. [S. l.], 02 jun. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/h%C3%A1-um-ano-morte-de-pol%C3%ADtico-escancarava-extremismo-de-direita-na-alemanha/a-53654967>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- HAN, Byung-Chul. *Sobre el poder*. Trad. Alberto Ciria. Barcelona: Herder Editorial, 2016.
- HAYNES, Michael. Counting Soviet deaths in the Great Patriotic War: a note. *Europe-Asia Studies*, v. 55, n. 2, p. 303-309, 2003.
- HECKEL, Margaret. Was an Angela Merkels Mutter vorbildlich ist. *WELT*. Ehrung. [S. l.], 2011. Disponível em: <https://www.welt.de/politik/article2496274/Was-an-Angela-Merkels-Mutter-vorbildlich-ist.html>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- HEGEMONY IN GRAMSCI. *POSTCOLONIAL STUDIES*. [s. n. t.]. Disponível em: <https://scholarblogs.emory.edu/postcolonialstudies/2014/06/20/hegemony-in-gramsci/>. Acesso em: 28 mai. 2023.
- HELMUT Kohl e François Mitterrand, artesãos da reconciliação. *União Europeia*. [s. n. t.] Pioneiros da UE. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/eu-pioneers/helmut-kohl-and-francois-mitterrand_pt. Acesso em 24 jul. 2023.
- HENRIQUES, Hugo Rezende. *Fenomenologia do Poder: o Estado de Direito e seu compromisso com o Poder como Liberdade*. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-graduação em Direito, Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 279f, 2020. Disponível em:

- <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36531>. Pág. 102. Acesso em: 27 mai. 2023.
- HENRIQUES, Hugo Rezende; CASTRO, Raphael Machado. O titereito mundial: Guerras culturais, “ideologênese” e as ameaças ao Estado soberano. *ENABED*, São Paulo, 2018.
- HENRIQUES, Hugo Rezende; MENDES, Lucas Bruno Amaral. A luta pela Democracia: o desenvolvimento dos modelos políticos francês e alemão e seus reflexos na União Europeia e no mundo. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 1-24, 2022.
- HENRIQUES, Hugo Rezende. Para onde, europa?: reflexões sobre a consciência-de-si europeia. *In: XXI Enabed*. (Anais de Congressos). Nitérois, 2022.
- HISTÓRIA DA UNIÃO EUROPEIA – 1960-69. *União Europeia*. [s. n. t]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1960-69_pt. Acesso em: 2 jun. 2023.
- HISTÓRIA DA UNIÃO EUROPEIA – 1960-69. *União Europeia*. [s. n. t]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/1960-69_pt. Acesso em: 2 jun. 2023.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. 2. Ed. [S. l.]: Martin Claret, 2009.
- HOBBS, Eric. *A era dos impérios: (1875-1914)*. São Paulo: ed. Paz&Terra, 2016.
- HORTA, José Luiz Borges. ¿Das Dialektische Zeitalter?! A contemporaneidade como Metafísica Especulativa e a Filosofia hegeliana como chave para sua compreensão. *Palestra*. X Congresso Internacional da Sociedade Hegel Brasileira. Marília, 2019.
- HORTA, José Luiz Borges. Entre o Hegel racional e o Hegel real. *In: BAVARESCO, Agemir; MORAES, Alfredo (Orgs.). Paixão e astúcia da Razão*. Porto Alegre: Editora Fi, 2013. 267.
- HORTA, José Luiz Borges. Estado e globalização: réquiem para o século XX. *Revista jurídica in verbis*. Natal, n. 24, jul./dez. 2008, pp. 191-202.
- HORTA, José Luiz Borges. Federalismo e Democracia. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 6, n. 2, p. 1-18, 2021.
- HORTA, José Luiz Borges. Hegel contra Kojève? Notas sobre a transfiguração de Hegel e a profanação da política na filosofia francesa novecentista. *In: CORREIRA, Adriano; DEBONA, Vilmar; TASSINARI, Ricardo (Orgs.). Hegel e Schopenhauer*. São Paulo: ANPOF, 2017.
- HORTA, José Luiz Borges. Hegel, paixão e diferença. *In: OLIVEIRA JÚNIOR, José Alcebiades; COSTA, Renata Almeida da; HORTA, José Luiz Borges (Orgs.). Direito, Estado e Idealismo Alemão*. Florianópolis: CONPEDI, 2015.
- HORTA, José Luiz Borges. Hegel, Paixão e História. *In: HORTA, José Luiz Borges;*
- HORTA, José Luiz Borges. *História do Estado de Direito*. São Paulo: Alameda, 2011.

- HORTA, José Luiz Borges. História, Constituições e reconstitucionalização do Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, v. 94, pp. 121-155, 2006.
- HORTA, José Luiz Borges. La era de la justicia: Derecho, Estado y límites a la emancipación humana, a partir del contexto brasileño. *Astrolabio, Revista Internacional de Filosofía*. Barcelona, n. 11, pp. 75-85, 2010.
- HORTA, José Luiz Borges. O Canto do Cisne. Rev. Faculdade Direito Universidade Federal Minas Gerais, v. 38, p. 183, 2000.
- HORTA, José Luiz Borges. Ratio juris, ratio potestatis: breve abordagem da missão e das perspectivas acadêmicas da Filosofia do Direito e do Estado. *Revista da Faculdade de Direito*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, v. 49, p. 145-160, 2006.
- HORTA, Jose Luiz Borges. Uma Breve Introdução a Filosofia do Estado de John Locke. *Revista Brasileira Estudos Políticos*, v. 90, p. 239, 2004.
- HORTA, José Luiz Borges. Uma Breve Introdução a Filosofia do Estado de John Locke. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, v. 90, p. 239, 2004.
- HORTA, José Luiz Borges. Urgência e emergência do constitucionalismo estratégico. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*. v. 23, pp. 783-806, 2012.
- HORTA, José Luiz Borges; FREIRE, Thales Monteiro; SIQUEIRA, Vinicius de. A era pós-ideologias e suas ameaças à política e ao Estado de direito. Confluências. *Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 14, n. 2, p. 120-133, 2012.
- HORTA, José Luiz Borges; RAMOS, Marcelo Maciel. Entre as veredas da cultura e da civilização. *Revista Brasileira de Filosofia*. São Paulo, a. 58, n. 233, pp. 235-264, jul./dez., 2009.
- HORTA, José Luiz Borges. A subversão do fim da História e a falácia do fim do Estado: notas para uma filosofia do tempo presente. In: CARVALHO, Marcelo; FIGUEIREDO, Vinicius (Orgs.). *Filosofia alemã de Kant a Hegel*. São Paulo: ANPOF, 2013.
- HOUGH, Dan. *Fall and Rise of the PDS in Eastern Germany*. Londres: A&C Black, 2002.
- HUNTINGTON, Samuel Phillips. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. Trad. M. H. C. Cortês. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- INFOGRÁFICOS: presença militar dos Estados Unidos em todo o mundo. *Forças Terrestres*. [S. l.], 15 fev. 2022. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2022/02/15/infograficos-presenca-militar-dos-Estados-unidos-em-todo-o-mundo/>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- INSTITUIÇÕES, DIREITO, ORÇAMENTO. *União Europeia*. [s. n. t]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/institutions-law-budget_pt. Acesso em: 2 jun. 2023.
- INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO – A INTERVENÇÃO DA EU. *União Europeia*. [s. n. t]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/priorities-and-actions/actions-topic/research-and-innovation_pt. Acesso em: 2 jun. 2023.

- ISBY, David C.; KAMPS, Charles Tustin. *Armies of NATO's Central Front*. Croydon: Jane's, 1985.
- JUDT, Tony. *Pós-Guerra: história da Europa desde 1945*. São Paulo: Edições 70, 2017.
- KIM, Sung Ho. Max Weber. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Winter. Stanford: Metaphysics Research Lab, 2022. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/win2022/entries/weber/>. Acesso em: 27 mai. 2023.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. 1. Ed. São Paulo: Saraiva Uni., 2012, capítulo 3. E para enfatizar os motivos históricos e religiosos.
- KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- KORNELIUS, Stefan. *Angela Merkel: a chanceler e seu mundo*. 1. ed. São Paulo: Versos, 2015.
- KRAUSE, Keith; WILLIAMS, Michael C. (orgs.), *Critical Security Studies: Concepts and Cases*. Londres: UCL Press, 1977.
- KRAUSE, Silvana; KESTLER, Thomas. Sistemas Eleitorais: um diálogo comparado com Brasil e Alemanha. *Cadernos Adenauer*, v. 4, p. 81-101, 2017.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista*. Madrid: Siglo XXI, 1987.
- LANGGUTH, Gerd. *Angela Merkel*. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2005.
- LARRES, Klaus; MOROFF, Holger; WITTLINGER, Ruth. *The Oxford Handbook of German Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2022.
- LEAL, Gustavo Alencar. O bloco de Merkel: a União Europeia como um projeto de hegemonia alemã e a crise grega. Monografia (Graduação) - Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 94f, 2016.
- LOOKING back at the 2002 election. *DW*. [S. l.: s. n.], 20 jul. 2005. Disponível em: <https://www.dw.com/en/looking-back-at-the-2002-election/a-1642902>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- LOUISE Weiss: defensora dos valores europeus e dos direitos das mulheres ao longo de toda a sua vida. *União Europeia*. Pioneiros da EU. [S. l], [s. d.]. Disponível em: https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu/eu-pioneers/louise-weiss_pt. Acesso em 24 jul. 2023.
- MAGALHÃES, Juliana Neuenschwander. *Formação do conceito de soberania: história de um paradoxo*. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.
- MALAR, João Pedro. Economia dos 'anos Merkel' na Alemanha foi marcada por crises e crescimento. *CNN Brasil*, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/economia-dos-anos-merkel-foi-marcada-por-criises-e-crescimento/>. Acesso em: 22 de jul. de 2023.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

- MARSHALL, Tim. *Prisioneiros da Geografia*: 10 mapas que explicam tudo o que você precisa saber sobre política global. Trad. Maria Luiza de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MARTON, Kati. *A Chanceler*. A notável odisseia de Angela Merkel. Lisboa: Leya, 2022.
- MAYOS SOLSONA, Gonçal. “O Iluminismo frente ao romantismo no marco da subjetividade moderna”. In: *Ilustración y Romanticismo. Introducción a la polémica entre Kant y Herder*. Trad. de Karine Salgado. Barcelona: Herder, 2004.
- MAYOS SOLSONA, Gonçal. Macrofilosofia, las “dos culturas” y la era de la postdisciplinarietà. In: MAYOS SOLSONA, Gonçal CARDOSO, Renato César; HENRIQUE JÚNIOR, Moacir (Org.). *Intercisciplinarietà e Intercosntitucionalidade 2*. Uberlândia: LAECC, 2019, p. 23-40.
- MCADAMS, A. James. The New Diplomacy of West German ‘Ostpolitik.’ In: *The Diplomats, 1939–1979*. Princeton: Princeton University Press, p. 559.
- MERKEL é candidata à chancelaria alemã. *DW*. [S. l.], 30 mai. 2005. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/merkel-%C3%A9-candidata-%C3%A0-chancelaria-alem%C3%A3/a-1600745>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- MERKEL factor could decide german vote. *BBC News*. [s. l.], 17 set. 2009. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/8256413.stm>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- MERKEL não buscará novo mandato como chanceler da Alemanha. *Folha Online*. [S. l.: s. n.], 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/merkel-nao-buscara-novo-mandato-como-chanceler-da-alemanha.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- MERKEL, Angela. Debate on the Future of Europe. Sessão Plenária 2018/11, 13 nov. 2018. Em: PARLAMENTO Europeu. *União Europeia*. Strasbourg, 2018.
- MEYER, Arthur V. Corrêa. A Europa atual: questões de segurança coletiva e integração econômica. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 42, p. 183-192, 1999.
- MIDDELAAR, Luuk Van. *A nova política da Europa*. Trad. Francis Petra Janssen. São Paulo: É realizações, 2020
- MIDDELAAR, Luuk Van. *Europa em transição: como um continente se transformou em união*. São Paulo: É Realizações Editora, 2017.
- MIDDELAAR, Luuk Van. *Politicídio: O assassinato da política na filosofia francesa*. São Paulo: É Realizações Editora, 2018.
- MIDDELAAR, Luuk Van; PARIJS, Philippe Van. *Depois da tempestade: como salvar a democracia na Europa*.
- MIDDELARR, Luuk Van. *Europa em transição: como um Continente de transformou em União*. Trad. Ramon Alex Gerrits. São Paulo: É Realizações Editora, 2017.
- MORAES, Dênis de. Comunicação, hegemonia e contra-hegemonia: a contribuição teórica de Gramsci. *Revista Debates*, v. 4, n. 1, p. 54-77, 2010.
- MOUFFE, Chantal. *Sobre o Político*. Trad. Fernando Santos. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

- MOURA, Vasco Graça. *A identidade cultural europeia*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2016.
- NATO. Homepage. Disponível em: <<https://www.nato.int/>>. Acesso em: 02 ago. 2023.
- O QUE É O ERASMUS+?. [s. n. t]. Disponível em: <https://erasmus-plus.ec.europa.eu/pt-pt/node/2515>. Acesso em: 2 jun. 2023.
- OLIVEIRA, Josenel dos Santos. *Bons dias!:* escravidão e abolição na crônica machadiana. Dissertação (Mestrado em Letras) — Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 179f, 2015.
- ORGANISATION. [s. n. t]. Disponível em: <https://www.bundesbank.de/en/bundesbank/organisation>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- ORGAZ, Cristina J. Qual é o plano histórico de rearmamento da Alemanha (o maior desde a Segunda Guerra Mundial)? *BBC News Brasil*, [s. l.], 5 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61669507>. Acesso em: 25 mai. 2023.
- PANCERA, Carlo Gabriel Kszan. Arendt e Maquiavel: fundação, violência e poder no pensamento republicano. *Argumentos Revista de Filosofia*, Fortaleza, ano 5, n. 9, p. 140-153, jan./jun. 2013.
- PANCERA, Carlo Gabriel Ksza. *Maquiavel entre Repúblicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- PARLAMENTO aprova Merkel como Chanceler da Alemanha. *Folha Online*. Mundo. [S. l.], 2005. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u89782.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- PARTIDOS de extrema direita crescem na europa com versões atualizadas do nacionalismo. *G1*. Mundo. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/07/10/partidos-de-extrema-direita-crescem-na-europa-com-versoes-atualizadas-do-nacionalismo.ghtml>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- PAULA, Maria de Fátima Costa de. USP e UFRJ: a influência das concepções alemã e francesa em suas fundações. *Tempo social*, v. 14, p. 147-161, 2002.~
- PLATÃO. *A República*. 16. Ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2021.
- PORTELLI, H. *Gramsci e o bloco histórico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977,.
- PRESSE, France. Pesquisa diz que quase metade dos alemães tem medo dos refugiados. *G1*. Mundo. [S. l.], 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/01/pesquisa-diz-que-quase-metade-dos-alemaes-tem-medo-dos-refugiados.html>. Acesso em: 30 jun. 2023.
- QUEM é quem na foto de Merkel ‘encarando’ Trump durante a cúpula do G7. *BBC News Brasil*. [S. l.], 11 jun. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44436613>. Acessado 26 de julho de 2023.

- RAMOS, Cláudia; VILA MAIOR, Paulo. Perspectivas teóricas sobre a integração europeia. *Relações Internacionais*, v. 16, p. 103-116, 2007.
- RAMOS, Leonardo et al. A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 55, p. 10-27, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/MDgfmLNWmJyfKjQ58J3sj8F/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 mai. 2023.
- REALE, Miguel. *Teoria do Direito e do Estado*. 3. Ed. Belo Horizonte: Martins Editora, 1972, p. 136.
- REIS, Pedro Bastos. Templin. O refúgio da antiga RDA em que Merkel cresceu e onde “estarão sempre as suas raízes”. *Observador*. Templin, 2021. Disponível em: <https://observador.pt/especiais/templin-o-refugio-da-antiga-rda-em-que-merkel-cresceu-e-onde-estarao-sempre-as-suas-raizes/>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- RENK: A maior parte do financiamento para militares alemães vai para empresas americanas. *Forças Terrestres*. [S. l.], 9 de jul. 2023. Disponível em: <https://www.forte.jor.br/2023/07/09/renk-a-maior-parte-do-financiamento-para-militares-alemaes-vai-para-empresas-americanas/>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- ROLL, Evelyn, *Die Kanzlerin: Angela Merkels Weg zur Macht*. Berlin: Ullstein, 2009.
- ROSSINI, Maria Clara. Quantas bases militares os Estados Unidos têm fora de seu território?. *Super Interessante*. 17 nov. 2021. Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/quantas-bases-militares-os-Estados-unidos-tem-fora-de-seu-territorio/>. Acesso em: 25 mai. 2023.
- RUSSIA — RECONSTRUCTION AND COLD WAR. [s. n. t]. Disponível em: <https://countrystudies.us/russia/12.htm>. Acesso em: 30 mai. 2023.
- SALDANHA, Daniel Cabaleiro. *Formação jurídica do Brasil: uma história do federalismo à brasileira*. 2017. 283f. Tese (Doutorado em Direito) — Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- SALGADO, Joaquim Carlos. *A ideia de justiça em Hegel*. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 412.
- SALGADO, Karine. *História, Estado e Idealismo alemão*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.
- SARTORI, Vitor Bartoletti. Direito, política e reconhecimento: apontamentos sobre Karl Marx e a crítica ao direito. *Revista da Faculdade de Direito da UFPR*, [s. l.], v. 61, n. 2, p. 203, 2016. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/direito/article/view/43847>. Acesso em: 27 mai. 2023.
- SÉGUÉLA, Jacques. *A vertigem das Urnas*. São Paulo: Editora TagLine, 2006. p. 65.
- SEMPRÚN, Jorge; VILLEPIN, Dominique. *L'homme Européen*, Paris: Plon, 2005.
- SESENTA anos da adesão à OTAN. *Deutschland.de*, [S. l.: s. n.], 2015. Disponível em: <https://www.deutschland.de/pt-br/topic/politica/alemanha-e-europa/sessenta-anos-da-adesao-a-otan>. Acesso em: 2 jun. 2023.

- SILVA, Daniel Neves. Maio de 1968. História do Mundo. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/maio-de-1968.htm>. Acesso em: 24 jul. 2023.
- SIMMS, Brendan. *Europa: A Luta pela Supremacia - De 1453 aos Nossos dias*. Lisboa: Edições 70, 2018.
- SOKOLSKA, Ina. Los tratados de Maastricht y Ámsterdam. *Parlamento Europeo*. Recuperado de: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/es/sheet/3/los-tratados-de-maastricht-y-amsterdam>, 2023.
- THE MILITARY Balance 2023. *IISS*. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://www.iiss.org/publications/the-military-balance/>. Acesso em: 19 jul. 2023.
- THIRD time's a charm. *DW*. [S. l.], 22 set. 2013. Disponível em: <https://www.dw.com/en/merkel-wins-a-third-term-as-chancellor/a-17103347>. Acesso em: 29 jun. 2023.
- THUDIUM, Guilherme Paiva Stamm. *A Alemanha e sua política exterior e de segurança na república de Berlim: entre o leste e o oeste, o global e o regional*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) — Universidade Federal de Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 102f, 2018.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus 1990-1992*. Trad. Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1996.
- TORRES, Ana Paula Repolês. O sentido da política em Hannah Arendt. *Trans/Form/Ação*, [s. l.], v. 30, p. 235–246, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/trans/a/ZQCykthkg6JFhr5bhXKdXyS/?lang=pt>. Acesso em: 27 mai. 2023.
- TRATADO de Fusão. 8 abr. 1965. Disponível em: <http://data.europa.eu/eli/treaty/fusion/sign/por>. Acesso em: 2 jun. 2023
- TRATADO DE LISBOA – FICHAS TEMÁTICAS SOBRE A UNIÃO EUROPEIA. *Parlamento Europeo*. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/5/o-tratado-de-lisboa>. Acesso em: 2 jun. 2023.
- VASCONCELOS, Jonnas Esmeraldo Marques de. *Direito: da forma jurídica à hegemonia*. Tese (Doutorado) — Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. São Paulo, 177 f, 2014.
- VIEIRA, Fábio Antunes. O Império e o Renascimento Carolíngio: uma abordagem. *Revista Unimontes Científica*, v. 12, n. 1/2, p. 79-86, 2010.
- WAMBACH, Kim. Wahl Angela Merkels zur ersten Bundeskanzlerin der Bundesrepublik Deutschland. *Konrad Adenauer Stiftung*. Kalender. [S. l.], [S. d.]. Disponível em: <https://www.kas.de/de/web/geschichte-der-cdu/kalender/kalender-detail/-/content/wahl-angela-merkels-zur-ersten-bundeskanzlerin-der-bundesrepublik-deutschland>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- WATSON, Adam. *A evolução da sociedade internacional: uma análise histórica comparativa*. 78. Ed. Brasília: UnB., 2004

- WEBER, Max. *A política como vocação*. Trad. Maurício Tragtenberg. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2015.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade (v.1)*. Trad. Regis Barbosa e Karen Barbosa. Brasília: Editora UnB, 1999.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: Fundamentos da sociologia compreensiva*. 2. Vol. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa São Paulo: Editora UnB, Imprensa Oficial. 2004.
- WESSON, Robert G. *A Nova Política Externa dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 28.
- WESTACOTT, EMRYS. Nietzsche's Concept of the Will to Power. *ThoughtCo*, 24 set. 2020, Disponível em: [thoughtco.com/nietzsches-concept-of-the-will-to-power-2670658](https://www.thoughtco.com/nietzsches-concept-of-the-will-to-power-2670658). Acesso em: 02 ago. 2023.
- WIRTSCHAFTSKRISE: merkel fordert längere arbeitszeit. *Spiegel*. [S. l.], 18 maio 2003. Politik. Disponível em: <https://www.spiegel.de/politik/deutschland/wirtschaftskrise-merkel-fordert-laengere-arbeitszeit-a-249207.html>. Acesso em: 26 jun. 2023.
- WOLFERS, Arnold. *Discord and Collaboration: Essays on International Politics*, Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1962.
- ZIMMERLING, Ruth. Alemanha: parlamentarismo e o fantasma de Weimar. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, n. 24, p. 73-84, 1991. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/N67zLZSzQNHjJ9QrXTMFKNg/?lang=pt>. Acesso em: 16 mai. 2023.